



Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português.

O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

736.7 (469.201)

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | curso de mestrado em metodologias de intervenção no património arquitectónico

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

**tese de mestrado**

Carlota Sofia Pedreira de Oliveira e Cunha



27/10/11

Entrada em 28 / 11 / 2014  
Registo n.º 144459

7.6.4.22.1

aos meus pais

*Men who corrupt, depress or weaken others  
tricksters and those who would regress,  
or more too slowly,  
all become my personal enemies.  
I resent whatever diminishes man stature,  
makes him less wise, less confident, less ready.  
I shall never admit that hesitation or suspicion  
must accompany wisdom.  
this is why I believe the child has  
often greater wisdom than the old man.*

André Gide, *The new fruits of earth*, 1949.  
(Le Corbusier, *Talks with students*, 1999, p.5)

## índice

0. Índice	04
0.1 resumo [pt]	07
0.2 abstract [en]	10
0.3 résumé [fr]	13
<b>1. Introdução</b>	<b>16</b>
<b>2. Enquadramento histórico e geográfico</b>	<b>20</b>
2.1 Caracterização genérica da região	21
2.2 Conhecimento do edifício e envolvente	25
2.2.1 Castro	25
2.2.2 Povoação	27
2.2.3 Igreja e envolvente	30
2.3 Contributos da história e da arqueologia	35
2.3.1 Fontes documentais	35
2.3.2 Contributo da arqueologia	36
2.3.3 Contributo da história	37
2.4 O românico e o gótico	38
2.5 Ordens monásticas da Idade Média e uma breve geografia monástica	43
2.6 Caracterização sumária do mudéjar. Sua distribuição na Península Ibérica	50
2.7 A influência da cultura do Islão noutras áreas do Sul da Europa depois da reconquista cristã. O exemplo da Sicília	54

<b>3.</b>	<b>Análise morfológica e construtiva</b>	<b>66</b>
3.1	O saber de artesãos árabes na construção, como continuidade, contrariando a ideia associada ao florescimento de um estilo mudéjar somente no período de D. Manuel (1469-1521)	67
3.2	<i>A parede Lombarda</i>	70
3.3	Mudéjar de <i>Castilla y León</i>	73
3.4	O tijolo na arquitectura mudéjar	91
<b>4.</b>	<b>O desenho e os sistemas métricos na Idade Média</b>	<b>96</b>
4.1	O papel do desenho na Idade Média e a formação do arquitecto	97
4.2	Os sistemas métricos e as medidas na arquitectura na Idade Média	103
<b>5.</b>	<b>Modelos notáveis da arquitectura portuguesa e espanhola (contemporâneos ao objecto de estudo)</b>	<b>108</b>
5.1	Igreja de Santa Maria Maior, Sé de Lisboa	111
5.2	Igreja da Sé Velha de Coimbra	117
5.3	Mosteiro de Alcobaça	121
5.4	Ermida de Santa Catarina	129
5.5	Monasterio de San Martín de Castañeda	138
5.6	Monasterio de Santa María de Moreruela	141
<b>6.</b>	<b>O conjunto monástico em análise e uma hipótese de levantamento</b>	<b>146</b>
6.1	Enquadramento histórico	147
6.2	O património do mosteiro	151
6.3	Tentativa de reconstituição do mosteiro	154
6.4	Dimensionamento da igreja e do claustro	172
6.5	Elementos de referência	180
6.6	Elementos gráficos	187
<b>7.</b>	<b>Conclusões</b>	<b>189</b>
<b>8.</b>	<b>Proposta de intervenção - uma possível intervenção memória justificativa</b>	<b>201</b>

8.1	Proposta de valorização do imóvel	202
8.1.1	Condicionantes e constrangimentos na envolvente	207
8.1.2	Programa	216
8.2	Peças desenhadas	218
8.3	Considerações finais	222
9.	<b>Lista de desenhos</b>	<b>231</b>
10.	<b>Glossário</b>	<b>233</b>
11.	<b>Bibliografia</b>	<b>258</b>
12.	<b>Agradecimentos</b>	<b>271</b>

**Palavras chave:** Arquitectura, História da Arquitectura, mosteiro beneditino, salvaguarda, valorização, projecto, Bragança, mudéjar medieval.

A presente tese de dissertação tem como objecto de estudo o mosteiro e igreja de São Salvador de Castro de Avelãs, em Bragança. Sendo um trabalho de investigação realizado no âmbito do mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico (MIPA) da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP) e orientado pelo Prof. Doutor José Quintão, desenvolveu-se dentro da área da História da Arquitectura, estudando alguns exemplos, em concreto, de modo a fundamentar uma possível intervenção.

#### Contextualização

A primeira parte do estudo teve como objectivo o conhecimento do complexo, contextualizando-o na época de construção e de desenvolvimento do mosteiro (Baixa e Alta idade Média, sensivelmente entre séc. XI – séc. XV) e apoiando-se nos seguintes enquadramentos:

- geográfico e paisagístico da região;
- histórico da época;
- filosófico, cultural e social da época;
- âmbito da arquitectura e da construção.

#### Análise e comparação de casos

Inclui-se um capítulo que caracteriza o mudéjar, pois o objecto de estudo apresenta vestígios, do ponto de vista construtivo, integrados neste estilo arquitectónico. O mudéjar é um *fenómeno artístico* medieval com um lugar geográfico compreendido no território da Península Ibérica, difundido em focos localizados na área de Espanha: foco toledano, foco castelhano, foco aragonês e foco sevilhano.

Para esta dissertação interessou o foco concentrado na área de *Castilla y León* (por ser, obviamente, o que se encontra mais perto de Portugal e de Bragança), apresentando-se alguns exemplos desta região espanhola, que serviram de referência na tentativa de criar uma ponte entre o lado português e o lado espanhol, sublinhando uma cultura comum no âmbito das

práticas de encomenda de obras, métodos construtivos e mão-de-obra, contrariando a vontade suprema das fronteiras que então se delineavam. São Salvador de Castro de Avelãs é um sinal de que outras construções do género existiram na área (Bragança é exemplo disso), nessa estreita relação cultural, assinalada por interesses que ultrapassaram a constituição de reinos ou países através de fronteiras.

Foram, também, analisados os casos emblemáticos da arquitectura românica / gótica, cujas fases de construção são contemporâneas do objecto de estudo, servindo como contraponto à arquitectura mudéjar.

O complexo monástico enquanto construção física

A história do complexo monástico de São Salvador de Castro de Avelãs é marcada por um grande hiato documental, no que respeita ao período medieval, embora com algumas excepções de documentos, cuja autenticidade ainda não é totalmente segura. Relativamente ao mosteiro beneditino, não se sabe em concreto como a sua planta de implantação se desenvolvia, apesar da existência de dois indícios importantes:

- os vestígios no lugar (alguns perceptíveis, outros ainda não postos a descoberto);
- os outros mosteiros beneditinos, cujas construções permaneceram no tempo mesmo com alterações e remodelações.

Avança-se com uma hipótese de como poderá ter sido o complexo em estudo, com ênfase para a igreja pois, de todos os vestígios que possamos encontrar no local, aqueles que se encontram disponíveis e confirmáveis são os desta área: abside, parede lateral e base da torre (com arranque da fachada poente).

Esta hipótese é consequência da verificação de exemplos em concreto, anteriormente mencionada. Parte também da afirmação de que a região de Castro de Avelãs e Bragança, na viragem para a constituição do Condado Portucalense e de Portugal, estava intimamente ligada à área com a qual confinava (*Galicia, León e Castilla*), quer territorialmente, quer culturalmente.

O mosteiro era um exemplo manifesto dessa profunda afinidade e, actualmente, a cabeceira da igreja é um ícone da aldeia de Castro de Avelãs e o mais evidente vestígio em Portugal do mudéjar medieval. É, igualmente, a indelével marca de uma época em que as fronteiras territoriais, apesar de balizadas através de guerras e tratados, eram facilmente destronadas por relações sociais e culturais em prol da reconquista cristã e de interesses de propriedade entre o reino, a igreja, ordens religiosas e famílias poderosas.

A confirmação deste facto era acentuado quer pelo domínio latifundiário em território português do Mosteiros de *Santa María de Moreruela* (Zamora) e de *San Martín de Castañeda* (Sanabria), quer pela definição da área de influência do dialecto mirandês que se desenvolvia numa bolsa, em território português, confinando com uma parte da actual área de Zamora.

O mudéjar é um dos testemunhos, na história, de uma arquitectura construída sob critérios de tolerância, onde conviviam as culturas cristã, islâmica e judia, marco drasticamente apagado pelos actos de segregação e expulsão que tiveram lugar nos séculos imediatos.

#### Projecto

O projecto proposto parte do estudo anteriormente realizado, sendo indissociável o que se propõe como solução do que se estudou e como se estudou.

Outro factor a ter em conta são as diversas orientações, presentes nas várias cartas, convenções e recomendações europeias no que diz respeito à conservação e à salvaguarda do património.

Embora, concertadamente ao longo do trabalho, se foram aceitando, rejeitando e solidificando ideias com base no rigor de estudo, a solução proposta não pode deixar de ser uma visão e uma interpretação pessoal, baseadas num diálogo permanente e construtivo com o orientador da tese, servindo obviamente como reflexão e contributo para futuras acções no lugar abordado.

O estudo apresentado é, pois, uma tentativa de contextualização do complexo em termos de *história de arquitectura*, tendo como objectivo final a proposta de uma solução de intervenção arquitectónica.

**Key words:** Architecture, History of Architecture, Benedictine monastery, safeguard, enhance, project, *Bragança*, Middle Age *mudéjar*.

The subject of the present dissertation is the monastery and church of *São Salvador de Castro de Avelãs*, located in *Bragança*. The work submitted here is a research to a Master's degree called *Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico (MIPA)* developed in *Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP)* with a consultation of *Prof. Doutor José Quintão* as primary supervisor. The main area of studies is History of Architecture, and we studied several examples using real cases (built at the same time as the object study) in order to reach a solid proposal of conservative intervention.

#### **Context**

The first part of the study tried to achieve the full knowledge of the historical complex. This development was placed during the High and Low Middle Age (approximately 11th - 15th centuries) facing both time construction and further extensions. Subsequently this part was conducted using the following topics:

- geography and landscape of the area;
- history background;
- philosophy, culture and social environment;
- architecture and construction.

#### **Analysis and comparing case studies**

There is a chapter related with *mudéjar*, mainly because we believe that there is an important link between the object of study and *mudéjar* cases, by analysing the remaining constructive elements. The *mudéjar* is a medieval artistic phenomenon which was spread in *Península Ibérica* territory. Especially broaden in Spanish area in four distinguished areas: area of *Toledo*, area of *Castilla*, area of *Aragon* and area of *Sevilla*. Nevertheless, in our study, we only focused on *Castilla y León* region examples (since this area is obviously the nearest to Portugal and to *Bragança*). Geographically and culturally those examples were the strongest reference in the pursuit to justify a bond between the two areas, which in a present time are divided by formal frontiers. On one hand, we could verify a common cultural approach in building management

practices, constructive methods and labour work. And on the other hand, there was an opposition to a higher power willing to establish country borders.

In addition, we have analysed the emblematic romanico and gothic cases, contemporaneous of the monastery with the purpose to present a complete context.

### **The monastic complex from the construction point of view**

There is a lack of documentation concerning the monastic complex history, specifically related with the Middle Age period. Obviously, with some exceptions (even though, so far, their authenticity isn't consensual). Regarding the monastery, which was under Benedictine order rule, we don't know for sure how the main plan developed, although there are two important clues:

- traces *in loco* (some perceptible, others still hidden);
- other monasteries under the same religious order, in which the constructions survived until our days even with changes or adjustments.

In this study we propose a hypothesis about the complex, giving emphasis to the church, due to the reason of a significant concentration in this area of whole physical traces such as the apse, the lateral south wall and the tower's base, linking to west and south façades.

This theory is a consequence of the cases analysis laying, as well, on the assumption that *Castro de Avelãs* and *Bragança* are profoundly linked with the frontier areas (*Galizia, León* and *Castilla*), territorial and cultural speaking, as opposed to the effort made with the intention to constitute another independent area; earlier called the *Condado Portucalense* and then Portugal.

The monastery stands for that obvious affinity and today the church apse is considered an icon, either to the small village, as well as being the most evident trace of medieval *mudéjar* in Portugal. It is also an unquestionable period evidence where territorial boundaries, drawn by wars and treaties, were easily broken by social and cultural relationships in the name of Christian Conquest and also of property interests involving kingdom, church and powerful families.

In order to affirmably prove the statement immediately above we can also point out the numerous (properties in Portuguese territory that both Spanish monasteries *Santa María de Moreruela* (Zamora) and *San Martín de Castañeda* (Sanabria) had under control. We also draw

attention to the *mirandês* dialect, which developed in a restricted area located in Portugal but with remarkable extension in the neighbourhood of Zamora.

The *mudéjar* plays an important role in history, as it stands for an authentication of a specific architecture built under tolerance concepts, which means that Christian, Islamic and Jewish cultures apparently lived altogether and influenced each other with the same goal of creating a space where life could begin. Unfortunately in the coming centuries this attitude was overcome by a segregational perception leading to dramatic expulsions and even worse actions such as persecution and murder.

### **Project**

The project submitted to appreciation has no doubt a narrow link with the subjects that were studied regarding both the previous approach and analysing methods (what we study and how we study it).

Another important feature that influenced its development were the several references contained (presented) in all European charters, conventions and recommendations concerning heritage conservation and safeguard.

Although during the study we thoroughly were able to accept, to refuse and obtain solid ideas, the final solution appears also as a personal interpretation which lies on a permanent and constructive dialogue with the primary supervisor. We expect that in the future it could be identified with a reflection and a contribution to upcoming actions to be taken in the site.

**Mots clés:** Architecture, Histoire de la Architecture, monastère bénédictin, sauvegarde, valorisation, projet, *Bragança*, *mudéjar* médiévale.

Ce mémoire porte sur l'étude du monastère et de l'église de *São Salvador de Castro de Avelãs*, situés à *Bragança*. Ce travail de recherche a été réalisé dans le cadre du *Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico* [DEA en Methodologies d'Intervention dans le Patrimoine Architecturale] auprès de la *Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto* (FAUP). La recherche a été coordonnée par le directeur de mémoire *Prof. Doutor José Quintão* et s'est développée dans le champ de l'histoire de l'architecture. Nous sommes partis de quelques exemples concrets, dans le but de rendre possible une éventuelle intervention.

La première partie de ce travail cherche à replacer le complexe dans le contexte de l'époque de sa construction et de développement (Bas et Haut Moyen âge, approximativement entre le XI<sup>ème</sup> et le XV<sup>ème</sup> siècles) et constitue une approche théorique de l'objet d'étude selon les axes suivants:

- géographie et paysage de la région;
- histoire de l'époque;
- contextes philosophique, culturel et social de l'époque;
- architecture et construction.

#### **Analyse et comparaison des cas**

L'un des chapitres caractérise le *mudéjar*, puisque l'objet d'étude présente des vestiges appartenant à ce style architectural. Le *mudéjar* est un phénomène artistique existant dans la Péninsule Ibérique et diffusé en zones délimitées, localisées en Espagne: foyer de Tolède, foyer castillan, foyer aragonais et foyer de Séville.

Pour ce travail nous sommes intéressés à *Castilla y León* (en raison de sa proximité avec le Portugal et *Bragança*), et nous avons présenté et étudié quelques exemples de cette région. Ils nous ont servi de référence pour comparer les techniques de réalisation portugaise et espagnole, et pour souligner l'existence d'une culture commune dans les pratiques de gestion des chantiers et de la main d'œuvre, et des méthodes de construction, contrairement à ce que la présence de frontières pourrait laisser

*São Salvador de Castro de Avelãs* prouve que d'autres constructions du même genre ont existé dans cette région (*Bragança* en est l'exemple), dans une étroite relation culturelle, basée sur des intérêts supérieurs à la constitution des royaumes ou des pays définis par les frontières.

Nous avons aussi analysé les cas emblématiques de l'architecture romane / gothique, dont les phases de construction sont contemporaines de l'objet d'étude, pour les comparer à l'architecture *mudéjar*.

### **Le complexe monastique comme construction physique**

Peu des documents portant l'histoire du complexe monastique *São Salvador de Castro de Avelãs* à la période médiévale sont disponibles, même s'il existe quelques documents dont l'authenticité n'est pas encore totalement avérée. Ainsi, en ce qui concerne le monastère bénédictin, nous ne savons pas, concrètement, quel en était le tracé exact malgré deux indices très importants:

- les vestiges sur le site (quelques-uns étant perceptibles et d'autres n'étant pas encore mis au jour);
- les autres monastères bénédictins, dont les constructions se sont maintenues au cours des siècles, malgré des modifications.

Nous formulons une hypothèse concernant le plan du complexe étudié, et en particulier de l'église, parce que, parmi les vestiges présents sur le site, seuls ceux de cet édifice (abside, mur latéral et base de la tour avec naissance de la façade ouest) sont disponibles et vérifiables.

Cette hypothèse résulte de l'examen des exemples concrets, mentionnés ci-dessus et repose sur le fait que la région de *Castro de Avelãs* e *Bragança*, pendant la constitution du Comté *Portucalense* et du Portugal était fortement liée à la région à laquelle elle confinait (*Galicie, León, Castilla*), que ce soit territorialement, ou culturellement.

Le monastère était un exemple évident de cette relation. Actuellement le chevet de l'église est l'icône du village de *Castro de Avelãs* et la marque la plus évidente du *mudéjar* médiéval au Portugal. C'est aussi le vestige indélébile d'une époque où les frontières territoriales, bien que fixées par des guerres et des traités, étaient facilement modifiées grâce aux relations sociales et culturelles, pour protéger la reconquête chrétienne, les propriétés du royaume, de l'église, des ordres religieux et des familles locales qui avaient le pouvoir.

Ce fait était accentué aussi bien par la présence des latifundia des [Monastère de *Santa María de Moreruela* (Zamora) et de *San Martín de Castañeda* (Sanabria)] dans le territoire portugais,

que par la définition du secteur d'influence du dialecte *mirandês* qui s'est développé dans une enclave, sur le territoire portugais, jouxtant une partie de l'actuelle région de Zamora.

Le *mudéjar* est l'un des témoignages, dans l'histoire, d'une architecture faisant preuve de tolérance, où coexistaient les cultures chrétienne, islamique et juive, et qui a été par la suite radicalement effacé par les actes de ségrégation et d'expulsion qui ont eu lieu dans les siècles suivants.

### **Project**

Le projet proposé se base sur l'étude réalisée au préalable, la solution proposée étant donc indissociable de ce qui a été étudié et de la démarche adoptée, ainsi que des diverses orientations, présentes dans les nombreuses chartes, conventions et recommandations européennes relatives à la conservation et à la sauvegarde du patrimoine.

Bien que, tout au long du travail, des idées aient été retenues, rejetées ou renforcées sur la base d'une étude rigoureuse, la solution proposée constitue une vision et une interprétation personnelles, étayées par un dialogue permanent et constructif avec le directeur de mémoire, qui serviront de réflexion et de contribution pour de futures actions dans le lieu étudié.

L'étude présentée est en conséquence, une tentative de replacer le complexe dans le contexte de l'histoire de l'architecture, avec comme, la recherche d'une solution d'intervention architecturale.

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

## 1. introdução

## 1. introdução

### Objectivo do estudo

Este estudo teve como ponto de partida, a recolha e reunião (possível num trabalho desta índole) do máximo de elementos respeitantes ao extinto mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs, do ponto de vista da sua evolução arquitectónica.

Elucida-se que, relativamente aos elementos gráficos apresentados no presente estudo, são elementos elaborados a partir de cartografia cedida pela Câmara Municipal de Bragança, do levantamento da igreja constante no Arquivo da DGEMN (sistema informático AROP) e de medições directas realizadas pela autora do trabalho.

Dado o pouco conhecimento, ou mesmo a inexistência de estudos arqueológicos mais recentes que indicassem com maior certeza o traçado da igreja original e o desenvolvimento do mosteiro, um dos objectivos iniciais foi certamente, visto esta investigação se situar no campo arquitectónico, a tentativa do *com'era e dov'era* de *Luca Beltrami*, numa perspectiva de puro desafio analítico.

Assim o período histórico para contextualização do trabalho é a Idade Média (Baixa e Alta Idade Média), mas claramente recorre-se a outros momentos anteriormente e posteriormente, de modo a enquadrar o monumento. A escolha deste período, obviamente, tem a ver com o facto de ser a época de formação das principais ordens religiosas europeias, da implantação e da prosperidade dos seus mosteiros e conventos e como tal o período mais importante para São Salvador de Castro de Avelãs, já que se tratava de um mosteiro, provavelmente de origem familiar e vinculado posteriormente à ordem beneditina. Malgrado a ausência de fontes documentais, relativas a essa etapa histórica respeitantes concretamente ao mosteiro em análise, muitos historiadores são peremptórios em considerar este complexo monástico fulcral na organização e na administração do espaço, numa fase de pós-reconquista cristã, com incidência no território pertencente a Trás-os-Montes, contribuindo para uma definição da fronteira entre Portugal, Galiza, Leão e Castela.

Na contextualização geográfica e histórica do conjunto, encontraremos a referência *Torre Velha*, com dois significados: a *Torre Velha* como topónimo de uma área onde se pensa ter existido a permanência humana, correspondente ao período proto-histórico e romano e a *Torre Velha*, denominando os vestígios do que provavelmente foi uma torre da igreja de São Salvador de Castro de Avelãs.

Há que ressaltar o estudo da época de uma forma abrangente, caminhando para questões mais específicas da construção e da arquitectura monástica, entendendo-os como um dos motores de desenvolvimento cultural de então.

O trabalho desenvolvido teve como objecto de estudo o extinto mosteiro e as suas memórias, mas como qualquer investigação movida pela curiosidade e na falta de elementos documentais medievais precisos, outros elementos foram analisados, mais concretamente a aldeia e envolvente mais próxima, segundo o aspecto de contextualização e procurando encontrar indícios que pudessem sustentar algumas ideias que se formaram ao longo do dito trabalho. Outro método adoptado, no sentido de obviar a falta de informação, foi a análise de casos emblemáticos (seus contemporâneos) que terão servido de modelo, na época e de casos de mudéjar da zona de *Castilla y León*. A atenção relativamente à coetaneidade é uma condição de análise importante, tendo presente outros factores que poderão ter condicionado a construção do mosteiro em estudo, como questões mais regionais e culturais numa época em que o novo país se organizava em termos políticos e administrativos.

Um percurso de investigação poderá ter, somente, como objectivo a reunião de elementos e de factos, no sentido de contribuir para uma recolha documental. Neste caso, existindo alguns trabalhos na área de estudo documental e histórico e o trabalho, em questão, se encontrar na área da arquitectura, existiu um propósito inicial de descobrir uma finalidade relativamente à valorização, bem como ao usufruto do local (área do mosteiro).

Será importante também ter presente o que a carta de Veneza nos transmite no seu artigo 9.º: *O restauro é uma operação que deve ser assumida como um carácter excepcional. Deve ter por objectivo a conservação e a revelação dos valores estéticos e históricos do monumento, baseando-se no respeito pela essência do antigo e na autenticidade dos documentos. O restauro cessa onde começa a hipótese, no plano das reconstituições conjecturais, todo o trabalho de completamento, reconhecido indispensável por razões estéticas ou técnicas conduz à composição arquitectónica e deixa a marca do nosso tempo. O restauro será sempre procedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.*

Assim, apresentam-se elementos gráficos de análise, bem como se disserta sobre uma possível intervenção de valorização na área envolvente mais próxima da actual igreja (zona que se julga tratar da área anteriormente envolvida pela cerca). Neste *estudo prévio* propõe-se a fundamentação de um tipo de intervenção que corresponderá a um determinado rótulo, quando analisada segundo os critérios de classificação de filosofias de intervenção. Mais importante do que a sua categorização, será essencial reter que o desenvolvimento do trabalho se bateu, depois de um considerável conhecimento do objecto de estudo, por uma consciente tomada de decisões projectuais, pautadas por diversas condicionantes, expostas no capítulo relativo à **proposta**.

De salientar que Antonio González i Moreno-Navarro<sup>1</sup> no seu texto de reflexões, no âmbito do restauro, propõe um método que se baseia em dois princípios fundamentais que interessa sublinhar a par com o trabalho desta tese.

O primeiro é considerar que o principal objectivo do restauro é proteger (não necessariamente o sinónimo de preservar ou conservar, mas de patrocinar, favorecer e promover) o carácter triplo (documental, arquitectónico e significativo) do monumento e garantir que a sua envolvente humana possa obter um benefício dessa acção.

O segundo princípio relaciona-se com a necessidade de objectivar os fins e os meios de cada intervenção de restauro (tendo presente que os meios se apresentam em função dos fins e não o contrário), mediante a adequação, em cada caso, dos fins e dos meios genéricos preestabelecidos em função das circunstâncias (sócio-culturais, económicas, incluindo as do tipo conjuntural) do monumento a intervir.

Como nota final, a tese agora apresentada é fruto de uma contínua reflexão entre mestranda e orientador, constituindo um percurso ora mais leve e simples, ora mais duro e frustrante, no entanto pensamos tratar-se de um desenvolvimento característico deste tipo de trabalho. Julga-se, pois, que este trabalho poderá ser útil para futuras ideias, debates e acções sobre o objecto de estudo.

<sup>1</sup> in *Reflexiones en torno a la restauración como proyecto de arquitectura*, 'El proyecto de restauración', Madrid, Editorial Munilla-Leria, s/d, p.13.

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

## **2. enquadramento histórico e geográfico**

## 2. enquadramento histórico e geográfico

*Não faz sentido falar de uma unidade do território português baseada em condições naturais ou de uma individualidade geográfica de Portugal dentro do conjunto da Península Ibérica. Na verdade, o Minho continua na Galiza tanto na orografia e no clima como nas formas da exploração do solo. **Trás-os-Montes e o norte da Beira prolongam a meseta Ibérica.** A cordilheira Central (serra da Estrela, etc.) separa o Norte do Sul de Portugal assim como separa o Norte e o Sul da vizinha Castela. A Beira Baixa e o Alentejo compartilham de condições que se encontram na Estremadura espanhola. E a província mais meridional do País, o Algarve, não difere grandemente da Andaluzia litoral. Em todos os casos se deparam semelhanças, não só no solo e no clima, mas também nas maneiras de viver e nas condições económicas gerais.*

*in* MARQUES, A. H. de Oliveira, *Breve história de Portugal*, p.11

### 2.1 Caracterização genérica da região

A região de Bragança, Terra Fria Transmontana, localiza-se numa zona de fronteira entre Portugal e Espanha, convivendo com a província da Galiza a Norte e a província de Castela e Leão a Este.

Orlando Ribeiro<sup>1</sup> caracteriza Portugal, segundo os acidentes do terreno, como sendo uma área em que sete décimos do solo pertencem ao maciço antigo ibérico (Maciço Hispérico),

---

<sup>1</sup> *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 58 e 64.

responsável pela *arquitectura* da península, à volta do qual se dispõem bacias deprimidas ou orlas de terra moderna elevadas, onde o calcário é a rocha mais significativa, participando do miolo de quase todos os terrenos.

Ao contrário de Espanha, região de terras altas, em Portugal predominam as terras de baixa altitude. Mais de 70% do solo encontra-se a menos de 400m e menos de 12% acima dos 700m.

Tomando o rio Tejo como linha de referência entre o Norte e o Sul, Portugal aparece dividido em duas áreas de relevo: o Sul, com dois terços das terras baixas inferiores a 200m, afirmando-se *pelas suas planuras e planaltos médios, pelas suas bacias fluviais deprimidas e terrenos molemente dobrados com poucos acidentes montanhosos*. O Norte é caracterizado pelos seus 95% de área, correspondente a altitudes superiores a 400m. Pode-se afirmar que a terra alta é predominante, exceptuando nas zonas litorais muito específicas, ligadas às estreitas margens dos rios. *As plataformas monótonas ou de suave ondulação características do Alentejo* repetem-se em Trás-os-Montes e na Beira Transmontana, mas numa altitude mais elevada.



panorâmica da aldeia de Castro de Avelãs

Neste cenário de planalto, a topografia transmontana prolonga-se para a meseta castelhana, afirmando a continuidade territorial e geográfica da Península a Este. Para Norte, a área é separada da Galiza através do actual Parque Nacional de Montesinho (que se estende por Espanha), uma zona montanhosa com características de fauna e flora autóctones.



Parque Nacional de Montesinho (que se estende por Espanha)

### O clima

A região de Bragança encontra-se na *Província Continental do Norte*, segundo Orlando Ribeiro e Hermann Lautensach<sup>2</sup>.

Esta classificação abrange igualmente as zonas de Vila Real e de Vidago e corresponde aos planaltos de Trás-os-Montes ou à *Terra Fria*. Climatericamente, define-se por Verões quentes e curtos e Invernos frios e longos, pontuados de quando em vez por neve, com a permanência de ventos frios e secos. A precipitação varia com o relevo, verificando-se, nas áreas mais a leste, níveis superiores a 600mm, sendo a humidade relativa muito baixa no Verão, impondo um longo período de seca estival.

### A vegetação, agricultura como suporte à paisagem

A vegetação da Península Ibérica é constituída por um manto vegetal em que muitas plantas são endémicas, outras foram introduzidas pela mão do homem, traduzindo as condições dos solos e do clima. Nesse universo, 2/3 compõem-se por plantas comuns à Europa Ocidental e Média e por plantas do mundo mediterrâneo e o restante 1/3 é de origem autóctone ou comum à África do Norte. Muitas dessas espécies encontram no território ibérico (ponto de encontro entre a Europa atlântica e a Europa mediterrânea) o limite setentrional e meridional da sua expansão.

O carvalho-roble ou alvarinho (*Quercus robur*) é um exemplo emblemático desse limite, pois confinado ao Noroeste não desce para além do Mondego e na zona dos planaltos transmontanos e Cordilheira Central é substituído pelo carvalho negral (*Quercus pyrenaica*). Pela secura atmosférica e pelo rigor da neve, a zona de Bragança pertence, também, a uma das zonas limite da cultura do pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*)<sup>3</sup> que aqui adquire uma qualidade excelente, quanto à madeira.

Segundo Caldeira Cabral e Ribeiro Telles<sup>4</sup> a zona de Bragança pode ser caracterizada por uma área de *carvalhal de zona continental - seca e fria*.

As árvores que predominam nesta zona são: o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o carvalho-roble (*Quercus robur*), o sobreiro (*Quercus suber*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*), o pinheiro-manso (*Pinus pinea*), o medronheiro (*Arbutus unedo*), o vidoeiro (*Betula celtiberica*)<sup>5</sup>,

<sup>2</sup> *Geografia de Portugal. II O Ritmo Climático e a Paisagem*, p.366.

<sup>3</sup> Segundo Lautensach, alguns autores consideram que o pinheiro-bravo foi introduzido na península Ibérica na Idade Média.

<sup>4</sup> *A árvore em Portugal*, p.43.

<sup>5</sup> Segundo Lautensach (*op. cit.*), o vidoeiro é uma árvore presente na paisagem dos Pirinéus e nos Montes Cantábricos, normalmente acompanhada pela faia (*Fagus sylvatica*), abeto e pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*), o que no caso concreto de Bragança não acontece.

a tramazeira (*Sorbus aucuparia*), o catapereiro (*Pyrus communis*), a cerejeira-brava (*Prunus avium*), o azevinho (*Ilex aquifolium*).

Os arbustos mais comuns são: o pilriteiro (*Crataegus spp.*), o abrunheiro-bravo (*Prunus spinosa*), o teixo (*Taxus baccata*), a giesteira-das-vassouras (*Cytisus striatus*), a giesteira-branca (*Cytisus striatus*), o amieiro-negro (*Fragula alnus*), o arando (*Vaccinium myrtillus*), a roseira-brava (*Rosa sempervirens*) e o zimbro (*Juniperus oxycedrus*).

Nas vertentes transmontanas, como é o caso da zona de Bragança, o carvalho-negral aparece associado ao castanheiro (*Castanea sativa*), formando tufos dispersos, pequenos bosques e algumas vezes misturados entre os campos de centeio, em todos estas situações procurando a cultura de subsistência da lande e da castanha.

A rotina agrária assenta na produção do centeio, planta nórdica trazida, segundo Suzanne Daveau<sup>6</sup>, pelos suevos e visigodos, alternando com o pousio ou a produção da batata. O clima das terras frias é óptimo para a produção deste tubérculo, a ponto destas áreas se terem especializado na produção de semente da batata.

Nas zonas de lameiro cria-se gado graúdo, mas as ovelhas e cabras predominam, porque tanto se alimentam nos montes como no restolho do cereal.

#### A população

*Quer se entre em Trás-os-Montes pela estrada de Braga a Montalegre ao longo das vertentes do Cavado, talvez a mais bela estrada de Portugal, quer se atravesse o Marão, o contraste é nítido. A paisagem carrega-se de tons severos, cinzentos, acastanhados. A luz torna-se mais crua e a gente mais retraída.*<sup>7</sup>

A população, de baixa densidade populacional, com fortes tradições comunitárias<sup>8</sup>, concentra-se pontualmente na paisagem em povoados assentes nas grandes extensões de planalto, que por sua vez se encadeiam nos planaltos de Leão e de Castela-a-Velha, longe do mar e isoladas, continentalmente, por serras. Este afastamento não impediu que se tenha desenvolvido uma civilização megalítica ocidental, concretamente na área da actual Galiza, Cantábria e norte de Portugal, mostrando semelhanças com a Bretanha, País de Gales e Irlanda. Estas raízes prolongam-se no tempo, impondo-se como o último reduto da cultura céltica na península e arrastando-se até à Alta Idade Média.

<sup>6</sup> *Geografia de Portugal III. O Povo Português*, p.686.

<sup>7</sup> *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, p. 180.

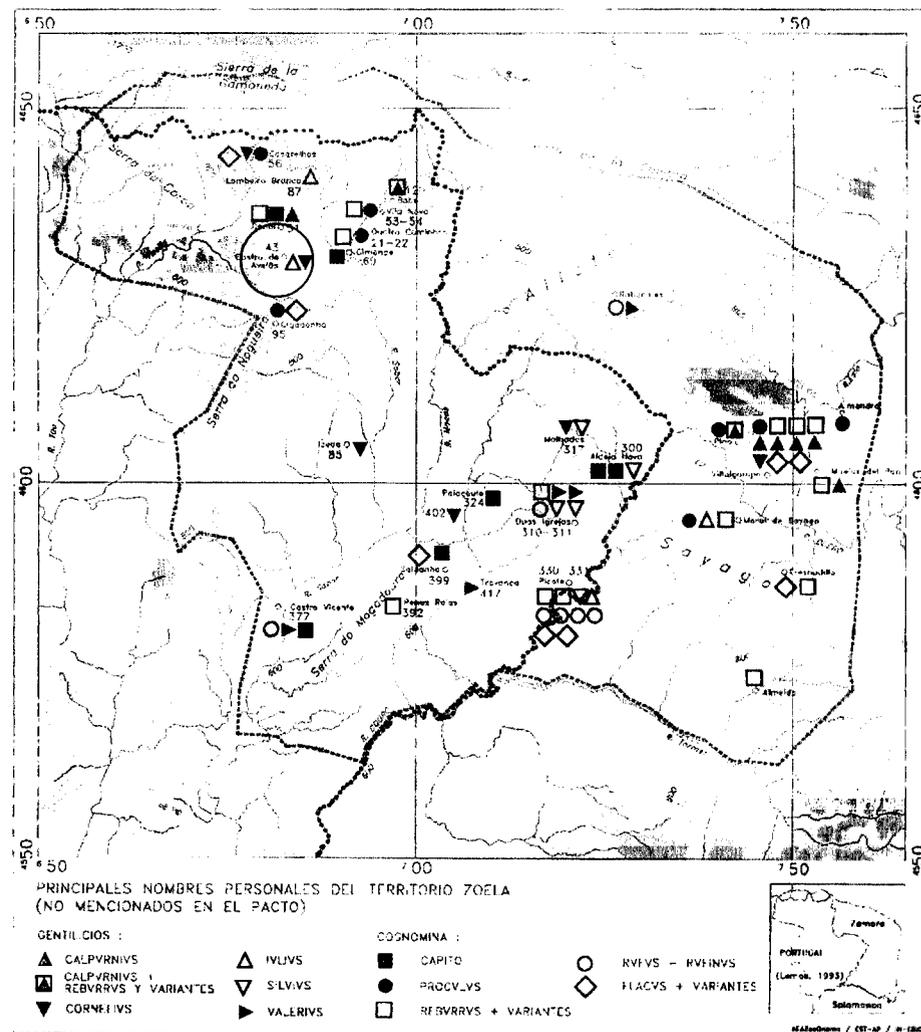
<sup>8</sup> Veja-se o exemplo de Rio de Onor.

## 2.2 Conhecimento do edifício e envolvente

Os diversos indícios históricos e os vestígios *in loco*, contando com a memória colectiva dos habitantes da aldeia, são alguns dos elementos disponíveis para desenvolver o presente estudo. Através desses instrumentos procede-se a uma tentativa de caracterização da envolvente do edifício em estudo.

### 2.2.1 Castro

As fontes históricas, apoiadas em alguns achados pontuais na aldeia de Castro de Avelãs, indiciam uma ocupação do território remontando a um período pré-histórico.

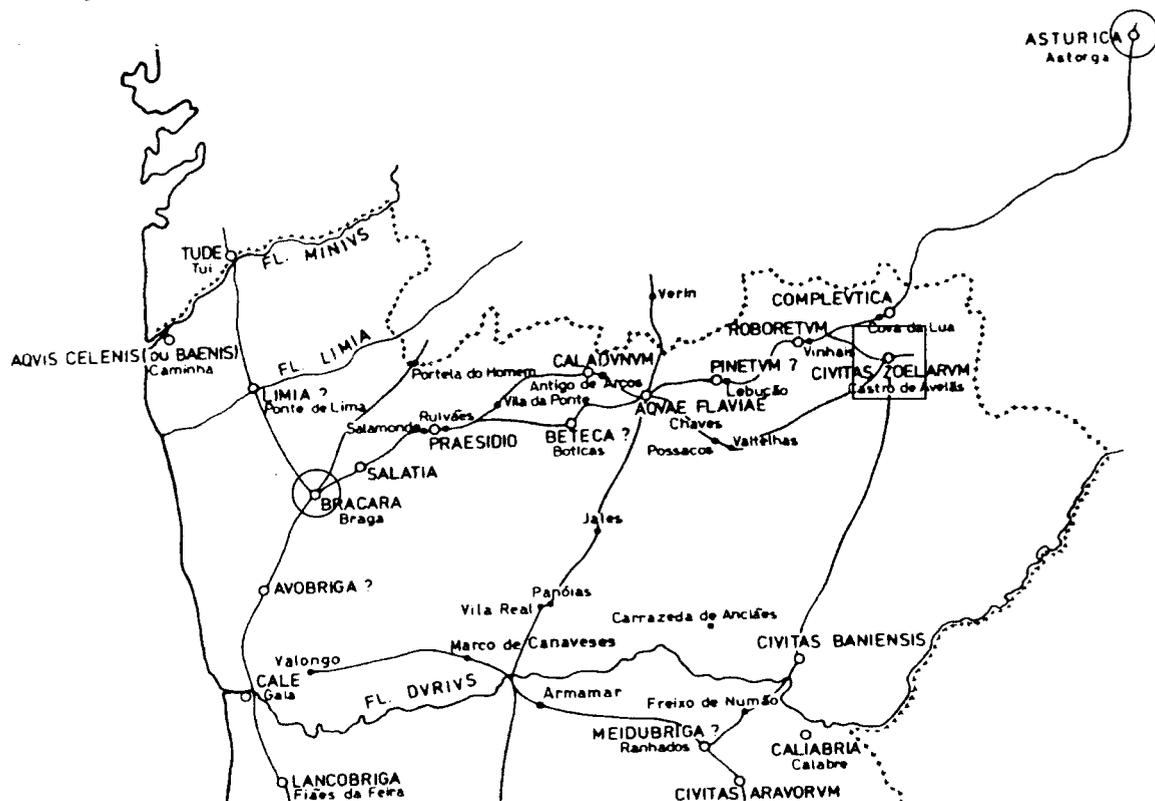


principais nomes pessoais do território Zoela

O lugar de Castro de Avelãs, pelas suas condições geográficas, topográficas e climatéricas, foi desde sempre ocupado, integrando-se num sistema de castros defensivos, de povoamento do

território da Idade do Ferro, os quais deram origem, mais tarde, às concentrações demográficas das actuais vilas e aldeias. O domínio do povo Zoela correspondia à área nordeste de Trás-os-Montes (Bragança, Miranda do Douro, Picote, Aldeia Nova e, também, uma parte de Zamora; Terras de *Aliste*, *Rabanales* e *Villal-Campo*). Este povo tinha a devoção ao deus Aerno<sup>9</sup> ligado à protecção da vegetação.

Pensa-se que esta área sofreu um processo de romanização, sob o comando da província Tarraconense, pelo facto de no *Cabeço do Castro* ou *Torre Velha*<sup>10</sup> se terem encontrado achados epigráficos e alguns vestígios de implantação de construções romanas, testemunhos do processo de modernização do castro. Concretamente foram encontrados os restos de um provável templo, bem como o traçado de uma via romana que passaria pela ponte de Ariães, entre a descoberta de inúmeros artefactos, os quais representam a convivência entre as duas civilizações.



in Roman Portugal de J. de ALARCÃO

Muitos autores, como Hubner e Leite de Vasconcelos propõem a localização nesta área da capital dos Zoelas, teoria, posteriormente, rebatida por R. Colmenero, o qual através de uma recolha exaustiva sobre o Itinerário de Antonino e da epigrafia local, afirma ter existido nesta

<sup>9</sup> *Aemus* vem da forma grega *Emos* que significa ramos ou plantas.

<sup>10</sup> Microtopónimo que remete para uma construção defensiva.

área a *mansione*<sup>11</sup> *Compleutica* e não uma *polis* ou *civitas*, questionando, igualmente, a origem dos habitantes que ou se integrariam no convento bracarense (*Avobrigenses*) ou no *conventus* asturicense (*Zoelae*).

À falta de escavações arqueológicas sistematizadas e orientadas cientificamente, ficam estas considerações sobre momentos da proto-história e da romanização em aberto, bem como se essa ocupação continuou em permanência até à Alta Idade Média.

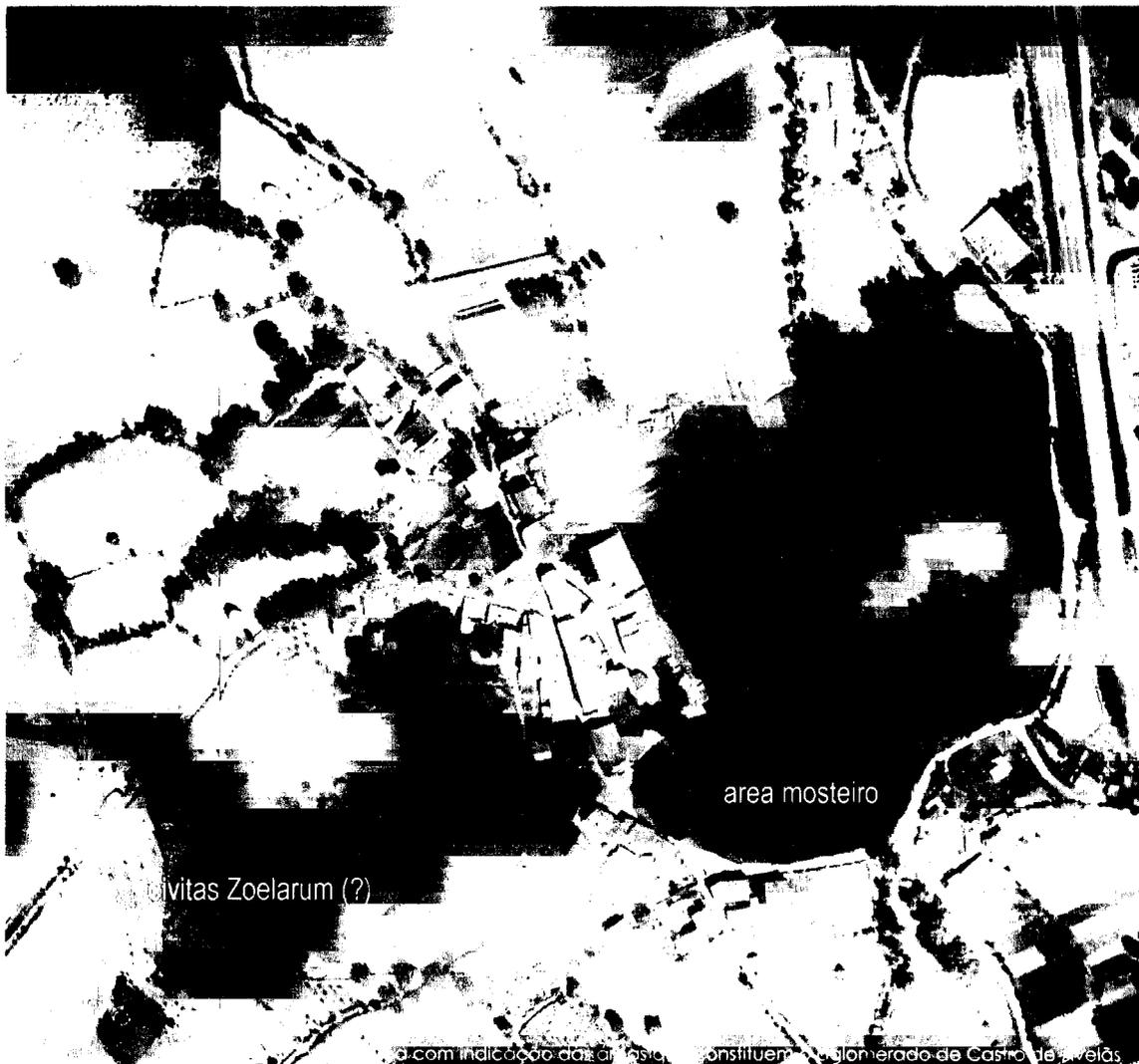


Fig. 1 - Aerial photograph of the Castro de Avelãs archaeological site, with indication of the *civitas Zoelarum (?)* and the *area mosteiro*.

## 2.2.2 Povoação

No séc. XII, segundo Ana Maria Afonso<sup>12</sup>, a aldeia pertencia ao julgado e comarca de Bragança. Em termos de tutela eclesiástica, esta integrava-se na arquidiocese de Braga.

<sup>11</sup> Na via romana do XVII Itinerário de Antonino situavam-se as *mansiones*, residências importantes responsáveis pela administração de vasto um território.

A aldeia de Castro de Avelãs situa-se aproximadamente a 5 km de Bragança, numa veiga, atravessada pelo afluente do Rio Sabor, a Ribeira de Fervença (Ribeira de Castro, carta militar 1:25.000, n.º 37), a uma altitude de 500m (aprox.) numa situação de planalto. A envolvente da aldeia é, ainda, vocacionada para agricultura e criação de gado, sendo por isso classificada pelo Instituto Nacional de Estatística como *área predominantemente rural*. A aldeia tem uma população de 483 residentes, constituída por 170 famílias tradicionais, 125 das quais se dedicam à agricultura. A área da freguesia é de 13,6 km<sup>2</sup> com uma densidade populacional de 35,5 hab/km<sup>2</sup>, estando destinados para Superfície Agrícola Utilizada (SAU) 903 ha<sup>13</sup>.

A sua proximidade a Bragança tem condicionado a leitura em relação ao envelhecimento da população na aldeia, pois sendo uma das áreas preferencialmente de extensão urbana da cidade, o urbano aproxima-se cada vez mais da área rural, trazendo classes etárias mais novas e não deixando, do ponto de vista de uma análise mais concreta, transparecer a real situação do aglomerado em questão. Neste contexto é perceptível a leitura comparativa de habitantes com o valor de 387, conhecido nos meados do séc. XX, com o dos censos de 1991 de 428 e o mais recente valor de 2001 de 483. Facilmente, ao movermo-nos pelos caminhos e veredas da aldeia, apercebemo-nos da degradação do parque habitacional e do grau de envelhecimento dos habitantes, onde não existem brincadeiras de crianças<sup>14</sup>.

Apresenta-se de seguida um quadro com os indicadores principais para a caracterização da aldeia, retirados da página web do Instituto Nacional de Estatística.

designação do indicador	valor	unidade	período
área total	13,59	km <sup>2</sup>	2001
densidade populacional	35,53	hab / km <sup>2</sup>	2001
população residente HM	483	indivíduos	2001
população residente H	243	indivíduos	2001
população presente HM	461	indivíduos	2001
população presente H	230	indivíduos	2001
população presente M	231	indivíduos	2001
população residente M	240	indivíduos	2001
famílias clássicas residentes	170	n.º	2001
famílias institucionais	0	n.º	2001
alojamentos familiares - Total	238	n.º	2001
alojamentos familiares - Clássicos	238	n.º	2001

<sup>12</sup> AFONSO, *Op.cit.*, p.18.

<sup>13</sup> Segundo dados dos Censos de 2001 do INE.

<sup>14</sup> Segundo o actual pároco, responsável pela paróquia de São Bento de Castro de Avelãs, Pe. José Carlos Martins, actualmente, não existem crianças nesta aldeia.

alojamentos familiares - Outros	0	n.º	2001
alojamentos colectivos	0	n.º	2001
edifícios	227	n.º	2001
superfície agrícola utilizada (SAU)	903	ha	1999
superfície agrícola utilizada (SAU) - por conta própria	872	ha	1999
superfície agrícola utilizada (SAU) - arrendamento	31	ha	1999
nados vivos, HM	-	n.º	2001
nados vivos, H	-	n.º	2001
óbitos, HM	2	n.º	2001
óbitos, H	2	n.º	2001
superfície agrícola não utilizada	16	ha	1999
SAU por exploração	11,88	ha / exploração	1999
blocos com SAU por exploração	23,34	n.º / exploração	1999
núcleos familiares residentes	145	n.º	2001
população agrícola	225	indivíduos	1999

in Census, [http://www.infonline.pt/prod\\_serv/retrato/retrato.asp?nomenclatura=1&R1=V2&x\\_nut=1\\_1\\_8\\_03](http://www.infonline.pt/prod_serv/retrato/retrato.asp?nomenclatura=1&R1=V2&x_nut=1_1_8_03)

Do ponto de vista antropológico, os costumes da aldeia estarão condenados, malgrado a constituição da *Associação de amigos para melhoramentos da freguesia de Castro de Avelãs*, pois a população original tenderá a desaparecer sendo substituída por uma nova população mais urbana. De facto, no ano de 2005, foi introduzido o sistema de saneamento constituído pelo abastecimento de água e introdução de esgotos públicos. Estes são sinais de uma mudança desejável, mas estas operações apoiam-se, muitas vezes, em programas muito incompletos e bastante localizados, não tendo por objectivo o conhecimento mais amplo do sítio, de modo a contribuir para uma valorização global e integrada, para além da esfera das obras públicas.

Ainda, num registo de modernidade, uma nota sobre a introdução do IP4 a uma cota muito próxima da veiga em que se implanta a igreja. Este novo meio de comunicação viária moldou-se à topografia do lugar, de modo a permitir uma ligação mais rápida de Bragança a outras localidades mais distantes e vice-versa, no entanto todas estas infra-estruturas são pesadas quer em termos de impacto visual, quer em termos de custos, e muitas vezes os resultados finais não são os mais satisfatórios. Neste caso a solução, para além de dividir o vale, cortando a ligação territorial da igreja com a envolvente, também não parece ser em termos de enquadramento da igreja e da aldeia o melhor, tanto mais que nem existe um acesso directo à aldeia a partir desta via.

Em termos de paisagem, é marcada pela proximidade do Parque de Montesinho e pela actividade da agricultura. Tal como o resto de Trás-os-Montes, a paisagem é marcada pelo clima, pela topografia, pelo solo e pela transformação humana que no caso concreto de Castro de Avelãs se pode afirmar ser uma associação de montes fartos de matos e lenha, de bosques,

de prados e de culturas. Aí, predominam os cereais, o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*), o castanheiro (*Castanea sativa*) entre algumas marcas de arbustos do mediterrâneo como a esteva (*Cistus ladanifer*), a carqueja (*Baccaris crispa*), as carrasqueiras (*Quercus coccifera*), a arçã ou rosmaninho (*Lavandula stoechas*), o tomilho (*Thymus spp.*) rodeando a azinheira (*Quercus ilex*) e o sobreiro (*Quercus sobur*), árvores de origem, igualmente mediterrânea. Muito provavelmente a conformação da paisagem demonstra, ainda, a marca do domínio do mosteiro e de suas propriedades, apoiado na importância das árvores (como o castanheiro e a nogueira) fundamentais para subsistência da estrutura humana da congregação.

### 2.2.3 Igreja e envolvente

A situação do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs, cruzada com elementos de diversas fases históricas, leva-nos, ainda, a dedicar alguma atenção às vias de comunicação.

Numa primeira fase supõe-se que da via romana que ligava *Bracara Augusta*, Braga a *Asturica Augusta*, Astorga (Espanha), derivava um ramo que passava por Castro de Avelãs.

Na ampla envolvente, de onde se julga ter sido implantado o mosteiro, existem alguns marcos miliários, mas o traçado principal da via está em aberto, em parte pelas diversas variantes equacionadas, como pela incerteza sobre as localizações das *mansiones* referidas no *Itinerário de Antonino*<sup>15</sup>. Os esboços, que se vão desenhando pelos arqueólogos, pretendem interligar os imensos vestígios existentes e assim sugerem-se duas variantes a **variante sul** (a Castro de Avelãs por Valpaços; talvez a verdadeira rota da Via XVII) e a **variante norte** (a Castro de Avelãs por Vinhais):

#### Variante sul

Calçada, Eiras

S. Lourenço, Eiras

S. Julião de Montenegro

segue por Falgueira, Poças, Alto da Gesta e Barracão

travessia do ribeira de Limãos

Sá

Vilarandelo

Lagoas, Valpaços

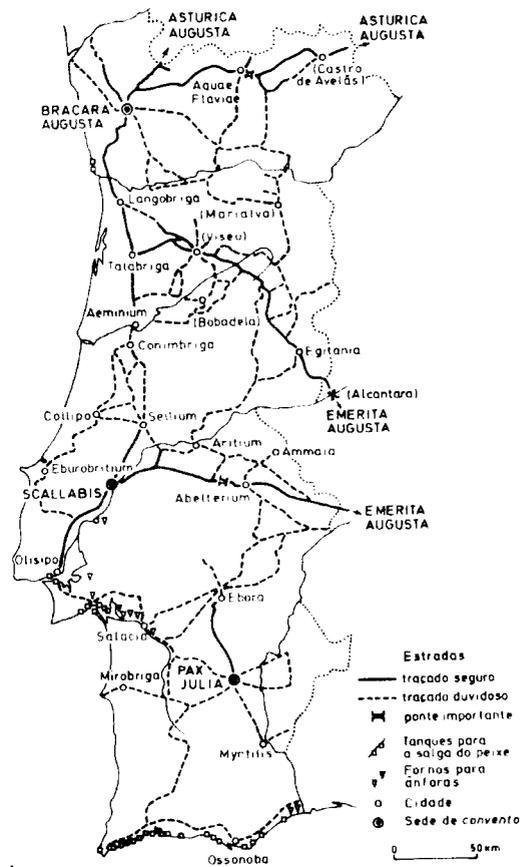
Possacos

Ponte Romana do Arquinho ou de Possacos, sobre o rio Calvo

Ponte Romano-Medieval de Vale de Telhas, sobre o rio Rabaçal

<sup>15</sup> A Península Ibérica foi dividida pelos romanos em províncias, estas por sua vez em *conventus* e finalmente a última divisão eram as *civitas*. Textos relacionados com a contextualização do Parque de Montezinho (veja-se <http://www.si.fct.unl.pt/transicao/projects/www-amb/rnap/pnmontezinho/textos/archist.htm>) transmitem-nos que durante a romanização alguns castros foram abandonados, surgindo uma nova rede de povoados integrados na *Civitas Zoelarum*, como eixo estruturante e utilizando a via XVII do *Itinerário Antonino*.

- Fornos do Pinhal
- Vale de Telhas
- Bouça
- Ferradosa
- Ponte Romano(?)-Medieval do Arquinho ou de Emidão sobre a ribeira do Arquinho
- Ponte Romana da Pedra
- Torre de Dona Chama
- Lamalonga
- Cabeço do Marco, Agrochão
- Falqueiras, Ervedosa
- Penhas Juntas
- Edrosa
- Carrazedo
- Alimonde
- Formil, Gostei
- Gostei
- Ponte Romano(?)-Medieval de Ariães
- Castro de Avelãs



traçado das vias romanas  
in *Geografia de Portugal*, p.685

**Variante norte**

- Faiões
- Ponte Romano(?)-Medieval de Faiões, sobre a ribeira de Avelelas
- St. Estevão (por nascente)
- Assureiras, Águas Frias
- segue pela calçada do Souto Bravo e pelo sopé do Castelo de Monforte
- Bobadela
- Nozelos
- Lebução
- Vilartão, Bouçoães
- Ponte Romano(?)-Medieval de Picões, sobre o rio Rabaçal, Bouçoães
- Valpaço, Curopos
- Sobreiró de Baixo
- Travessia da ribeira das Trutas no Pontão
- segue entre os Altos da Portela e do Pinheiro
- Vinhais
- Moimenta (calçada)
- Vale de Pau (calçada)
- Vila Verde (Forte Romano de Modorra)
- Ponte Romano(?)-Medieval de D. Marinha, sobre a ribeira de Padornelo
- Ponte Romano(?)-Medieval da Soeira ou Ponte Velha, sobre o rio Tuela

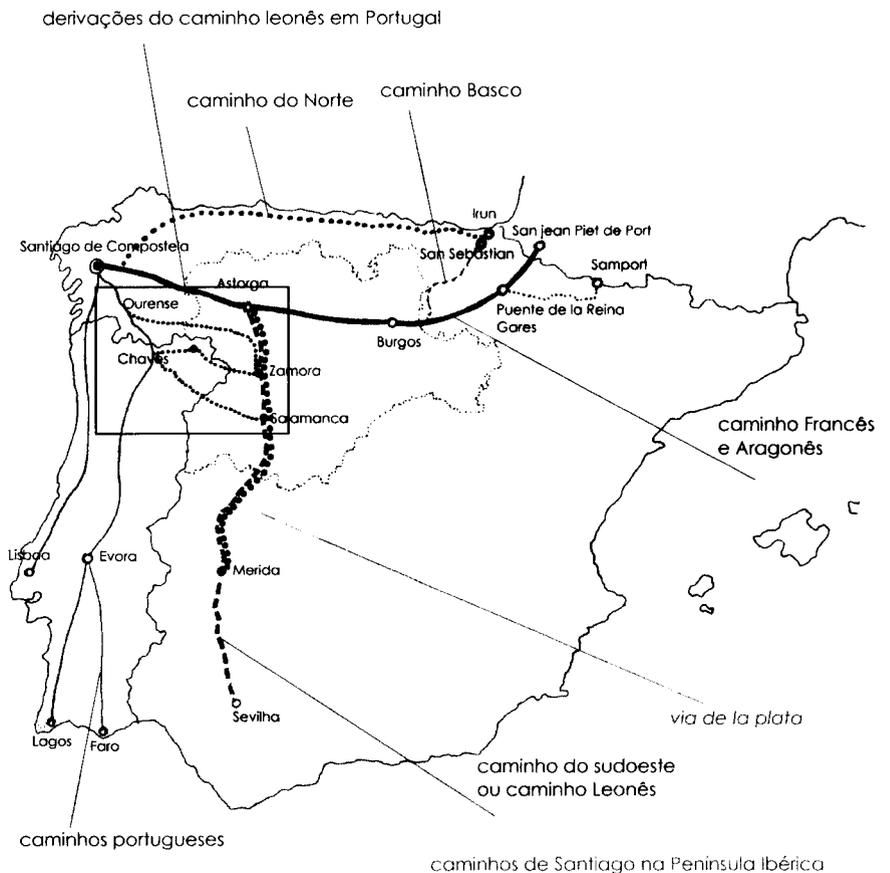
Soeira

(em alternativa poderia passar na Ponte de Castrelos e daqui a Castro de Avelãs)

Gondesende

Castro de Avelãs

Num momento posterior, correspondente a uma fase de transição entre o declínio do império romano e a tentativa de estabelecer novos estados, pelos povos invasores do Norte da Europa (suevos e visigodos), que entretanto aderiram ao culto cristão, salientam-se os percursos ligados aos trânsitos de peregrinos para Santiago de Compostela.



Um dos percursos que interessa analisar é o Caminho do Sudeste ou Caminho Leonês também conhecido como a *Via de la Plata*<sup>16</sup>.

A *Via de la Plata* era uma calçada romana que ligava Mérida a Astorga, revelando-se ao longo da sua existência, durante o império romano, um via de comunicação importante ligando dois pólos de organização e de administração territorial na península. Durante a decadência do império, esta continuou a servir como instrumento de invasão dos povos visigodos e quando os

<sup>16</sup> Segundo o site [www.godesalco.com/camino/plata](http://www.godesalco.com/camino/plata) também se chamava Caminho Moçárabe.

árabes<sup>17</sup> chegaram, no séc. VIII, estes utilizaram-na também como meio de incursão no Norte.

A *Via de la Plata*, como meio de comunicação, permitiu a transumância, as ligações comerciais e militares, sendo um poderoso meio de penetração cultural e desde o séc. XI afirmou-se como um caminho de peregrinação: a rota em que os cristão moçárabes do al-Andaluz peregrinavam até Santiago de Compostela, derivando daí a denominação de *Caminho Mocárabe para Santiago*.

Analisando o traçado do Caminho Leonês, que ligava Sevilha a Santiago de Compostela, constata-se que este usou novamente o antigo percurso da *Via de la Plata*, entroncando com o Caminho Francês em Astorga<sup>18</sup>.

Provavelmente da antiga *Via de la Plata* poderiam derivar alguns percursos para o interior de Portugal e em relação à área de Trás-os-Montes existem diversas hipóteses avançadas:

1. derivação a partir de Salamanca até Chaves (não passando por Bragança), de Chaves até Ourense;
2. derivação a partir de Zamora: neste caso poderia existir uma incursão ligando-a a Bragança, unindo o Mosteiro de Moreruela ao de Castro de Avelãs.

Poderá, certamente, ter existido um braço de derivação da variante portuguesa até Castro de Avelãs, pois pela importância que este cenóbio adquiriu durante toda a Idade Média é muito provável que tenha sido um ponto de paragem de peregrinos nestas rotas para Santiago, avançando-se a hipótese de reutilização das anteriores vias romanas, tal como aconteceu com o exemplo chave da *Via de la Plata*. Eventualmente, e dada a importância do Mosteiro de *San Martín de Castañeda*, poder-se-ia esboçar um percurso assente numa rota pelo território do actual Parque Natural de Montesinho até Sanábria, unindo Castro de Avelãs até esta região, criando-se uma pequena rede de apoio aos peregrinos entre o mosteiro de *Santa María de Moreruela*, o mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs e o de *San Martín de Castañeda*.

Segundo *Paul Zumthor*<sup>19</sup>, na Alta Idade Média as áreas do Sul da Europa organizaram-se mais rapidamente em concentrações e agrupamentos habitados colectivamente. As investigações arqueológicas fornecem-nos dados que contribuem para um perfil de camponês extremamente enraizado na sua terra e a povoação, tal como a conhecemos actualmente, deriva de pequenos

<sup>17</sup> Existem duas teorias, a primeira liga o nome da *Via de la Plata* ao termo árabe *Bal'latta* utilizado para caracterizá-la como empedrada. A segunda é uma interpretação paleolexicológica que faz derivar a denominação da rota em questão do termo *delapidata*, usado por alguns autores espanhóis que utilizavam o latim tardio para fazer referência a lugares empedrados (segundo [www.godesalco.com/camino/plata](http://www.godesalco.com/camino/plata)).

<sup>18</sup> De notar que antes de chegar a Astorga, o Caminho Leonês bifurca em Zamora (na Granja de Moreruela). O primeiro caminho toma o percurso da antiga via romana *de la Plata*, seguindo por Benavente e *La Bañeza* para se unir, então, ao Caminho Francês em Astorga. O segundo percurso chama-se o caminho Sanabrez, desviando na direcção noroeste, passando por Sanábria e Ourense (segundo [www.godesalco.com/camino/plata](http://www.godesalco.com/camino/plata)).

<sup>19</sup> ZUMTHOR, Paul - *La misura del mondo. La rappresentazione dello spazio nel Medio Evo*, Bologna, Il molino, 1995, p-68.

burgos rurais ou modestos centros de comércio e de artesanato local (algumas vezes sede de bispado). Com o desenvolvimento de novos instrumentos e técnicas agrícolas, esta conquista de território assume-se com uma vontade indómita, pois o *status* e a sobrevivência do camponês dependem do equilíbrio entre *anger* (solo cultivado) e o oposto *saltus* (terreno inculto) e da solidariedade da comunidade.

Embora no caso em questão não existir, na época, uma igreja paroquial, mas sim um mosteiro beneditino, é interessante reflectir sobre o significado da igreja do complexo e sobre um dos papéis que os monges negros chamavam sobre si: a relação que estabeleciam com as comunidades e a educação das mesmas. A igreja era o instrumento de contacto entre a comunidade agrícola guiando-a espiritualmente, sendo conseqüentemente uma via de educação/controlo de quem trabalhava as terras do couto do cenóbio.



aldeia de Castro de Avelãs - hipótese do seu núcleo inicial

Actualmente, é importante analisar a igreja e a sua envolvente mais próxima, como um palimpsesto, resultado da acção e da vontade do homem ao longo do tempo, reflectindo dois tipos de abordagem, uma correspondendo a épocas de abundância e outra demonstrando declínio e depressão.

Com as devidas reservas, se a *Torre Velha* foi uma *civitas* ou uma *mansione*, poderemos afirmar que a aldeia inicial, segundo alguns autores, poderá ter-se desenvolvido nessa área, ignorando-se quando foi abandonado esse núcleo. Relativamente ao presente aglomerado, perto da igreja estrutura-se segundo uma via principal, na qual podemos observar casas que merecem algum destaque, quer do ponto de vista de tipologia arquitectónica, quer do ponto de vista de importância social na aldeia. A implantação, o desenho da fachada, a presença de brasões e o uso de materiais nobres são pistas que confirmam uma certa notabilidade.

Quanto a situar temporalmente a aldeia, recorrendo aos elementos recolhidos, surgem duas dúvidas: por um lado, nos edifícios ao longo da via definidora da aldeia existem traços e características de construções posteriores à época medieval, mas por outro lado, analisando a fotografia aérea, constatamos que morfologicamente a sua forma é ovalada, correspondendo a uma forma tipicamente de desenvolvimento medieval.

Esta hipótese, remetendo a aldeia para uma origem medieval, pode ter alguma fundamentação, pois era natural que o anterior aglomerado (localizado na *Torre Velha*) tenha sido abandonado e se tenha constituído um outro, próximo do mosteiro, como medida de protecção, mesmo tendo presente o facto de que os mosteiros beneditinos se implementavam em locais isolados.

## 2.3 Contributos da história e da arqueologia

Da bibliografia consultada pode-se afirmar que as fontes históricas relacionadas com o lugar e o mosteiro remontam a 1500, mas ao longo de um século (aprox.) este complexo, ou o que resta dele não motivou, suficientemente, o aparecimento de estudos, quer no campo da história, quer no campo da arqueologia e consequentemente noutras áreas, exceptuando a recente tese de Mestrado em História e Cultura Medievais, apresentada à Universidade do Minho por Ana Maria Afonso no ano de 2000.

### 2.3.1 Fontes documentais

Descriminam-se as fontes mais significativas por ordem cronológica:

- 1634 CUNHA, D. Rodrigo da - *História eclesiástica de Braga*<sup>20</sup>;
- 1888 PINHEIRO, J. H. - *Relatório sobre as ruínas romanas descobertas junto da povoação de castro de Avelas no mês de Fevereiro de 1887*, Revista de Guimarães, 5 (2), pp.72-96;
- 1909 ALVES, Pe. Francisco Manuel (Abade de Baçal) - *Castro de Avelãs - Mosteiro beneditino in revista O Instituto da Universidade de Coimbra*, volume 56<sup>21</sup>;
- 1938 ALVES, Pe. Francisco Manuel - *Memórias Arqueológico - históricas do Distrito de Bragança*, Porto, vol. 10, pp. 604-605;
- MARTINS, Pe. Firmino Augusto - *O mosteiro Beneditino de São de Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da região vihnaense*, in Actas do Congresso Histórico do Portugal Medieval<sup>22</sup>, pp.301-309;
- 1950 MONTEIRO, Manuel - *O românico português. Castro de Avelãs*, Museu, n.º 6;
- 1958 PASSOS, Carlos - *A igreja romanica de Castro de Avelãs in Boletim da Comissão de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral*;
- VITORINO, Pedro - *A abside de Castro de Avelãs*;
- BARROCA, Mário Jorge - *O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, no Mosteiro de Castro de Avelãs*, Revista da Faculdade de Letras;
- 1981 AFONSO, Belarmino - *A Arte Religiosa na Diocese de Bragança*, Bragança, Brigantia, vol. I;
- 1986 ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, *O Românico*, in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, vol. 3;
- 1988 ALARCÃO, J. - *Roman Portugal*, Warminster, vol. II, p. 40;
- ALMEIDA, José António Ferreira de, *Tesouros Artísticos de Portugal*, Porto, 1988; *Guia de Portugal*, Lisboa, vol. V;
- 1993 LEMOS, F. de S. - *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental*, Braga, pp.184-185;
- 1994 DIAS, Pedro, *Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de sistematização*, *Mare Liberum*, n.º 8;
- 1995 SANTOS, Maria Alcina Ribeiro Correia Afonso dos - *Alguns quadros medievais da história do nordeste transmontano*;
- 1996 História, II série, vol. 13, Porto, pp. 594 - 614;
- 1998 TOMÉ, Miguel - *Património e restauro em Portugal: 1920-1995*;
- 2002 AFONSO, Ana Maria - *O mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs. Um património monástico no dealbar da Idade Moderna (1500-1538)*.

Infelizmente Ana Maria S. A. Rodrigues<sup>23</sup> informa-nos que a documentação medieval do mosteiro perdeu-se irremediavelmente. Na tese de dissertação de mestrado de Ana Maria Afonso<sup>24</sup>, esta analisa documentação relativa ao Tombo de Castro de Avelãs que compreende o arco de tempo entre 1500-1538, que embora não seja a época com maior incidência reflectida neste estudo é um elemento base para esta investigação.

### 2.3.2 Contributo da arqueologia

Do ponto de vista do conhecimento arqueológico, o local foi alvo de atenções por parte de Albano Belino (1863-1905), contemporâneo de Martins Sarmento (1833-1899), mas como se

<sup>20</sup> in [www.cm-braganca.pt](http://www.cm-braganca.pt).

<sup>21</sup> *op. cit.* Ana Maria SANTOS, p. 51.

<sup>22</sup> *idem*.

<sup>23</sup> in *op. cit.* Ana Maria AFONSO, 2000, p.7.

<sup>24</sup> *ibidem*.

disse anteriormente nunca de uma forma sistematizada e cientificamente acompanhada, de modo a elaborar, quer registos, quer elementos conclusivos das sucessivas ocupações.

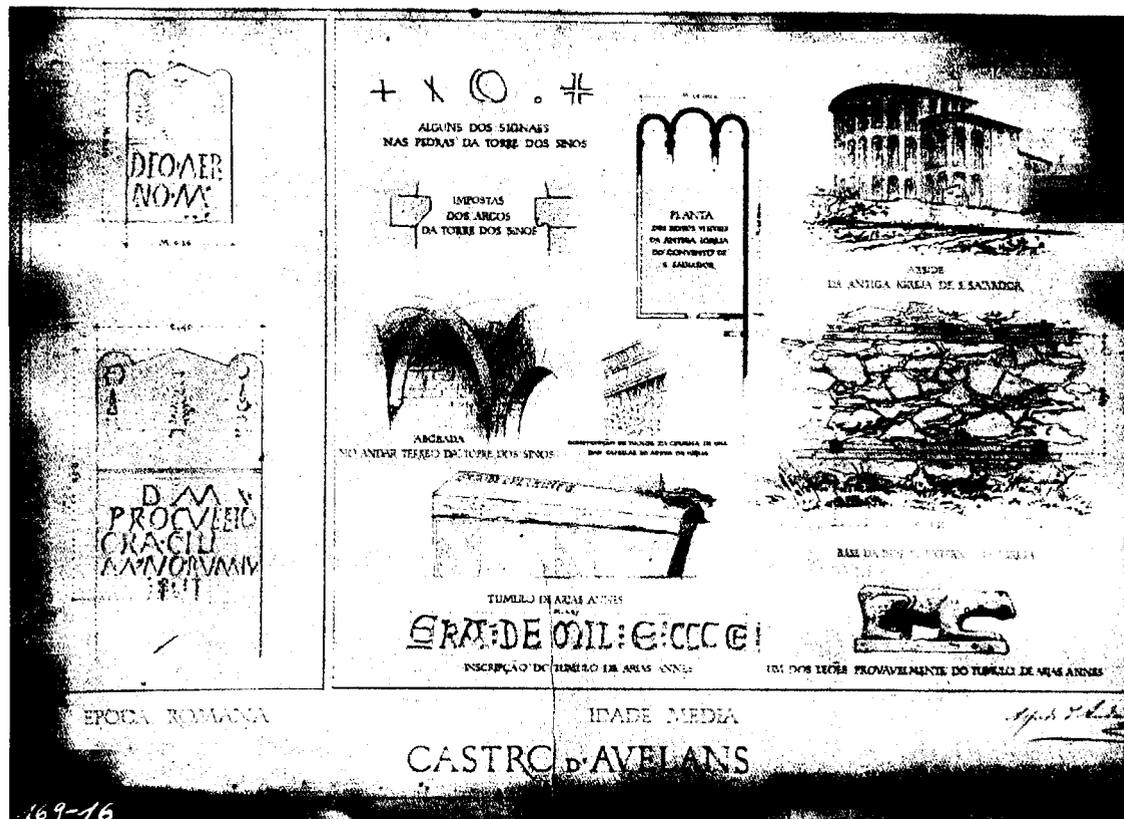
Em 1887, realizaram-se escavações arqueológicas, dirigidas por Henrique Pinheiro, que puseram a descoberto vestígios de um edifício com 14 x 9 m e que poderia ter sido um templo. Encontrou-se, simultaneamente um templo medieval, num outro ponto da colina, rodeado por uma necrópole, cujos sarcófagos reutilizavam marcos miliários.

Relativamente à prospecção e à escavação arqueológica na área da igreja, sabe-se pelos registos da DGEMN que existiu um arqueólogo responsável: Pedro Vitorino que acompanhou a primeira intervenção entre 1933-1936, correspondente à reconstrução do absidiolo sul, não existindo nenhuma fonte documental produzida em consequência dessa investigação. Depois desta fase, embora a DGEMN, tenha efectuado outras escavações com objectivos de obra, estas não foram acompanhadas por essa disciplina.

### 2.3.3 Contributo da história

Para além das fontes documentais já discriminadas, anteriormente, não foram encontrados outros contributos científicos ao nível do conhecimento histórico, embora neste capítulo seja importante referir que o relato dos habitantes de Castro de Avelãs lança indícios não confirmáveis, mas igualmente úteis numa investigação deste tipo.

Uma nota final para o interesse que Castro de Avelãs suscitou em Alfredo de Andrade (1839-1915), importante figura na história do restauro em Itália, contemporâneo de *Camilo Boito* (1836-1914) e *Luca Beltrami* (1854-1933). Este arquitecto visitou e desenhou alguns elementos que considerou, então, importantes do ponto de vista do léxico arquitectónico presentes na igreja e envolvente. Estes registos ficaram à guarda dos arquivos da DGEMN, sendo ainda possível observá-los num quadro temático.



quadro temático elaborado por Alfredo Andrade. Arquivo DGEMN

## 2.4 O românico e o gótico

### O românico

O vocábulo românico<sup>25</sup> foi utilizado pela primeira vez por volta de 1816 pelo investigador normando *Gerville* para distinguir o período artístico na sequência da arte romana e anterior ao gótico. O termo foi adoptado por *A. Caumont* que o divulgou nas suas lições, reunidas e publicadas com o título de *Abécédaire ou Rudiment d'Archéologie*. Seguiram-se muitas aproximações ao estudo do românico como do ponto de vista estético, mas é sobretudo ao nível simbólico desenvolvido pelo espírito nacional do *Volkgeist*<sup>26</sup> dos românticos e ao nível científico da tradição francesa representada por *Caumont* e *Quicherat*, apontando-se para o

<sup>25</sup> Segundo Ferreira de ALMEIDA in *História da arte em Portugal. Arte da alta Idade Média*, p.7.

<sup>26</sup> Deriva da noção de *Zeitgeist* [espírito do tempo], expressão originária do pensamento filosófico de intelectuais românticos e que pretende introduzir a noção de *genius seculi* [espírito guardião] na cultura germânica, numa visão de nacionalidade. Quando essa noção focaliza o carácter histórico em detrimento do carácter conceptual surge outra noção *weltgeist* [espírito do mundo], criando-se em consequência um impulso para uma outra noção *volksgeist* [espírito de uma nação], ou seja a expressão do espírito histórico das diferentes nações. (segundo <http://en.wikipedia.org/wiki/Volksgeist>).

estudo do românico segundo grupos de regiões e de escolas, defendendo-se diversos quadros tipológicos do românico.

O mundo medieval não conhece o conceito de estado nacional tal como ele é concebido no séc. XIX e XX. Durante esses períodos, dominados por uma lógica nacionalista e fascista, muitos historiadores consagraram o românico como manifestação de uma nação, mas pelo contrário esse movimento é fruto de condições regionais, tendo como panorama a formação de novos lugares e recuperação de pré-existências.

O românico desenvolve-se numa Europa dividida por uma luta entre o poder temporal e religioso, ambos procurando estabelecer uma ordem estatal e administrativa como reminiscência de um império romano, definitivamente perdido, mas ainda admirado pelo seu poder de gestão territorial, económica e cultural.

Depois da queda do império romano no séc. V, o cristianismo é a referência para os diferentes povos e para quem procurava o poder num amplo território, sem a unidade imperial debatendo-se com constantes invasões bárbaras e convulsões sociais.

A afirmação sustenta-se em *células de controlo* de diferente escala e objectivo. Assim encontramos o castelo, a igreja ou o mosteiro que substituem a grande urbe. Estes modelos confirmam a necessidade de protecção, seja ao nível de manter fronteiras, seja ao nível de protecção e de segurança quotidiana dos aldeões e camponeses.

O território passa a ser organizado e controlado pela importância espacial e cultural e o cuidado das almas na cidade e no campo é garantida por uma densa rede de paróquias e respectivas igrejas, como consequência de uma forte ligação entre Estado e Igreja<sup>27</sup> e de uma extrema organização administrativa da Igreja.

Os mosteiros e conventos difundiam-se um pouco por toda a Europa, personificando a fé, a tradição cristã, a ciência e a cultura, trazendo uma nova relevância do lugar e da regra na vida quotidiana. As ordens monásticas da época reclamam a importância de conferir uma ordem ao mundo e, claramente, iniciam-se transformações quando a severidade da ordem se mostra ameaçada: seja ao nível do comportamento da estrutura hierárquica, seja ao nível das regras arquitectónicas. A Santa Regra de São Bento de Núrcia, que exerceu um forte ascendente nos diversos códigos monásticos durante a Idade Média, baseava-se na disciplina, na obediência e moderação, abarcando todos os aspectos de uma comunidade, desde as tarefas quotidianas até aos modos de construir.

<sup>27</sup> Uma ligação que levada ao extremo conduzia a rivalidades entre o poder régio e o poder religioso. O primeiro muitas vezes escolhia associar-se, ora à igreja, ora aos nobres de maneira a controlar de um modo mais vantajoso a maioria do território, assegurando assim a superioridade da monarquia e manifestando o seu domínio sobre os outros dois poderes através da atribuição de títulos e da escolha de bispos.



mapa do românico, segundo *El románico y los comienzos del gótico*, 1982

legenda mapa do românico

1 Durham	57 Vézelay	113 Viterbo
2 Lincoln	58 Saint-Benoît-sur-Loire	114 Roma
3 Peterborough	59 Pontigny	115 Cassamari
4 Ely	60 Vignory	116 Fossanova
5 Norwich	61 Montier-en-Der	117 Montecassino
6 Saint Albans	62 Sens	118 Caserta Vecchia
7 Canterbury	63 Reims	119 Sant'Angelo in Formis
8 Wells	64 Soissons	120 Molfetta
9 Salisbury	65 Laon	121 Bari
10 Santiago de Compostela	66 Noyon	122 Salerno
11 Oviedo	67 Senlis	123 Stilo
12 León	68 Paris	124 Celafù
13 Sahagún	69 Chartres	125 Palermo
14 Frómista	70 Bernay	126 Monreale
15 Silo	71 Jumièges	127 Tournay
16 Moreruela	72 Caen	128 Soignis
17 Zamora	73 Bayeux	129 Nivelles
18 Toro	74 Lessay	130 Maastrich
19 Segóvia	75 Mont-Saint-Michel	131 Basilea
20 Ávila	76 Le Mans	132 Otfmarsheim
21 Salamanca	77 Tours	133 Murbach
22 Coimbra	78 Angers	134 Rosheim
23 Alcobaca	79 Fontevrault	135 Strasburgo
24 Tarragona	80 Selles-sur-Cher	136 Hirsau
25 Cardona	81 Saint-Savin-su-Gartempe	137 Marmoutier
26 Ripoll	82 Poitiers	138 Spira
27 San Pedro Roda	83 Melle	139 Eberbach
28 Arles-sur-Tech	84 Aulnay	140 Worms
29 Saint-Genis des Fontaines	85 Saintes	141 Maguncia
30 Elne	86 Angulema	142 Gelnhausen
31 Leyre	87 Périgueux	143 Limburgo un der Lahn
32 Jaca	88 Souillac	144 Maria Laach
33 Tahull	89 Clermont-Ferrand	145 Bonn
34 Saint Foy de Conques	90 Saint-Nectaire	146 Colonia
35 Quarante	91 Le Puy	147 Neuss
36 Toulouse	92 Noli	148 Soest
37 Moissac	93 Como	149 Osnabrück
38 Cahors	94 Civate	150 Minden
39 Saint-Guilhem-I-Désert	95 Agliate	151 Paderborn
40 Arles	96 Milano	152 Hildesheim
41 le thoronet	97 Pavia	153 Königsfluter
42 Silvacane	98 Piacenza	154 Magdeburg
43 Sénanque	99 Cremona	155 Quedlinburg
44 Avignon	100 Almonno	156 Paulinzella
45 Saint Paul-Trois-Châteaux	101 Brescia	157 Bamberg
46 Aime	102 Verona	158 Heiligenkreuz
47 Genève	103 Mantua	159 Trzebnica
48 Lausanne	104 Parma	160 Tum
49 Cluny	105 Modena	161 Pécs
50 Tournus	106 Ferrara	162 Ribe
51 Paray-le-Monial	107 Pomposa	163 Viborg
52 Autun	108 Pisa	164 Sorø
53 Beaune	109 Lucca	165 Lund
54 Dijon	110 Firenze	166 Trondheim
55 Nevers	111 Portonovo	
56 Charité-sur-Loire	112 Orvieto	

No séc. XI, as reformas do mosteiro de *Corze* e a abadia borgonhesa de *Cluny* serão a referência para a construção de outros mosteiros. No séc. XII a abadia de *Prémontré* e a de *Citeaux* são os pontos de irradiação das novas ordens reformadoras: os premonstratenses e os cistercienses, influenciando a arquitectura de inúmeros mosteiros.

## Gótico

Segundo *Erwin Panofsky*, no seu estudo sobre a *Arquitectura gótica e a escolástica*<sup>28</sup>, existe uma relação causa efeito entre a arquitectura gótica e a escolástica. A arquitectura gótica surge no prolongamento da arquitectura românica e é fruto da mudança radical de pensamento. O seu berço pode ser individualizado num raio de 150km à volta de Paris, numa época plena de estudiosos e filósofos, enquadrando a luta entre a fé e a razão, num momento da história em que o legado aristotélico é posto em causa face a um sedimentar da fé cristã.

O gótico surge num período de renovação europeia, numa tentativa (grosseira) de definição das fronteiras modernas, graças à diminuição das incursões dos bárbaros e à abertura das antigas estradas romanas para a circulação de pessoas e de mercadorias. Aliadas à permissão de circulação surgem novas ideias, numa época dominada por Francisco de Assis, Petrarca e Dante, a idade do mundo velho motiva a aurora do mundo novo.

A par com as ordens militares, as ordens mendicantes serão responsáveis pela sua implementação e a fundação da ordem mendicante de São Francisco de Assis, no séc. XIII, influenciará, para além das posições filosóficas e ideológicas da época, a arquitectura gótica.

A arquitectura gótica é uma corrente que permitiu mais variantes e soluções, pois ao contrário do românico não usava os arquétipos da Antiguidade. Procurava o uso da luz como material de modelação do espaço, condicionando a criação de uma nova estrutura em que as ogivas cruzadas, o aligeiramento dos muros e os arcobotantes eram elementos principais de um espaço amplo em altura.

Assim, a ideia de que o gótico é um românico evolucionado, deve ser precisada. Embora o primeiro possa ser considerado uma evolução simples do segundo, em ambos os casos encontramos princípios distintos com soluções técnicas e resultados bem diversos.

AS primeiras manifestações góticas surgem no séc. XII, fomentando as catedrais centro-europeias e inglesas do séc. XIII e XIV. Antes disso, encontramos um fenómeno interessante, que levou os historiadores, de um certo período historiográfico, a criar a denominação de românico-gótico para as construções começadas, segundo princípios românicos e finalizadas numa época francamente dominada pelo gótico.

Em Portugal, segundo Pedro Dias<sup>29</sup>, a Sé Velha de Coimbra foi consagrada em 1184, enquanto que nessa data arrancavam os caboucos da Sé de Lisboa, no Baixo Minho começava o românico da terceira fase, ou seja, seguindo o modelo da Igreja do Paço de Sousa, enquanto as igrejas de Paderne e de Orada só seriam construídas no séc. XIII.

<sup>28</sup> *Gothic Architecture and Scholasticism* foi apresentado em 1948, no contexto das conferências *Wimmer* (*Saint Vincent Archabbey and college, Latrobe, Pennsylvania*).

<sup>29</sup> Pedro DIAS, *Arquitectura gótica portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, p.43.

A arquitectura gótica portuguesa evoluiu como aconteceu em Espanha, França, Inglaterra e na Alemanha, só que circunstanciada aos condicionalismos locais e económicos, não residindo pois a diferença na qualidade estética ou estrutural, mas sim na escala, ou seja as igrejas eram construídas em função do número de habitantes que as utilizavam, com uma gestão apertada em relação aos custos de construção.

Enquanto que a norte dos Pirenéus existia uma forte competição entre cidades que pretendiam construir projectos ambiciosos em escala, onde o mais importante eram as flechas atingidas, na Península Ibérica, segundo o mesmo autor, o panorama era diferente. As catedrais espanholas constroem-se num gótico amadurecido e em Portugal existiam projectos mais modestos exceptuando a igreja abacial de Santa Maria Alcobaça, a Catedral de Évora e Mosteiro da Batalha. De assinalar que, no âmbito peninsular, ambas as culturas receberam a influência islâmica dos reinos das Taifas através do reino Nazarí de Granada, concretizado no mudéjar.

## 2.5 Ordens monásticas da Idade Média e uma breve geografia monástica

A introdução nos sécs. XI-XII da regra beneditina e do ritual romano é uma expressão da reconquista cristã na Península Ibérica. A regra de São Bento e a reforma gregoriana, de Gregório VII, que instituiu o novo ritual litúrgico, foram profusamente divulgados pelos monges franceses de *Cluny*, os quais chegaram à península entre 1080-1085.

Maria Isabel Roque afirma, no seu estudo sobre o *Altar Cristão*<sup>30</sup>, que até à chegada destes monges, a liturgia hispânica manteve-se no território ibérico e como qualquer processo de renovação, este não se distribuiu imediatamente de forma uniforme. Esta situação esteve relacionada com o facto da nova liturgia ser propagada por monges e clérigos antes de atingir a hierarquia eclesiástica e com a resistência encontrada face a hábitos instalados em encarar os rituais de uma religião.

D. Henrique, (com ligações aos monges cluniacenses e cavaleiros das cruzadas de origem francesa) e o então arcebispo de Braga, S. Geraldo, foram as primeiras personagens históricas envolvidas na conquista de território e na conversão cristã das respectivas populações.

Em relação ao monaquismo pré-beneditino de cariz visigótico, Ana Maria Afonso<sup>31</sup>, citando José Mattoso, transmite-nos que o território ocidental da península era regulado por diversas

<sup>30</sup> Maria Isabel ROQUE, *op. cit.*, 2004, p. 89.

<sup>31</sup> Ana Maria AFONSO, *op. cit.*, 2002, p.24.

ordens religiosas monásticas como as de Santo Isidoro, São Frutuoso e por normas de direito eclesiástico com origem em diversos Concílios como o de Lérida em 546, os III, IV e V Concílios de Toledo, respectivamente em 589, 633, 655, o II Concílio de Sevilha em 619.

O ritual romano do papa Gregório VII (ca. 1020/1025-1085)<sup>32</sup> deriva da reforma gregoriana (a qual decorre erradamente do nome de Gregório VII em detrimento do reformador Gregório Magno). Considerado a primeira revolução europeia, o ritual resultou da inspiração deste papa nos conceitos e valores que guiaram o papa Gregório Magno (540-604), cujo objectivo principal era fazer regressar a igreja aos tempos primitivos de Cristo e dos apóstolos e de afirmar o poder papal face ao poder feudal.

A origem da regra de São Bento, segundo o papa Gregório Magno, teve como base a *Regra Monachorum* (que por sua vez teve origem no texto, ainda mais antigo, *Codex Sangallensis n.º 914* datado do séc. X, Saint-Gall). Outros autores defendem uma outra versão, ou seja, que a Regra de São Bento depende da chamada *Regra Magistri*. No entanto, segundo Geraldo Coelho, ambas se apresentam como regra do mestre: *asculta fili, praecepta magistri* embora historicamente a *Regula Monachorum* foi sendo sempre mais difundida e servindo como fonte de referência.

Quando São Bento morreu em 547, a fórmula de vida monástica por ele instituída vigorava somente nos mosteiros directamente fundados por si: Montecassino, Terracina e Subiaco. Logo após a destruição de Montecassino pelos longobardos, os papas transformaram os monges beneditinos ou *monges negros*, em apóstolos e catequizadores do *mundo bárbaro*. Como consequência, a maioria dos mosteiros fora das cidades adoptou a regra de São Bento.

#### A regra de São Bento em Portugal

A implantação da ordem beneditina em Portugal teve como referência a *casa mãe*, desta ordem, a abadia de *Montecassino* em Itália fundada no séc. VI. A sua influência concentrou-se, sobretudo, no Norte do país, estando a sua área geográfica de distribuição no território compreendida entre os rios Cávado e Ave, alongando-se pontualmente até aos rios Minho, Lima, Sousa e Douro.

É de ter em conta que, com a influência de *Cluny*, a regra beneditina espalhou-se ainda mais e o Concílio de *Coyanza* (perto de *Léon*) em 1050, condicionou em definitivo a fixação da ordem na Península Ibérica; a prová-lo encontramos o testamento de D. Mumadona de Guimarães em 959, que indica a presença beneditina em Portugal.

<sup>32</sup> Este papa foi um dos papas mais influentes da História, era monge beneditino e monge na abadia de Cluny.

O conde D. Henrique, segundo José Mattoso<sup>33</sup>, era aparentado com o São Hugo de Cluny<sup>34</sup> e com o futuro papa Calisto II, sendo as suas pretensões ao poder apoiadas pelo braço cluniacense na Península, mantendo um estreito relacionamento com o mosteiro de Sahagún e concedendo cartas de couto a diversos mosteiros portugueses.

O Mosteiro de São Romão do Neiva, em Viana do Castelo, edificado em 1087, é o primeiro testemunho no território português da observância da ordem beneditina.

A diocese e Sé de Braga representam o centro episcopal com maior peso na difusão da Ordem de São Bento, verificando-se nesse distrito a maior rede de mosteiros beneditinos, representando o Mosteiro de São Martinho, em Tibães, a *casa-mãe* da ordem dos monges negros em Portugal.

A título de contextualização é importante referir que, a par com os beneditinos, outras ordens se implantaram no nosso país, entre os finais do séc. XI e a 1.ª metade do séc. XII, como é o caso da Ordem de Cister<sup>35</sup> e da ordem dos Cónegos Regrantes de São Agostinho<sup>36</sup>, entre outras. Todas as ordens implantadas em Portugal na Alta Idade Média têm características relacionadas com o ordenamento do território, muitas delas são ordens militares (como a ordem dos Templários, ordem dos Hospitalários, ordem de Calatrava, ordem de Avis entre outras) ligadas à reconquista e às cruzadas. Paralelamente, surgem as ordens mendicantes ligadas à difusão da palavra e da doutrina cristã, que adquirirão maior expressão na Baixa Idade Média, quando os centros urbanos, espaços claramente propícios à pregação, se encontram mais consolidados e desenvolvidos.

As ordens religiosas distribuíram-se pelo país recém-formado numa lógica territorial e assim encontramos os beneditinos nas dioceses de Braga, Porto e Coimbra, com a área geográfica anteriormente discriminada. Os cónegos regrantes Agostinhos, a partir de Santa Cruz em Coimbra, estenderam-se para Norte até Paderne, na margem esquerda do rio Minho, e para Sul até Lisboa, onde em São Vicente de Fora instalaram o segundo pólo de irradiação. Entre 1142-1144, chegaram os cistercienses fixando-se predominantemente na área central do país, pois as terras a Sul do Tejo eram, ainda, de domínio islâmico. A área geográfica em concreto

<sup>33</sup> José MATTOSO, *op. cit.*, 2002, p.79.

<sup>34</sup> Abade e promotor da construção de Cluny III, fase que serviu de modelo para a reforma da regra beneditina (segundo Hugo LOPES, <http://www.ipv.pt/millennium/Millennium27/20.htm>).

<sup>35</sup> A ordem de Cister, de origem francesa, terá vindo para Portugal por ordem expressa de São Bernardo. Também conhecidos por monges brancos, instalaram-se, inicialmente, em São João de Tarouca antes de 1144, posteriormente nas terras, doadas por D. Afonso Henriques, em Alcobaca, fundaram, em 1153, o mosteiro de Santa Maria de Alcobaca.

<sup>36</sup> Os cónegos regrantes de Santo Agostinho ou Agostinhos fundaram em 1131 o convento de Santa Cruz em Coimbra, cuja igreja foi patrocinada por D. Afonso Henriques. Será um centro de erudição assinalado pelo seu dinâmico *scriptorium* e por isso a base de irradiação de toda a doutrina e domínio.

era entre o Douro e Tejo, com dois mosteiros na diocese de Braga (Bouro, Júnias) e outros dois na área de entre Minho e Lima na diocese de *Tuy*, parte portuguesa (Fiães, Paderne)

A ordem beneditina, à semelhança da ordem cisterciense, procurava locais que permitissem o isolamento, afastando-se de núcleos populacionais, mas só a beneditina privilegiava os locais saudáveis, salubres e férteis, respondendo aos critérios de implantação estabelecidos na *Regulae Benediti*. A localização da maioria dos conventos beneditinos foi consequência da procura pelos monges de locais favoráveis à disciplina monástica dedicada ao *Ora et Labora*.

Os quadros, que se apresentam em seguida, foram recolhidos no texto de conferência *Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna* de José Marques (FLUP), constante nas actas do *Ciclo de Conferências de Comemorações do 4.º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória* em 1997. As fontes utilizadas para datação pelo autor foram:

ANDRADE, António Banha - *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, 1973, (DHIP);

COSTA, Pe. Avelino de Jesus da - *A Comarca Eclesiástica de Valença do Minho (antecedentes da diocese de Viana do Castelo)*, 1981, (CEVM);

MARQUES, J. - *A Arquidiocese de Braga, no séc. XV*, (AB);

- *O mosteiro de Bulhente não existiu*, 1991, (MBNE)

MARTINS, Rui Cunha - *Património, parentesco e poder. O mosteiro de Semide do séc. XII ao séc. XV*, 1992, (PPP-MS).

MATTOSO, José - *Le monachisme ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, 1968, (MIC);

RIBEIRO, Maria José Ferreira Homem - *Edição dos documentos medievais do cartório de Santa Eufémia de Ferreira das Aves*, 1994, (DMC-FA);

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos - *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*, 1973, (CMP)

SERRÃO, Joel - *Dicionário de História de Portugal*, (DHP);

S. TOMÁS, Frei Leão - *Benedictina Lusitana*, (BL);

APH, 1958, n.º 171 - *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, (DMP);

ADP, 1993, *Guia de Arquivo*, (ADP)

## mosteiros beneditinos arquidiocese de Braga

### masculinos

nome	fundação	extinção	fontes
S. Martinho de V. N. de Sande	994	1444-1-9	AB, pp.652-661
São Romão de Neiva	1022	1823 <sup>37</sup>	<i>ibidem</i> , p.613
Vilar de Frades	1059	1425-2-28	<i>ibidem</i> , p.625

<sup>37</sup> Segundo Sérgio Costa, *op. cit.*, p. 32.

S. Bento da Várzea	1078-1091	início séc. XV	<i>ibidem</i> , p.614
Rates	1078-1091	1432	<i>ibidem</i> , p.615-659
Tibães	1071		<i>ibidem</i> , p.613
Adaúfe	1088	1452-8-2	<i>ibidem</i> , pp.613, p.652
Lomar	1088	a. Set. 1431	<i>ibidem</i> , pp.615, p.660
Rendufe	1090		<i>ibidem</i> , p.615
Arnóia	1076		<i>ibidem</i> , p.613
Carvoeiro	censual <sup>38</sup>		<i>ibidem</i> , p.614
Manhente	censual	1400-9-11	<i>ibidem</i> , p.614
Fonte Arcada	censual	1455-5-10	<i>ibidem</i> , pp.613, p.667
Palme	censual		<i>ibidem</i> , p.614
Pombeiro	1102		<i>ibidem</i> , pp.614, p.652
Vimieiro	1127	1430-2-9	<i>ibidem</i> , pp.625, p.658
Refojos de Basto	1131		<i>ibidem</i> , p.614
<b>Castro de Avelãs</b>	<b>1143</b>	<b>1545</b>	<b>DHIP, II, p.346</b>
Travanca	séc. XII		DHP, I, p.326

### femininos

nome	fundação	extinção	fontes
Cerzedelo das Donas	censual	1471	AB, p.626, p.653
Vitorino das Donas	censual		<i>ibidem</i> , p.653
Santa Maria de Gondar	antes de 1202	1455-4-13	<i>ibidem</i> , p.626 e p.653
S. Salvador / André de Vila Cova	?	séc. XV	BL, II, p.90-91
Lufrei	?	1455-11-10	AB, p.653

### mosteiros beneditinos na comarca eclesiástica de Valença

#### masculinos

nome	fundação	extinção	fontes
Sta. Maria de Miranda	séc. XII	1832 <sup>39</sup>	CEVM, pp.110-111
S. Salvador de Ganfei	1018 / 1112-1128	1834 <sup>40</sup>	<i>ibidem</i> , pp.108-109
S. João de Cabanas	antes de 1168		<i>ibidem</i> , p.107
S. João de Arga	antes de 1258		<i>ibidem</i> , p.105
S. Fins de Friestas	séc. XI/XII	1554	<i>ibidem</i> , pp.107-108
S. Cláudio de Nogueira	1145	1458-8-9	<i>ibidem</i> , pp.111-112
S. Salvador da Torre	séc. IX / 1068	1564	<i>ibidem</i> , pp.113-114

#### femininos

<sup>38</sup> A notícia mais antiga encontra-se no *Censual de Entre Lima e Ave do bispo D. Pedro* (1085-1089).

<sup>39</sup> Segundo Sérgio Costa, *op. cit.*, p. 32.

<sup>40</sup> *Idem*.

nome	fundação	extinção	fontes
Sta. Maria de Valboa	antes de 1258	1455-2-21	CEVM, pp.101-102; MBNE, p.29
S. Pedro de Merufe	antes de 1258	1461-1-3	<i>ibidem</i> , p. 102; MBNE, p.30
Sta. Maria de Loivo	antes 1258	1530	<i>ibidem</i> , p.101

### mosteiros beneditinos na diocese do Porto

#### masculinos

nome	fundação	extinção	fontes
Paço de Sousa	1116?-1120		MIC, p.16
S. Pedro de Cête	a. 985 / 1122 <sup>41</sup>	1551 <sup>42</sup>	DHIP, II, p.346
S. Pedro de Pedroso	1145-1153	1560	MIC, p.24
Sto. Tirso	978 / 1092 - 1129 (?)		<i>ibidem</i> , pp.40-41
S. Miguel de Bustelo	1065 / c.1140-42		<i>ibidem</i> , p.4
S. João de Alpendorada	1059? / 1112		<i>ibidem</i> , p.28
S. Martinho de Cucujães	1139		<i>ibidem</i> , p.28
Refojos de Riba Ave	1036 / 1103 ?	1263	<i>ibidem</i> , p.9; DMP, p. p174; MIC, p.36
Sto. Estêvão de Vilela	a. 1030 / 1069	dep. 1390	Arquivo Braga, p.637; MIC, p. 50
Monte Córdova		extinto	CMP, p.84
Vandoma	1186 <sup>43</sup>	extinto	<i>ibidem</i> , p.84; MIC, p.51

#### femininos

nome	fundação	extinção	fontes
Vila Cova	1081 / ?	1533	CMP, p.87
Vairão	974 / 1188		MIC, pp.48-49
Rio Tinto	1058 / 1140-61		<i>ibidem</i> , pp.36-37
Tuínas	1165 / 1173	1535	<i>ibidem</i> , p.47
Jazente	?	antes de 1542	<i>ibidem</i> , p84
S. Bento de Ave-Maria	1533		<i>ibidem</i> , p.39

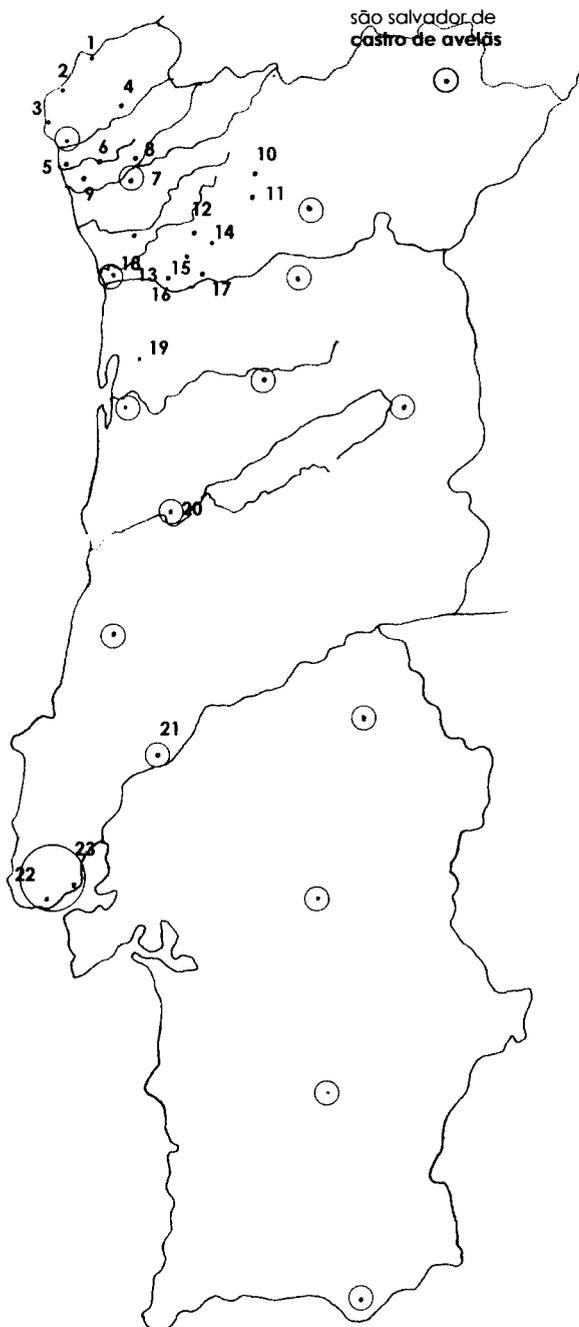
#### mosteiros beneditinos noutras dioceses

nome	fundação	extinção	fontes
Sta. Eufémia de Ferreira de Aves	1170-1202	1528	DMC-FA, p.9
Sta. Maria de Semide	1183	1528	PPP-MS, pp.43-64
Recião (Lamego)		1435 (entregue aos Lóios)	<i>O céu aberto...</i> , p.404

<sup>41</sup> Não é fácil determinar qual a data precisa de fixação dos beneditinos, sendo mais fiável a data de 1122 segundo MATTOSO, *op. cit.*, p.7.

<sup>42</sup> Em 1551 S. Pedro de Cête foi anexo ao Colégio da Graça de Coimbra, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho (ADP, Guia do Arquivo, p.83).

<sup>43</sup> Possivelmente premonstratense.



mosteiros que pertenceram à congregação de São Bento de Portugal:

actual Diocese de **Viana do Castelo**

- 1 São Salvador de Ganfei (1018 - 1834)
- 2 São João de Arga (antes de 1258 - ?)
- 3 São João de Cabanas (antes de 1168 - ?)
- 4 Santa Maria de Miranda (séc. XII - 1832)
- 5 São Romão de Neiva (1022-1823)
- 6 Santa Maria de Carvoeiro [(1085 - 1089)-1834]

actual Diocese de **Braga**

- 7 São Martinho de Tibães (1080 - 1834)
- 8 Santo André de Rendufe (1090 - 1834)
- 9 São Salvador de Palme [(1085 - 1089) - 1834]
- 10 São Miguel de Refojos de Basto (1131 - 1834)
- 11 São João de Arnoia (1076 - 1834)

actual diocese do **Porto**

- 12 Santa Maria de Pombeiro (1102 - 1834)
- 13 São Bento de Santo Tirso (978 - 1834)
- 14 São Salvador de Travanca (séc.XII - 1834)
- 15 São Miguel de Bustelo (1065 - 1834)
- 16 São Salvador de Paço de Sousa (956 - 1834)
- 17 São João de Alpendurada (1059 - 1834)
- 18 São Bento da Vitória Porto (1596 - 1832)
- 19 São Martinho de Cucujães (1139 - 1834)

actual diocese de **Coimbra**

- 20 São Bento de Coimbra (1551-1834)

actual diocese de **Santarém**

- 21 Col. São Bento de Santarém (1581-1834)

actual diocese de **Lisboa**

- 22 N.S. Estrela Lisboa (1573-1833)
- 23 São Bento da Saúde Lisboa (1615 - 1833)

in *As alas de dormitórios e celas do Mosteiro de Tibães* COSTA, Sérgio, p. 32 (com algumas alterações em função do cruzamento de datas referidas neste trabalho *Os mosteiros na passagem da Idade Média para a Idade Moderna* de MARQUES, José, do qual se reproduziram os quadros apresentados anteriormente.  
bibliografia

## 2.6 Caracterização sumária do mudéjar. Sua distribuição na Península Ibérica

No séc. VII d.C., os árabes converteram-se ao Islão e de nómadas e politeístas, transformaram-se em guerreiros, conquistadores e monoteístas. Em menos de um século conseguiram unificar, sob esta nova religião, grande parte da Ásia e dos países banhados pelo Mediterrâneo, chegando por último à Península Ibérica.

Poderemos traduzir o domínio islâmico entre três grandes fases. A primeira fase corresponde à expansão que começa com a mudança de Maomé de Meca para *Medinaem* (Medina) 622 [primeiro ano da Hégira], os omíadas conquistam Damasco ao Império Persa de Sassânida, estabelecendo essa cidade como a capital do novo califado e do império que pretende expandir-se. É um período marcado por guerras civis e pela conquista de grande parte do território do império islâmico, como expressão da vontade de consolidação.

Em 756 inicia-se a segunda fase com o califado abássida em Bagdad, aumentando o poder e expandindo o território. É uma época onde os povos conquistados aceitam a *Pax Islamica* e durante o califado de *Harun al-Rashid* (786-809) assiste-se à magnificência da vida e da actividade intelectual e cultural, desenvolvendo-se os estudos religiosos, a história, a literatura, a medicina, as matemáticas gregas, a álgebra, a trigonometria, a lógica, e a filosofia grega que se apoiava na razão e no direito, esta última matéria revelou-se como uma das mais importantes influências na cultura muçulmana.

Embora, nesta segunda fase, se por um lado o império islâmico se desenvolvia em todo o seu vigor cultural, reafirmando um vasto e unido território, por outro lado o poder do califado entrava em declínio.

Pode afirmar-se, então, que a terceira fase do domínio árabe inicia-se em 756, com a constituição de um emirado independente na Península Ibérica (de origem omíada) e entre os sécs. VIII-IX constituem-se outros regimes independentes, reconhecendo o califa abássida como chefe de todos os emirados. No séc. X os xiitas fatímitas ascenderam ao poder na Túnisia, estabelecendo o seu próprio califado e conseqüentemente os omíadas do califado de Córdoba proclamam-se, também como califado independente. Nos finais do séc. X o Islão era sinónimo de riqueza comercial, de brilhantes realizações intelectuais, artísticas, no entanto, sem unidade política e força militar.

Durante os seguintes cinco séculos a invasão de tribos nómadas do império seljúcida<sup>44</sup> (1037-1157) dominaram a Ásia Ocidental e levaram o Islão até à Ásia Menor.

Apontam-se algumas datas significativas para a história do mundo islâmico:

1071-1096 - 1.ª cruzada com o fluxo de cruzados franceses durante mais 200 anos;

1091 - normandos completam a reconquista da Sicília;

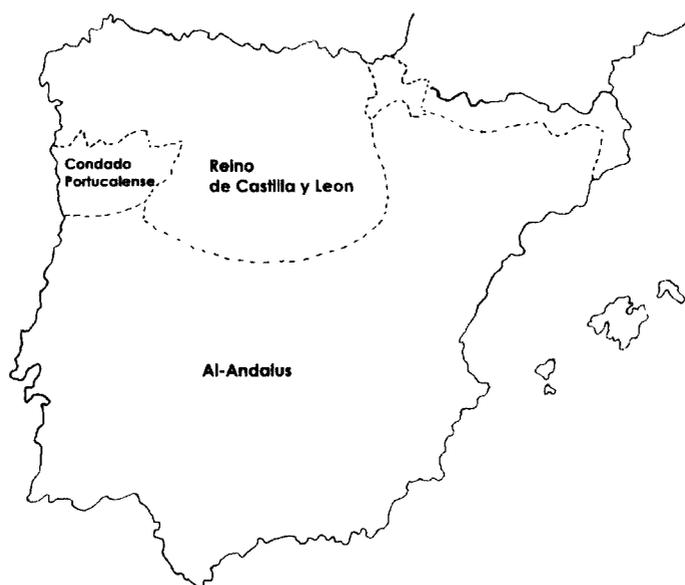
1100 - turcos controlam o califado, embora impondo a divisão entre califado (poder religioso) e sultanato (poder temporal e ordem), partilhando o poder com os fatímidas do Egipto;

1147 - reconquista de Lisboa pela 2.ª cruzada;

1212 - cristãos espanhóis dominavam Espanha excepto o enclave de Granada a Sul;

1221-1225 - mongóis chefiados por *Gengis Khan*;

1260-1360 - supremacia do mongol pagão com *Il Khanadis*, descendente de *Gengis Khan*, a dominar desde a China até Bagdad.



Península Ibérica no início da reconquista cristã

Segundo o texto *El legado islámico en el mediterráneo*<sup>45</sup> o que caracterizou a área do Mediterrâneo durante o domínio árabe, foi a diversidade de expressão combinada com a harmonia de um sentimento mais cultural do que religioso. Quando o poder islâmico começou a emergir nesta área, marcada por uma heterogenia cultural, esta particularidade foi perfeitamente compreendida pela cultura islâmica. É essa capacidade de assimilação que caracterizou o mundo árabe, assim já tinha acontecido com a assimilação das culturas

<sup>44</sup> Tribos turcas nómadas de pastores das estepes da Ásia Central.

<sup>45</sup> Dos autores Camila BINOUS, Mahamoud HAWARI, Manuela MARIN e Gönül ÖNEY in *El Arte Sículo-Normando La cultura islámica en la Sicilia Medieval*, Museo Sin Fronteras, Viena Electa, 2004, pp.15-16.

antecessoras (helenística, romana, etc.), distinguindo-se pela hábil característica de dialogar com outras religiões e culturas e apreciando a manutenção do conhecimento e saber, como meio de transmissão da mensagem religiosa, contribuindo para uma ruptura com a história precedente.

A arquitectura, para o Islão, era considerada um veículo sagrado, constituindo a forma suprema da arte visual, assim a concepção de edifícios que correspondessem a funções públicas e religiosas correspondiam a um esforço de homenagem ao homem e a *Alá*. O conhecimento no mundo islâmico foi crescendo conforme a expansão do 'domínio territorial'. Foi através do contacto com a cultura persa, aquando da fundação de Damasco como a primeira capital do império omíada, que os árabes apreenderam todo o saber ao nível da construção com o tijolo e ao nível das técnicas construtivas de terra.

O termo árabe *mudayyan* que significa *submetido* era o termo utilizado para designar os muçulmanos que permaneciam no território conquistado pelos cristãos, tendo permissão destes últimos para conservar os seus costumes e religião, segundo contrapartidas fiscais específicas. Foi este termo que deu origem ao termo *mudéjar*, que serve para definir uma arquitectura, sobretudo religiosa, construída na área pertencente ao actual território espanhol entre os sécs. IV - XVII (expandindo-se na fase final, com o domínio colonial, para América Latina), utilizando como ponto de partida o saber técnico milenar da construção em adobe e tijolo.

O aparecimento desta corrente é pois inseparável dos movimentos da reconquista e do repovoamento cristão. Os primeiros exemplos têm expressão no séc. XI e o momento de maior actividade abrange os sécs. XII, XIII e XIV. Geograficamente, podemos situar o *mudéjar* espanhol do período medieval em quatro grandes áreas: Leão, Castela, Toledo, Aragão e Andaluzia. Estas são as zonas onde se encontram em maior concentração arquitectura *mudéjar*, mas existem outras zonas onde se encontram vestígios *mudéjares* como o litoral mediterrânico espanhol, algumas áreas de Navarra e mesmo a Galiza.

Relativamente às áreas, nas quais surgiu esta tendência arquitectónica, pode-se referir, em primeiro lugar, um foco relacionado com Toledo, a cidade que se mostrou, ao longo da história da Península Ibérica, um centro importante para os diferentes domínios, capital dos visigodos, sede de um dos últimos califados islâmicos, e finalmente anexada ao reino de Leão (1085). Toledo revela-se como um dos primeiros focos de desenvolvimento do *mudéjar*, pois foi sob o domínio cristão que demonstrou uma pacífica convivência com a cultura árabe, existindo por exemplo, pela parte de arcebispo Raimundo (1125-1151) e pelo abade de *Cluny* Pedro, O *Venerável* (1122-1156), uma notável admiração pela criação artística islâmica.



Península Ibérica - focos do mudéjar

De Toledo, o mudéjar estendeu-se para as *Terras de Pinares*, *Terras de Campos*, influenciando outro foco, o da região de Toro e depois avançou mais para Norte para a Região de Leão.

A região de *Aragón* tem como expoentes desta manifestação *Teruel*, *Zaragoza*, *Calatayud* e *Tarazona*, cidades com importantes *aljamas* (bairros muçulmanos) ao longo de toda a Idade Média. A partir destas comarcas o estilo irradiou para as áreas vizinhas, dando lugar a importantes núcleos artísticos do vale do *Jalón*, *La Ribera* e *Bajo Aragón*.

A Andaluzia é a área onde o mudéjar alcança uma riqueza pela competição entre a gramática decorativa cristã e muçulmana, sendo igualmente uma região onde os estilos *califal*, *almóada* e *nazari* convivem em conjunto, podendo fazer, simultaneamente, parte do um mesmo edifício. É interessante sublinhar que, enquanto na zona ocidental dominada por Sevilha, vale do Guadalquivir, as comarcas de Cádiz e Huelva se polvilhavam de construções mudéjares, na área a oriente, protagonizada por Granada, florescia o estilo *nazari* no seu máximo esplendor.

## 2.7 A influência da cultura do Islão noutras áreas do Sul da Europa depois da reconquista cristã. O exemplo da Sicília.

O domínio islâmico no Sul da Europa começa a perder expressão quando no séc. XI se inicia a reconquista cristã da Península Ibérica, os normandos reconquistam o Sul de Itália e logo a seguir os cruzados tomam a Terra Santa abrindo-a aos povos europeus. Neste período, as civilizações cristã e islâmica sofrem influências mútuas e enriquecedoras. Nos territórios de *contacto* como o sul da Europa intensifica-se o domínio árabe, por outro lado, essa área é também de grande interesse para os povos do Norte. Em Espanha e no Sul de Itália encontramos, de uma forma notória, a influência muçulmana nas artes, como o estilo mudéjar em Espanha, e o cruzamento entre as culturas bizantina, árabe e normanda por toda a Sicília (*arte siculo-normanda*<sup>46</sup> [it.] = árabe-normada).

A conquista árabe da Sicília teve início em 827 d.C, com a tomada de Palermo, em 831.

A reconquista normanda da ilha teve início em Messina, e Palermo é conquistada em 1072.

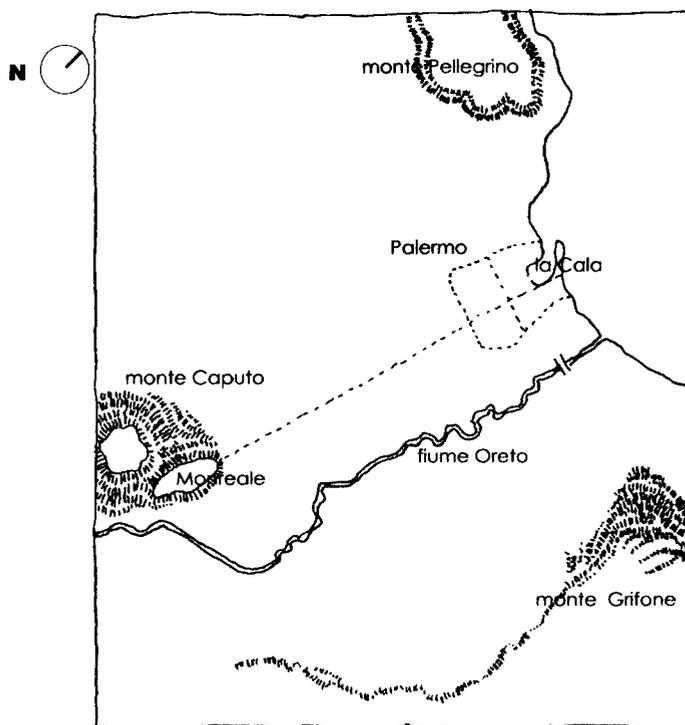


pontos assinalados onde se encontram testemunhos da arquitectura siculo-normanda

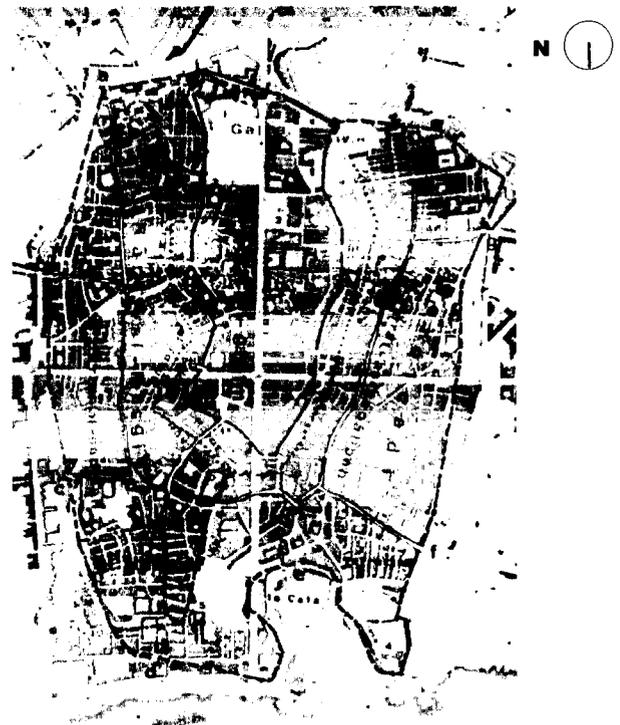
<sup>46</sup> A palavra *siculo* deriva dos *siculi* que eram um povo itálico de origem europeia que provavelmente terá chegado à ilha siciliana por volta de 1400 a.C., concentrando-se na zona oriental da ilha. Com a colaboração dos gregos os *siculi* foram conquistando mais território na direcção do interior da ilha, confundindo-se com este povo. Neste caso *siculo-normanda* refere-se à cultura normanda na ilha siciliana onde se cruza com as culturas bizantinas e árabes.

Da presença de quase dois séculos de domínio árabe nesta região (sécs. IX-XI), restaram muito poucas memórias, mas à imagem do mudéjar encontramos consistentes testemunhos da influência árabe na arquitectura siciliana da época normanda, espelhada em muitos vestígios pelo território siciliano.

Os normandos eram um povo guerreiro, hábeis na política estavam ligados à tradição religiosa e cultural cristã, mas preferiram rodear-se de sábios e funcionários de origem muçulmana e bizantina, deixando-se seduzir pelas técnicas e gosto islâmico na construção e decoração da arquitectura, tendo como base a arquitectura de raiz bizantina.



as áreas mais importantes da envolvente de Palermo, alguns pontos de referência da Conca d'Oro



sobreposição dos bairros do período árabe num mapa de Palermo de 1818

Palermo, ao tornar-se a capital do governo militar e civil muçulmano, floresce como um esplendoroso centro económico e cultural. No final desse domínio concentravam-se mais de 300.000 habitantes no território da *Conca d'Oro*<sup>47</sup>, distribuindo-se esse valor por uma minoria concentrada nos arrabais e casarios dispersos, justificando-se assim a indicação de Michele Amari<sup>48</sup>, fundamentado nos registos de *Ibn Hawqal*, que aponta para a existência de duzentas mesquitas e para uma maioria de habitantes reunida num renovado centro urbano constituído por uma cidade romano-bizantina por bairros constituídos entre finais do séc. IX e a primeira

<sup>47</sup> A *Conca d'Oro* (denominação desde o séc. XVI) é uma cadeia montanhosa que circunda Palermo. Os principais pontos de referência são: *Monte Gallo, Monte Pellegrino, Pizzo Manolfo, Monte Grifone, Monte Cuccio, Monte Gibilmesì*.

<sup>48</sup> Citado pela comissão científica do catálogo *El Arte Sículo-Normando La cultura islámica en la Sicilia Medieval*, Museo Sin Fronteras, Viena Electa, 2004, p.152.

metade do séc. XI junto dos rios *Kemonia* e *Papireto*. Nesses aglomerados viviam diversas etnias: minorias de descendentes de persas e de gregos da era bizantina, de berberes, andaluzes e magrebinos do período da conquista e das sucessivas imigrações. Muitos atribuem a Palermo o estatuto de uma Córdova do Mediterrâneo pela sua grandeza e esplendor, bem como pelo fervilhar de muitas culturas.

Segundo a comissão científica<sup>49</sup> do catálogo *El Arte Sículo-Normando*, a história urbana de Palermo regista uma transformação a partir da sua eleição pelos *Altavilla* como capital do estado normando, passando a ser capital real da sede da corte e das assembleias dos barões da Sicília, *Calabria*, *Puglia*, *Lucania* e de grande parte da *Campania*. Ampliam-se as fortificações para proteger os burgos externos introduzindo-se novas portas, constroem-se palácios, igrejas e mosteiros associados à nova corte. A partir de 1072 data de rendição do último emir inicia-se uma nova fase da história da ilha, traçando-se novos rumos. Na própria corte normanda era assinalada a presença de muçulmanos e de altos signatários das hierarquias militares de origem grega convivendo com prelados vindos de França e de Inglaterra. Este contexto vincadamente cosmopolita e de convívio entre várias culturas é o ambiente propício para o desenvolvimento de renovadas manifestações artísticas medievais, influenciadas sempre pela cultura árabe. Apesar do domínio normando, a Sicília continuava a ser um ponto de paragem para viajantes vindos do *Dar al-Islam* (Terra do Islão), pondo em contacto os insulares com os últimos modelos culturais das sociedades do Islão.

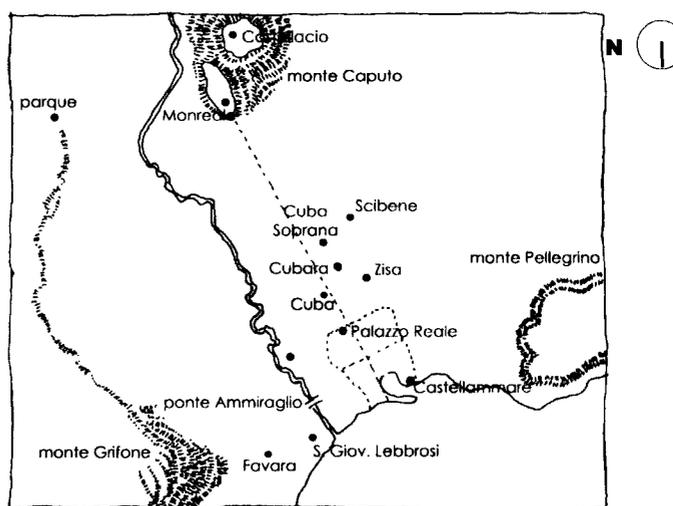
Segundo *Ciotta*<sup>50</sup>, na primeira metade do séc. XIX, o interesse de alguns alunos eruditos franceses e ingleses pelos edifícios *sículo-normandos* determinou a inclusão da arquitectura medieval siciliana nas matérias de estudo dos teóricos e arquitectos europeus, numa fase em que se redescobria e valorizava a arquitectura gótica. A importância dada, através do estudo, dos vários edifícios civis e religiosos sículo-normandos, existentes um pouco pelo território siciliano, serviu como uma das fundamentações para alguns historiadores justificarem que a origem de alguns recursos arquitectónicos, presentes na arquitectura medieval europeia se encontram na arquitectura medieval siciliana, como o arco quebrado que caracterizou a arquitectura gótica e influenciou a arquitectura transalpina e que amplamente se pode identificar como um dos elementos do sistema construtivo medieval siciliano.

A época normanda foi caracterizada pelo forte poder dos *Altavilla*, sustentado por um lado na tolerância e num ambiente de abertura cultural, por outro através de regulamentos e formas administrativas na convivência das diferentes culturas e religiões. Os condes *Altavilla* foram

<sup>49</sup> AA. VV. - *El Arte Sículo-Normando La cultura islámica en la Sicília Medieval*, Museo Sin Fronteras, Viena Electa, 2004, p.152.

<sup>50</sup> Gianluigi CIOTTA in *Los Estudios de la cultura arquitectónica sículo-normanda en el siglo XIX*, AA. VV. - *El Arte Sículo-Normando La cultura islámica en la Sicília Medieval*, Museo Sin Fronteras, Viena Electa, 2004, p.85.

protagonistas das mais admiráveis cortes, estendendo a sua importância a outras áreas fora da política, mas não deixando de estar estas ao serviço de um primeiro propósito.



edifícios ligados à corte normanda. Palermo

A promoção de arquitectura civil e religiosa foi um claro exemplo da influência do reino dos *Altavilla* e executaram-se sobre a sua protecção e responsabilidade obras refinadas, procurando a perfeição como meio de exhibir a superioridade cultural e patrimonial, excluindo desse processo a autoridade papal.

As obras mais importantes, do ponto de vista arquitectónico, são aquelas que atestam uma política de imagem dos reis normandos, principalmente de *Ruggero II*, *Guglielmo I* e *Guglielmo II* e de outras figuras da corte como o arcebispo *Guglielmo Offamilio*. Os edifícios que testemunham a procura de uma perfeição construtiva e uma riqueza decorativa estão situados em Palermo e poderemos citar como exemplos mais representativos o Palácio Real, a Capela Palatina e Catedral. Estes edifícios fizeram, por sua vez, surgir nas suas imediações, outras construções de escala modesta, ainda relacionadas com as actividades da corte como por exemplo *San Giovanni degli Eremiti*. Acrescentando a este grupo a Catedral de *Monreale* e a de *Celafù* completa-se um ciclo do período normando que corresponde ao amadurecimento de uma arte régia com um notável carácter de originalidade e uma qualidade artística.

A realização de parques com palácios obedeceu ao desejo da casa real normanda em criar uma paisagem ideal; um paraíso. A *Conca d'Oro* era um cenário propício, pela abundância de água e conseqüentemente um lugar de grande fertilidade. Nesta área desenvolveu-se a agricultura através do aperfeiçoamento dos processos de irrigação, mas surgiram numa continuidade da tradição romana adoptada pelos islâmicos dos jardins com edifícios isolados e

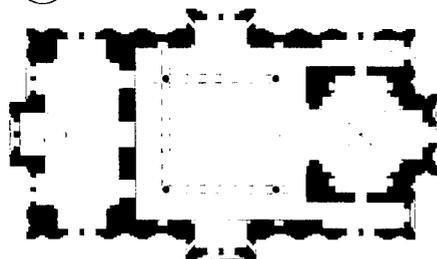
pavilhões. Segundo Krautheimer<sup>51</sup> a concepção dos palácios urbanos de Roma do séc. III é retomada no séc. XII com a corte normanda, renovando-a com novas fórmulas: aos dois modelos existentes o da *villa* de tradição romana da época imperial e o do palácio bizantino da Constantinopla dos sécs. IX-X reúne-se os *edifícios de jardim* da época normanda na Sicília.



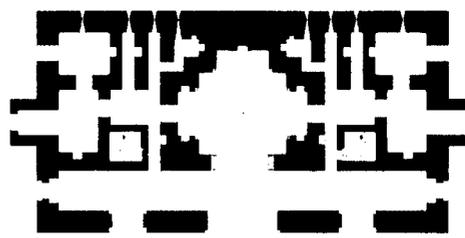
Palácio Cuba, Palermo



Palácio Zisa, Palermo



0 5 10m



10m

O Palácio Cuba e o Palácio Zisa são dois exemplos notáveis da tipologia de palácio isolado e integrado numa área de parque, representando dois exemplos com fortes influências árabes do ponto de vista construtivo e formal, patente na procura de um léxico construtivo, onde os volumes geométricos são uma constante, percorridos por arcarias cegas e pelo equilibrado jogo entre abertos e fechados.

O Palácio Cuba (do árabe *qubba*) encontra-se rodeado por vinhedos e por pomares, estando no período medieval rodeado por um grande tanque de peixes. Foi mandado construir por *Guglielmo II* e encontrava-se acabado em 1180. O corpo de fábrica é um paralelepípedo animado por cada alçado com um pequeno volume saliente e uma sequência de arcos quebrados cegos que percorrem todas as fachadas, conjugando-se com a colocação em

<sup>51</sup> Citado pela Comissão Científica do catálogo *El Arte Sículo-Normando La cultura islámica en la Sicília Medieval*, Museo Sin Fronteras, Viena Electa, 2004, p.69.

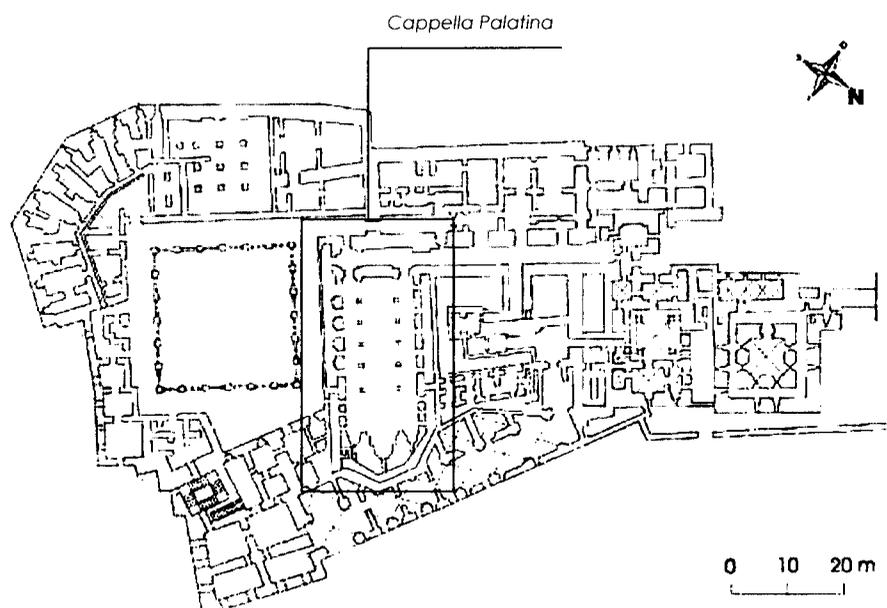
esquema piramidal de vãos cegos e aberturas, constituindo estes elementos um rede estrutural cujo efeito final resulta como aparato decorativo.

O nome do Palácio Zisa, deriva segundo alguns historiadores do árabe *al-'Aziz* (o Forte). A sua construção concentrou-se entre os anos de 1165-1180. Sendo, por isso, contemporâneo do Palácio Cuba, foi começado no reinado de *Gugliemo I* e acabado no reinado de *Gugliemo II*. O seu corpo compacto e vincadamente geometrizado abrange três pisos e as fachadas estão marcadas por três níveis de arcarias (arco quebrado) cegas de reentrantes, seguindo a mesma lógica construtiva empregue no Palácio Cuba e associando-se a vãos. No interior do edifício encontramos vários elementos de tradição árabe, desde o tratamento do compartimento do *ninfeo* até às várias salas de abóbadas com sistema de cruzaria e rematadas com *muqarnas*.

Segundo *G. di Stefano*, o *Palazzo dei Normandi* (Palácio Real) foi edificado sobre uma fortaleza árabe e localiza-se perto de uma das portas da cidade de Palermo. A fortaleza provavelmente é de origem púnico-romana, datada do séc. IV / V a.C., sendo posteriormente utilizada pelos árabes, como sede administrativa (831-1072), tendo também sido construído, dentro do complexo o *Tiraz*, uma fábrica de seda.

Segundo documentação histórica, na segunda metade do séc. XI, *Roberto il Ghiscardo* fez erigir a *Torre Rossa* orientada para a cidade.

*Ruggero I*, ao reestruturar o palácio, fazendo-o maior e mais seguro, transforma-o em residência. Faz edificar a Capela Palatina juntando, igualmente três torres: *Torre Grecca* a Sul, *Torre Pisana*, a Norte e *Torre Gioaria* contígua à Pisana. *Guglielmo I* continuou a obra de seu pai, construindo a *Torre Chirimbi* (demolida em 1571). A introdução de mosaicos deve-se a *Guglielmo II* e em 1250, com a morte de *Frederico II*, o palácio transforma-se em guarnição militar.

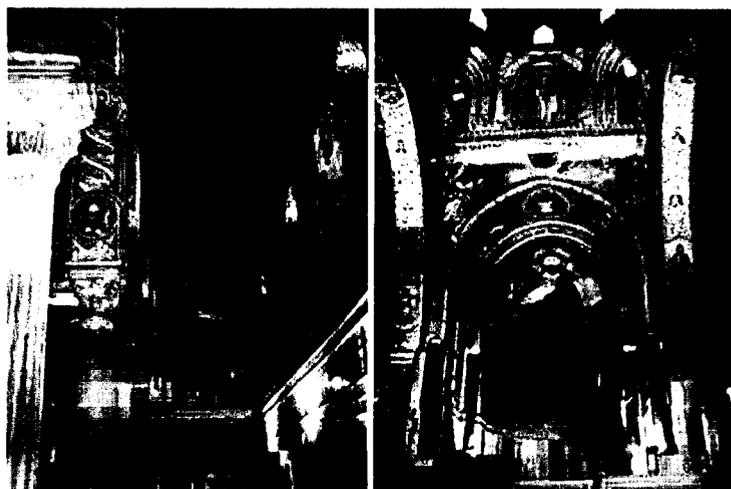




*Palazzo dei Normanni, Palermo*

Na construção do complexo são utilizados materiais nobres como mármore, mosaicos (de tradição bizantina transmitida aos árabes). Do ponto de vista construtivo, utiliza-se o arco quebrado, as abóbadas em cruzaria e abóbadas em berço (geratriz de arco quebrado).

O palácio sofreu trabalhos de restauro em 1920-21, passando a património real, posteriormente foi classificado como património do estado e actualmente é distinguido como património da região siciliana.



*Cappella Palatina, Palermo*

A Capela Palatina encontra-se implantada numa posição central em relação ao complexo, ocupando o 2.º nível do pátio *Macheda*. Era uma capela reservada ao rei e aos seus familiares, numa tradição dos oratórios palatinos, desenvolvida por Constantino, o Grande, e embora o seu volume inicialmente fosse reconhecível, actualmente e dadas as constantes ampliações da

residência real até ao séc. XVIII, é difícil ter uma leitura clara da volumetria do edifício (v. planta da figura anterior do *Palazzo dei Normandi*).

A igreja é datada através de um friso, onde consta a data de 1143 e foi construída por *Ruggero II*, imediatamente à sua coroação, em substituição da primeira capela erigida pelo Duque *Ghiscardo*.

Arquitectonicamente, encontramos a integração do sistema basilical ocidental com o sistema central do santuário bizantino [*Lo Faro Pietrasanta*, 1938]<sup>52</sup>.

Podemos caracterizar a construção tendo em conta os seguintes pontos:

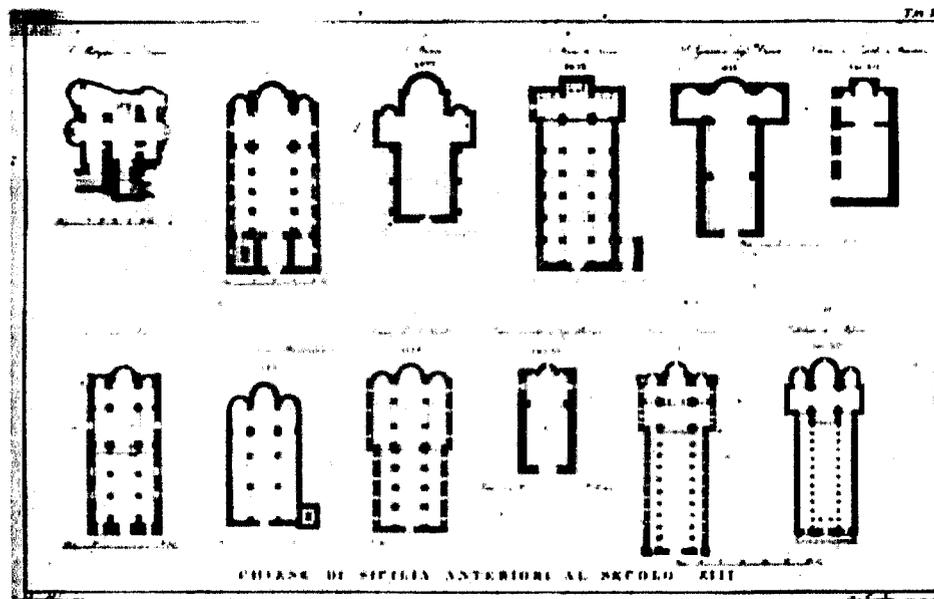
- entrada através de um *pronaos*;
- planta basilical com 3 naves e 5 tramos (naves divididas por arcos quebrados);
- corpo do presbitério com três absides, cuja cota de pavimento é mais elevada em relação à das naves;
- cúpula hemisférica apoiada sobre trompas na zona central correspondente ao cruzeiro;
- nave central com tecto de madeira esculpida, com caixotões moçárabes decorados através de uma série de pinturas figurativas siculo-normandas;
- mosaicos de tradição bizantina;
- materiais utilizados: pórfido, granito egípcio, serpentina, mármore *cipollino*.

Nos edifícios religiosos encontramos uma reunião de elementos românicos, bizantinos e islâmicos, resultando um género arquitectónico animado pelo princípio do *renovatio imperii*. Verifica-se o surgimento de uma síntese entre os esquemas basilicais paleocristãos ocidentais e os centrais orientais (e.g. Capela Palatina) e descobre-se a agregação de módulos arquitectónicos completos como acontece em *San Giovanni degli Eremiti*.

Graças ao interesse de eruditos franceses e ingleses, na primeira metade do séc. XIX, pelo estudo dos edifícios *siculo-normanni*, pôde-se estudar e analisar arquitectura medieval siciliana. Um dos exemplos a salientar será o de *Domenico Pietrasanta* que orientou o seu estudo para os esquemas iconográficos dos edifícios medievais.

Relativamente às igrejas, este autor procedeu a uma análise das planimetrias, das mais significativas e melhor conservadas, na época. Propôs que as igrejas derivavam da união entre o corpo das naves das igrejas paleocristãs e a zona presbiterial do tipo bizantino. Atribui a construção das igrejas a artistas nativos que aplicavam práticas tradicionais herdadas do domínio bizantino e perpetuadas pelo domínio árabe.

<sup>52</sup> *In El Arte Siculo-Normando La cultura islámica en la Sicilia Medieval*, Museo Sin Fronteras, Viena Electa, 2004, p.130.



quadro comparativo das plantas das igrejas árabe-normandas, Pietrasanta, 1838

Embora, existindo diversas teorias desenvolvidas no mesmo período, a maioria dos autores parece apresentar uma visão consensual no que toca à influência árabe. A cultura árabe soube valorizar o conhecimento local, do ponto de vista da construção de edifícios, influenciado previamente pela cultura bizantina, adaptando-o ao seu *modus operandi*.

Esse reconhecimento e admiração por outros saberes, característicos do domínio islâmico, contribuiu para uma arquitectura singular prevalecendo na fase seguinte dos reis normandos, assistindo-se a uma simbiose entre elementos de três culturas de origens distintas. Esse fascínio mútuo conduziu, por exemplo *Jean Baptiste Louis George Seroux d'Agincourt* (1826)<sup>53</sup>, a afirmar que a utilização do arco quebrado, amplamente utilizado na maioria das construções medievais sicilianas<sup>54</sup>, foi introduzido na ilha pelos árabes, tendo influenciado, por esta via, o gótico transalpino. Apesar de contestado por diversos autores seus contemporâneos, parece ser uma interessante perspectiva relativamente no que toca à evolução das formas e dos elementos construtivos, dando uma leitura de continuidade evolutiva ao contrário da tradicional visão de rotura.

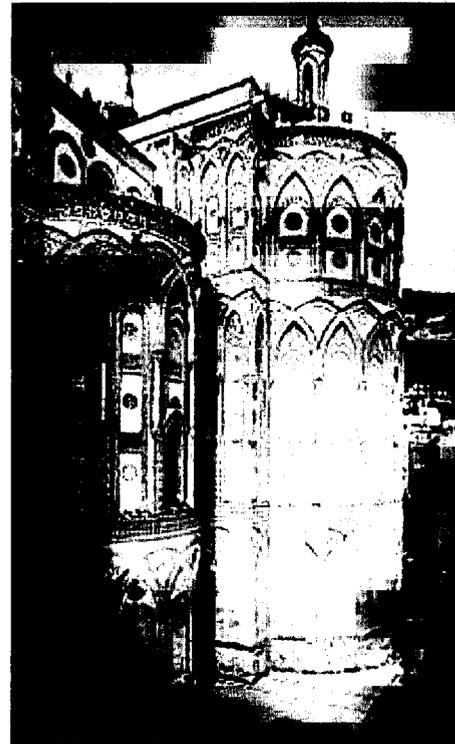
O *Duomo de Monreale* (dedicado actualmente a *Santa Maria la Nuova*) e a abadia beneditina dos monges cluniacenses de *Cava dei Tirreni*, foram fundados por *Guglielmo II da'Altavilla*, em 1174, sendo um exemplo claro das múltiplas correntes culturais que conviviam no território siciliano.

<sup>53</sup> In *El Arte Sículo-Normando La cultura islámica en la Sicília Medieval*, Museo Sin Fronteras, Viena Electa, 2004, p.85.

<sup>54</sup> Cujos exemplos máximos são a Capela Palatina e a Catedral de Monreale.

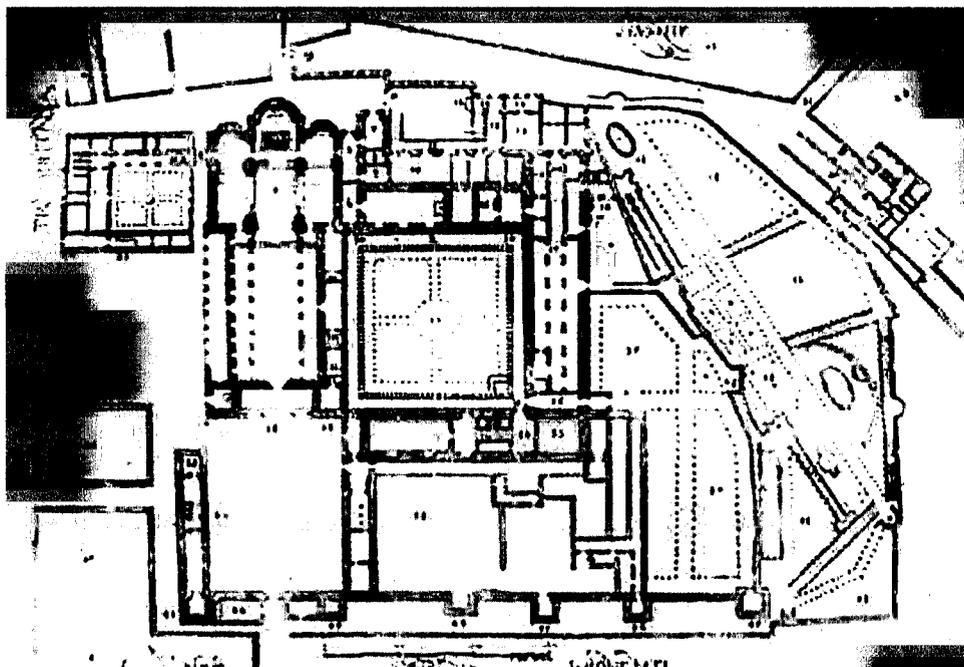
Para além da igreja e da abadia existiam um palácio real e um arcebispoado que, em grupo, formavam um conjunto orgânico e coeso (v. planta sucessiva sobre o complexo).

Existem indícios de que a igreja tenha sido, provavelmente construída sobre uma preexistência bizantina. Poderá ser essa uma das razões porque a sua planta mantém um esquema basilical com três naves cujas dimensões de 102m x 40m, conciliam-se com um transepto que não é saliente e uma cabeceira com uma abside central e dois absidiolos laterais circulares. Se no interior se verifica a influência bizantina pela estrutura e decoração através do revestimento das paredes com mosaicos dourados, no exterior a cultura árabe é evidente através da sobreposição de arcos intrincados combinados com molduras, frisos e cornijas.



in <http://carabella.free.fr/eicon/monreale.php>

Os tectos das naves são em travejamento de madeira (afirmando o saber islâmico de construir em madeira) e na zona do cruzeiro toda a expressão do tecto assenta numa trompa construída pelo jogo de *muqarnas* (estalactites árabes) em madeira.



planta do complexo do *duomo*, abadia, palácio real e arcebispoado em Monreale

A fachada principal tem duas torres nos ângulos que inicialmente eram fortificadas evidenciando-se um pórtico em *trifora* [it.].

Ao lado do *Duomo* encontramos o claustro do antigo mosteiro beneditino construído no final do séc. XII, sendo um exemplo notável de arquitectura bizantina. É uma construção de planta quadrada com 47m de lado, onde encontramos arcos quebrados marcando mais uma vez a influência árabe.



claustro do mosteiro beneditino



claustro do mosteiro beneditino

Em conclusão, poderemos resumir da seguinte forma a influência de elementos árabes nas construções normandas:

igrejas

- fusão entre planta basilical e planta central bizantina;
- várias interpretações do transepto;
- cabeceiras triplas como consequências das 3 naves;
- utilização do arco quebrado ou ligeiramente quebrado;
- volumes com ângulos bem marcados, caracterizados por formas cúbicas ou paralelepípedicas, num sinal de conhecimento da geometria euclidiana;
- paredes com pilastras que suportam arcarias cegas duplas reentrantes com uma ou mais ordens, alternando por vezes com vãos para iluminação (interpretado como sistema construtivo);
- elementos que aligeiram as paredes e que decoram simultaneamente (e.g. arcarias duplas cegas);
- procura de uma estrutura e método construtivo modelo para repetição;
- muitas vezes aproveitamento de elementos (como colunas) de construções precedentes;
- utilização de cúpulas apoiadas em tambores poligonais ou cilíndricos que por sua vez apoiam em moçárabes, também chamados *muqarnas* ou em nichos escalonados;

- torres associadas à fachada poente ou torre campanário;
- integração de mosaicos nas diversas superfícies (influência bizantina) com interpretação islamizada;
- utilização do tijolo e rochas macias como pedra-pomos e calcário (pontualmente mármore e granito) de modo a produzir um jogo cromático das superfícies em conjunto com o tijolo.

#### construções civis

- utilização de volumes paralelepípedicos;
- várias ordens de arcaria cega dupla reentrante;
- uso de moçárabes (ou muqarnas);
- utilização do arco quebrado;
- elementos simbólicos como a água;
- desenho dos jardins e da paisagem.

Algumas vezes as construções assumem em ambos os casos o carácter defensivo, existindo a construção nos topos dos merlões.

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

### **3. análise morfológica e construtiva**

### 3. análise morfológica e construtiva

#### 3.1 O saber dos artesãos árabes na construção, como continuidade, contrariando a ideia associada ao florescimento de um estilo mudéjar somente no período de D. Manuel (1469-1521)

D. Manuel (1495-1521) ficou conhecido como o *Bem-Aventurado*, o *Venturoso* ou o *Afortunado*. O seu reinado foi marcado por uma série de acontecimentos, conferindo a Portugal um papel de destaque e domínio no âmbito dos Descobrimentos Marítimos, salientando-se a descoberta do *Caminho Marítimo para a Índia*, 1498, por Vasco da Gama. Este feito foi talvez um dos motores para o controlo do Oceano Índico, contribuindo para um período de riqueza da Coroa Portuguesa durante o reinado de D. Manuel.

D. Manuel sucedeu ao seu primo e cunhado D. João II e o seu sucessor foi D. João III. Segundo Oliveira Marques<sup>1</sup> estes três monarcas adquiriram uma certa fama como bons administradores, assumindo-se como modelo de príncipes do Renascimento, em consequência da expansão marítima e da aparente riqueza de Portugal.

O seu reinado foi marcado pela prática de um poder absolutista autoritário e centralizador, segundo Francisco Ribeiro da Silva<sup>2</sup>.

Ainda segundo Oliveira Marques, no reinado deste monarca encontramos:

- uma síntese entre a complacência de D. Afonso V e a ferocidade de D. João II, no que toca ao controlo dos grandes senhores feudais;
- a riqueza da expansão que equilibrava o património da coroa, restituindo as propriedades anteriormente confiscadas às grandes famílias, reabilitando-as através de atribuição de cargos administrativos;

---

<sup>1</sup> *Op. cit.*, p.198.

<sup>2</sup> *Op. cit.*, p.1.

- uma excelente administração do reino com a preocupação de reformar, constituindo um corpo de ministros ou secretários aplicados à tarefa governativa;
- D. Manuel como governador da Ordem de Cristo e com um bom relacionamento com a igreja;
- adiamento das cortes e unificação do sistema municipal para controlo do povo;
- uma preocupação com orientação da política de Castela traduzida numa obsessão pela unificação dos reinos Ibéricos, conduzindo o monarca a três casamentos com herdeiras dos tronos de Castela e Aragão Infanta D. Isabel de Castela, sua irmã D. Maria (filhas dos Reis Católicos) e a sobrinha das anteriores, D. Leonor;
- uma abordagem comprometida em termos de políticas relacionados com os judeus e muçulmanos, em consequência das exigências dos Reis Católicos para se efectuar o casamento com D. Isabel, tendo sido imposta a expulsão de Portugal dessas etnias ou a reconversão em Cristãos Novos. Enquanto os islâmicos abandonaram o território sem qualquer problema já com os judeus assistiu-se a sucessivas perseguições desde Dezembro de 1497 até ao culminar no *pogrom* de Lisboa em 1506, onde foram assassinados 2000 judeus.

A atracção ultramarina serviu para refrear qualquer descontentamento do povo, pois se por um lado existia um fascínio pela Arábia, Pérsia e Índia e por todos os produtos trazidos pelas rotas comerciais do Oriente, por outro lado a expansão proporcionava aos portugueses o controlo dessas rotas, incrementando novos contactos comerciais e mais uma vez aumentando a riqueza do país.

Neste contexto, não será de estranhar que no período de D. Manuel se invista em construções emblemáticas como os Jerónimos e noutras de menor vulto, ligadas à igreja como é o caso de diversos mosteiros e igrejas.

A ligação do monarca à corte de Castela é preponderante na influência do mudéjar (então no seu auge nos reinos castelhano e aragonês e associado ao *gótico isabelino*) na arquitectura portuguesa, agora deixando o gótico-tardio e entrando na fase renascentista com a introdução do Manuelino.

Embora o reinado de D. Manuel se localize numa época sobre a qual este estudo não se debruça, é interessante recorrer a esta referência, pois a influência mudéjar na arte portuguesa neste período é bastante notória, pela ligação a Castela e, por isso, amplamente destacada pelo interesse da historiografia. A atenção conferida, do ponto de vista da História de Arte e da Arquitectura, através de sistematização de estudos, contribuiu para uma leitura, empolada, que salienta a época de D. Manuel I como a fase do mudéjar em Portugal. Este estudo pretende afirmar que também em épocas remotas, como no românico, o mudéjar se poderá ter

implantado em Portugal, tendo presente a existência de inúmeros testemunhos em Espanha, questionando-se o que afirma José Custódio Vieira da Silva (a par com outros historiadores) no seu estudo sobre a Capela Tumular de Garcia de Resende: *Se em Espanha a força poderosa deste mudejarismo se afirmou no séc. XIV e XV, em Portugal foi sobretudo no findar do século de quatrocentos que ele mais se revelou. Mas, embora em manifestações esporádicas, continuou com assinalável vigor ao longo do séc. XVI.*<sup>3</sup>

Importa também fazer referência ao catálogo sobre *Arquitectura muçulmana peninsular e a sua influência na arquitectura cristã*, de Chueca Goitia. Esta obra foi elaborada para uma exposição promovida pela Fundação Calouste Gulbenkian, em 1962, sendo essencial considerar algumas afirmações de Goitia:

*Ao lado deste mudéjar autêntico, o outro, mais conhecido por pertencer a monumentos de maior relevo histórico, como o Palácio de Sintra e os edifícios de Évora, Beja, Elvas e Arraiolos, etc., é secundário na sua qualificação como o mudéjar. As obras mais antigas deste segundo mudéjar são do último decénio do séc. XV e desenvolvem-se principalmente nos primeiros anos do séc. XVI.*

*Pertencem cronologicamente mais ao mudejarismo, que ao mudéjar propriamente dito. Não se trata de um mudejarismo imediato, mas indirecto.*<sup>4</sup>

Aprofundando estas duas noções o mesmo autor declara que o mudéjar corresponde a um período definido da história e a certas condições de equilíbrio entre elementos muçulmanos e cristãos. A arte não incluída nestes limites históricos considera-se *mudejérica* e, o mesmo acontece àquela que, balizada entre esses limites temporais, só apresente alguns elementos de cariz mudéjar.

Chueca Goitia refere-se ao mudejarismo de D. Manuel, descrevendo-o como resultado do fascínio deste monarca pelos monumentos e palácios sevilhanos e andaluzes, mas acrescenta, dizendo: *Este mudejarismo tardio e indirecto foi o que estudou Florentino Perez Embid (1918-1974) no notável trabalho intitulado 'El mudejarsimo Português'. O mais importante reparo que podemos fazer a este livro - além de outros de pormenor - diz respeito ao título. É um pouco pretensioso crer que, nos monumentos estudados se encerra todo o mudejarismo na época do rei D. Manuel e nada mais. Fica excluído o verdadeiro mudejarismo, campo inexplorado que, como dissemos, seria necessário analisar detalhadamente - visitando as aldeias mais recônditas - e com uma sólida preparação de conjunto.*<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> *Op. cit.*, p.119.

<sup>4</sup> *Op. cit.*, p.22.

<sup>5</sup> *Idem, ibidem.*

Quando o mesmo autor se refere às pequenas igrejas e capelas portuguesas situadas no Sul do país, remete para uma influência do mudéjar sevilhano, sobretudo aquele situado nas províncias de Huelva e Sevilha. Expressa, ainda, a necessidade de um estudo detalhado desses edifícios, tendo presente que *as fronteiras políticas pouco valem neste caso, mormente quando se trata de uma arquitectura popular e vinculada às condições naturais do território*<sup>6</sup>, avançando com a opinião de que deverá ser possivelmente um só mudéjar. Esta passagem serve de ponto de reflexão quanto à possibilidade do mesmo acontecer entre a região de *Castilla y León* e a região de Bragança.

Neste contexto é fundamental ponderar sobre:

- a influência da arquitectura popular na arquitectura erudita, como resultado da admiração pelo trabalho dos artesãos árabes;
- o saber islâmico e sua conservação nos meios da arquitectura e construção durante a idade média;
- os circuitos de transumância de mão-de-obra na época medieval;
- a diferença entre mudéjar e mudejarismo;
- as várias fases do mudéjar desde o românico até ao barroco, num *continuum* de saber tradicional;
- embora territorialmente na Península Ibérica se tenha verificado uma consolidação dos reinos espanhóis versus reino português, essas fronteiras políticas não influenciaram os domínios da arquitectura mudéjar, existindo uma forte ligação e uma continuidade entre os territórios espanhóis e portugueses.

### 3.2 A parede Lombarda

Por toda a Itália encontramos uma profusão de construção em tijolo, sejam edifícios notáveis como igrejas, castelos, palácios, seja a dita arquitectura menor espalhada pelos burgos e centros urbanos. Provavelmente esta é uma das marcas da influência romana e bizantina que nunca abandonou a tradição construtiva neste território. Para sermos mais precisos, no vale do Pó encontramos, durante a Alta Idade Média, um grande desenvolvimento da construção em tijolo, sobretudo na área de Milão e Bolonha, tendo-se depois alargado a outras áreas do território como na Toscana. Nestas zonas verificava-se a escassez de pedra e a abundante existência de depósitos aluviais de argila.

---

<sup>6</sup> *Op. cit.*, p.21.

O desafio da parede lombarda encontra-se no que Manuel Gómez-Moreno<sup>7</sup> chama de choque entre dois sistemas de trabalho: o da cantaria utilizado na arquitectura românica e gótica do Norte e Centro Europa com técnicas e mão-de-obra fortemente influenciada pela escola francesa e o de outra mão-de-obra transumante se não ligada, pelo menos em contacto com materiais e técnicas vinculadas à tradição islâmica (ter em conta que a influência poderia ser directa - mão-de-obra mudéjar - ou indirecta - por via romana e bizantina - ).

Geograficamente, a parede lombarda não se restringe somente a esta região de Itália, encontramos a sua influência um pouco por toda a Europa românica. Neste período a mão-de-obra transumante transportava um saber que cruzado com modelos e influências ultrapassava o condicionalismo geográfico na criação artística.

Provavelmente a parede lombarda é uma continuidade da *parede cortina*<sup>8</sup> utilizada nas fachadas principais das igrejas do Oeste de França sobretudo na região entre o Loire e o Garonne. Esta tradição estendeu-se até Itália e San Michele de Pavia, bem como, a catedral de Pisa são demonstrativas da utilização de elementos construtivos que, embora tenham uma força simbólica, segundo Sauerländer<sup>9</sup>, são elementos estruturais para dar resposta a um programa construtivo, encadeando-se numa lógica arquitectónica. Nestes dois edifícios, as arcarias que se destacam da fachada organizadas por níveis horizontais dão lugar às arcarias cegas da parede lombarda. Em ambas as situações existe uma estrutura que transforma todo o volume numa massa mais ligeira, vencendo vãos e cérceas.

A atenção é dada ao pormenor da decoração, utilizando-se técnicas de assentamento como os dentes de serra, os arcos entrecruzados, o jogo das diferentes cores do tijolo e a associação de diferentes aparelhos. O remate das cornijas surge como um ponto de bastante ênfase, sendo trabalhado com bastante detalhe e destacando-se por isso em relação à construção como um elemento notável.

A parede lombarda é caracterizada pela construção em tijolo e os efeitos decorativos e plásticos daí resultantes advêm dum sistema construtivo cuja estrutura se apoia numa sucessão de arcarias duplas e cegas, sustidas por pilastras. Na realidade este sistema é um sistema expedito, quer estruturalmente, quer construtivamente.

Estruturalmente é eficaz porque:

- constroem-se dois níveis de fachada - a estrutura e o preenchimento;

<sup>7</sup> Apud Gonzalo M. Borrás Gualis in *Arte mudéjar. A estética islâmica na arte cristã*, Museu Sem Fronteiras Lisboa, Civilização Editores, 2000, p.48.

<sup>8</sup> Cfr. *A fachada-cortina* in DUBY, Georges, LACLOTTE, Michele (sob direcção) - *História artística da Europa. A idade Média*, Lisboa, Quetzal Editores, 1997, pp.75-79.

<sup>9</sup> Willibald SAUERLÄNDER, *idem, ibidem*.

- a estrutura é facilmente identificável - divisão da cêrcea em níveis horizontais; cada nível é sustentado por arcaria cega ou caixotões cegos apoiados por pilastras;
- o preenchimento pode ser tijolo ou eventualmente no caso da região de *Castilla y León* pode utilizar-se o *aparelho toledano* (alvenaria de pedra irregular ou adobe) com acabamento de reboco à base de terra crua;
- as zonas a preencher podem ser resolvidas de diversas formas, criando-se um riqueza arquitectónica;
- todo o conjunto se assume com bastante estabilidade estrutural.

Construtivamente verificamos que:

- a construção em tijolo traduz-se numa vantagem económica;
- o tijolo permite rapidez de construção;
- implica uma sistematização de trabalhos;
- necessita de uma mão-de-obra com conhecimentos adquiridos e um saber tradicional;
- as pequenas peças de tijolo são adaptáveis a muitas formas geométricas;
- podem existir diversos tamanhos e formas de peças;
- pode-se tirar partido plástico dos diversos elementos estruturais e construtivos com ênfase para as situações de contraste luz / sombra;
- existe uma beleza em virtude de um encadeamento funcional de cada elemento construtivo e estrutural.

Segundo Borrás Gualís<sup>10</sup>, Ovidro Cuella deu a conhecer o Caderno de Encargos das obras realizadas na igreja mudéjar (desaparecida, entretanto) de San Pedro Mártir em Calatayud (Saragoza), construída entre 1411 e 1414. Trata-se de um documento importante, na medida em que avalia os dois sistemas de trabalho: o mudéjar e o de cantaria, permitindo definir com exactidão as etapas básicas de uma obra mudéjar:

- os alicerces;
- obra grosseira de tijolo;
- obra de revestimento;
- obra em gesso ou estuque.

Ao definirem-se etapas de trabalho implicou uma mão-de-obra especializada e qualificada profissionalmente. Estes dois factores permitiram atingir níveis de produção aceitáveis, competindo não só dentro do sistema mudéjar mas com o sistema de trabalho em cantaria. É curioso verificar em algumas igrejas mudéjares o arranque das cabeceiras em cantaria, tendo

---

<sup>10</sup> *Arte mudéjar. A estética islâmica na arte cristã*, Museu Sem Fronteiras Lisboa, Civilização Editores, 2000, p.48.

sido posteriormente esta alterada para o tijolo que se adaptou perfeitamente ao desenho e forma inicial indicada pelo método anterior.

Quanto ao condicionalismo geográfico e à utilização dos materiais base, deverá ser feita uma ressalva, já que o sistema em cantaria conseguiu, inúmeras vezes, fazer frente a um meio adverso e a arte mudéjar foi muito além daquele que se poderia considerar o seu espaço natural, pois para além dos fenómenos económicos, os factores históricos e culturais foram muitas vezes mais determinantes para a sua difusão.

### 3.3 Mudéjar de Castilla y León

#### O Mudéjar

*O mudéjar no sentido estrito, nem corresponde à história da arte muçulmana, nem à da arte ocidental cristã. É sim um elo de ligação entre ambas as culturas. É um fenómeno singular da história espanhola (...).*

*É preciso sublinhar que o mudéjar é uma expressão artística nova, diferente dos elementos muçulmanos e cristãos que o compõem. Na verdade, pertence 'pro indiviso' à cultura muçulmana e à cristã, como uma grande parte da história medieval espanhola.*

*Gonzalo M. Borrás Gualís, in A arte múdejar, p.40-41*

O termo mudéjar, como foi afirmado anteriormente, deriva da palavra árabe *mudayyan* que significa *submetido*. Era um termo utilizado para designar os muçulmanos que permaneciam, conservando os seus costumes e religião, num território conquistado pelos cristãos. A convivência era pacífica e regulamentada, ou seja a comunidade mudéjar ocupava áreas diferenciadas nas zonas urbanas; as *aljamas*, regendo-se pelas suas próprias leis submetidas à aprovação do rei ou senhor cristão do qual dependiam. Aceitavam o estatuto de vassallos, pagando o seu tributo definido e exercendo as suas profissões, diferenciando-se do resto da população pela sua religião e vestes.

Fernando Chueca Goitia (1911-2004) defendeu que as análises desagregadas contribuíram para iludir uma leitura mais completa, demonstrando como um povo, na sua diversidade, se expressou de uma determinada maneira e com grande unanimidade. A ideia de que a arte mudéjar seria obra de islâmicos subjugados que viviam, em consequência da reconquista, em território cristão, trabalhando para cristãos, é uma perspectiva geral, pois em muitas ocasiões artistas cristãos, até por vezes estrangeiros instalados na península, realizaram obras hispano-árabes em consequência da forte pressão do meio. Por exemplo na catedral de Toledo a capela moçarabe (cujo nome não tem a ver com o estilo), inteiramente gótica, é de autoria de dois mestres-de-obras muçulmanos, enquanto, na mesma catedral, a sala capitular de estilo mudéjar é obra de artistas cristãos.

Completando o que Henri Terrasse (1895-1971)<sup>11</sup> define acerca do mudéjar, Goitia afirma que *a arte da Espanha medieval, baseada numa sociedade múltipla e tolerante e com origem nessa sociedade, a que se juntam as contribuições das formas e técnicas do Norte e do Sul da Península, conjugadas de maneira diversa em cada caso*<sup>12</sup>.

A arquitectura mudéjar deve ser analisada, tendo como cenário um universo em que a Península Ibérica se encontrava numa definição de territórios e fronteiras, numa transição política e cultural, em que o poder passa de muçulmanos para cristãos. Assim, as interpretações extremistas do mudéjar não tiveram em conta algo de fundamental: a arte como expressão de uma sociedade e neste caso concreto constituída por muçulmanos, judeus e cristãos.

O mudéjar poderá ser entendido como uma manifestação cultural, apoiando-se num saber técnico islâmico, tentando responder às aspirações da cultura cristã. A edificação de construções notáveis como as igrejas, recorrendo a modelos (do românico do Norte e do Oriente) referenciados aos lugares simbólicos da cristandade, era concretizada e viabilizada pelos mudéjares, através da construção com um método próprio e económico utilizando o adobe e o tijolo.

Pode-se afirmar que o românico-mudéjar, cujo auge se situa nos sécs. XII e XIII, é caracterizado por um certo anacronismo pelas suas discrepâncias na linguagem formal, existindo alguma controvérsia nos métodos de identificação avançados pelos diversos historiadores espanhóis. Constata-se alguma polémica na dificuldade em atribuir a determinados edifícios e monumentos o carácter mudéjar, tendo presente que, ao longo da

<sup>11</sup> Apud José Custódio Vieira da SILVA, *op. cit.*, p.113. Terrasse defende que *mais do que pelos autores, pela sua geografia ou pelos seus materiais a arte mudéjar define-se pelas suas formas e técnicas.*

<sup>12</sup> José Custódio Vieira da SILVA, *op. cit.*, p.113.

historiografia do mudéjar, diversos métodos foram desenvolvidos, não se tendo chegado a uma concordância de análise quanto a esses exemplares.

É preciso ter presente que o fenómeno do mudéjar, com expressão na Alta Idade Média, desenvolveu-se num largo espaço temporal, sendo por isso mais duradouro do que os outros estilos (como o românico, o gótico e o renascentista) e atravessou várias fases da história da arte hispano-muçulmana (taifas, almorávia, almóada e nazari).

Mesmo arriscando alguma controvérsia, e embora o mudéjar seja, actualmente, conotado com o território espanhol, é claramente fruto de um saber islâmico. A cultura árabe, na época, contribuía paralelamente para a criação de outras manifestações como as construções *siculo-mormando* na Sicília e, provavelmente, analisando nesse período outras manifestações artísticas e culturais ao longo do Mediterrâneo, encontraremos uma vincada influência muçulmana. Esta situação não é de estranhar; pois os islâmicos acabavam de ceder território aos cristãos que se constituíam em sociedades inicialmente carentes de uma forte organização, do ponto de vista do saber, socorrendo-se e deixando-se fascinar pelo conhecimento muçulmano. É natural, neste quadro a existência da marca islâmica na arquitectura realizada ao serviço dos cristãos ao longo da bacia do mediterrâneo.

Esta tendência artística mereceu, sobretudo nos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX, em Espanha, alguns debates e polémicas sobre a génese da sua definição. Nos círculos culturais de então, envolvendo historiadores e arqueólogos, reflectia-se se essa manifestação seria um estilo ou um reportório de técnicas, criando-se um estatuto de *único tipo de construção tipicamente espanhola de que nos podemos envaidecer*<sup>13</sup>. Outros textos sublinham o carácter anónimo, negando o valor de estilo, pois testemunha-se a mera interpretação de formas ocidentais realizadas pelos artesãos árabes.

Todas estas abordagens são marcadas pelo discurso de José-Amador de los Ríos y Serrano (1818-1871), responsável pela caracterização do mudéjar, segundo a conjugação de elementos artísticos cristãos e islâmicos. Mas se por um lado esta postura evidenciou uma nova manifestação artística, por outro lado foi devastadora no que concerne aos estudos desenvolvidos posteriormente, que consideraram uma atitude analítica que desagregou factores importantes como as condições culturais e factuais, centrando-se excessivamente na caracterização dos elementos artísticos.

---

<sup>13</sup> *Menéndez e Pelayo* (1856-1912) citado no guia do mudéjar (coleção *Arte y Cultura*), *Secretaria General de Turismo, Ministerio de Comercio y Turismo*.

Como já foi afirmado no capítulo 2.6<sup>14</sup>, o mudéjar medieval espanhol organiza-se por focos geográficos, tendo sido esta sistematização proposta no início do séc. XX por Vicente Lampérez y Romea (1861-1923): foco toledano, foco castelhano, foco aragonês e foco sevilhano.

Embora esta sistematização seja aceite, existe uma tendência, sobretudo com alguns historiadores contemporâneos, em estudar o foco toledano e o foco castelhano em conjunto e, de certo modo, embora existam diferenças, os factores em comum superam-nas. O debate centra-se também em saber qual é o mais antigo, e a historiografia contemporânea propõe uma abordagem, para além dos métodos cronológicos como, por exemplo, os factores culturais e as circunstâncias históricas que proporcionaram o desenvolvimento do mudéjar, insistindo no foco de Toledo.

Claudio Sánchez-Albornoz (1893-1984)<sup>15</sup> estabeleceu a *teoria do deserto humano* na grande parte do vale do Douro durante a alta Idade Média. Esta teoria apoiava-se no facto da área ao longo deste rio servir de fronteira entre os reinos cristãos do Norte peninsular e o al-Ándalus e por isso ser catalogada como *terra de ninguém*, mantendo à distância as diferentes culturas e assumindo o papel de espaço fronteira-tampão entre os dois domínios. Esta teoria veio a ser confirmada documentalmente por Miguel Ángel Ladero Quesada.<sup>16</sup>

Por outro lado, segundo Borrás Gualís<sup>17</sup>, o surgimento da arte mudéjar nos diferentes focos regionais não se deu imediatamente após a reconquista cristã, pois durante essa fase é de sublinhar a dificuldade de repovoação do território pelos cristãos, embora existisse uma vontade clara em deixar a marca do novo domínio através dos monumentos emblemáticos.

Ainda, segundo o mesmo autor, as formas artísticas de cada foco regional não só se alimentaram dos seus precedentes locais islâmicos, como enriqueceram ao longo da história através da influência do Al-Ándalus, como dos outros focos de desenvolvimento.

Toledo manteve após a sua reconquista, desde os finais do séc. XI, uma forte ligação com a cultura islâmica e por isso tornou-se uma área propícia à mão-de-obra mudéjar.

O foco de Leão e Castela caracterizou-se pela formação e difusão de uma arquitectura de forte personalidade artística, cujo momento de auge se dá por volta de 1200, prosseguindo durante o séc. XIII até às primeiras décadas do século seguinte, nos núcleos urbanos de *Sahagún*, *Toro*, *Arévalo*, *Olmedo* e *Cuéllar*, tendo como ponto de partida a influência de Toledo. Segundo

<sup>14</sup> V. p.53 do presente estudo.

<sup>15</sup> AA.VV. - *Arte mudéjar. A estética islâmica na arte cristã*, Museu Sem Fronteiras Lisboa, Civilização Editores, 2000, p.54.

<sup>16</sup> AA.VV. - *Arte mudéjar. A estética islâmica na arte cristã*, Museu Sem Fronteiras Lisboa, Civilização Editores, 2000, p.55.

<sup>17</sup> *Introdução histórica e artística in AA.VV. - Arte mudéjar. A estética islâmica na arte cristã*, Museu Sem Fronteiras Lisboa, Civilização Editores, 2000, p.35.

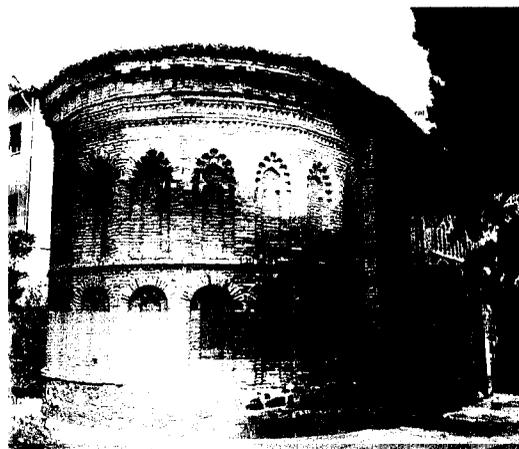
Guzmán, este foco subdivide-se em focos mais restritos: foco de Sahagún, o foco de Toro, o foco de *Terra de Pinares*.

De salientar que, segundo Borrás Gualís, existia uma grande mobilidade de mão-de-obra mudéjar. Quando os trabalhos reais necessitavam de mão-de-obra especializada e formada, a preferência recaía sobre a muçulmana. Este facto vai facilitar a livre circulação das formas artísticas, não só dentro do território cristão, como também do islâmico, quebrando as barreiras culturais e de certo modo as administrativas, acentuando o fascínio dos cristãos pela cultura islâmica.

As rotas de peregrinação a Santiago de Compostela, que se concentravam sobretudo no Norte da Península, podem ter contribuído para a movimentação de artistas e artesãos, devendo ser vistas como caminhos de peregrinação, mas também como vias de propagação da cultura mudéjar, ao serviço de cristãos. A *via romana de La Plata*, que unia Mérida a Astorga, foi mantida pelos árabes, pois era um eixo importante na circulação Sul/Norte e posteriormente retomada para um percurso mais vasto que unia Sevilha a Santiago de Compostela; o *caminho do sudoeste* ou *leonês*. É provável que este trajecto tenha tido derivações pelo território do Nordeste de Portugal e tenha trazido até à zona de Bragança artesãos e construtores mudéjares.

Inicialmente, os cristãos utilizaram os edifícios árabes, notáveis para organização dos aglomerados, substituindo-se a função mas não a importância.

Assiste-se, por exemplo, à adaptação de mesquitas para o culto cristão, cujo exemplo *máximo* desta atitude, tanto na sua plenitude como na sua controvérsia, foi a introdução de uma igreja na mesquita de Córdoba. Assistiu-se à modificação das mesquitas através de adaptações leves com a consagração litúrgica, através de adição de imagens cristãs e oratórios, mas, simultaneamente, também se aproveitaram as naves das mesquitas para presbitérios, ou mesmo, introduzindo igrejas com um novo traçado. Todas estas diferentes atitudes tinham como objectivo proporcionar um ambiente totalmente novo, conduzindo a um novo culto religioso.



Ermita Cristo de la Luz, antiga mesquita califal *Bab-al Mardum*

É fundamental salientar a *Ermida de la Luz* em Toledo, anteriormente a mesquita califal *Bab-al-Mardum* (a maior mesquita de Toledo), como um exemplo de continuidade dentro do mudéjar e que Goitia considera como *um dos edificios da origem do mudéjar por autonomasia*. Para reconverter este edifício em igreja bastou a introdução de uma abside mudéjar semi-circular em 1187.

Mas, com o patrocínio de novos templos e mosteiros, pela parte do clero, de modo a impor uma nova cultura e uma nova religião, levantou-se uma questão importante do ponto de vista prático, ou seja, onde encontrar mão-de-obra experiente e barata? A população muçulmana transportou, até aí, um saber milenar de construção que teve início muitos séculos antes, nos desertos africanos e na Ásia Menor, agora mais apurado pela natural prática, concretizando uma construção onde o factor tectónico se cruza com a estética ao serviço *de todas as graças oferecidas pelos homens a Deus*.

Como já foi referido anteriormente: as igrejas e mosteiros mudéjares servem-se de um método construtivo que, socorrendo-se do tijolo, constrói edifícios, cujo modelo se apoia num outro material construtivo; a pedra.

Assim, os arcos que separam as naves, de volta perfeita, habituais no românico, são substituídos pela utilização espontânea do arco quebrado (foco castelhano), do arco em ferradura (foco sevilhano e aragonês, pontualmente no de Toledo) e algumas vezes o abatido, mas com menos frequência. O arco de volta perfeita, apesar de pouco utilizado, na situação de divisão entre as naves pode ser observado, por exemplo, em Santo Tirso de Sahagún.

As longas extensões de abóbadas de berço são substituídas por tectos com armaduras em madeira (armaduras de *parhilera* [es.], *par y nudillo* [es.] de *limas bordón* [es.] ou *limas moamares* [es.]), menos dispendiosos e mais decorativos (tectos em alfarges, *taujeles* [es.], artesoados e mistos). Utilizavam-se, no entanto, as abóbadas em situações especiais, ou seja, as abóbadas de aresta construídas em tijolo na zona do cruzeiro e as abóbadas de quarto de esfera e de canhão (muitas vezes com a geratriz utilizando o arco quebrado), também no mesmo material, nas zonas absidais.

Os campanários davam lugar à utilização de um *minarete* com aberturas para colocação dos sinos. Algumas igrejas assinalam o cruzeiro com uma *torre-zimbório* que se ergue no ponto mais simbólico da igreja, vejam-se os casos de Santo Tirso e *San Lorenzo*, ambos em Sahagún, situação verificada, também, na Sé de Lisboa até ao terramoto de 1755 (v. capítulo seguinte, p.113).

Existem elementos de acabamento como as *muquarnas* que rematam frisos e abóbadas e as *yaserias* [es.] que preenchem as aberturas. Estes elementos são habituais no foco toledeano e menos no castelhano, tendo em conta que estes componentes são sensíveis, no que toca à conservação, podem ter desaparecido nos exemplares castelhanos.

A arte mudéjar abarca muitos dos edifícios medievais em Espanha, sobretudo uma faixa destinada a satisfazer as necessidades de donos de obra menos exigentes e com menos posses, apostando numa arquitectura mais genuinamente popular, em contraponto a uma arte cortesã e culta de poderosos, frequentemente confinada às oficinas de mestres. Neste contexto, a mão-de-obra mudéjar era empregue na construção das casas dos burgos e aldeias.

Para além dos cristãos também as comunidades hebraicas, toleradas na época, se serviam da força de trabalho dos *alarifes* e *mezarifes*, veja-se o exemplo das sinagogas em Toledo: *Sinagoga del Principe Samuel há-Leví*, actualmente conhecida por *Sinagoga del Transito* (museu Sefardí) e o *Templo Nuevo* ou *Sinagoga Nueva*, hoje *Sinagoga Santa Maria La Blanca*.



interior da Sinagoga Santa Maria La Blanca, Toledo



Sinagoga del Transito, Toledo

Os edifícios mais notáveis, como os palácios e catedrais, eram encomendas demasiado importantes, tendo um lugar de destaque e de simbolismo nas cidades, sendo entregues a artistas europeus. As igrejas paroquiais das aldeias e dos pequenos burgos, bem como os mosteiros, retirados dos grandes centros, viam-se confinados à mão-de-obra mudéjar.

Só mais tarde, segundo Borrás Gualis [*op. cit.*, 2000, p.76], na época dos Reis Católicos, Isabel e Fernando, acontece a fusão, conciliando as formas arquitectónicas do gótico do centro da Europa, as variantes do gótico flamejante e a geometria da decoração mudéjar. Neste

época, as formas oriundas do ultramar e de Itália irão contribuir para o contacto das geometrias clássicas e dos novos desenhos vitruvianos e serlianos com a geometria do Islão. Esta fase, correspondente ao final do séc. XV e início do séc. XVI, é caracterizada por um estilo que segundo alguns autores é o *estilo Isabel* ou *gótico Isabelino* e para outros é conotado como sendo o *gótico-mudéjar*. É sobretudo na região de Castela que se assiste a uma grande produção, construindo-se igrejas, capelas, hospitais, palácios e castelos.

Conforme afirma Borrás Gualis [*op. cit.*, 2000, p.55], a arte mudéjar, para além dos elementos formais e das tipologias arquitectónicas, deve ser estudada tendo em conta a análise dos materiais e das técnicas de construção. Este autor citado por Rafael Guzmán<sup>18</sup> defende a tese de que o resultado estético alcança-se através de um longo processo de selecção de materiais e técnicas integrados num sistema de trabalho artístico

Assim sendo, poderemos distinguir o tijolo, o gesso, a cerâmica e a madeira.

O tijolo foi o material mudéjar por excelência, tendo sido amplamente utilizado como elemento construtivo, quer estruturalmente quer no contexto decorativo. Basilio Pavón<sup>19</sup> considera que a proporção de 2/3 (com o máximo de 28 a 29cm) utilizava-se na zona de influência de Toledo, *Castilla y León*, e era proveniente da tradição do califado de Córdoba, salientando que essa tradição construtiva também estava presente na arquitectura romana da península, referindo que as dimensões dos blocos quadrados oscilavam entre 32 a 45cm.

Esta técnica serviu para construir sistemas de elevação: paramentos, pilastras e colunas e sistemas de cobertura: abóbadas e arcos. Um dos elementos mais emblemáticos do mudéjar é a utilização de ordens com arcos duplos cegos muito



Fig. 1.1. Igreja de Santa Maria, Boadilla del Monte, Castilla y León

<sup>18</sup> *Op. cit.*, 2000, p. 87.

<sup>19</sup> *Apud* Rafael López Guzmán, *op. cit.*, 2000, pp. 95-96.

utilizados nas absides das igrejas, existindo um extenso repertório de interpretação ao nível arquitectónico.

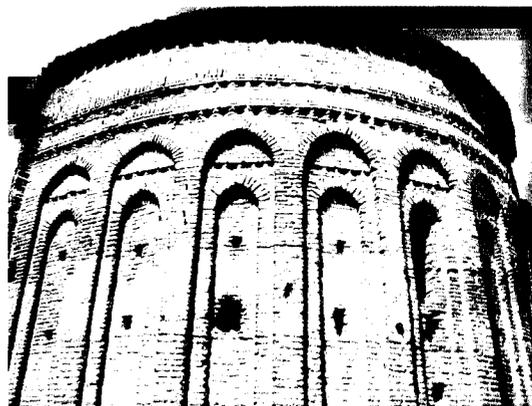
Aceita-se que o gesso tenha sido introduzido pelos muçulmanos na Península Ibérica, generalizando-se durante o período das Taifas. Segundo Rafael Guzmán, a sua origem encontra-se, possivelmente, no Irão, difundindo-se em temas decorativos sassánidas desde a época do califado de Damasco. Foi utilizado nos trabalhos mudéjares de paramentos, tectos e também como conglomerante nas alvenarias de pedra, tijolo e taipa.

O gesso deu origem a vários tipos de acabamentos servindo-se para isso de técnicas apuradas como a talha de colher e a de molde, dando origem por exemplo ao esgrafito (acabamento de paramento exterior), à *escayola* [es.] (acabamento de paramento interior), às muqarnas (acabamento de tectos). O trabalho em gesso é conhecido por *yaserias* [es.].

Eram utilizados também para definir arcos lobulados e preencher o interior dos vãos.

A cerâmica tem como base o emprego da argila. A origem da técnica da cerâmica vidrada, segundo Torres Balbás<sup>20</sup> (1888-1960), também remonta ao Oriente, com proveniência da Pérsia e da Mesopotâmia.

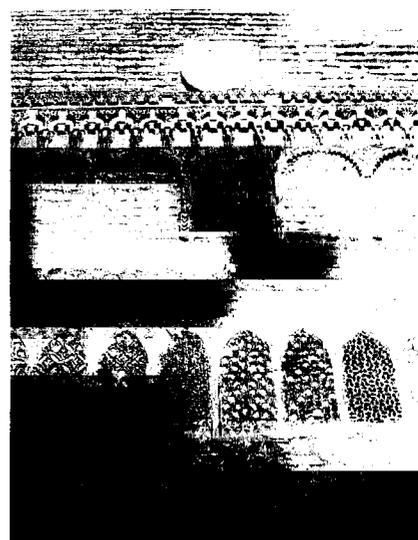
A cerâmica no mudéjar era utilizada como elemento de acabamento em paramentos interiores e exteriores, em pavimentos e lambris. Embora menos comum, encontram-se também peças de cerâmica em tectos.



Igreja paroquial de *San Pedro*, Villoria, Castilla y León  
abside



Arevalo, Castilla y León  
pomenor de esgrafito



Igreja de *La Peregrina*, Sahagún, Castilla y León  
decorações em gesso

<sup>20</sup> *Apud* Rafael Guzmán, *op. cit.*, 2000, p. 107.

As técnicas foram situadas cronologicamente segundo Balbina Martínez Caviro nas fases diacrónicas sevilhanas da seguinte forma:

- azulejos em relevo - segunda metade do séc. XIII;
- alicatados - séc. XIV;
- azulejos de corda seca - séc. XV;
- azulejos de concha ou de aresta - séc. XVI.

Os exemplos mais notáveis encontram-se nas regiões de Aragão, de Saragoça e de Sevilha, onde são de destacar as torres de Calatayud e Teruel.

Embora Toledo tenha sido um grande centro de produção cerâmica, restam muito poucos exemplos desta técnica, podendo ser assinalada a Sinagoga del Transito que apresenta um pavimento em alicatado.

As armaduras e tectos de madeira são elementos essenciais para a definição de uma maneira genérica do mudéjar.

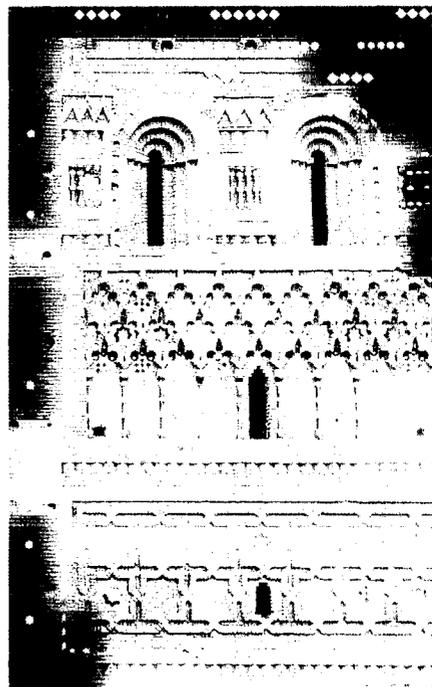
Existe um amplo debate no âmbito da historiografia do mudéjar sobre a origem desta técnica, existindo duas leituras: a primeira atribui a sua origem a técnicas construtivas do Norte e Centro da Europa, enquanto a segunda se atribui à tradição árabe.

Para complemento desta secção sugere-se uma consulta do glossário, onde se podem encontrar ilustrações sobre os vários elementos discriminados.

Quanto à sua classificação também parece não existir um consenso, mas Guzmán<sup>21</sup> categoriza da seguinte forma estes elementos:

a) alfarges

tectos planos horizontais formados por vigas mestras (*jácenas* [es.]) que apoiam directamente num estribo ou através de cachorros. Sobre as vigas mestras pode apoiar um segundo nível de vigas (*jaldetas* [es.]) perpendiculares às primeiras.



cerâmica vidrada associada a diferentes aparelhos de tijolo



Catedral de Santa Maria, Teruel  
armadura de madeira em tecto plano

<sup>21</sup> *Op. cit.*, 2000, pp.118-126.

b) armaduras

armaduras de duas águas: *parhilera* e *par y nudillo*

b1) *parhilera*

Constituída por elementos resistentes *pares* [es.] ou *alfardas* [es.] apoiadas num pau de fileira (*hilera* [es.]) na união e num estribo colocado sobre os paramentos.

b2) *par y nudillo*

Parte do esquema da armadura de *parhilera* mas a 2/3 de altura dos *pares* é introduzido um elemento horizontal de reforço; o *nudillo* [es.], ajudando a unir os pares e a evitar deformações.

Tanto a armadura de *parhilera* e a de *par y nudillo* podem ser reforçadas com tirantes que unem os estribos.

Armaduras de quatro águas: *limas* simples ou *bordón* e *limas* duplas ou *moamares*

As armaduras de quatro águas são mais complexas construtivamente do que as de duas águas, no entanto são mais estáveis estruturalmente, implicando a existência de um edifício cuja planta seja rectangular ou quadrangular. Os rincões (*limas* [es.]), segmentos de intercepção entre duas águas, servem como elementos de classificação. Conceptualmente a falta de alguma água (porque desnecessária) não implica que essa armadura seja excluída desta classificação.

b3) *limas* simples ou *bordón*

O rincão é definido por uma única *lima*, partindo do estribo e encontrando-se superiormente com a outra *lima* de definição da tacaniça. Estas armaduras normalmente necessitam de tirantes e *cuadrales* [es.]. Estes últimos têm a mesma função que os tirantes mas são colocados obliquamente nos ângulos.

b4) *limas* duplas ou *moamares*

Esta armadura é consequência da introdução do laço. Assim as águas podem ser executadas independentemente um das outras, sendo trabalhadas na oficina. Assim cada pano de água apresenta uma lima por definição de ângulo e na montagem cada ângulo é definido por duas *limas* espaçadas através de uma *calle de limas*. A definição das tacaniças não é triangular mas trapezoidal, pois é introduzida uma peça horizontal (*almizate* [es.]) antes do cume (sensivelmente ao nível dos *nudillos*), para remate dos ângulos.

c) coberturas circulares e abobadas

São coberturas não resistentes com a função meramente decorativa. Podemos encontrar nesta categoria a coberturas decoradas através do método do *lazo* [es.] ou *lacería*, um sistema complexo de execução que exige conhecimentos avançados de geometria.

Independentemente do tipo de cobertura nos tectos mudéjares, era habitual proceder-se à decoração dos elementos estruturais com programas pictóricos.

Embora não seja coincidente com a anterior a classificação de coberturas e tectos, apresenta-se um quadro de classificação na área de Ávila:

tectos planos	alfarges <i>taujeles</i> [es.] artesoados mistos
<i>cogadizos</i> [es.]	
armaduras de <i>parhilera</i>	duas águas <i>limas</i> quadrangulares sobre arcos diafragma
armaduras de <i>par y nudillo</i>	duas águas de <i>limas</i> sobre arcos diafragmas mista

quadro de classificação dos tectos e armaduras na área de Ávila segundo María Fernández Shaw, *apud* María Isabel López FERNÁNDEZ, *op. cit.*, 2004, p.65.

O estilo mudéjar pode ser então caracterizado pelos seguintes aspectos:

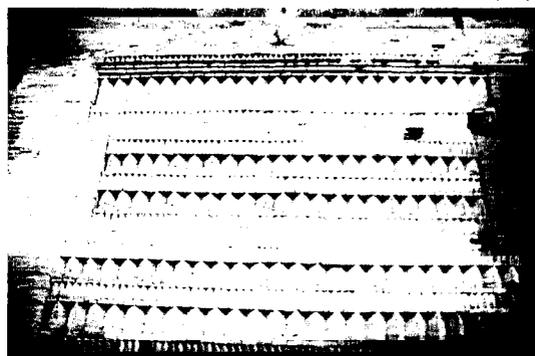
- o tijolo assume um papel de material construtivo e decorativo;
- uso do tijolo de medidas normalizadas, variando de região para região, tendo como base as unidades de medida medievais em vigor em cada área;
- espessuras de muros, pilares e arcos condicionadas em função do dimensionamento dos tijolos;
- peças de tijolo especiais como os em *nacela* [es.] para realização dos remates das cornijas escalonadas, impostas de arcos e mísulas;
- assentamento dos tijolos utilizando diversos aparelhos: de vara ou topo (*soga* ou *tizón* [es.]), utilização do tijolo na vertical, ou seja a *sardinela* [es.] para conferir mais resistência à construção, espinha de peixe, espiga e zigzags como base ao *opus spicatum*, *dentes de lobo* ou *dentes de serra* conhecidas por *esquinillas* [es.] utilizados nos frisos entre ordens, nos frisos de remate superior dos paramentos, no interior dos *recuadros* [es.], etc;



San Lorenzo, Toro, Castilla y León  
 cornija com motivos de *esquinilla* [es.]



região de Castela, Leão e Galiza  
 embasamento realizado em *sardinela* [es.]



Santa María, Boadilla de Rioseco, Castilla y León  
 nomeador de tratamento de paramento com *dentes de lobo*

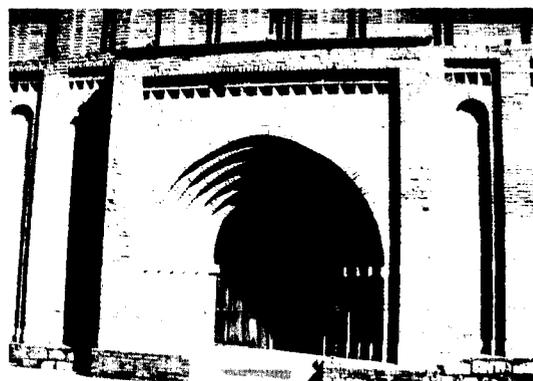
- o aparelho de pedra, quando existe, é reforçado por filas duplas de tijolos, denominado aparelho toledano<sup>22</sup> e disseminado pelos outros focos, sobretudo no castelhano e no sevilhano, segundo Borrás Gualís [*op. cit.*, 2000, p.57];
- aparelho toledano: fiadas de tijolo duplas; caixas de alvenaria de pedra (a altura das caixas começou por se situar entre os 25 e 30cm, tendo aumentado até aos 35 / 45cm e nos séc. XV e XVI atingiu alturas de 85cm), segundo Rafael López Guzmán [*op.cit.* 2000, p.97];
- muitas vezes no aparelho toledano, a pedra pode ser substituída por taipa ou adobe;
- no caso da construção utilizar os dois aparelhos (pedra / taipa e tijolo), para além do reforço horizontal das fiadas duplas de tijolo, este material é utilizado nas situações de reforço, como nos ângulos, na realização de aberturas e de vãos;
- utilização de pilastras como reforço das caixas (*cajones* [es.]) nos paramentos de alvenaria irregular de pedra (*aparelho toledano*);
- em alguns casos os contrafortes são construídos em tijolo - e.g. La Peregrina em Sahagún;
- em algumas situações a área das caixas de alvenaria de pedra ou de taipa são finalizadas com rebocos pobres à base de cal e argila;
- portais construídos por arquivoltas (arcos quebrados ou arcos em ferradura) rematados com alfiz;
- utilização do gesso para elaboração de elementos decorativos como as *yaserias* [es.]



antigo hospital de san lazaro, toledo  
pormenor do aparelho toledano, conjugado com  
alvenaria de tijolo



Igreja paroquial de San Esteban de Nogos, Castilla y León  
aparelho toledano em tijolo e rebocos



San Lorenzo de Sahagún, Castilla y León  
aparelho toledano e alfiz em pórfido sul

<sup>22</sup> Segundo algumas investigações arqueológicas, remete-se a origem deste aparelho para a época romana tardia, in AA.VV. - *Arte mudéjar. A estética islâmica na arte cristã*, Museu Sem Fronteiras Lisboa, Civilização Editores, 2000, p.56. Pavón Maldonado *apud* GUZMÁN, *op.cit.*, 2000, p.97 faz referência à influência, igualmente, do Baixo-império Romano.

(fecho dos vãos) e *muquarnas* nos frisos e abóbadas, sendo, também, usado como acabamento final dos paramentos, utilizando a técnica do esgrafito e da *escayola* [es.] recorrendo a um léxico de elementos decorativos tipicamente árabe (e.g. La Peregrina em Sahagún);

- tectos em madeira artesoados construídos por carpinteiros *del blanco*, substituindo tectos em abóbadas de berço em silharia,
- o ornamental com escasso interesse pelo figurativo, baseia-se em formas geométricas de *lazo* (laço) e formas vegetais (*de ataurique*) herdadas do islamismo e integradas no contexto cristão com novas significações simbólicas;
- nos edifícios religiosos os elementos mais importantes são as absides, as torres-campanários e os zimbórios, merecendo um tratamento distinto em termos estruturais e decorativos.

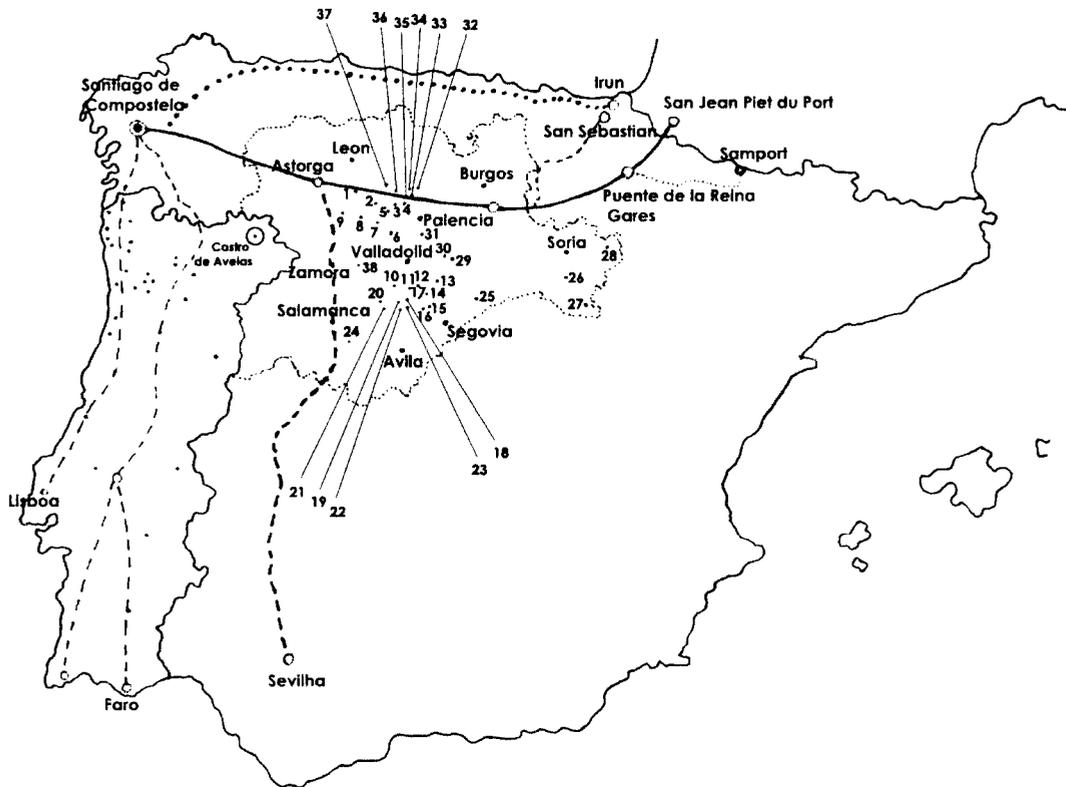


Catedral de Santa María, Teruel  
pormenor do tecto

Relativamente ao estabelecimento de um modelo castelhano, Guzmán<sup>23</sup> afirma que as poucas construções que restaram do séc. XII serviram de referência e criaram o léxico arquitectónico que se desenvolveu no séc. XIII. Manuel Valdés y Teresa Pérez Higuera propuseram uma distinção entre núcleos geradores de tipologias, tendo seguido uma orientação cronológica. Os focos de Sahagún e Toro desenvolveram a sua arquitectura na primeira metade do séc. XIII, enquanto no foco de *Terra de Pinares* que inclui parte das províncias de Valladolid (Olmedo e Medina del Campo), a comarca La Moraña em Ávila (Arévalo e Madrigal de Altas Torres) e as zonas segovianas (Cuéllar e Coca) a construção verificou-se durante todo o séc. XIII.

Ainda segundo Guzmán [*op. cit.*, 2000, p.207], no foco de Sahagún conviverão os dois conceitos arquitectónicos: o primeiro herdado do séc. XII com construções onde subjaz o espírito românico e o segundo representando obras melhor estruturadas sob a influência do gótico.

<sup>23</sup> *Op.cit.*, 2000, p.207.

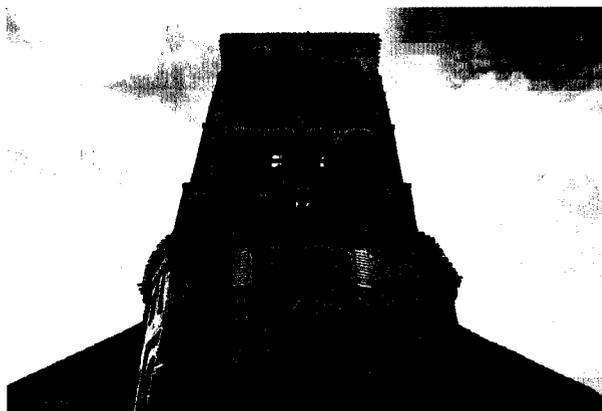


Território Português: com marcação dos principais caminhos de Santiago (v. mapa p.32 do presente estudo) e indicação dos mosteiros beneditinos (v. mapa pp. 46-49 do presente estudo).

Território Espanhol: com marcação dos principais caminhos de Santiago (v. mapa p.33 do presente estudo) e com referência dos principais pontos do mudéjar pertencente ao foco castelhano:

1. Valência de D. Juan 2. Mayorga 3. Boadilla de Rioseco 4. Mazuecos 5. Villalón de Campo 6. Medina de Rioseco 7. Aguilarde Campos 8. Villanueva del Campo 9. Benavente 10. Medina del Campo 11. Olmedo 12. Iscar 13. Cuellar 14. Samboal 15. Santa María Nieva 16. Melque 17. Coca 18. Rapariegos 19. Toloricio 20. Friesno el Viejo 21. Madrigal de Altas Torres 22. Arévalo 23. Montuenga 24. Alba de Tormes 25. Sepúlveda 26. Almazán 27. Santa María de Huerta 28. Agreda 29. Peñafiel 30. Curiel de los Ajos 31. Dueñas 32. Calzada de los Molinos 33. Añoza 34. Cervatos de la Cueva 35. Cisneros 36. Pozuelos del Rey 37. Sahagún 38. Toro

Em Sahagún, local integrado na rota do Caminho Francês de Santiago, temos de salientar as absides triplas de Santo Tirso e *San Lorenzo* e as torres nos tramos rectos da abside central. Em Santo Tirso a abside central, pelo seu embasamento em pedra e pela continuação do paramento em alvenaria de tijolo, poderá indicar uma mudança de programa arquitectónico. Em Santo Tirso, todas as absides tem duas ordens, embora a abside central seja mais elevada e do ponto de vista construtivo os arcos duplos cegos são bastante estilizados comparativamente a *San Lorenzo* que apresenta uma maior riqueza do aparelho em tijolo. Em *San Lorenzo* a abside central tem três ordens para além do embasamento em pedra que dita o ritmo dos arcos cegos nas duas ordens. A última ordem é constituída por pequenos *recuados* [es.].



Igreja de San Lorenzo, Sahagún



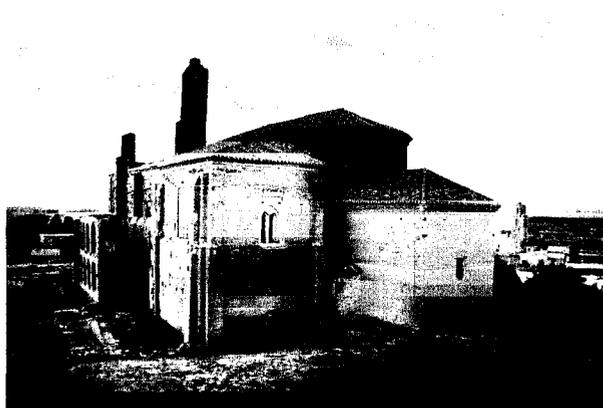
Igreja de Santo Tirso, 1253, Sahagún

La Peregrina corresponde a um modelo de nave única com um programa mais monumental. Tendo sido bastante alterada, ainda se reconhece a sua abside, enquadrando-se num programa de arquitectura mudéjar totalmente em tijolo.

A abside contém diversos elementos do mudéjar como os *recuadros* [es.], os dentes de serra e um friso escalonado de remate.

Encontramos ao longo dos seus paramentos um diverso repertório de elementos arquitectónicos, como o arco em ferradura polilobado, o arco quebrado, o arco de volta perfeita.

Pela sua monumentalidade é de salientar os contrafortes construídos em tijolo.



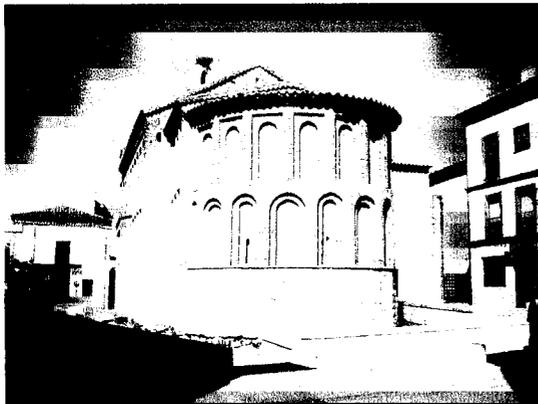
Convento de Santa Clara, 1257, Sahagún

Repovoada a partir do séc. X, Toro era uma *cidade próspera, fértil de bom vinho*, de acordo com a descrição do historiador do séc. XVI Maríneo Sículo<sup>24</sup>. Gómez-Moreno<sup>25</sup> classificou as

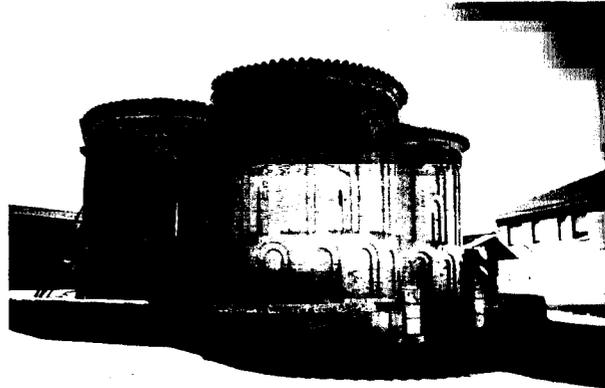
<sup>24</sup> *In Arte mudéjar. A estética islâmica na arte cristã*, Museu Sem Fronteiras Lisboa, Civilização Editores, 2000, p. 188.

<sup>25</sup> *idem*, *ibidem*.

suas muralhas como sendo *mouriscas*, pois ainda podemos observar troços construídos em taipa. No interior do núcleo amuralhado conviviam três comunidades; a cristã, a judaica e a mudéjar. A existência de muçulmanos pode-se verificar nas construções em tijolo que fazem desta vila um dos centros mais importantes de românico-mudéjar em *Castilla y León*. A *colegiata* toda construída em silharia, segundo Gómez-Moreno<sup>26</sup>, foi exemplo estéril para os restantes edifícios de Toro, face à mão-de-obra islâmica mais barata e expedita. As igrejas aqui construídas nos sécs. XII e XIII arrancam a partir de socos em pedra, num estilo construtivo bem diferente do que se passa em Sahagún. Esse embasamento traduz-se num sistema simples de alicerces que pretendem isolar contra humidades do solo, conferindo uma maior durabilidade ao tijolo.



Igreja de San Lorenzo, Toro



Santa Maria, Villalpando

Existe uma coerência formal nas igrejas de Toro. *San Lorenzo* poderá ter servido de modelo a outras construções, pois segundo alguns autores, os pórticos desta igreja poderão ter servido de arquétipo, tendo-se difundido com algumas variações pela meseta castelhana. Existe, segundo Guzmán [*op.cit.*, 2000, p.213], uma ideia em conceber cada parte estrutural do edifício como um todo orgânico e só os portais aparecem como elementos independentes.

Com excepção de *San Lorenzo*, em todas as absides das igrejas deste foco predomina a articulação de uma ordem de arcaria dupla cega (arco de volta perfeita), existindo uma relação entre o interior e o exterior.

O território que abrange a *Terra de Pinares* é mais extenso do que os outros dois anteriores e embora existam elementos em comum, é no tratamento das absides que encontramos uma maior riqueza formal. Todas as absides deste foco apresentam o interior da arcaria cega dupla, rebocado, mas o número de ordens varia, bem como a atenção dada aos frisos e cornijas. Encontramos, também, a associação de arcaria dupla cega (arco de volta perfeita) com *recuadros* [es.] no último nível.

<sup>26</sup> Ap. Cayetano Enríquez de SALAMANCA - *Rutas del románico en la provincia de Zamora*, Salamanca, Edição de autor-Librería Cervantes, 1989.



Igreja de San Martín, Cuéllar



Santa María La Mayor, Arévalo

O aparelho toledano é muito comum nos restantes paramentos e na construção das torres. Existem exemplos muito completos como o caso de Santo Andrés em Cuéllar que apresenta um repertório de tratamento de paramentos muito rico associando as arcarias duplas cegas ao aparelho toledano.

A presença das torres é muito importante nas igrejas de Arévalo destacando as de San Martín: a *Torre Ajedreces*, construída em arcaria dupla de tijolo, e a *Torre Nueva*, construída em aparelho toledano reforçada nos ângulos e vãos com alvenaria de tijolo.

### 3.4 O tijolo na arquitectura mudéjar

O tijolo pertence a um grupo de materiais a que os italianos chamam de *laterizi*<sup>27</sup>, os quais, por definição, são produtos cerâmicos realizados a partir de uma pasta porosa empregues na construção de edifícios. Para além do tijolo maciço ou burro e do tijolo furado, encontramos as tijoleiras ou baldosas quadradas, rectangulares e hexagonais, as chacotas dos azulejos<sup>28</sup>, as telhas, os tijolos de cornija, tijolo para fugas e ventiladores, tubos de drenagem, todos considerados materiais de *terracotta* [it.], pois são fabricados a partir de uma pasta de argila que, posteriormente a ser submetida a algumas fases de laboração pode ser moldada em formas e dimensões predefinidas. Estes elementos são cozidos, transformando-se numa massa agregada, porosa e não excessivamente dura<sup>29</sup>, de aspecto opaco, com uma estrutura de grão rugoso, trabalhável com uma lima, podendo absorver facilmente água por capilaridade.

Pode-se afirmar que adobe é o antecessor do tijolo, mas curiosamente este último não substitui o primeiro, pois, actualmente ambos são utilizados na construção com diversos objectivos. O adobe é um bloco moldado de terra crua, ou seja, é um preparado à base de terra argilosa, areia ou palha cortada, sendo seco ao sol, enquanto que o tijolo é um preparado à base de argila cozida num forno com temperaturas compreendidas entre os 800°C e 1200°C, sendo por isso mais complexo o seu fabrico e, comparativamente, o tijolo é um material mais resistente e mais caro que o adobe.

Segundo o *Diccionario de construcción tradicional TIERRA*, o tijolo é considerado uma autonomasia do adobe, pois através da utilização do forno para cozimento dos blocos, *perpetua* as peças em terra crua. Alguns autores atribuem aos blocos em adobe a designação de tijolo.

<sup>27</sup> Na arquitectura italiana, sobretudo naquela localizada no Norte deste país o tijolo é fortemente utilizado na construção, veja-se o exemplo do *San Petronio* de Bolonha, cuja fachada principal, incompleta, ilustra bem a atitude de utilizar o tijolo como material estrutural, mas revestido posteriormente com pedra.

<sup>28</sup> O azulejo é um ladrilho cerâmico destinado ao revestimento e à decoração na arquitectura consistindo numa placa de barro cozido, denominada chacota, de espessura variável decorada e vitrificada numa das faces. A vitrificação pode ser feita através do vidrado, o vulgar zarcão (óxido de chumbo) incolor ou corado com óxidos metálicos e do esmalte branco e opaco, de óxido de estanho.

<sup>29</sup> Existem outros materiais cerâmicos, ditos de pasta compacta, pois são cozidos a uma temperatura entre os 1200°C a 1500°C, adquirindo uma elevada dureza e uma vitrificação mais acurada como por exemplo o grés, o *clinker* (cimento) e a porcelana.

A cor do tijolo assim como a sua textura dependem da presença de óxido de ferro na argila e da potência do forno, mas a grande maioria das argilas cozidas à volta dos 1.000°C obtêm uma cor uniforme, muito característica do tijolo comum.

A primeira técnica de fabrico do tijolo desenvolvida remonta à época das primeiras construções de aglomerados no Crescente Fértil (Médio Oriente), constituindo a base da arquitectura de centros que são originários do III milénio a.C. como *Harappa* e *Mohenjo-Daro* e depois em centros urbanos da cultura mesopotâmica<sup>30</sup> e egípcia.

Esta técnica encontra-se espalhada pelo mundo, desde a China até ao Sudeste dos Estados Unidos, mas como é bastante simples e muito económica, é muito utilizada nas zonas menos industrializadas como África, América do Sul e Índia, conduzindo à conotação de material tradicional ligado à arquitectura vernacular.

Existem outros materiais de terra crua como a taipa<sup>31</sup>, o tabique ou taipa de pau a pique<sup>32</sup>, o tabique *bauge*<sup>33</sup>, mas este capítulo será essencialmente dedicado ao **tijolo**, recorrendo a outros derivados de terra crua ou de argila cozida, para contextualizar do ponto de vista técnico esse material. O fabrico do tijolo aperfeiçoou-se ao longo dos tempos como resposta a necessidades construtivas, estruturais e estéticas e a sua laboração foi-se ajustando a novas tecnologias, métodos de trabalho e padrões de qualidade.

Em Portugal a construção em adobe e em tijolo situa-se sobretudo no Sul do país, pela permanência de hábitos de uma cultura tectónica ligada a uma raiz árabe, moçárabe e mudéjar.

<sup>30</sup> Suméria (*Eridú, Lagar, Kiri, Uruk e Ur*), Ninive, Caldeia, Babilónia.

<sup>31</sup> Terra arenosa, rica em pedras e cascalho, com um baixo teor de argila (10 a 20%) que deve arejar antes de ser deitada para dentro dos taipais (moldes tradicionais em madeira). Seguidamente é prensada com a ajuda de um pilão manual (método tradicional) ou pneumático (método tecnológico). O grau de humidade presente nesta terra é baixo, mas deve ser o suficiente para contribuir para uma boa prensagem, podendo ser considerada como um betão magro que endurece quando seco ao sol. Os solos de origem de glaciário ou de aluvião são excelentes para ser empregues nesta técnica espalhada por muitos países, como Marrocos, Afeganistão, Peru, Brasil. Em França esta técnica é chamada de *pisé*, tendo sido empregue na construção do património rural e urbano, principalmente nas regiões de *Dauphiné* e de *Auvergne*.

<sup>32</sup> Sobre uma ossatura de ripas de madeira entrançadas, pregadas, ou enroladas colocadas entre pilares é aplicada uma mistura de terra muito argilosa, misturada com palha ou outras fibras vegetais locais. Esta técnica é das mais ancestrais e é conhecida também por *enxaimel* ou *taipa de sebe*, actualmente investiga-se a possibilidade de pré-fabricação deste material, pois para além de ser uma técnica económica poderá ser um material amigo do ambiente.

<sup>33</sup> Esta técnica usa uma terra bastante plástica que depois de misturada com água e bem amassada com ervas secas e ramos finos é trabalhada manualmente em pequenas bolas. Estas bolas são amontoadas e sucessivamente comprimidas em chapadas até constituírem paredes monolíticas de suporte ou acabamento a outros suportes. Esta técnica foi abandonada na Europa mesmo em Inglaterra, onde foi muito utilizada sob a designação de *cob*, no entanto é ainda muito utilizada no continente africano, veja-se o exemplo das mesquitas monumentais de *Djénne*, de *Mopti* e de *Gao* no Mali, os edifícios de dez ou mais andares de *Shibam* no Iémen do Sul e nas construções no Médio Oriente e na Índia.

O adobe e o tijolo são dois materiais de substituição, pois nas zonas onde escasseia a pedra e existam terrenos com características argilosas, encontram-se construções nestes dois materiais que Viollet-Le-Duc classificava como *pedras artificiais*.



fabrico de tijolos crus romanos  
In MENICALI, Umberto

A construção em tijolo, durante o **período medieval**, dependeu de muitas vicissitudes de ordem diversa, entre as quais geopolíticas e económicas.

Do ponto de vista técnico não se verificaram evoluções e em alguns pontos, como na Península Ibérica a construção em tijolo proliferou em consequência do domínio árabe e sobretudo sob o domínio almóada do califado de Córdoba.

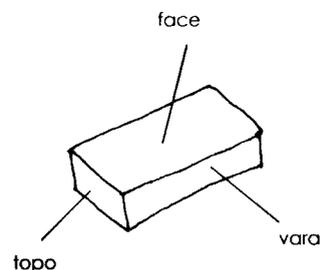
Os árabes herdaram, por razões geográficas, as técnicas da Assíria e da Pérsia, tendo sido os responsáveis pela propagação dessas mesmas técnicas e pela construção em tijolo aparente, tirando partido técnico e decorativo desse método, a tal ponto que se manteve até ao séc. XV.

**Os dentes de serra** ou de lobo, as **espinhas de peixe**, as **mísulas** e **cornijas escalonadas** eram elementos construtivos que associados a combinações geométricas criaram uma linguagem arquitectónica com uma forte expressão e rigor técnico.

O império islâmico a partir da *Hégira* estendeu-se do Oceano Atlântico até à Índia, podendo-se individualizar três grandes fases de desenvolvimento e expansão que envolveram várias culturas absorvendo artesãos e técnicas. O adobe e tijolo foram amplamente utilizados nas construções árabes em parte como herança do império persa, da Sassânida, e do bizantino, em parte como exigência, na falta de pedra e de madeira (dois dos principais materiais de construção) na área geográfica em questão.

Segundo as leis islâmicas, nos edifícios não se representavam figuras humanas, por isso revestiam-se de padrões abstractos de decorações que contribuíam para um todo complexo e harmonioso.

O adobe era largamente utilizado, em todos os edifícios, salvo nos mais importantes onde era empregue o tijolo. Os tijolos persas do período da dinastia *Il-Khanid* (1256–1353) tinham dimensões que variavam entre os 18-31cm com espessuras entre os 4-7cm, mas as medidas mais comuns eram de 20-22cm com espessuras entre os 4,5-5cm.



bloco de tijolo - terminologia

As características dos tijolos variavam de fabricante para fabricante (sobretudo no que respeita às dimensões), sendo por isso difícil de datar os edifícios através da análise dos mesmos.

No período seljúdico foram usados, com muita frequência, tijolos com as dimensões referidas e um número reduzido de tijolos com metade do tamanho.

Quando se necessitava de tijolos especiais para utilizar nas ornamentações eram, normalmente, cortados (a partir dos tijolos produzidos em série) com serras ou facas, adequadas para o efeito, antes de serem cozidos. Existiam, paralelamente, tijolos que eram fabricados especialmente para determinadas construções.

A reutilização era, também, um hábito comum, aproveitando-se tijolos de uma construção para outra.

A habilidade dos construtores islâmicos para criar padrões intrincados, cortando e assentando tijolos, produzia engenhosos relevos, claramente demonstrados no Túmulo de Ismael Samani, influente emir da dinastia Samânida (875-999).

No período da dinastia Timúrida (sécs.XIV-XVIII) os tijolos especiais para ornamentação e relevos mantiveram-se, começando-se a desenvolver o hábito de cortar os tijolos cozidos durante o assentamento dos mesmos.

A cultura islâmica, ao contrário de uma leitura que se possa fazer mais superficial e direccionada para um entendimento meramente de expansão da mensagem religiosa, está ligada a uma filosofia aberta e tolerante, a qual ultrapassou a sociedade e cultura islâmicas.

A arte moçárabe foi a manifestação dessa tolerância, que em Portugal foi bastante notória e ainda hoje se podem encontrar vestígios da convivência entre a cultura cristã e muçulmana, exemplo claro da tolerância das minorias, reflectindo-se no quotidiano em geral, como no trabalho e na existência de outras línguas e dialectos, para além do árabe clássico.

Durante o desenvolvimento das cidades comerciais na Baixa Idade Média, os ofícios da construção artesanal em tijolo foram sendo reavivados. Foi neste período que se criaram, novamente, peças uniformizadas, mais concretamente em Itália, Inglaterra e Países Baixos.

Muitos dos tijolos utilizados pelos ingleses a partir do séc. XIII eram comprados através do comércio fomentado pela *liga hanseática*<sup>34</sup> que, ao associar algumas cidades emergentes na zona do mar Báltico, de modo a protegê-las comercialmente, motivou uma arquitectura gótica *backsteingotik*<sup>35</sup> [de.] construída totalmente em tijolo, congregando saber e cultura para além das fronteiras entre os diversos estados.

Pouco se conhece sobre o fabrico de tijolos na Idade Média. Não sobreviveram ilustrações sobre os métodos de fabrico, aquelas que se conhecem pertencem ao séc. XV, passando-se exactamente o mesmo, relativamente a documentos escritos sobre o processo. Sobreviveram, sim, facturas e documentos comerciais, informando sobre custos e quantidades de produção.

Existem alguns investigadores defensores de que parte dessa informação pode ser tirada directamente dos blocos de tijolo, como a longa investigação levada a cabo por Tiziano Mannoni no curso de *Archeologia dell'Architettura e Storia della Cultura Materiale na Università degli Studi di Genova*, mas apesar deste interesse ter começado a algumas décadas passadas, fundamentam-se em métodos que ainda levantam alguma controvérsia.

O que se sabe sobre o fabrico de tijolos medievais, no plano europeu, segundo Campbell<sup>36</sup>, sugere que o conhecimento técnico era apoiado, essencialmente, numa herança romana e bizantina.

<sup>34</sup> A liga hanseática, também, conhecida por *Hansa* (de.), ou ainda *associação de mercadores de Gotland*, consistia numa federação de cidades do Norte da Alemanha e das comunidades comerciantes alemãs no mar Báltico, nos Países Baixos e em Inglaterra e era uma associação de mercadores. Na segunda metade do séc. XII e inícios séc. XIII foram criadas muitas cidades no Norte da Alemanha, em torno do Báltico como *Lübeck, Rostock, Wismar, Stralsund, Greifswald, Stettin, Danzig, Elbing, Riga, Malmö, Gnesen, Gdansk*, etc., com uma forte dinâmica comercial onde rapidamente a burguesia tomou o poder e impôs a criação de ligas ou associações para defender e fomentar mútuos interesses comerciais.

<sup>35</sup> *Backsteingotik*, significa literalmente *arquitectura de pedra cozida*.

<sup>36</sup> In James W. P. CAMPBELL; Will PRYCE - *Brick, a world history*, London, Thames and Hudson, 2003, p.99.

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

#### **4. o desenho e os sistemas métricos na Idade Média**

## 4. o desenho e os sistemas métricos na Idade Média

### 4.1 O papel do desenho na Idade Média e a formação do arquitecto

*A idade média foi técnica.*<sup>1</sup>

*A estética torna-se norma de vida.*<sup>2</sup>

Na época moderna, o desenho é considerado um instrumento fundamental para a representação e experimentação das ideias, no que toca às diferentes actividades cuja essência é a criação/concepção. Nesta perspectiva emerge a figura do arquitecto que ao utilizar o desenho reforça o papel racional desse instrumento, permitindo ver e dar a ver o resultado de uma obra, antes desta ser construída. Segundo *Roland Recht*<sup>3</sup>, o desenho, antes do séc. XIII, não era usado ao nível da arquitectura e da construção, pois o edifício permanecia num estado de concepção mental e a visualização era conseguida no lançamento da obra com o traçado no solo das suas linhas directrizes.

No entanto, como veremos mais à frente, e segundo outros autores, em certos momentos o desenho era utilizado em obra recorrendo-se aos elementos básicos da geometria euclidiana.

Vivendo-se, de certa forma, uma época de reutilização, os materiais de suporte ao desenho eram preciosos e dispendiosos, implicando uma boa gestão dos mesmos, com sucessivas utilizações, numa perspectiva de *reciclagem*, veja-se o exemplo dos pergaminhos<sup>4</sup> que utilizados até à exaustão, reconvertiam-se através do fabrico de cola, noutros casos eram materiais perecíveis (como a madeira, o gesso e o estuque), impedindo que chegassem até nós, ou ainda, muito provavelmente seria no estaleiro que se faziam muitos dos desenhos,

<sup>1</sup> Ap. Hugo LOPES, *op.cit.*, p.7, Marta Llorente Díaz, *El saber de la arquitecta y las artes*, Editions de la Universitat Politècnica de Catalunya, 2000.

<sup>2</sup> Ap. Hugo LOPES, *Umberto Eco, A arte e beleza na estética medieval*, 1989, p.180.

<sup>3</sup> *Desenhos e tratados de arquitectura in DUBY, Georges, História artística da Europa*, 1998, p.207.

<sup>4</sup> Segundo indicação de Helena ROMERO, *op. cit.*, 1997, p.93.

utilizando os próprios materiais de construção, pois a maioria desses esboços ou eram entendidos com bases de trabalho, esclarecendo dúvidas do momento, ou como bitolas ou gabaritos para cada especialista<sup>5</sup>. Tudo isto ajudou a que se criasse um mito sobre o uso do desenho como suporte à actividade da arquitectura e da construção, durante a alta Idade Média.

A função do arquitecto estava confinada muito ao estaleiro, pois sem a existência de planos prévios os seus conhecimentos eram sobretudo práticos, afirmando-se como o mestre-de-obras que coordenava todos os trabalhos e os outros corpos de ofícios presentes na execução de uma *fabrica*. Também, conhecido por *arquitecto-pedreiro*, a presença desta figura em obra era permanente e imprescindível; o processo de criação não era separado do acompanhamento de obra, obrigando-o a uma assistência constante e activa sobre o desenvolvimento dos trabalhos. Nos edifícios cuja construção e orientação de obra eram mais complexas, o mestre optava por viver no estaleiro ou muito perto deste. Era-lhe exigido um conhecimento no âmbito do trabalho da pedra no que respeita à preparação e montagem, da armação de estruturas de madeira e da preparação de algumas ligas metálicas, entre outros conhecimentos técnicos.

Tendo por base a bibliografia consultada para a realização deste capítulo, pôde-se constatar que foram utilizados diversos termos para definir o *arquitecto da Idade Média*. É interessante verificar que pela profusão de termos o papel do arquitecto era bastante vasto, desde a concepção do projecto, que muitas vezes correspondia a modelos existentes, até à contratação da mão-de-obra, passando pelo conhecimento técnico e o acompanhamento de obra. Mas, verifica-se que, durante todo este período, o papel do arquitecto foi-se especializando, adquirindo mais importância no momento da concepção do projecto e nitidamente essa fase começa a distinguir-se do acompanhamento de obra.

Assim, dois termos bastante utilizados são o *arquitecto-pedreiro* e *mestre-de-obras*, ambos adquirindo em determinados momentos o mesmo significado, ou seja o arquitecto como figura constante no estaleiro com conhecimentos técnicos básicos. Recht<sup>6</sup> introduz a figura do arquitecto principal e do segundo arquitecto (*parlier*) como ideia de que o primeiro (*arquitecto-pedreiro*) concebe e o segundo acompanha a obra *in loco* (*mestre-de-obras*), correspondente já

---

<sup>5</sup> Helena ROMERO, *op. cit.*, 1997, p.94.

<sup>6</sup> DUBY, *op. cit.*, 1995, p.214.

a uma fase da Baixa Idade Média. Quanto a Burgos<sup>7</sup>, este introduz a ideia de *mestre albanil* (mestre-pedreiro) como mestre-constructor, termo também utilizado por Helena Romero. Burgos<sup>8</sup>, ao recorrer ao universo inglês, transmite-nos, por exemplo, no caso de *Westminster Hall* era um mestre carpinteiro que actuava como mestre-constructor, pela predominância de trabalho de carpintaria sobre o trabalho da pedra.

Relativamente aos mosteiros, Helena Romero<sup>9</sup> afirma que estes se socorriam dos seus monges-arquitectos, formados no seio da congregação.

### **A origem do saber e a formação**

Associa-se a Idade Média a uma época de obscuridade, embora na essência humana esteja sempre inerente uma certa vontade de evolução e de mudança. Neste período, pelas invasões dos povos do Norte, pelas constantes convulsões sociais e pela tentativa de impor uma nova ordem de poder, presenciou-se uma desorganização do conhecimento. Segundo alguns autores<sup>10</sup>, assistiu-se a um retrocesso cultural pois poucos se dedicavam ao estudo, face ao uso do latim como língua de transmissão das ideias, inacessível à maior parte dos homens de ofícios que se integravam numa Europa dominada pelos inúmeros dialectos.

Neste capítulo, é importante fazer referência a uma breve síntese histórica da aprendizagem e da utilização do desenho desde o período clássico.

A *Academia de Platão* (c. 427-c. 348 a.C.), o *Liceu de Aristóteles* (384-322 a.C.), o *Jardim do Epicuro* (341-270 a.C.) e a *Stoa*<sup>11</sup> de Zenão de Cítio (334-262 a.C.) são as quatro escolas atenienses que irão marcar o pensamento e a formação muito para além da sua existência, influenciando a cultura do império romano e mais longinquamente a da Idade Média.

Nos últimos séculos do Império Romano, perderam-se as pistas documentais sobre o desenvolvimento da geometria, disciplina que na época grega tinha alcançado um aperfeiçoamento sem precedentes. As questões estudadas cingem-se, pois, ao estudo básico do *Elementos de Euclides* e a alguns ensinamentos da Escola Pitagórica com maior incidência para a simbologia dos números do que as possibilidades de cálculo.

No séc. VIII, sob o Sacro Império Romano-Germânico de Carlos Magno (742-814), a Europa vive um período de calma, em virtude da reunião entre os diversos reinos, na tentativa de

<sup>7</sup> GRACIANI, *op. cit.*, 2002, p. 140.

<sup>8</sup> GRACIANI, *op. cit.*, 2002, p. 139.

<sup>9</sup> Helena ROMERO, *op. cit.*, 1997, p. 99.

<sup>10</sup> José Antonio Ruiz de la ROSA, in *La técnica de la arquitectura medieval*, 2000, p. 153.

<sup>11</sup> O nome deriva do *gr. stoa* que significa portada porque Zenão ensinava no pórtico de *Pecilo* em Atenas.

recuperar a essência de um império, deixando de lado o modelo romano e construindo uma simbiose entre o paganismo dos povos bárbaros e o cristianismo. Já não existe a figura do imperador mas o chefe da *cidade de Deus* de Santo Agostinho (354-420) que é na realidade um *padre-rei*.

Depois de Pacómio, o anacoreta<sup>12</sup>, no séc. IV, fundar no deserto o primeiro mosteiro<sup>13</sup>, a difusão, deste modelo de lugar ideal para a vida retirada, dedicada à reflexão e ao estudo, espalha-se pelo mundo cristão. São Bento (480-547) cria, em 529, no baixo *Lazio* o mosteiro de *Montecassino* e escreve a conduta dos monges negros a *Regulae Benedicti*, dando origem ao monaquismo ocidental. Carlos Magno delega no abade inglês Alcuino de York<sup>14</sup> (730-804) a tarefa de dirigir a *Academia Palatina*, criada para servir de modelo às escolas monásticas do novo império, transmitindo a tradição cristã, cuja formação se baseava nos *sete pilares da sabedoria* que constituíam o *Trivium* (gramática, retórica e dialéctica) e o *Quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e a música)<sup>15</sup>.

Embora, na alta Idade Média, a grande maioria dos pensadores cultos se interessassem mais pelas questões teológicas, deixando de lado os problemas da ciência, é de referir alguns

<sup>12</sup> Anacoreta deriva do termo egípcio *anakhoretai* que significa afastar-se, era aplicado aos camponeses do Egipto, então província romana que, devido aos elevados impostos cobrados nesse período, se refugiavam em zonas ermas e isoladas, estratégia, também, adoptada pelos primeiros cristãos nessa área, de modo a se protegerem de perseguições.

<sup>13</sup> Mosteiro deriva da palavra *monachos*, ou seja, *monos* = só e *eremos* = deserto. Anteriormente a Pacómio, não existia na cultura religiosa egípcia a necessidade da constituição formal do mosteiro, pois não existia a intenção de criar uma comunidade mas, ao contrário, a comunidade era criada espontaneamente através do interesse que os *padres do deserto* (que procuravam o cristianismo puro e ascético) despertavam em alguns cristãos. O mosteiro *pacomiano* tinha uma estrutura rígida, hierarquicamente apoiada na disciplina e na obediência, herdada da influência do exército imperial. O mosteiro era construído dentro de muralhas, sendo constituído por várias edificações, entre as quais uma igreja, uma cozinha, um refeitório, uma hospedaria e uma biblioteca. Existiam também edifícios para albergar a comunidade que poderia variar entre vinte a quarenta monges reunidos no propósito da obediência. Existiam outras construções ligadas à execução de trabalho manual que cada monge tinha de escolher e cumprir, como a padaria, os trabalhos de preparação da lã, a agricultura, uma enfermaria, uma sapataria, uma carpintaria, entre outros. Segundo o número de membros, o mosteiro poderia possuir entre trinta a quarenta dependências, as quais constituíam, em número de três a quatro, uma tribo com seu representante. Existia um monge responsável por todos, auxiliado por um outro que era encarregado da administração económica da comunidade. Esta forma de organização interna reproduzia o modelo de uma aldeia egípcia, facilitando o desenvolvimento económico do mosteiro e a união pessoal dos monges, igualmente facilitada pela língua copta, comum a todos. As reuniões entre os membros da comunidade tinham lugar três vezes durante o dia e uma vez à noite, sendo esses momentos dedicados à oração e às refeições, incluindo as missas de Sábado e de Domingo.

<sup>14</sup> Alcuino de York nasceu na *Northumbria* (Grã Bretanha) e morreu em *Tours* (França). Estudou na escola catedral de York e, provavelmente, também em Itália. Ensinou durante cerca de 15 anos na escola da catedral de York, onde criou uma das melhores bibliotecas da Europa de então, e transformando-a num dos maiores centros de saber. Em 782 foi convidado por Carlos Magno para tomar conta das questões educacionais da sua corte. Fundou o palácio-escola de *Aix-la-Chapelle* (Academia Palatina), onde eram ensinadas as sete artes liberais segundo o sistema educacional de *Cassiodorus*. É-lhe atribuída a autoria de uma das mais antigas recolhas de problemas de Matemática, intitulada *Propositiones ad Acuendos Juvenes* (Problemas para Estimular os Jovens). Estes 53 problemas e as suas soluções dão-nos uma ideia do estado da educação matemática durante o reinado de Carlos Magno.

<sup>15</sup> O *Trivium* e o *Quadrivium* foram sistematizados neste período pelo trabalho de carácter enciclopédico de *Martianus Capella* chamado *Satyricon*, ou *De Nuptiis Philologiae et Mercurii et de septem Artibus liberalibus libri novem* (Acerca do casamento da Filologia com Mercúrio e as sete artes liberais, em nove livros).

nomes que se destacaram, pelo esforço de conhecimento nessa área, como Boécio<sup>16</sup> (480-524), Cassiodorus<sup>17</sup> (c. 490-c. 585) e Isidoro de Sevilha<sup>18</sup> (c. 560-636), mas não foi suficiente, já que a aritmética apoiada na aritmologia avançou timidamente e bastante desligada das questões mais pragmáticas das actividades da construção e dos próprios operários e artesãos.

Se na cultura ocidental a ciência helénica foi sendo lentamente esquecida, já na cultura islâmica da época (durante o séc. IX ao XII), esta não passou em nada despercebida, despertando o interesse e sendo difundida em escolas, onde se ensinavam simultaneamente os *Elementos*<sup>19</sup> como o *Almagesto*<sup>20</sup>.

Anteriormente, no séc. VIII, o mundo muçulmano descobre e ambienta-se à medicina, à astronomia, à lógica e à filosofia grega, à literatura persa e à astronomia indiana. Com a assimilação dos géneros literários estrangeiros, surge uma nova literatura, chamada de literatura *Adab*. O termo *Abad* designa a cultura profana em oposição à cultura religiosa, partindo da tradição poética e oral árabe, alarga-se progressivamente, integrando outras áreas, suscitando obras que aparecem sobre a forma *enciclopédica*, numa vontade de compilar saberes. Esta separação entre as ciências sagradas e as profanas constituem o cerne do *Abad* que se assemelha em muito à concepção das ciências liberais do séc. IX ao séc. XII, com a transmissão do *trivium* e do *quadrivium*, ambos uma espécie de propedêutica visando introduzir a alma até as coisas divinas, não deixando de lado o progresso da razão filosófica.

As bibliotecas medievais, muçulmanas ou as *casas do saber*, eram herdeiras do modelo da Biblioteca de Alexandria<sup>21</sup>, contribuindo em muito para a propagação do saber clássico e para a

<sup>16</sup> Boécio reelaborou os trabalhos de Euclides, Nicómano e Ptolomeu, fazendo algumas incursões pela agrimensura romana. Tendo por base a filosofia platónico-pitagórica (a sua obra mais importante nesta área é *De consolatione Philosophiae*), foi um dos responsáveis pela transmissão na Idade Média dos conhecimentos clássicos no que toca ao ramo da ciência.

<sup>17</sup> Flavius Magnus Aurelius Cassiodorus Senator, conhecido por *Cassiodorus* era um homem de estado, servindo a administração de Teodorico, o Grande rei dos ostrogodos, mas também se distinguiu como um excelente escritor.

<sup>18</sup> Isidoro de Sevilha foi educado na Escola de São Leandro em Sevilha. Reuniu todo o saber da época ao nível da arte, ciência, técnica, história e religião na obra *Etimologias*, no entanto a secção dedicada à geometria é uma cópia incompleta da Euclidian, com poucas demonstrações e acumulando imprecisões.

<sup>19</sup> Obra de Euclides de Alexandria (c. IV-III a.C.). Os *Elementos* ou *Stoixeia* (*gr.*) foram copiados incessantemente, na maioria das vezes com comentários e ampliações. Esta obra é constituída por 13 capítulos, suspeitando-se, no entanto, que o último não seja de autoria de Euclides.

<sup>20</sup> A obra mais conhecida de Cláudio Ptolomeu (c. 100-180 d.C.). Ptolomeu, astrónomo, geógrafo e matemático de Alexandria, escreveu outras obras como *Cosmographia*, mas esta obra escrita em árabe foi a que dominou durante mais de 1000 anos, influenciando a cultura bizantina, o mundo islâmico e a Europa medieval, continuou a ter importância no renascimento, o que levou o rei Fernando o Católico a interessar-se pelas suas teorias. *Almagesto* tem origem nos termos *Al* (árabe) e *magestos* (grego = muito grande).

<sup>21</sup> A Biblioteca da Alexandria é criada no séc. III como a primeira tentativa de recolher todo o saber humano. *Christian Jacob* afirma na sua obra *Alexandrie III siècle av. J.C.*, invocando a utilidade dessa biblioteca, que o passado adquiria a mesma importância do que o presente, recolhia-se tudo o que foi escrito até então, mesmo que não se concordasse ou não existisse um particular interesse. Independentemente do valor intrínseco, recolhia-se e interpretava-se. Esta postura, face ao acumular de conhecimento, levou Ptolomeu a ordenar que todos os livros encontrados nos navios que fizessem escala no porto de Alexandria, deveriam ser retidos e só depois de

criação de uma cultura original. Pode-se destacar, como as mais importantes, a Biblioteca de Bagdad, conhecida pela *Casa da Sabedoria (Nûr al Hikmah)*, fundada no séc. IX pelo califa *al-Ma'mûm* (813-833), a do Cairo, conhecida por *Casa do Saber* sob o domínio fatímida fundada no séc. XI por *al-Hâkim* (985-1021). Por último, a Biblioteca de Córdova, fundada no séc. X, pelo califa omíada *al-Hakam II* (915-976), revelou-se como um centro cultural autónomo no mundo islâmico da época, acumulando até 400.000 volumes de obras respeitantes a diversas áreas entre as quais a filosofia, a astronomia, a medicina e a matemática. Para além destas bibliotecas de grande escala, outras de dimensões mais pequenas foram criadas, ligadas às mesquitas e *madrassas*, com o intuito de transmitir o pensamento religioso árabe e curiosamente muitas delas permaneceram até aos nossos dias.

Em 714-6 a Península Ibérica é dominada pelo poder islâmico e em 756 é fundado o Emirado de Córdova. Em 813 iniciam-se as primeiras peregrinações ao túmulo de Santiago de Compostela. Este facto, obviamente, é um acontecimento importante pois irá pôr em contacto a cultura dos povos do Norte, entretanto organizados em estruturas de poder mais estáveis e fiéis a um culto cristão, com a cultura muçulmana caracterizada pela sua abertura a outros conhecimentos como resposta a um contínuo evolutivo de saber.

Com o domínio muçulmano do ocidente, podemos afirmar que o conhecimento clássico voltou, de certo modo, ao seu território geográfico inicial e a reconquista de Toledo em 1085, pelo poder cristão, lança uma nova etapa nas áreas do saber e da transmissão de conhecimento, atraindo a esta cidade muitos monges e homens cultos.

A fundação da *Escola de Tradutores de Toledo*, nos inícios do séc. XII, é disso testemunho. Esta escola, impulsionada por Afonso VI (1072-1109), tinha como propósito a tradução para o latim dos textos que entretanto só se liam em árabe e que durante toda a Alta Idade Média se tinham perdido para a cultura europeia. Embora existisse uma intenção inicial de refutar os princípios da religião árabe, a maioria dos sábios tradutores rendeu-se à cultura muçulmana como é o caso de Pedro, o Venerável (abade de *Cluny*, 1122-1156), *Rodrigo Ximenes de Rada* (bispo de Toledo) e *Gerardo de Cremona* (1114-1187)<sup>22</sup>, conferindo a essa iniciativa uma conquista para ciência medieval do mundo cristão.

efectuada a respectiva cópia seriam devolvidos aos respectivos proprietários. O número de rolos de papiros chegou a ser de 500.000 abarcando as áreas de filosofia, poesia, retórica, história e ciência.

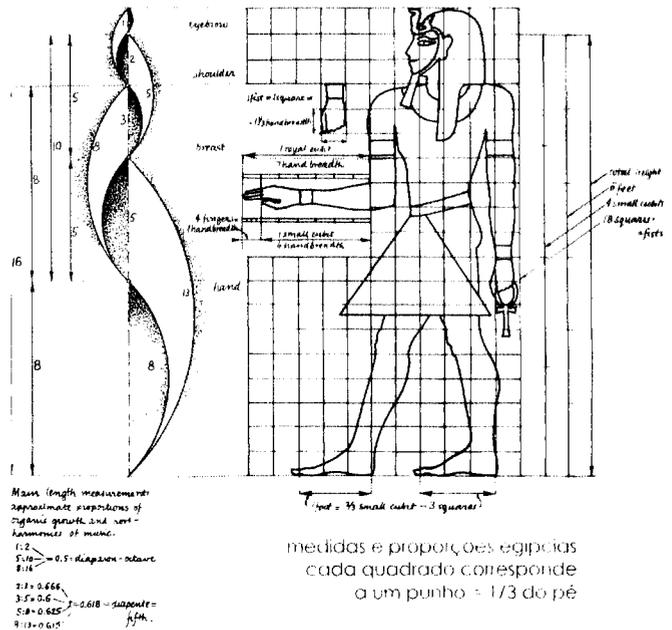
<sup>22</sup> Traduziu a *Astronomia* de Claudio Tolomeo, e tentou transmitir a tradição grega e árabe das várias ciências como a astronomia, a medicina, elaborando traduções a partir do árabe para o latim.

4.2 Os sistemas métricos e as medidas na arquitectura da Idade Média

O sistema de medidas romano teve origem num passado que remonta a outros sistemas métricos como os adoptados na antiga Síria e no antigo Egipto. O que existe em comum entre estes sistemas é o seu carácter antropomórfico, organizando-se numa perfeita relação de múltiplos e divisores do módulo.



Figura 4.1: Medida do fathom, a distância de dedo médio a dedo médio (fathom) - pé



medidas e proporções egípcias cada quadrado corresponde a um punho = 1/3 do pé

Ocidente e próximo Oriente	comprimento em cm	subdividido em
côvado babilónico	50,80	
côvado egípcio	52,367	7 palmos e 4 dedos
pé ático	30,783	16 dáctilos (1,924)
pé da grande Grécia	29,96	16 dáctilos
pé romano ou capitolino	29,58 / 29,63	16 dedos
pé bizantino	31,23	12 dedos
côvado de Omar	64,16	2 pés de 4 palmos
pé de Paris (pé do rei ou real)	32,484	12 polegadas de 12 linhas de 12 pontos
<hr/>		
extremo Oriente	comprimento em cm	subdividido em
côvado de Borubudur	71,5	2 pés de 12 dedos
côvado de Angkor	66,375	2 pés de 12 dedos

[CUNHA, 2003, p. 2.]

Como se pode verificar, a influência da metrologia árabe estendeu-se para além do domínio árabe e na Península Ibérica, durante a Alta Idade Média conviviam duas culturas antagónicas, a cristã e a islâmica. Os sistemas metroológicos reflectiam as reminiscências das medidas romanas e importações de medidas influência muçulmana.

Com a entrada na Baixa Idade Média são introduzidas medidas<sup>23</sup> trazidas pelos construtores francos e *ultramontanos*, correspondendo à tentativa de uniformização da metrologia de Carlos Magno (742-814). Essa reforma foi promovida pelos administradores e clero, tendo sido acolhida pelos monges e pelos construtores das abadias e igrejas, contribuindo para a unificação da igreja sobretudo na implementação de mosteiros em sedes longínquas numa estreita ligação com a casa mãe.

É desta iniciativa que nascem as *lojas* onde se organizam os mestres de obra e os *construtores dos templos do Senhor*, onde secretamente é guardado o *cânon*<sup>24</sup> com a medida do comprimento do *Grande Arquitecto*, destacando o carácter simbólico da construção religiosa. Nos meados do séc. XI os construtores utilizavam o *pé*, cuja medida era 32,484 cm, esta unidade, conhecida por *pé de Rei*<sup>25</sup>, é largamente difundida através dos mestres de obra e dos construtores de estaleiros, ligados à 1.ª cruzada (1096-1099), os quais deram mais tarde origem aos construtores das catedrais góticas.

As medidas têm um carácter sagrado pelo contexto cultural da reconquista da fé cristã e das cruzadas, sendo o Santo Sepulcro um dos modelos ícone da religião e da arquitectura religiosa. Rui Cunha recupera no seu estudo o relato de um visitante ao Santo Sepulcro, no final do séc. XII, sobre uma representação mural de Cristo que continha a seguinte inscrição: *A planta do meu pé serve de medida para o Céu e a Terra*. Este local mítico instituía o cânone, certificando que as medidas antropomórficas emanavam de uma entidade divina sendo pois, uma forte justificação para que essas medidas se tenham tornado e mantido estáveis.

<sup>23</sup> Segundo CUNHA, Rui (*op. cit.*, 2003, p. 26), em alguns estudos de metrologia afirma-se que um certo número de construtores em França, a partir de meados do séc. XI, utilizam o pé de 32,484 cm, tendo sido a partir dessa data que se iniciou a difusão pelos clérigos construtores, pelos mestres-de-obras e pelos estaleiros organizados no retorno da primeira cruzada (1096-1099).

<sup>24</sup> O *cânon* também é definido por Viollet-le-Duc do seguinte modo (...) *la taille de l'homme (nous choisissons, bien entendu, parmi les grands) est divisée en six parties, lesquelles sont divisées en douze, car le système doudécimal, qui peut se diviser par moitiés, par quarts et pars tiers, est d'abord admis comme le plus complet. L'homme est la toise, le sixième de l'homme est le pied, le douzième du pied est le pouce. Armés de cette mesure, les architectes vont y subordonner tout les membres de leurs édifices: c'est donc l'homme qui devient le module et ce module est invariable. (...), in Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI<sup>e</sup> siècle VIOLLET-LE-DUC, Emmanuel, ap. CUNHA, Rui, *op.cit.*, 2003, p.13.*

<sup>25</sup> Também denominado por *pé de Paris*, pois foi muito usado em França, tendo sido usado desde a Idade Média até à Revolução Francesa, foi excluído como unidade métrica em 1840.

---

<i>pé de rei ou pé de Paris</i>	32,484 cm
---------------------------------	-----------

---

O *pé de rei* foi introduzido no território português provavelmente por artistas estrangeiros e pelas campanhas dos cruzados. Possivelmente muitas das edificações medievais portuguesas tinham como padrão esta unidade de medida. O seu padrão era a *toesa* que possuía 6 pés de rei. Cada *pé real* dividia-se em 12 *polegadas* e cada uma destas em doze *linhas*. A linha correspondia ao diâmetro de um *grau de cevada*, a qual se pode subdividir em 12 *pontos*.

Outras medidas permaneceram depois do período de reforma de Carlos Magno, coexistindo com o *pé de rei* até ao séc. XIX, como o *pé* com 31,6 cm que corresponde a 16/15 do *pé* romano 29,63 cm. Com a medição da Catedral de *Chaals* em 1394 confirma-se a existência do estalão oficial do *pé de Paris* através do *pé de Chastelet*, onde se encontra a referência à *toesa* equivalente a 6 *pés* e herdeira do *estádio* ou *braça* romana. Pode-se afirmar, através de inúmeros estudos que o *pé de rei* foi utilizado num espaço muito alargado de tempo, e a sua importância no Universo europeu pode ser comparado ao *côvado de Omar* que perdurou no Islão também até ao séc. XIX. De salientar que esta medida (equivalente a 32,484cm) foi a referência base para *Viollet-le-Duc* analisar os monumentos góticos franceses.

Os mestres-de-obra medievais usavam preferencialmente cinco medidas que se dispunham sucessivamente numa bitola e que por isso se denominava quina, contemplando o *côvado*, o *pé*, o *palmo* menor e a *palma*. Este conjunto de medidas tem como referencial as medidas humanas, segundo uma progressão que corresponde à série de *Fibonacci*<sup>26</sup> (1175-1240), ligada directamente à secção de ouro e ao pentágono regular. A quina também era conhecida por vara (*canne, fr.*)<sup>27</sup> e o seu comprimento era 555 *linhas* = 2 *côvados* e mais 1 *palmo*.

O *côvado* correspondia à dimensão do antebraço, desde o cotovelo até à ponta do dedo médio.

O *palmo* era a distância definida com a mão aberta, entre as extremidades dos dedos mindinho e polegar.

O *palmo menor* era definido, mantendo a mão aberta, através da distância entre o dedo

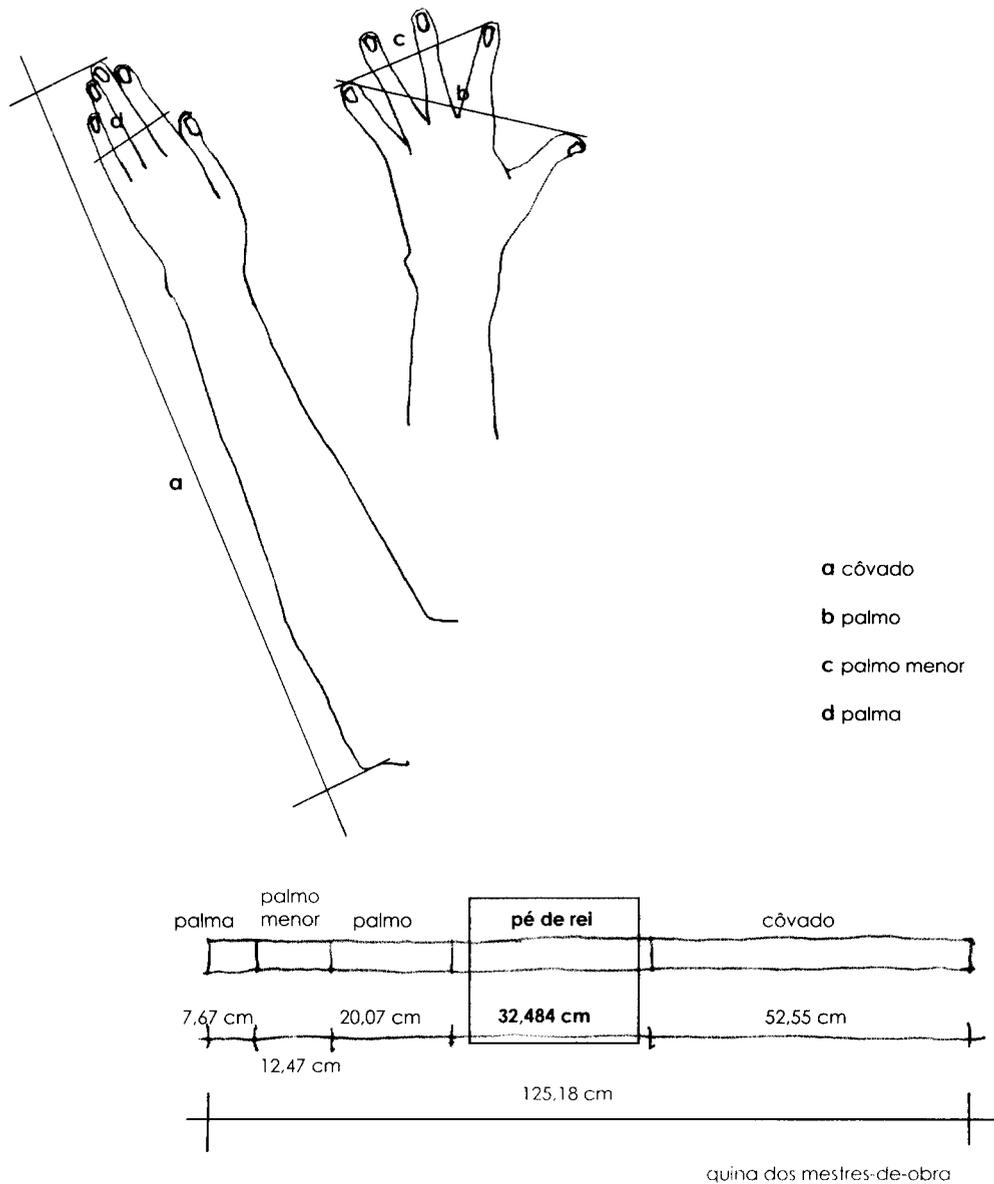
---

<sup>26</sup> *Leonardo Fibonacci*, também, conhecido por *Leonardo de Pisa*, era comerciante e viajou pelo médio Oriente, tendo contactado com a cultura árabe e sendo um apaixonado pela matemática, escreveu o *Liber abaci*, expondo os conhecimentos que foi adquirindo, baseado nos algarismos árabes e utilizando o zero. A série que tomou o seu nome, foi organizada por si e cada elemento era o resultado da soma dos seus dois anteriores: 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, 144, 233, etc.

<sup>27</sup> Tradução de Rui CUNHA, a partir de bibliografia francesa consultada no seu estudo, nota 27, p.36.

mindinho e o indicador.

A *palma* correspondia à medida definida pelos 4 dedos unidos.



Como já se afirmou para o contexto europeu, também, o *sistema português*, à semelhança dos *sistemas espanhóis*, tem as suas origens próximas da combinação dos pesos e medidas de Roma Imperial com pesos e medidas do Islão<sup>28</sup>.

Os primeiros reis portugueses instituíram um sistema cujo módulo base era o *palmo craveiro*, que coexistiu com o *pé de rei* nos estaleiros medievais, tomando gradualmente o seu lugar.

<sup>28</sup> Oliveira MARQUES, ap. ROMERO, Helena, *op. cit.*, 1997, p.86.

Esta mudança foi lenta e, não tendo sido resultado de disposições oficiais, mas condicionada por motivos práticos relacionados com as alterações de organização de trabalho nos estaleiros do séc. XV e XVI. Oito medidas concentravam-se numa *quina* que correspondia a uma *vara craveira*, ou seja, 110cm.

medidas da quina craveira	equivalência SMD
½ dedo	1,8(3)cm
1 polegada	2,75cm
1 palma = 4 dedos	7,(3)cm
1 mão travessa = 6 dedos	11cm
1 palmo = 12 dedos	22cm
1 furco = 9 dedos	16,5cm
1 pé = 18 dedos = 12 poleg.	33cm
1/ vara = 30 dedos	55cm
1 vara = 60 dedos	110cm

Uma vara craveira é igual a 480 linhas (1 linha = 12 pontos).

Até ao séc. XVIII o grau do ângulo era a única medida universal (já utilizada pelos caldeus). O ângulo recto dividia-se em 90 graus e 60 minutos. Só no séc. XVIII, com o desenvolvimento da disciplina da Óptica e através da precisão de instrumentos de medição se consegue a avaliação dos ângulos em segundos.

Em 1666 *Jean Baptist Colbert*<sup>29</sup> (1619-1683) funda a *Académie des Sciences*, onde a par de um corpo científico constituído por astrónomos, geógrafos, matemáticos, surge uma ideia bastante fundamentada para a criação de medidas universais e rigorosas.

O final do séc. XVIII, é marcado por uma intensa actividade de homens da ciência, de modo a encontrarem medidas de referência e universais.

<sup>29</sup> Poderoso *contrôleur general* (ministro das finanças) durante a regência de *Louis XIV*.

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

## **5. modelos notáveis da arquitectura portuguesa espanhola**

(contemporâneos ao objecto de estudo)

## **5. modelos notáveis da arquitectura portuguesa e espanhola** (contemporâneos ao objecto de estudo)

As igrejas escolhidas para apoiar o estudo da igreja do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs são as seguintes:

Igreja de Santa Maria Maior, **Sé de Lisboa**, Lisboa, Lisboa, Sé

MN, Dec. 10-01-1907, DG 14 de 17 Janeiro 1907, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910  
ZEP, DG 213 de 11 Setembro 1961

Igreja de Santa Maria ou **Sé Velha de Coimbra**, Coimbra, Coimbra, Almedina

MN, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910  
ZEP, DG 23 de 28 de Janeiro 1957

**Mosteiro de Alcobaça / Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça**, Leiria, Alcobaça, Alcobaça

MN, Dec. 10-01-1907, DG 14 de 17 Janeiro 1907, Dec. 16-06-1910 DG 136 de 23 Junho 1910  
ZEP, DG 190 de 16 Agosto 1957,  
Património Mundial - UNESCO 1989

**Ermida de Santa Catarina**, Évora, Reguengos de Monsaraz, Monsaraz

MN, Dec. n.º 516/71, DG 274 de 22 Novembro 1971

**Monasterio de San Martín de Castañeda**, Parque Natural del Lago de Sanabria

Monumento Histórico-Artístico Nacional, 04.06.1931

**Monasterio de Santa María de Moreruela**, Zamora

Monumento Histórico-Artístico Nacional, 04.06.1931

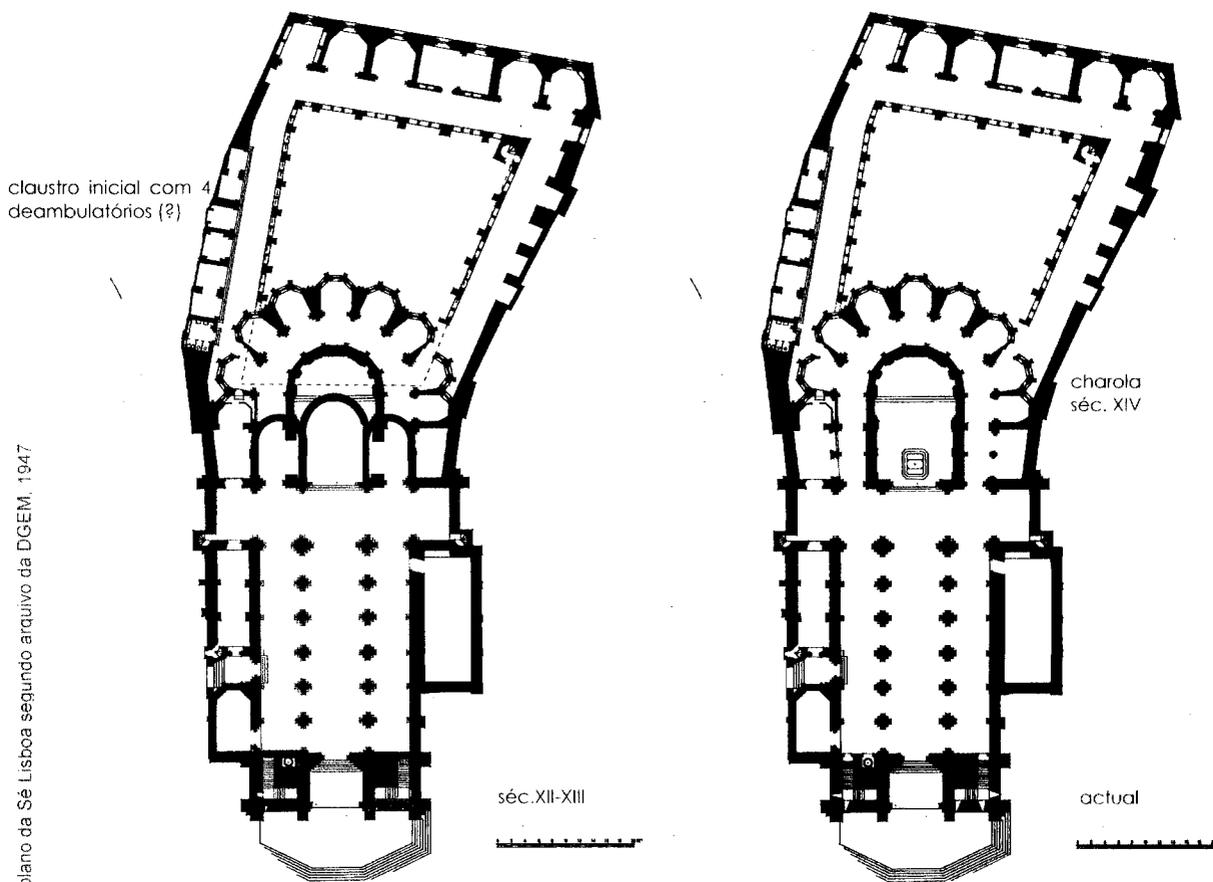
As análises que se seguem pretenderam, através das fontes consultadas, a caracterização de cada exemplo escolhido, procurando seguir um esquema assente na seguinte ordem:

- cabeceira;
- transepto;
- torre cruzeira;
- corpo da igreja com o número de naves e de tramos;
- nave central;
- naves laterais;
- torres;
- fachadas;
- pórtico;
- claustro;
- dependências claustrais;
- outras dependências e anexos;
- materiais de construção;
- elementos construtivos
- elementos de património móvel integrado.

### 5.1 Igreja de Santa Maria Maior, Sé de Lisboa, Lisboa, Lisboa, Sé

MN, Dec. 10-01-1907, DG 14 de 17 Janeiro 1907, Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910

ZEP, DG 213 de 11 Setembro 1961



O território da arquitectura românica religiosa é somente o Norte, a partir da linha do Mondego, excluindo a Sé de Lisboa. Os exemplos para Sul tornam-se menos frequentes e praticamente depois do rio Tejo não encontramos nenhum exemplar.

Segundo Ferreira de Almeida, o programa da Sé de Lisboa é o mais desenvolvido de Portugal. Tendo-se iniciado na segunda metade do séc. XII, a sua construção prolongou-se até inícios do séc. XIII.

Um dos mecenas, deste símbolo da cidade, foi D. Afonso Henriques que logo após a reconquista de Lisboa aos árabes, em 1147, nomeou rapidamente um alcaide, Pedro Viegas e

fez D. João Peculiar, arcebispo de Braga, eleger para bispo desta cidade D. Gilberto, cruzado inglês. Assim, através destas duas acções fundamentais, D. Afonso I revelou a sua capacidade organizativa e administrativa, para impor ordem numa cidade recém conquistada, através dos dois poderes tradicionais, o temporal e o religioso. A diocese de Lisboa ficou, então, sob a *sujeição e reverência*<sup>1</sup> da diocese de Braga.

Supõe-se que a mesquita maior foi escolhida, provisoriamente para ser a nova catedral. Muito à semelhança do resto do território peninsular, esta atitude começou por ser bastante utilizada pelo domínio cristão, primeiro como medida de demonstração do novo poder religioso, instituído sobre o anterior domínio, e segundo como resposta funcional e prática de pôr em andamento todos os poderes de uma cidade.

Existe a indicação de que no local da Sé de Lisboa terão sido implantados, sucessivamente, um templo romano, uma igreja visigótica e, só mais tarde a mesquita, mas dessas possíveis construções ficaram pouquíssimos vestígios visigóticos (relativos à laboração da pedra, em alguns silhares).

A Sé de Lisboa é nitidamente um edifício românico, foi dedicada a Santa Maria Maior, tendo sido consagrada em 1150, data em que a sua construção se encontraria bastante adiantada.

Depois de construída como Sé, o edifício foi bastante alterado ao longo da sua história, quer do ponto de vista de modificações arquitectónicas e construtivas, muitas vezes por vontade do Homem, outras por efeitos de cataclismos, como os conhecidos terramotos<sup>2</sup>. Originalmente, aponta-se para uma configuração da **cabeceira** constituída por uma abside central, rodeada por dois absíditos laterais, que sofreu bastantes danos com o terramoto de 1344. Foi então iniciada a construção da actual charola introduzida pelas obras subvencionadas por Afonso IV, no séc. XIV, a qual sofreu intervenções no período de D. João I e foi reconstruída em setecentos. Não se conhece o autor da Charola de Lisboa, possivelmente seria um português e conhecedor da arquitectura realizada naquele período na Catalunha.

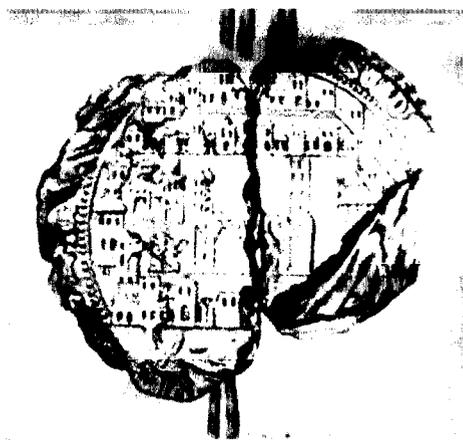
O desenho original das **três naves** e do **transepto** manteve-se. No entanto, a leitura espacial deste último elemento só pode ser feita pelo interior do edifício, visto que, ao longo da sua existência, se foram adossando construções. Actualmente, o transepto é abobadado e

<sup>1</sup> in *As mais belas igrejas de Portugal*, vol II, p.62.

<sup>2</sup> Terramotos dos sécs. XIV, XVI e XVIII.

iluminado por duas rosáceas colocadas nos respectivos topos.

No **transepto**, ainda resta o testemunho da existência de uma *altaneira torre cruzeira* que conhecemos através da sua representação, em selo de 1352<sup>3</sup>, a par de outras representações como o painel panorâmico de azulejos do séc. XVIII, atribuído a Gabriel del Barco, retratando Lisboa e patente no *Museu do azulejo*. Esta torre, em conjunto com o corpo sul do edifício, foi profundamente destruída pelos efeitos do terramoto de 1755, tendo desabado sobre o cruzeiro.



Selo de cerca da Câmara de Lisboa, mostrando a Sé em 1352 (reinado de D. Afonso IV)

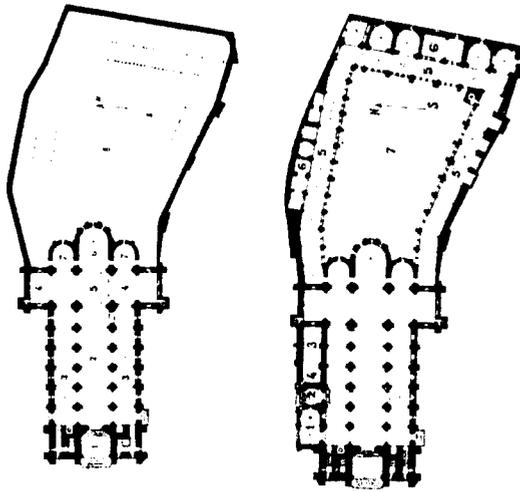
A **nave central** é rematada por uma abóbada de canhão.

É importante referir as difíceis condições topográficas do terreno em que foi implantada a Sé, que condicionaram, sobretudo, a localização do **claustro a nascente**.

Segundo Ferreira de Almeida, o claustro adopta soluções construtivas de algum interesse e o seu planeamento é condicionado pela situação topográfica. Desde logo que se descartou a construção do claustro para Sul, pela grande pendente do terreno, e a Norte pela utilização desse espaço por uma via de circulação, restando a sua localização na área adjacente à cabeceira. De traçado irregular pode ter tido as quatro galerias, mas a que estava mais junto da cabeceira foi destruída para implantação da charola.

Actualmente, o claustro tem dois níveis, onde se incluem as *capelas filipinas*, mas numa fase inicial limitava-se ao nível térreo. As galerias correspondentes a esse piso são rematadas por abóbadas de ogiva, os tramos são marcados exteriormente por contrafortes, totalizando sete nas duas galerias maiores e seis na galeria mais pequena. Cada tramo é composto por dois arcos quebrados apoiados em colunelos duplos e por uma rosácea superior. No interior, as galerias são rematadas por arcos torais cobertos por ogivas que arrancam de mísulas muito idênticas às de Alcobaça. Existe a indicação de que esta obra arrancou, no reinado de D. Dinis, dando-se notícia da sua construção em 1332, sob a orientação do mestre João Anes.

<sup>3</sup> in Ferreira de Almeida, *História de Arte em Portugal. O românico*, p. 135.



D. Afonso Henriques 2.º  
metade do séc. XII

D. Dinis 1325

cf. Eduardo SUCENA  
op.cit. p.65

Pela configuração geral do edifício, traçada pelo seu principal mestre, o arquitecto Roberto<sup>4</sup>, Ferreira de Almeida sugere que a sua formação, em termos de arte de construir, poderá ter acontecido no Norte de França.

Ainda segundo o mesmo autor<sup>5</sup>, existem muitas semelhanças formais entre a Sé de Lisboa e a Sé Velha de Coimbra pois, através do *Livro Preto* da Sé de Coimbra, é-nos dado a conhecer que o mestre se deslocou a Coimbra quatro vezes, antes de 1176. As deslocações relacionaram-se com o apoio que o mestre prestou, na tentativa de resolver problemas construtivos da Sé Velha. A semelhança existente na área do transepto entre as duas catedrais é um exemplo demonstrativo dessa interacção.

O vocabulário formal e estilístico da Sé de Lisboa conduziu Mário Chicó<sup>6</sup> a afirmar que essa era *a mais harmónica das catedrais românicas do país*. A sua localização na zona histórica e o seu aspecto de igreja-fortaleza, concentrado na fachada principal, fazem deste edifício um dos mais notáveis pela sua singularidade na cidade.

<sup>4</sup> Mestre Roberto de Lisboa.

<sup>5</sup> Ferreira de ALMEIDA, *História de Arte em Portugal. O românico*, p.135.

<sup>6</sup> Ap. Ferreira de ALMEIDA, *História de Arte em Portugal. O românico*, p.135.

Segundo Helena Romero, citando outros autores, ficamos a saber que no final do séc. XIII foram acrescentados muitos elementos góticos. A **fachada principal**, orientada a poente, apresenta ainda os seus profundos traços românicos com um **nártex** enquadrado por duas torres ameadas. O **portal** é composto por quatro arquivoltas e sobre este encontra-se uma grande **rosácea**.

Com o movimento romântico e causa patrimonialista do séc. XIX, surge a vontade de recuperar o monumento, cujo estado de conservação era de avançada degradação. Em 1902, surgem as propostas do Arq. Augusto Fuschini, nunca postas em prática. Em 1911, o Arq. António Couto é o responsável pelos projectos e direcção dos trabalhos, através de desenho da cabeceira original de traça românica, tentando a sua reconstituição.

Perante o objectivo deste capítulo em se tentar reunir o máximo de elementos possíveis relativos a alguns edifícios, cuja data de fundação é contemporânea ou próxima da data de construção do objecto principal de estudo e na perspectiva de chegar a um modelo hipotético para o Mosteiro e Igreja de São Salvador de Castro de Avelãs, apresenta-se o *mapa de relação entre medidas*, incluído no estudo de Helena Romero<sup>7</sup>. O método desenvolvido por esta arquitecta teve como base os desenhos hipotéticos da cabeceira original da Sé de Lisboa efectuados pelo Arq. António Couto.

	dimensão valor medido	equivalência em pés romanos	equivalência em metros	diferença
	A m	B (A/29,6)	C (B x 29,6)	(A-C) m
<b>cruzeiro</b>				
largura entre pilares (a eixo)	9,47	31,9	9,47	0,00
comprimento entre pilares (a eixo)	9,50	32,0	9,47	+ 0,03
<b>transepto</b>				
largura interior	34,68	117,1	34,63	+ 0,05
largura (a eixo)	36,29	122,3	36,11	+ 0,18
largura exterior	37,79	127,6	37,88	- 0,09

<sup>7</sup> ROMERO, Helena, *Módulo e proporção na arquitectura medieval*, p.116.

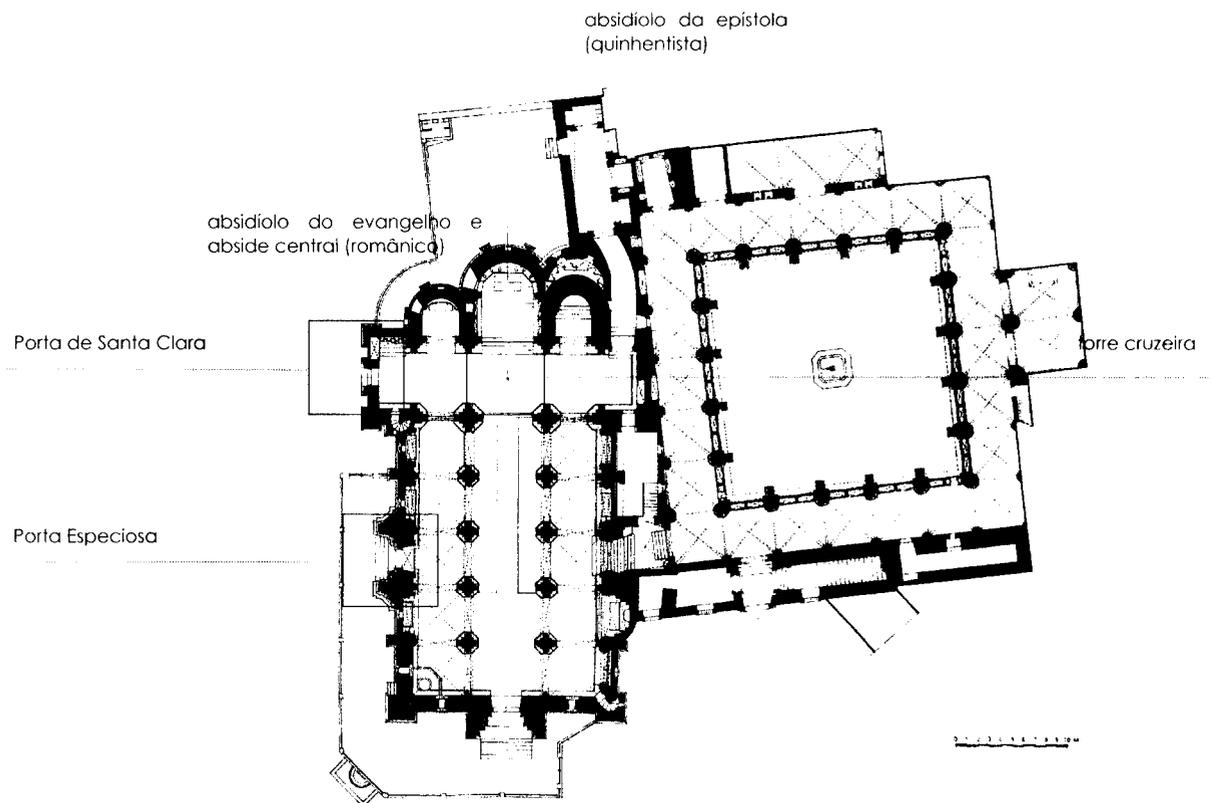
	dimensão valor medido	equivalência em pés romanos	equivalência em metros	diferença
<b>corpo principal</b>				
largura total a eixo	23,57	79,6	23,68	- 0,11
largura da nave do lado do evangelho (a eixo)	7,03	23,8	7,10	- 0,07
largura da nave do lado da epístola (a eixo)	7,10	24,0	7,10	0,00
comprimento (a eixo)	33,16	112,0	33,15	+ 0,01
comprimento total ao início da cabeceira	42,73	144,3	42,62	+ 0,11
comprimento exterior ao início da cabeceira	43,63	147,4	43,51	+ 0,12
largura das paredes a Norte	1,59	5,3	1,57	+ 0,02
largura das paredes a Sul	2,09	7,0	2,07	+ 0,02

equivalência entre medidas do Sistema Métrico Decimal e pé romano obtidas na Sé de Lisboa. [ROMERO, 1997, 118].

## 5.2 Igreja da Sé Velha de Coimbra, Coimbra, Coimbra, Almedina

MN. Dec. 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910

ZEP, DG 23 de 28 de Janeiro 1957



plano da Sé de Coimbra, segundo arquivo DGEMN.

A cidade de Coimbra, logo após a sua reconquista aos muçulmanos, em 1062 (aprox.), foi eleita por D. Afonso Henriques como a capital de Portugal, ainda o reino se encontrava em expansão.

Coimbra tinha fortes tradições artesanais moçárabes e uma notória organização cidadina, por isso ganha protagonismo político e administrativo durante o período românico.

No séc. XII, já com o reino de Portugal proclamado pelo papa Alexandre III, Coimbra abriu-se a influências estrangeiras, numa atitude europeizante, convertendo-se num dos centros urbanos do país mais inovadores, cultural e socialmente. Naturalmente, também, o românico da área de Coimbra, construído num macio calcário, contrapondo-se ao românico nortenho do resistente granito, surgiu como um dos núcleos mais importantes daquela época.

A construção da Sé Velha de Coimbra, dedicada a Santa Maria, iniciou-se no séc. XII (a partir

de 1162), com D. Afonso Henriques e o bispo D. Miguel Salomão a declararem-se como os seus maiores impulsionadores. As obras dos acabamentos e da torre cruzeira entram pelo séc. XIII, embora a catedral tenha sido aberta ao culto na década de 80. Teve uma fase de trabalhos significativa, no séc. XIV, sofreu intervenções na época quinhentista e no séc. XIX sofreu as tradicionais obras de *restituição da pureza* românica, à luz das novas teorias patrimoniais vinculadas pelos intelectuais românticos, influenciados pela filosofia de *Viollet-le-Duc*.

À semelhança da Sé de Lisboa, também a Sé de Coimbra se implanta num terreno de forte inclinação para Nascente, o que criou estrangimentos na seu dimensionamento. As condições do terreno levaram à adaptação de uma plataforma, a qual, segundo Ferreira de Almeida<sup>8</sup>, levantou algumas complexidades do ponto de vista de solução. O bispo da cidade, o *senhor da obra*, aproveitou a presença e o conhecimento do mestre Roberto de Lisboa, que se dedicava, então, à construção da **Sé de Lisboa**, e que se deslocou entre 1162 e 1176<sup>9</sup> a Coimbra, conduzindo a que este fosse um dos principais responsáveis pelo projecto da obra (veja-se a semelhança entre as galerias de circulação, introduzidas nas naves laterais em ambas as Sés). Posteriormente, estiveram ligados à construção desta Sé, mais dois mestres arquitectos, mestre Bernardo e mestre Soeiro, ambos colaboradores de mestre Roberto. Para além da semelhança entre as naves laterais, a fachada principal e a área do transepto são duas áreas a destacar em termos de analogias formais.

Exteriormente a **fachada principal**, orientada a Poente, sem torres, afirma a harmonia de toda a construção. Sustenta-se num léxico do românico militar, onde volumes com poucas aberturas (frestas e seteiras), a utilização de galerias superiores de circulação (para chegar rapidamente a todos os pontos da igreja), as ameias asseguravam o carácter defensivo das construções religiosas do primeiro românico, acrescentando-se no caso concreto, uma forte influência do estilo de **Auvergne**<sup>10</sup>. Ferreira de Almeida alerta-nos para o *aspecto cúbico que lhe dá uma volumetria única e inconfundível, quase um alcácer*.

A **cabeceira** é, constituída pela abside central mais elevada e absidiolo do evangelho, ambos da fase românica e pelo absidiolo da epístola reformado na época quinhentista. A cabeceira original é considerada por alguns autores um marco de referência na arquitectura românica

<sup>8</sup> In Ferreira de ALMEIDA, *História de arte em Portugal. O românico*, p.132.

<sup>9</sup> V. sub-capítulo dedicada à Sé de Lisboa pp.111-116.

<sup>10</sup> in *As mais belas igrejas de Portugal*, p.244.

pelas suas formas cilíndricas harmoniosas onde se integram frestas e arcos cegos, ornamentados por uma cainhada esculpida e pela galeria superior de seis arcos localizada na parede comum ao transepto e à abside central.

O **transepto** mantém a aparência medieval, apesar da transformação quinhentista da porta de Santa Clara. Nele encontramos a monumental **torre cruzeira** (segundo alguns autores, do séc. XII, para outros, do séc. XIV) que em cada fachada contém janelas com arcos duplos de volta perfeita, na qual foi introduzida uma falsa cúpula setecentista revestida a azulejos (azul e branco), encimada por um lanternim. A cobertura do transepto é feita por abóbadas de berço e a torre-lanternim é suportada por quatro grandes arcos.

No corpo da igreja encontramos **três naves** divididas em 5 tramos. A nave central é mais alta do que as laterais, estas têm dois níveis, sendo o segundo nível uma galeria aberta sobre a central através de um trifório, dois por cada tramo. A nave central é coberta por abóbadas de berço, o primeiro nível das laterais com abóbadas de aresta e segundo nível com abóbadas de berço.

No séc. XV a Sé Velha sofre algumas intervenções de valorização, é então nessa época que o bispo D. Jorge de Almeida encarrega *Olivier de Gand* de comprar azulejos mudéjares em Sevilha para revestir as paredes interiores do edifício, mas as obras do séc. XIX de restituição da pureza românica, retiraram a grande parte deste revestimento.

Alguns autores dão a indicação de início da construção do **claustro**, em 1180, pois foram entregues consideráveis dádivas por D. Afonso Henriques, D. Sancho I e D. Afonso II, mas Ferreira de Almeida<sup>11</sup> indica-nos a data de arranque dos trabalhos 1220, depois de uma avultada oferta de D. Afonso II e ainda, segundo este autor, é considerado um protótipo para a arquitectura claustral medieval, sendo um exemplo de grande peso. A sua construção ultimava-se em 1240.

A construção desta peça de arquitectura representa, igualmente, um marco em termos de encomenda para uma catedral, cujo modelo de inspiração cisterciense serve as ambições do cabido da Sé.

Tal como aconteceu na Sé de Lisboa e como foi anteriormente informado, a Sé de Coimbra debateu-se com os mesmos problemas de implantação devido à topografia do lugar. Embora

---

<sup>11</sup> *História de Arte em Portugal. O gótico*, 2002, pp.58-59.

não sendo possível o seu enquadramento com o eixo da igreja, não foi necessário optar por uma localização diferente do modelo de orientação do claustro beneditino ou cisterciense em relação à igreja e, através de um ligeiro deslizamento no eixo nascente-poente e de uma ligeira rotação contrária ao sentido dos ponteiros, conquistou-se um harmonioso desenho de conjunto. A planta do claustro é quadrangular, regular com 6 tramos e 5 arcadas, cada tramo reforçado por contrafortes pelo exterior. As arcadas são constituídas por um arco formeiro quebrado e por dois arcos de volta perfeita, apoiados em colunelos duplos. As abóbadas das galerias são constituídas por arcos de volta perfeita, de modo a não criar um pé-direito elevado. Uma nota em relação aos capitéis, no que concerne ao excelente trabalho de escultura, revelando algumas novidades do ponto de vista iconográfico, mas denotando uma influência da escola de Alcobaça. A observação cuidada de Ferreira de Almeida chama à atenção para a utilização do trepano no tratamento de algumas folhagens talhadas, revelador de mão-de-obra mudéjar.

Face à evidência do claustro da Sé Velha de Coimbra representar uma inovação no panorama arquitectónico de então, diversos autores interrogam-se qual seria o modelo seguido. Embora Pedro Dias indique como fonte de inspiração os claustros de *Iranzu*<sup>12</sup> ou de *Poblet*<sup>13</sup> e de *Santa Cruz*, todos na Catalunha, Ferreira de Almeida considera-o mais próximo do de *Fontenay*<sup>14</sup>, acrescentando que, provavelmente, a maior influência foi o **Claustro I de Alcobaça** cuja galeria da leitura terá sido finalizada em 1220. Este autor encontra muitas analogias estilísticas nos diversos espaços, elementos construtivos e decorativos de ambas as construções, mas considera que o programa da Sé Velha marcou certamente a diferença demarcando-se de uma arquitectura mais austera, típica da cultura cisterciense, para reforçar uma ambiente de luxo ligado aos círculos episcopais.

<sup>12</sup> O mosteiro de Santa Maria de *Iranzu* encontra-se na Província de Navarra e foi fundado por monges cistercienses em 1176.

<sup>13</sup> O mosteiro de Santa Maria de *Poblet* foi fundado em 1153 e localiza-se na Catalunha na *Conca de Barberà*. É Património Mundial da Unesco.

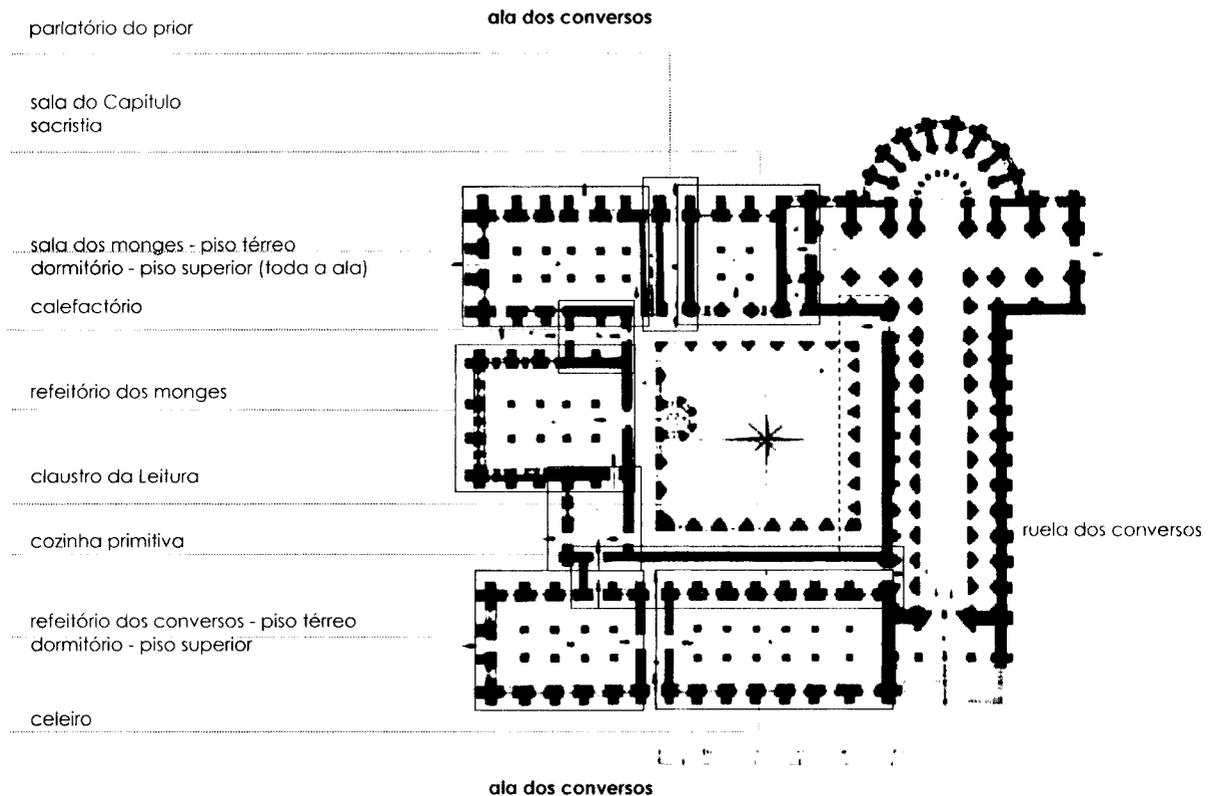
<sup>14</sup> A abadia de *Fontenay* foi fundada por S. Bernardo em 1118 na região da Borgonha. É Património Mundial da Unesco.

### 5.3 Mosteiro de Alcobaça / Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, Leiria, Alcobaça, Alcobaça

MN, Dec. 10-01-1907, DG14 de 17 Janeiro 1907, Dec. 16-06-1910 DG 136 de 23 Junho 1910

ZEP, DG 190 de 16 Agosto 1957,

Patrimônio Mundial - UNESCO 1989



plano da abadia primitiva segundo Dom Maur Cocheril. 1981

Segundo Ferreira de Almeida, a **igreja de Alcobaça**<sup>16</sup> segue os mais avançados modelos cistercienses do tempo, inspirando-se na **Abadia mãe, Claraval III**<sup>17</sup>, a qual resulta por sua vez de uma transformação iniciada após a morte de São Bernardo e terminada em 1174. Existem, ainda, semelhanças com a renovada **Igreja de Pontigny**<sup>18</sup> (gótico de *Pontigny II*) que se ultimava (quando Alcobaça se iniciou) e também com a **Abadia de Moreueta**<sup>19</sup> (Zamora),

<sup>15</sup> A protecção inclui especificamente os túmulos de D. Pedro e D. Inês de Castro.

<sup>16</sup> In Ferreira de ALMEIDA, *História de arte em Portugal. O gótico*, pp. 36-38.

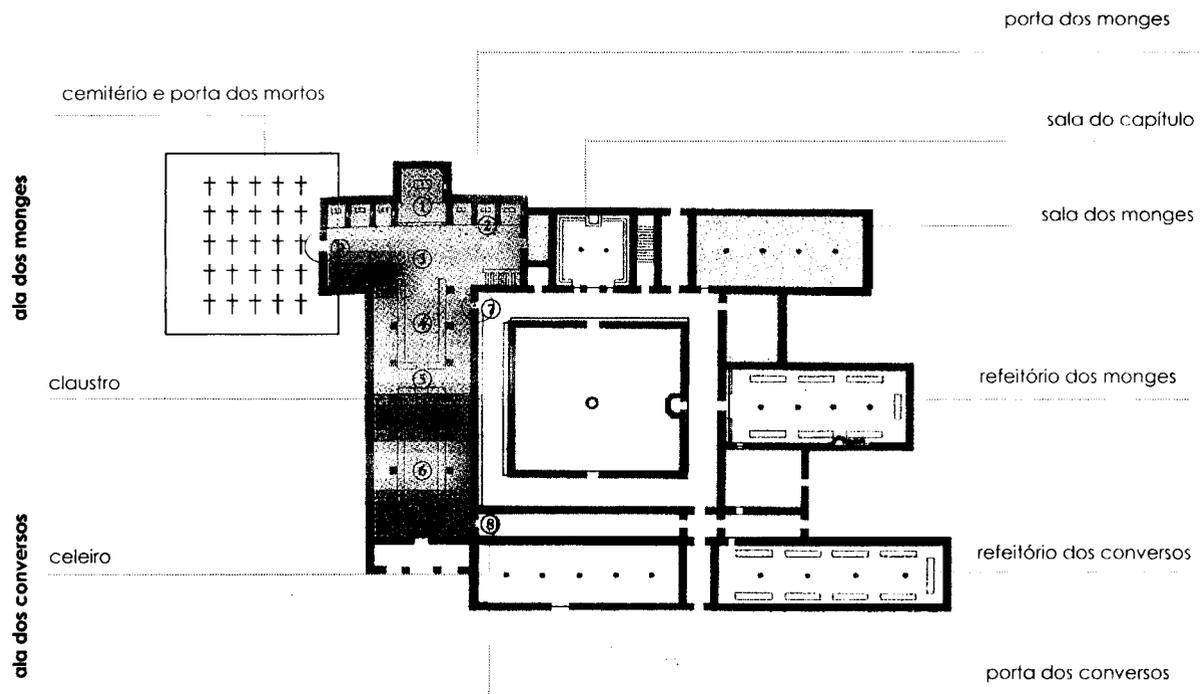
<sup>17</sup> A abadia de Claraval teve 3 fases de construção: *Clairvaux I* (ou o *Monasterium Vetus* de 1115-1135), o edifício dos conversos pertence à fase de *Clairvaux II* (1135-1708) o grande claustro clássico pertencente à fase de *Clairvaux III* (1708-1792).

<sup>18</sup> A abadia cisterciense de Pontigny foi fundada em 1114.

<sup>19</sup> V. tb. p.141 deste capítulo.

destacando-se as soluções em termos de plano na sua primeira fase. As alterações realizadas ao longo da construção tiveram como objectivo simplificar ou *goticizar* a construção.

Aponta-se para 1143 como data de chegada dos primeiros cistercienses a Portugal e o primeiro exemplo de arquitectura cisterciense, no nosso país, é o mosteiro de São João de Tarouca, traduzindo uma novidade no léxico da arquitectura românica. Mas o expoente máximo no panorama arquitectónico, de então, foi sem dúvida a abadia de Santa Maria de Alcobaça. Servindo como um modelo mais influente, esta introduziu o gótico no contexto arquitectónico português, representando dentro da arquitectura cisterciense o mais europeu dos monumentos nacionais.



plano da abadia cisterciense, segundo Ricardo Teixeira, 1998

A fundação da abadia de Alcobaça teve lugar, oficialmente, em 1153 e as primeiras instalações com uma igreja e claustro situavam-se numa área conhecida por Chiqueda a leste do actual mosteiro, tomando o nome durante séculos de Abadia Velha, onde os monges permaneceram até 1223. Com o aumento no número de propriedades, o sucesso de gestão das granjas e espaços agrícolas, o poder económico da abadia aumentou e com ele a vontade de construir um novo mosteiro. Em 1178 lançou-se a primeira pedra, no local de confluência entre os rios Alcoa e Baça. Esta campanha de obras foi demorada, e já no séc. XII a construção do Castelo de Alcobaça pode ter sido construído para defender o local, pouco povoado nessa

época, sofrendo por isso ataques de salteadores árabes, criando-se um clima de insegurança e pondo em causa o bom andamento das obras.

Dom *Maur Cocheril* dedicou um considerável espaço na sua obra para a descrição do mosteiro e suas dependências, bem como da igreja, distinguindo os seguintes espaços: as naves (nave central e colaterais), o transepto, o *presbyterium*, o deambulatório ou charola, as janelas, as capelas, as sacristias e os anexos e as paredes exteriores. A descrição da igreja e das dependências do mosteiro, realizada neste estudo, é mais sintética e segue uma ordem, baseada no eixo Nascente Poente para a igreja, apoiando-se entre outros autores em Ferreira de Almeida. Para o claustro, a descrição desta peça serve para introduzir a lógica da organização do espaço cisterciense, apoiando-se em *Cocheril*, permitindo um confronto com a organização do espaço no mosteiro beneditino.

A igreja do Convento de Alcobaça começou a edificar-se a partir da cabeceira.

A **cabeceira** é constituída por uma charola com nove capelas radiantes (de abóbada perfeita), o número necessário para a celebração diária das missas no mosteiro.

O circuito da charola tem onze tramos cobertos por abóbadas de cruzaria.

A data da fundação da **capela-mor** é 1178. Este espaço, estando na sequência da nave central, abre-se para a charola que a circunda rematando ao nível do altar. A altura da capela-mor é praticamente idêntica à do transepto. Este elemento é um dos elementos melhor conseguidos na igreja, demonstrando pelas intervenções do seu mestre que este conhecia a arquitectura dos finais do séc. XII do Norte de França, bem como seguia esses modelos.

O **transepto**, amplo e saliente, é dividido em três tramos. A sua nave nascente era reservada para a ligação à capela-mor, contendo em cada braço duas capelas. As restantes naves do transepto por terem alturas idênticas, criaram alguma assimetria espacial. Relativamente a uma eventual torre cruzeira na intercepção do transepto com a nave central, nem Ferreira de Almeida, nem *Cocheril* fazem menção a este elemento arquitectónico.

A **nave central** separa-se das **naves laterais** por pilares cruciformes bastante espessos (idênticos aos do transepto), o que confere a estas últimas uma expressão de espaço de corredor, função para a qual eram concebidas. As naves são rematadas por abóbadas de cruzaria e estão divididas em doze tramos. Os pilares têm face plana do lado da nave central. As colunas que partem dos arcos torais interrompem-se, sendo apoiadas em mísulas que são de três tipos demarcando a diferente ocupação do espaço, segundo as categorias da assembleia. Área destinada aos monges, coro destinado aos conversos e enfermos e espaço

dos leigos.

A **fachada principal**, reformada no período barroco, mais concretamente nos inícios do séc. XVIII, conserva de original a rosácea e o portal ladeado por sete colunas de cada lado e arcos quebrados, os seus capitéis revelam um estilo local com influência do românico tardio de Coimbra.

As **restantes fachadas** são testemunho das sucessivas alterações, deixando transparecer as marcas de intervenções entre os sécs. XV e XVIII, sendo possível identificar as ampliações e as novas operações de transformação. De assinalar que o mosteiro foi afectado pelo terramoto de 1755, tendo sido conduzidas, posteriormente, várias campanhas de reconstrução.

No séc. XVII foram introduzidos **jardins à francesa** em diálogo com os pomares e hortas existentes, dos quais ficou a memória através de registos dos vários visitantes, todos demonstrando admiração pelo cuidado do desenho e pelo tratamento dos espaços dentro da cerca.

Pensa-se que o **Rossio** original do mosteiro deveria ser mais extenso e mais largo do que aquele que se encontra, actualmente, frente à fachada poente do mosteiro. Segundo *Cocheril*, existe um registo datado do séc. XVI, indicando o traçado do muro de clausura, no qual se abriam cinco portas e se situavam duas pontes, atravessando respectivamente o rio Alcoa e o rio Baça (dentro dos limites da cerca). O recinto *intra-muros* tinha a designação de burgo e nele podiam residir os criados do sexo masculino e os oficiais da administração da abadia.

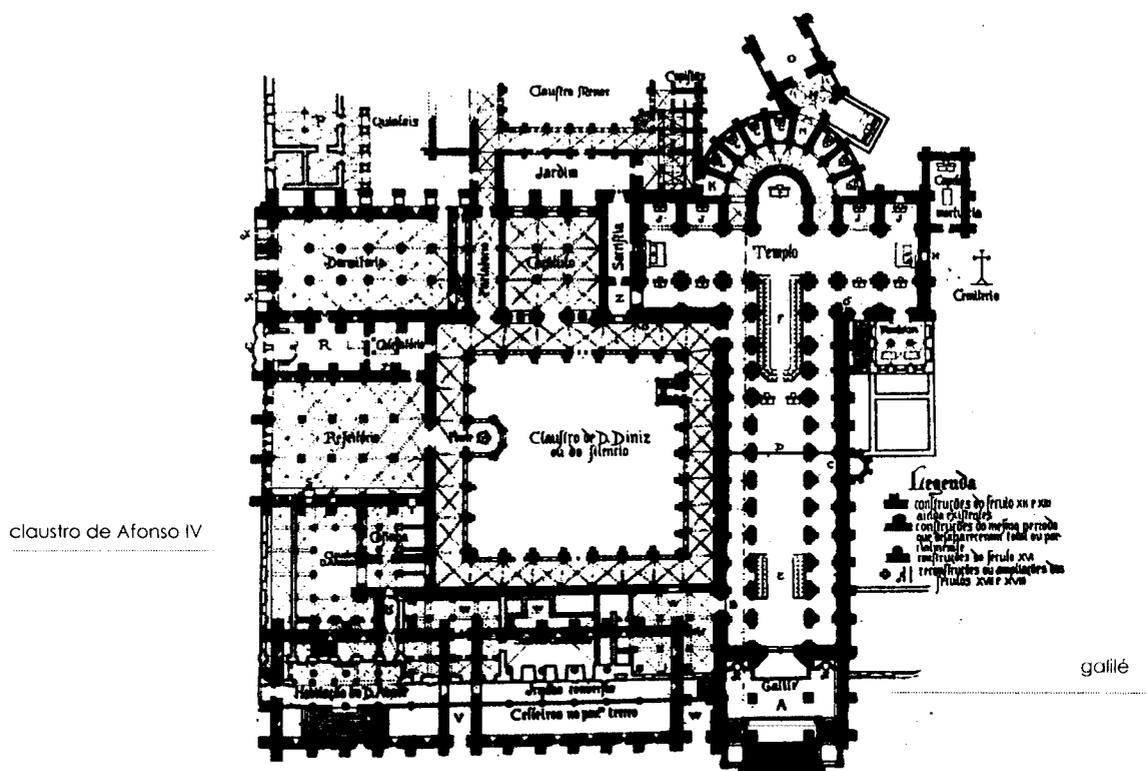
O **claustro** do mosteiro de Alcobaça tem cerca de 51 m de lado, afirmando-se como o claustro maior de Portugal e um dos mais notáveis da arquitectura cisterciense europeia. Uma inscrição garante que as suas galerias foram iniciadas sob o patrocínio de D. Dinis<sup>20</sup>, em 1308 (e aproveitando o legado de Afonso III), tendo sido seu mestre Domingos Domingues. Acabado em 1311 por Mestre Diogo, a sua dimensão e a sua organização tinham sido previamente planeados em conjunto com a igreja que, por regra ficava sempre no ponto mais alto, respeitando as indicações cistercienses. A orientação do claustro a Norte prende-se com a condição de destaque da igreja, mas também com questões de saneamento de águas.

---

<sup>20</sup> Por ter sido patrocinado por D. Dinis é identificado como sendo o Claustro de D. Dinis.

Essa mesma inscrição marcando o início dos trabalhos referia-se à construção das suas galerias: o Claustro da Leitura, o do Capítulo, o do Refeitório e o do Ocidente. É certo ainda que antes deste claustro, conhecido pelo Claustro do Silêncio (onde não era permitido falar - claustro II), existiu um outro claustro (claustro I), pelos vários vestígios e marcas deixadas nas paredes e pelas várias concordâncias que se tiveram de executar. O segundo nível foi mandado erigir por D. Manuel não perturbando em nada a coerência formal do desenho original.

Este claustro influenciou a construção dos claustros das três das mais importantes Sés; Coimbra, Lisboa e Évora, revelando-se como um forte contributo para difusão do gótico em Portugal.



plano da abadia de Alcobaça segundo Korodi, in Ferreira de Almeida, 1986

As dependências do claustro distribuíam-se pelos seus três lados, visto que num dos lados encontrava-se a igreja.

Como já se referiu, o claustro era composto pelas quatro galerias cada uma delas tomava o nome da dependência mais importante, assim, em Alcobaça, cumprindo as determinações de um mosteiro cisterciense, encontramos o *claustro da leitura*, junto à igreja, o *claustro do*

*capítulo, o clausto do refeitório e o clausto do ocidente.*

Ainda segundo as minuciosas regras de Cister, na **ala Nascente** encontrava-se a área reservada aos monges, localizando-se sucessivamente a partir da igreja a sacristia, a sala do capítulo, o parlatório do prior, as escadas de acesso ao piso superior e a sala dos monges. No piso superior encontrava-se o dormitório dos monges. Através da galeria do capítulo proporcionava-se uma ligação directa à igreja, através da porta dos monges.

A **ala Norte** continha o calefactório o refeitório dos monges e a cozinha, e articulava-se com a ala ocidental através do refeitório dos conversos.

No desenho, bastante divulgado pelo arquitecto *Korrodi*, a igreja tinha um nártex, identificado como **galilé**<sup>21</sup>, havendo uma subtil discordância de fachadas entre a igreja e a **ala ocidental**, confirmando a tese de *Cocheril*, que dedicou um especial interesse pelo estudo do mosteiro e suas dependências com o objectivo de encontrar pistas sobre o clausto original (anterior ao de D. Dinis). De acordo com esse autor, o corpo da ala Poente, dedicada à área dos *barbat*<sup>22</sup> era mais proeminente em relação à fachada da igreja. Na maioria das reformas dos mosteiros de *Cister* esta ala desapareceu quando deixou de ter utilidade, tendo em muitos casos sido reconvertida em palácio abacial, como foi o caso de Alcobaça.

Na ala dos conversos existia a área dos conversos, propriamente dita, com o dormitório no piso elevado e o refeitório no piso térreo, existia a *ruela dos conversos*, com um largura idêntica à galeria poente (*clausto do ocidente*), separando essa ala do clausto e proporcionando condições de acesso directo, para os conversos, à igreja (conduzindo à *porta dos conversos*), e ao escritório do celeiro situado no extremo oposto dos aposentos. A *ruela dos conversos* comunicava com o clausto através de duas portas, nos extremos, e com o exterior através de dependência designada para esse efeito.

Na **ala Sul** o clausto confinava com a Fachada Norte da Igreja e a galeria tomava o nome de clausto da Leitura, pois esse era o local onde os monges dedicavam algum do seu tempo diário à leitura dos livros sagrados.

---

<sup>21</sup> A *galilé* ou nártex era um elemento importante na igreja cisterciense, não se sabendo concretamente a que se destinava. Relativamente a Alcobaça sabe-se que o nártex foi construído por ordem de Afonso II para se colocarem as sepulturas reais. Os estatutos da ordem em 1134 proibiam as sepulturas nas igrejas de *Cister*, mas na segunda metade do séc. XIII, nos estatutos dos *Capítulos Gerais*, este preceito não era retomado. O hábito de enterrar nestes espaços os bemfeitores e os príncipes, na Europa, conduziu a uma nova denominação de paraíso, onde se cantava o *In paradisum*. O termo *galilé*, comum na Península Ibérica, provém da antífona *Viri Galilaei* cantada na festa da Ascensão.

<sup>22</sup> Conversos.

Actualmente o complexo é constituído por 5 claustros: para além do claustro original de *D. Dinis ou do Silêncio*, encontramos o *claustro de D. Afonso IV*, construído no local da cozinha primitiva, o *claustro pequeno*, o *claustro do Cardeal ou dos Noviços*, atravessado por uma vala derivada do rio Alcoa (chamada levada ou levadinha) e o *claustro da Biblioteca ou do Rachadoiro*. Estes dois últimos claustros são mais recentes, construídos numa linguagem clássica.

Apresentam-se de seguida algumas dimensões da abadia, incluídas na obra de *Dom Maur Cocheril* intitulada *Alcobaça abadia cisterciense de Portugal*. Em relação a essas dimensões o autor explica que as medidas foram tomadas na base dos pilares, variando consoante a dimensão destes, para as naves central e lateral foram indicadas medidas externas verificadas respectivamente junto da entrada e junto do transepto. A palavra *presbyterium* designa a parte da igreja onde se encontra o altar-mor, contando a partir do primeiro degrau, tendo-se optado pelo uso desse termo, pois era comum para os cistercienses, em vez do termo *santuário*, frequentemente aplicado em Alcobaça à capela das Relíquias (localizada na sacristia nova). O termo *coro* é, geralmente, utilizado nas igrejas seculares e representa as divisões da nave central, onde se distribuíam funcionalmente as diversas categorias que constituíam a assembleia (coro dos monges, coro dos conversos, coro dos leigos).

espaços	m
comprimento exterior da igreja	106
comprimento interior da igreja	100
largura exterior da igreja	25
largura interior da igreja junto ao transepto	21,20
comprimento das naves	62,50
largura da nave central à entrada	9,10
largura da nave central junto ao transepto	8
largura da colateral norte	2,50
largura da colateral sul	2,80
comprimento exterior do transepto	56,20
comprimento interior do transepto	51,80
largura exterior do transepto	24,80
largura interior do transepto	19,80
profundidade das capelas do transepto	4,50
profundidade das capelas da cabeceira	4,80
largura interior do <i>presbyterium</i>	9,40
profundidade do <i>presbyterium</i>	7,80
largura do deambulatório	3,80
altura da nave central e do transepto	20,10
altura das colaterais	19,40

altura do presbyterium	19,40	
altura das capelas	8,35	
altura dos pilares das naves	13,95	
altura das colunas	3,80	
espaços	m	[COCHERIL, 1981, 45]

Relativamente a estas dimensões, para além das notas que o autor introduz antes da apresentação das medidas, não nos é informado qual o método seguido, certamente será a medição directa e muito provavelmente, ao nível dos pés direitos, a medição é aproximada, deduzindo-a a partir de outras dimensões.

É de salientar que a referência de Helena Romero lembrando-nos que o *pied du roy* ou pé real<sup>23</sup> foi uma medida largamente utilizado em França até à introdução do Sistema Métrico Decimal, em conjunto com o pé romano,<sup>24</sup> tendo sido ambos adoptados pelos monges de Cister nas suas construções religiosas. Segundo levantamentos elaborados por Virgolino Jorge em São João de Tarouca e Alcobaça, este pode confirmar *in loco* a correspondência para a utilização do *pé real*.

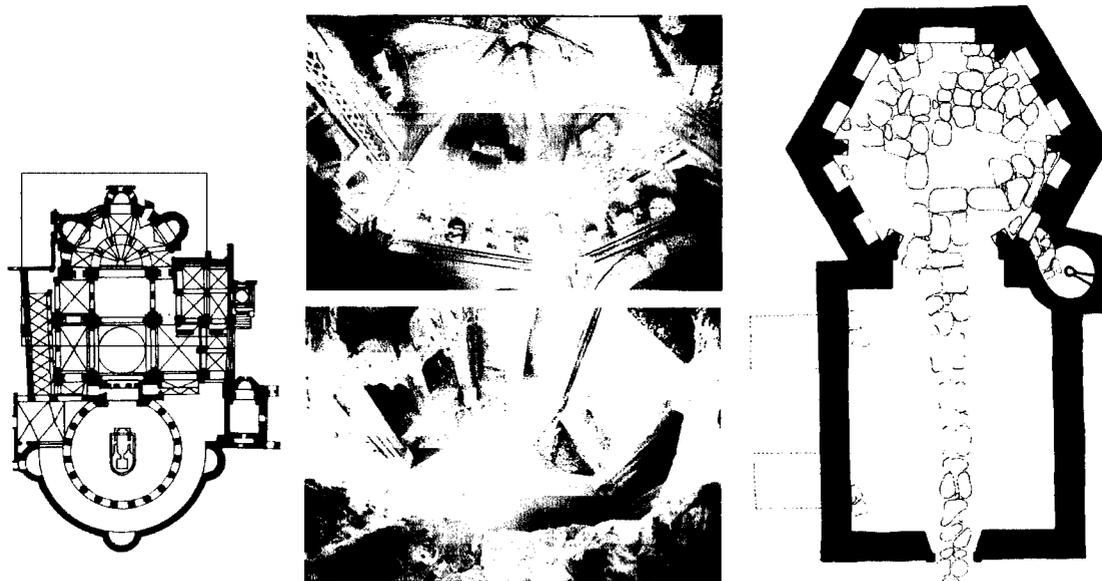
Uma nota final relativamente à hidráulica do mosteiro. Normalmente, procurava-se implantar o complexo monástico num terreno um pouco desnivelado e junto de um curso de água, dispondo os seus edifícios de forma a permitir a utilização da água, de um modo eficaz, através de um sistema de canalizações que alimentava toda a abadia e que escoava até ao ponto mais baixo. Nesse ponto afluam os esgotos das latrinas localizadas nas extremidades das alas dos monges e dos conversos e a esse ponto convergiam, igualmente, as águas de utilização do lavabo, do refeitório, da cozinha e das fontes.

<sup>23</sup> O *pied du roy*, também conhecido pelo pé de Paris, correspondia a 32,5cm (32,484cm). Gimpel ap. Helena ROMERO, *O módulo e a proporção na arquitectura medieval*, p. 91 diz-nos que o *pé real* era medido normalmente em alnas (1,949m), em pés (0,325m) e em polegadas (0,027m). Doze polegadas faziam um pé e seis pés uma alna.

<sup>24</sup> Segundo ROMERO, Helena, o *pé romano* de 0,2958 m era utilizado na Borgonha, tendo sido uma unidade de medida adoptada amplamente na construção, incluindo as construções dos cistercienses.

#### 5.4 Ermida de Santa Catarina, Évora, Reguengos de Monsaraz, Monsaraz

MN, Dec. n.º 516/71, DG 274 de 22 Novembro 1971



Santo Sepulcro, Jerusalém<sup>25</sup>

fotos Duarte Belo, 1999

plano ermida de Santa Catarina, segundo Arq. João Rosado

A ermida de Santa Catarina fica situada nas imediações de Monsaraz, entre a vila e o *Outeiro da Forca*. Não é fácil precisar com rigor a data da sua construção, podendo-se situar no séc. XIII, inícios do séc. XIV.

Existem alguns sinais para se estabelecer esse período; o primeiro prende-se com o culto de Santa Catarina de Alexandria que, trazido do oriente pelos templários, se espalhou por toda a Europa partindo de França (o primeiro mosteiro consagrado a esta santa foi construído em 1228, em Paris, fundado pelo Rei Luís IX, também conhecido por São Luís ou Rei Santo).

Depois da derrota de Afonso Henriques em Badajoz, em 1173, a vila de Monsaraz é retomada pelos almóadas e só é retomada pelos cristãos em 1232, no reinado de Afonso II, com a ajuda dos templários, sendo Monsaraz doado, então, a essa ordem. Em 1263 a povoação tem uma

<sup>25</sup> O Santo Sepulcro foi construído pelo imperador Constantino (274-337) e teve como edificação inicial a *Anastasis* (gr. = ressurreição), consagrando o local onde Cristo foi crucificado. Foi destruída no princípio do séc. XI pelo sultão *Hachen Abou Ali Al Mansor*. Constantino Monomaque (1042-1054) reconstruiu-a outra vez, tendo sido já acabada em 1099 pelos cruzados que lhe acrescentaram um transepto e um coro.

importância local, tendo-lhe sido concedido o Foral por Afonso III. Numa perspectiva de estabilidade, procede-se a diversas construções, quer sob a responsabilidade do povoador Martim Anes, quer sob a responsabilidade dos *cavaleiros da ordem* e do clero secular. É, provavelmente, neste período, que se constrói a ermida, em análise, em conjunto com os templos de Santa Maria da Lagoa e de Santiago.

Sendo a ordem do Templo constituída por monges-guerreiros, essa essência reflectia-se nas suas construções, não excluindo as igrejas. Pode-se, então, afirmar que a ermida tinha um propósito de controlo e de estratégia territorial, em conjunto com a vila de Monsaraz, uma das últimas regiões a ser reconquistadas pelo poder cristão. Mas, este edifício tem ao mesmo tempo uma abordagem simbólica, já que a sua cabeceira em forma de *rotonda*, pode ser entendida como uma referência ao templo de Santo Sepulcro em Jerusalém onde a ordem foi fundada. Em Portugal, a casa-mãe em dos templários era o Castelo e o Convento de Cristo, ambos em Tomar. A charola da igreja, segundo Ferreira de Almeida remete-nos para uma ideia de baptistério ou um *martyria sepulcral*. E mais uma vez, na Ermida de Santa Catarina, podemos, a uma escala mais reduzida, verificar esse esquema e orientação da construção.

Quanto à hipótese do edifício poder ser de origem romana ou de aproveitar uma estrutura dessa cultura, as alusões feitas por Rivara e pelo cônego Nogueira<sup>26</sup> aproximam-se dessa tese. Documentalmente confirma-se a existência de vestígios de materiais cerâmicos na envolvente próxima da ermida e, mais recentemente, pôde-se provar a passagem de uma via romana (que se direccionava para o rio Guadiana) no lado Sul da plataforma, onde a igreja está implantada, através de um marco miliário transportado para o interior do templo. A parte absidal, segundo de estudos recentes, está implantada sobre a cabeceira de uma basílica paleo-cristã<sup>27</sup>.

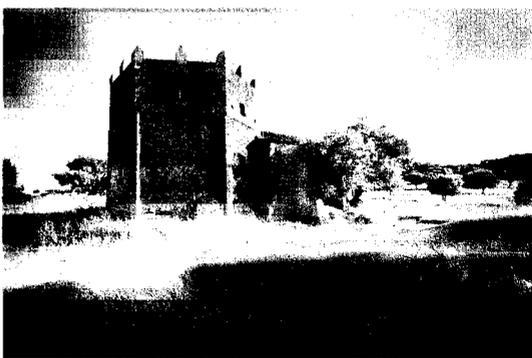
Segundo José Gonçalves<sup>28</sup>, este edifício é consequência de uma tradição românica tardia por terras do Sul de Portugal, relacionada com a caminhada de Norte para Sul da reconquista Cristã, e Henri Terrasse, citado pelo mesmo autor, afirma que o *'estilo gótico só tarde e muito lentamente penetrou em Espanha'* e que o românico, pelo contrário, *'já enraizado neste país - a afirmação é extensiva a Portugal - 'proseguiu a sua vida até ao coração do séc. XIII, e nos santuários rurais, mesmo para além desta data.*

<sup>26</sup> GONÇALVES, José Pires, *A Ermida de Santa Catarina de Monsaraz*, Évora, 1969, p.33.

<sup>27</sup> Rui Maneira CUNHA - *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003, p.134.

<sup>28</sup> GONÇALVES, José Pires, *A Ermida de Santa Catarina de Monsaraz*, Évora, 1969, p.23.

Seguramente que a obra foi realizada por mão-de-obra árabe sob a responsabilidade dos templários, instituídos em Portugal desde 1143, demonstrando uma forte influência árabe e de Castela-a-Nova. Nos novos territórios conquistados, muitas vezes pouco povoados, a construção de edifícios e a execução de outras tarefas dependia da população moçárabe e árabe tolerada e integrada, levando *Élie Lambert*<sup>29</sup> a tecer o seguinte comentário: *Pode-se afirmar que os mouros conquistados conquistavam, por sua vez, os seus ferozes vencedores e que o Islão vencido impôs por algum tempo, a sua arte e a sua indústria aos cristãos que se haviam apoderado do seu território.*



fotos Duarte Belo, 1999

Em relação à importância da construção José Gonçalves diz-nos: *A ermida de Santa Catarina de Monsaraz não possui, na verdade, a imponente majestade dos grandes monumentos religiosos da Idade Média mas mostra, todavia, uma tal harmonia de proporções uma tão original tipologia e um tão acentuado arcaísmo estrutural que não podemos deixar de a considerar como uma obra rara e de significativa importância na panorâmica geral da arquitectura românica portuguesa.* O que é mais notório nesta pequena construção de carácter rural é a sua riqueza de programa, utilizando um léxico de elementos arquitectónicos bastante coerente e inovador, conferindo à construção algum enigmatismo, em parte motivado pelo facto de ter sido subvencionada pelos templários que certamente não deixaram de lado o carácter simbólico da ermida. O mesmo autor afirma que na linguagem arquitectónica existe uma forte influência cisterciense e não será de estranhar esta afirmação, pois São Bernardo

<sup>29</sup> Ap. GONÇALVES, José Pires, *op. cit.*, 1969, p.24.

foi um dos impulsionadores da fundação e da expansão da ordem<sup>30</sup> dos Templários, convertida e transformada posteriormente na Ordem de Cristo.

A ermida compõe-se por uma **cabeceira** hexagonal, no seguimento da qual se desenvolve uma **nave** rectangular de um único tramo. José Gonçalves, depois de uma cuidada observação do edifício, acredita que este sofreu obras de adição sobre a construção primitiva, atribuindo a construção do actual pórtico da fachada poente, das mísulas do púlpito e das empenas laterais da nave ao séc. XVIII.

As paredes muito grossas, de aspecto tosco e a coroa de merlões piramidais conferem à ermida um aspecto de fortaleza, em consonância com o espírito da ordem do Templo e com a sobriedade decorativa de Cister.

A **cabeceira** hexagonal é reforçada interiormente por contrafortes de pedra angulares, nos quais repousa uma abóbada nervurada em estrela de seis pontas realizada em tijolo e, segundo *Garcia Guinea*<sup>31</sup>, é uma estrutura típica da arquitectura peninsular de transição entre o séc. XII e o séc. XIII, revelando uma forte influência cisterciense, provavelmente oriunda de *Poitou* ou do *Langedoc*. Apresenta um segundo nível de nichos em cauda de forno sobre os quais encontramos uma linha de dentes de serra. A iluminação da abside é feita através de uma galeria em trifólio, a qual, por sua vez, tem, para o exterior, aberturas pontuais em forma quadrangular. Existem ao nível do piso térreo escassas aberturas em forma de fresta.

A **nave rectangular** tem a fachada Norte reforçada com contrafortes monolíticos exteriores contemporâneos dos interiores da abside. Este corpo segundo, Rui Cunha<sup>32</sup>, é mais recente que a ousia e todo o volume exterior é rebocado com argamassa de cal e areia. A nave tem uma cobertura de duas águas e é antecedida por um pequeno adro exterior murado.

O **acesso à galeria** de circulação no segundo nível, em volta da abóbada, é composta por uma escada em espiral (inserida numa torrela no lado Sul, com pilar central em tijolo) que permite o

---

<sup>30</sup> Segundo *Cocheril* depois da extinção da *Ordem do Templo* a 2 de Maio de 1312, o rei D. Dinis anexou os bens da ordem à Coroa Portuguesa. A 14 de Março de 1319 obteve do papa João XXII autorização para fundar uma nova ordem militar, a qual herdava todos os bens da ordem do Templo: a *Milícia de Jesus Cristo*. A sua sede foi estabelecida na fortaleza de Castro Marim na foz do rio Guadiana. Também conhecida por *Ordem de Cristo* recebia a Regra de Calatrava, sendo por isso cisterciense, sendo colocada sob a jurisdição de Alcobaça. A sede da ordem transferiu-se para Tomar em 1356. A ordem de Cristo é extinta em 1834.

<sup>31</sup> Ap. GONÇALVES, José Pires, *op. cit.*, 1969, p.28.

<sup>32</sup> *Op. cit.*, 2003, p.145.

acesso à cobertura em *eirado* com ameias. Este elemento é construído em xisto e recorda numa versão mais simples, o seu equivalente na charola de Tomar.

O **pórtico** triunfal de ligação entre a cabeceira e a nave é constituído por um arco de volta perfeita em silharia de granito, emoldurado por um outro arco quebrado em tijolo, como se de um alfiz se tratasse. Na continuação deste paramento para o exterior encontramos um simples campanário como remate.

A **cobertura da abside** pode ter sido diferente da que encontramos actualmente e José Gonçalves avança a hipótese de uma cobertura inclinada com seis gomos triangulares montada numa estrutura de madeira convergindo no fecho da abóbada, à semelhança da antiga charola templária de Tomar<sup>33</sup>.

A **fachada principal**, pela sua composição estilística rematada triangularmente e pelos elementos compositivos e proporções, pode ser datada do séc. XVI, sobretudo pelas características formais do óculo [Rui CUNHA, *op. cit.*, 2003, p.145]. O portal foi colocado recentemente pela intervenção da *Direcção Geral dos Monumentos Nacionais*.

Os materiais existentes na zona de Monsaraz, acessíveis economicamente, eram os materiais da região ou seja o xisto, o barro, o granito e a areia.

O granito, largamente utilizado no norte de Portugal, é um material lítico muito bom para a construção, mas pela sua estrutura molecular implica um trabalho demorado no que respeita ao aparelhamento. Talvez por isso e mesmo existindo bastantes *borracais*<sup>34</sup> graníticos no termo do povoado, este só aparece na arquitectura desta zona utilizado nos cunhais ou a emoldurar portas e janelas. Neste caso os contrafortes, cunhais, pórtico axial, óculo do frontão e a arcada inferior do *alfiz* são os elementos em que o granito é utilizado.

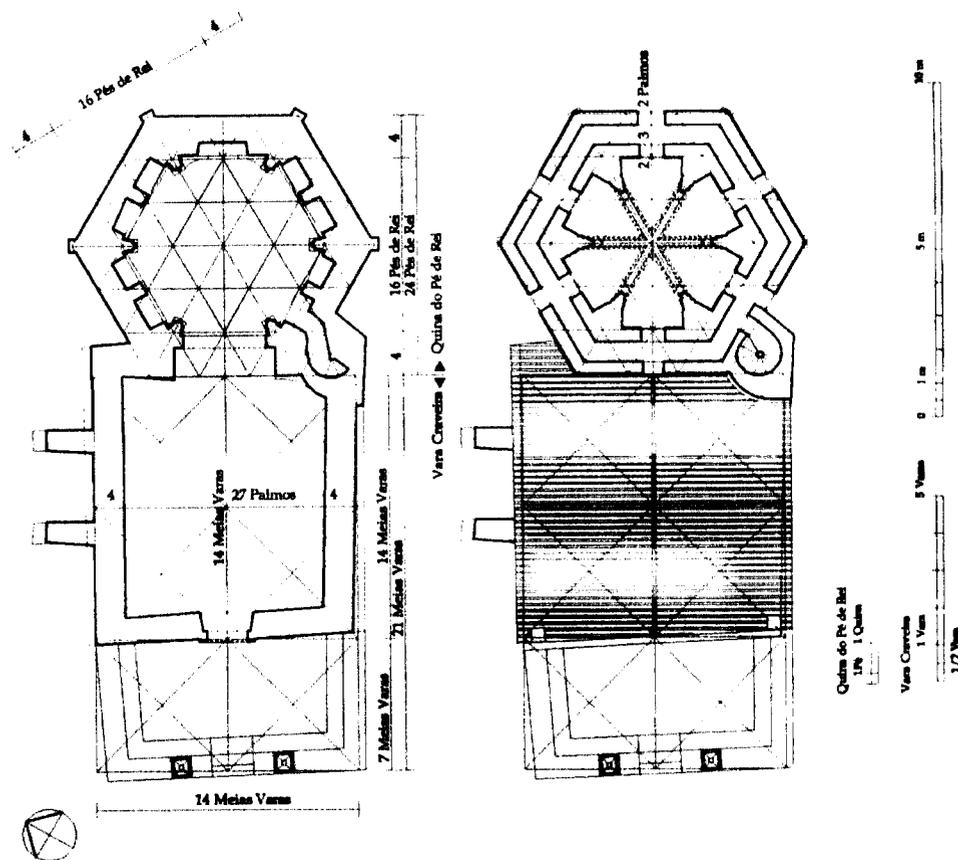
O xisto encontra-se nas margens do Guadiana e do Azovel e estende-se por toda a envolvente de Monsaraz, sendo por isso o material escolhido e dominante na urbanização do burgo medieval. Os panos murários e as sapatas de assentamento são construídos em xisto regional ligados por camadas de argamassa.

<sup>33</sup> Segundo iluminura quincentista da *Leitura Nova*.

<sup>34</sup> Termo utilizado por GONÇALVES, José Pires, *op. cit.*, 1969, p.26 que significa pedreiras.

As argilas de Monsaraz são ricas em sais de ferro e muito abundantes nos terrenos circundantes, são famosas desde a antiguidade, produzindo uma pasta de alta qualidade para o fabrico do tijolo e da telha de canudo. Na ermida de Santa Catarina, os elementos estruturais mais singelos e decorativos são construídos em tijolo vermelho cozido, como as nervuras das abóbadas, as faixas exteriores de nivelamento, a galeria corrida, os nichos, os dentes de engrenagem e algumas arcarias.

No entanto, Rui Cunha<sup>35</sup> afirma que parte do material utilizado na construção desta ermida foi reaproveitado, em grande parte, da construção anterior paleo-cristã e, como exemplo encontram-se fragmentos em mármore que testemunham esta tese.



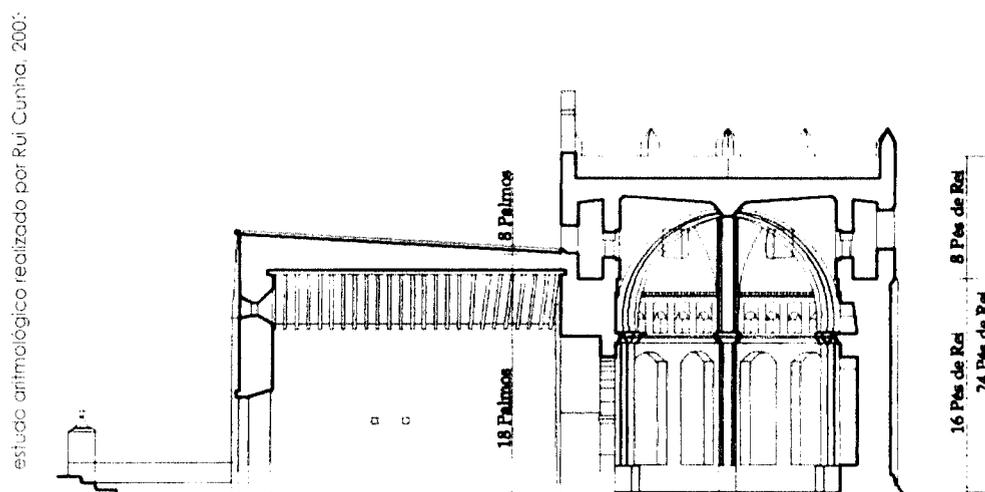
estudo aritmológico realizado por Rui Cunha, 2003

O estudo de Rui Cunha analisa o edifício do ponto de vista aritmológico, propondo como

<sup>35</sup> *Op. cit.*, 2003, p.145.



*pés de rei*. A altura da nave é de 18 palmos da quina de pé de rei.



Embora, esta ermida não seja incluída no tipo de capelas e igrejas seleccionadas por Chueca Goitia<sup>38</sup>, geograficamente, encontra-se na área do prolongamento do mudéjar sevilhano e mais concretamente o de Aljarafe em território português.

Essas pequenas igrejas são caracterizadas pelo facto de se encontrarem em pequenas aldeias e em ambiente rural, muitas vezes são constituídas por uma só nave com a capela-mor em forma de *qubba* tal como se encontra em Aljarafe (a Oeste de Sevilha, em direcção de Portugal).

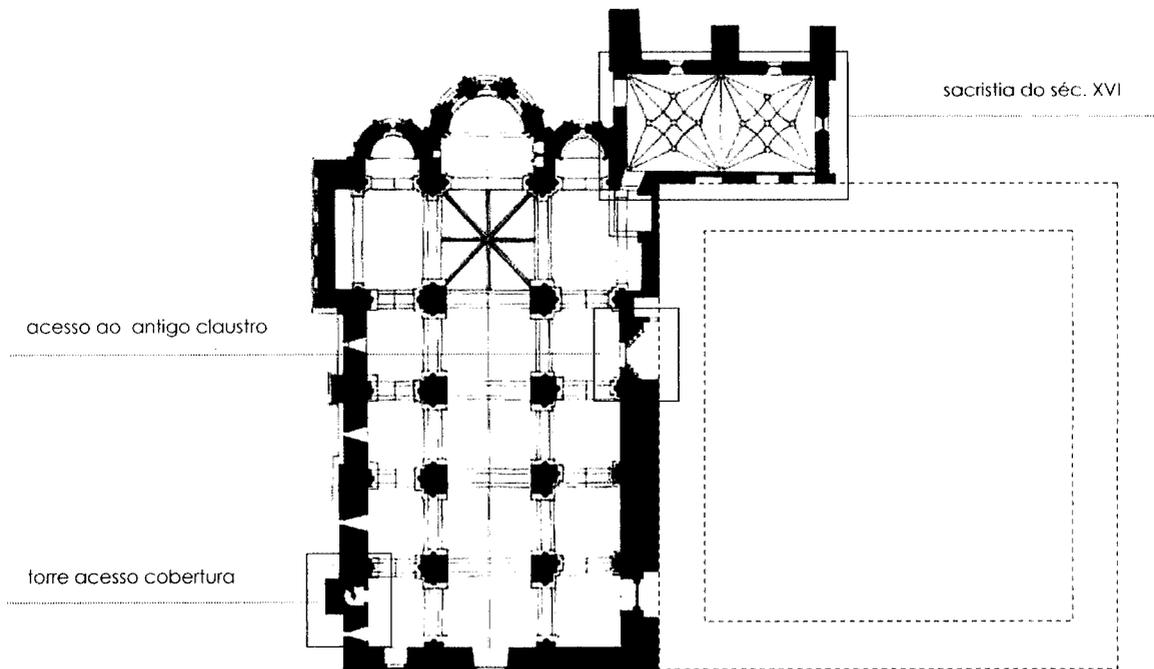
Para além desta característica é de sublinhar que, segundo o mesmo autor, a existência de mais dois elementos: os contrafortes cilíndricos, rematados em cone ou em agulha e as ameias. Segundo Torres Balbás, os contrafortes não seriam formas islâmicas, mas cristãs e indicou o convento de *Calatrava La Nueva* (Cuidad Real) como fonte de influência. Os cavaleiros da ordem de Calatrava chegaram a Évora em 1166. Quanto às ameias parece compreensível, visto muitas igrejas de Aljarafe terem ameias, sobretudo na capela-mor, vejamos os exemplos de *N. S. del Valle* em Palma e da igreja paroquial de Hinojos entre outras. Segundo Goitia, as ameias provêm das mesquitas sevilhanas e de muitas outras almoçadas que terão existido. Por isso, se por um lado as ameias cristãs que agora coroavam as igrejas como um sinal de defesa (verificando-se sobretudo nas ordens militares), por outro lado esses elementos têm uma origem muçulmana como sinal de uma última e tenaz sobrevivência das

<sup>38</sup> Fernando Chueca GOITIA - *Arquitectura muçulmana peninsular e a sua influência na arquitectura cristã*, exposição de documentação fotográfica, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, p.21.



### 5.5 **Monasterio de San Martín de Castañeda**, Parque Natural del Lago de Sanabria

Monumento Histórico-Artístico Nacional, 04.06.1931



O mosteiro cisterciense de *San Martín de Castañeda*, fundado no séc. X, situa-se junto do lago de Sanabria, gozando de uma localização privilegiada em termos de domínio em relação à região, abarcando toda a paisagem envolvente do lago.

Inicialmente, o mosteiro foi fundado regendo-se pela ordem de São Bento de Núrcia, mas com a reforma cisterciense este complexo passou a estar sob a tutela da ordem de São Bernardo.

No ano de 916, monges moçárabes, provenientes de *Mazote (Valladolid)* e liderados pelo monge *Martín*, fundam o mosteiro de *San Martín de Castaneira* ou *Castifeira*, sobre preexistências visigóticas.

No ano 921, um novo grupo de monges, também moçárabes, desta vez provenientes de Córdova e liderados pelo abade *Juan*, procedem à refundação e reconstrução do mosteiro<sup>40</sup>.

Em 1150, por iniciativa do Rei Afonso VII, realiza-se uma profunda reforma, sendo o abade

<sup>40</sup> Tal como comunica a inscrição presente na fachada principal do templo, segundo SALAMANCA, *op.cit.* p.89.

Pedro Cristiano<sup>41</sup> o responsável pelos trabalhos, passando este mosteiro a estar dependente do Mosteiro de *Carracedo* (Leão). Crê-se que a igreja actual foi construída nesta fase de remodelação, ficando o complexo a depender da ordem de *Cluny*.

Em 1245 fazem-se novas obras de reforma e é nesta altura que o convento passará a estar ligado à ordem de *Cister*.

Entre os sécs. XVI-XVIII o mosteiro continuou a sofrer adaptações que conduziram a alterações, mas só ficou parte do claustro e a sacristia do séc. XVI, enquanto a igreja se manteve bem conservada, sendo usada actualmente como igreja paroquial. *Pero Gomes-Moreno* encontrou nas suas investigações alguns fragmentos de decorações moçárabes (séc. X), utilizados nas construções das imediações como testemunho da permanente reutilização dos materiais provenientes dessas remodelações.

A igreja de planta em **cruz latina** tem **três naves** de **quatro tramos** e **três absides semi-circulares** com os respectivos presbitérios rectos, evidenciando o transepto nos extremos em relação aos paramentos das naves. Existem semelhanças com a catedral de Zamora, exceptuando os elementos de sustentação.

O tratamento dos paramentos, bem como o trabalho da **silharia em granito**, muito bem aparelhada (com marcas de canteiro), atestam a história do monumento, ou seja, o sistema e métodos construtivos não são característicos de um mosteiro cisterciense, confirmando a teoria de construção num período anterior à tutela de Cister.

A **nave central**, ligeiramente mais elevada, é rematada por uma abóbada de canhão de arco quebrado, reforçada por arcos diafragma. As **naves laterais** são rematadas por abóbadas de canhão, exceptuando dois tramos, em que o primeiro é uma abóbada de aresta e o outro uma abóbada de cruzaria. Os arcos das paredes, de separação entre as naves, são suportados por pilastras e colunas adossadas com capitéis de decoração vegetal e antropomórfica.

A construção é realizada em silharia de granito e de xisto. A **cobertura** é constituída por lajes de lousa.

Na **fachada Sul** existe um vão central, rodeado por outros vãos, que permitiria o acesso ao claustro e às dependências monásticas.

A **fachada Poente**, contrafortada, é constituída por um vão de duplo arco e uma rosácea protogótica, para além do pórtico principal que foi realizado em 1571, no qual está presente um

---

<sup>41</sup> Posteriormente é nomeado bispo de Astorga.

relevo dedicado a São Martinho com inscrição da fundação primitiva. É rematada por um campanário de desenho românico mas de execução moderna com três níveis e três vãos

Na **fachada Norte** o mais notório é o tratamento da fachada do transepto dividida em três níveis. O primeiro nível é constituído por um soco, elemento comum a outras partes da igreja. No segundo nível localiza-se uma composição de quatro arcos quebrados cegos, cujos capitéis dos colunelos laterais são decorados com temas vegetalista. Finalmente o terceiro nível tem uma fresta de iluminação, constituída por um arco de volta perfeita. Existe ainda um outro elemento de destaque nesta fachada que é a torre de acesso à cobertura.

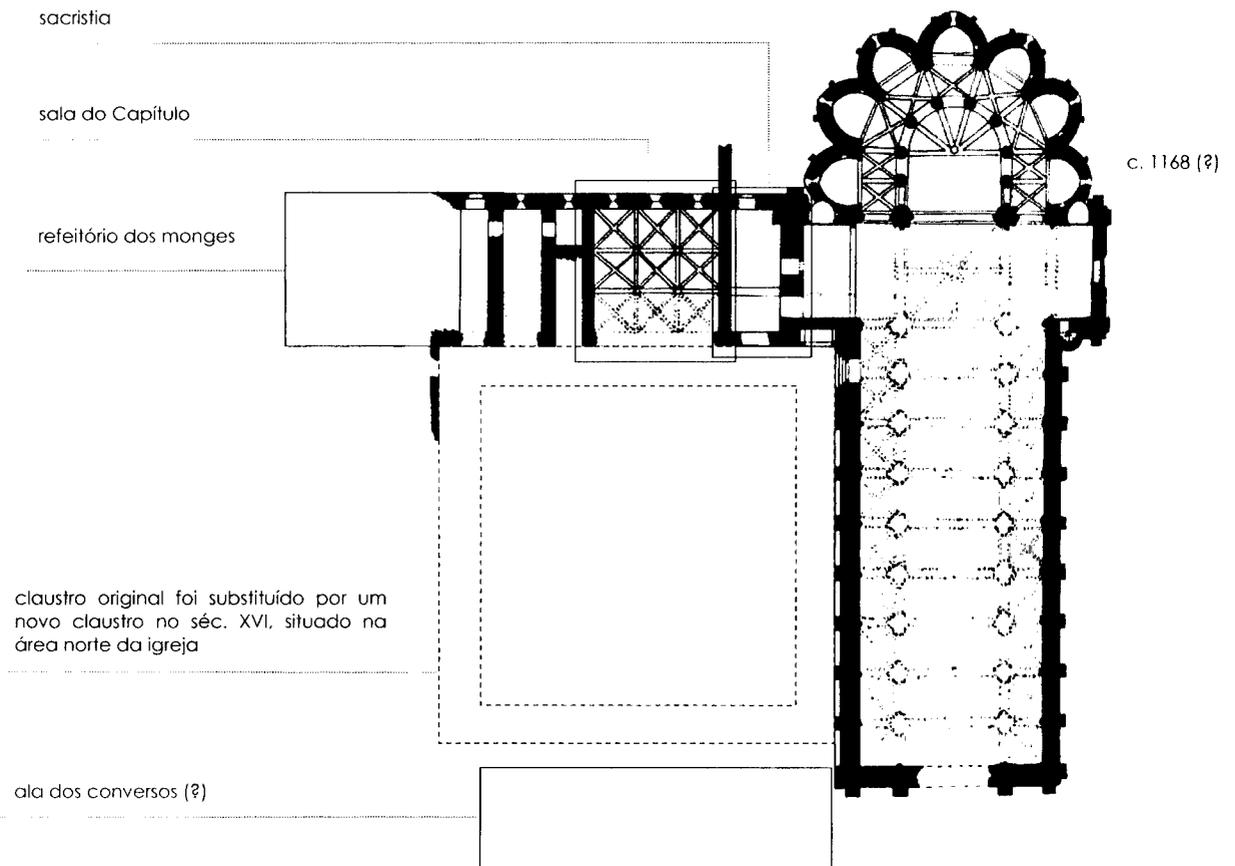
Na **fachada Nascente** onde se encontra a cabeceira, com abside central e absidiolos laterais mais baixos do que as respectivas naves e transepto, observam-se três níveis de ordem de construção. O primeiro corresponde ao soco saliente que dobra do transepto, o segundo uma base da qual partem colunas adossadas aos paramentos até ao nível da cornija e o último corresponde à ordem de vãos emoldurados por arquivoltas de meio ponto, apoiadas em colunas cuja decoração se mantém como nas anteriores.

Relativamente ao claustro e às suas dependências não foram encontrados estudos sobre a área em questão, pondo-se como hipótese uma organização das dependências em torno de um claustro, segundo as regras cluniacenses, com as alterações impostas pelos cistercienses.

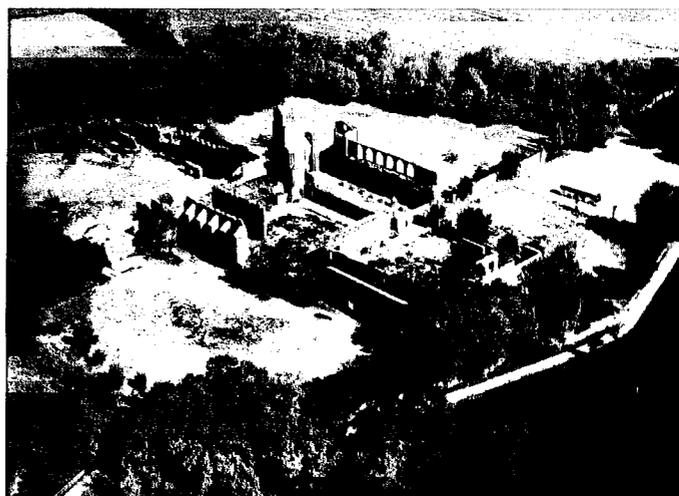
Depois da extinção das ordens religiosas, no séc. XIX, o complexo monástico foi destruído restando somente a sala capitular do séc. XVI e parte do que seriam as dependências do mosteiro construídas em 1760. Este sector sofreu obras de restauro em 1987 e actualmente é utilizado como Centro de Interpretação do Parque Natural do Lago de Sanábria.

### 5.6 Monasterio de Santa María de Moreuela, Zamora

Monumento Histórico-Artístico Nacional, 04.06.1931



O mosteiro de *Moreuela* (*Morerola* ou *Moreirola*) localiza-se na via romana *de la Plata*, perto do rio *Esla*, na propriedade de *Guadaña*, na fronteira com a *Granja de Moreuela* na província de *Zamora (Castilla y León)*.



A escassez de fontes documentais e o laconismo dos poucos documentos que chegaram até à actualidade motivaram e ainda

motivam, no âmbito de uma interpretação histórica, algumas dúvidas e controvérsias, acerca

da fundação do mosteiro. Certos autores remetem para *San Froilán* e *San Atilano*, a responsabilidade do estabelecimento da primeira estrutura cisterciense na Península Ibérica, mas segundo *Manuel de la Granja Alonso*, esse mosteiro teria sido dedicado a Santiago em *Moreruela de Suso*, na margem oposta do rio *Esla* e posteriormente trasladado para *Moreruela de Frades* por questões relacionadas com insalubridade dos terrenos. A data de fundação deste mosteiro terá sido em 1143, concedida por D. Afonso VII.

Também, *Guerin Bellts y Nañez Neira*, atribuem a fundação de *Moreruela* aos monges cistercienses, confirmando ser essa estrutura a primeira na Península Ibérica, com um período funcional de instalação entre 1132 e 1143.

Existem outras teses, como a do Fr. *Ángel Manrique* e do Fr. *António Yepes*<sup>42</sup>, que avançam como data de fundação 1131, para *Manuel Gómez-Moreno*<sup>43</sup> a data de início de construção foi anterior a 1168 e para *Guadalupe Ramos* a data de chegada dos monges cistercienses Sancho e Pedro<sup>44</sup> foi 1158.

Finalmente, no estudo da *tesis doctoral* de *Isabel Alfonso Antón*, analisando a importância do mosteiro entre o séc. XII e o séc. XIV, considera para efeitos operativos, o ano de 1143 como início do processo do vasto domínio senhorial cisterciense.

Durante a realização dos últimos trabalhos arqueológicos de campo descobriu-se uma data inscrita na base da cabeceira e mais outra pista surgiu acerca da data de fundação deste mosteiro.

Embora não se acordando uma data em definitivo, os monges brancos de Cister, à semelhança dos seus congéneres europeus, foram activos colonizadores das terras de Zamora nos sécs. XII e XIII. Com Afonso VII, que era um adepto fiel da ordem de São Bernardo de Claraval, a abadia foi refundada, conforme as regras da ordem, foram enviados alguns monges brancos, que se juntaram aos monges da ordem de *Cluny*, iniciando o desenvolvimento espiritual, administrativo e económico num importante domínio territorial.

---

<sup>42</sup> Autores do séc. XVII.

<sup>43</sup> Nos inícios do séc. XX, *Manuel Gómez-Moreno* foi o responsável por um estudo, mais alargado, do monumento, tendo publicado o seguinte trabalho: *El primer monasterio español cisterciense*, publicado no *Boletín de la Sociedad Española de Excursiones*, em Maio de 1906 e posteriormente publicado no *Catálogo Monumental de España. Provincia de Zamora* do *Ministerio de Instrucción Pública y Bellas Artes* em 1927.

<sup>44</sup> Segundo *Caetano Enríques de Salamanca* estes monges eram beneditinos, *cf. op. cit.*, p.94.

A intenção do monarca, que se auto-intitulava de *Emperador de las Españas*, era a colonização dos vastos territórios e vastos terrenos que se estendiam para ambos os lados do Rio Douro, os monges cistercienses tinham, já atrás de si, meio século de provas de sucesso nessa área, sobretudo em França, sendo nesse momento que se procede à doação das terras da vila de *Moreuela* de Frades e seus domínios aos monges Pedro e Sancho.

Segundo Isabel Alfonso Antón, o apoio nobiliário e a mão-de-obra dos aldeões e dos camponeses das terras zamoranas permitiram, em conjunto com a orientação dos monges, executar diversos trabalhos de fundo, como a secagem de pântanos, intensificação de cultivos, implementação de sistemas de regadio, incremento da criação de gado, contribuindo para o propósito dos reis povoadores.

Mais consensual é a teoria de que a abadia de *Moreuela* foi a primeira em Espanha a abraçar a reforma cisterciense. Numa bula de Alexandre III de 1163 o cenóbio aparece dedicado a Santa Maria, como era hábito entre os cistercienses, ao contrário do mosteiro de *San Martín de Castañeda* que nunca mudou de culto. Antes do final do séc. XII *Moreuela* tinha já estendido os seus domínios, por via de doações reais, de doações particulares, por isenções papais, por compras e permutas. Os limites do seu território pela parte Norte coincidiam com os actuais limites da província de Zamora, incluindo o Norte de Portugal. A abadia de *Moreuela* continuou, durante séculos, um centro dinamizador da Meseta do Douro, com uma vida florescente, sucumbindo somente com a extinção das ordens religiosas no séc. XIX, encontrando-se actualmente em ruínas.

Relativamente à construção da abadia, a sua datação também não é consensual, mas a data de 1168 é deduzida a partir de alguns documentos como data da sua finalização. A coerência formal e a constante presença das mesmas marcas de canteiro espalhadas por todo o edifício levam a crer que esta se construiu com bastante brevidade, sendo contemporânea da obra do mestre *Mateo* em Compostela e das cabeceiras de *Avila e Santo Domingo de la Calzada*.

Nos documentos aparece a referência a *Petrus Mor*<sup>45</sup>, um alarife mudéjar que seria o seu mestre-arquitecto.

A igreja original tinha uma **planta em cruz latina**, desenvolvendo-se em três naves de nove

---

<sup>45</sup> Do latim Pedro, o Mouro.

tramos. O planeamento da igreja estará mais próximo do modelo de *Cluny*<sup>46</sup> do que das igrejas-mãe da ordem de Cister, *Clairvaux* e *Citoux*, pois estas ainda não tinham sido erguidas. Pode-se caracterizar como uma edificação religiosa que seguia as regras de construção das igrejas de peregrinação, apostando num deambulatório bastante desenvolvido, com absides semi-circulares ao contrário das poligonais exigidas na estruturação cisterciense.

A **cabeceira** era constituída por uma abside circular (escalonada em três níveis), rodeada de uma charola com sete absidiolos radiais em ferradura quebrada. Nas extremidades dos braços do transepto existiam mais dois pequenos absidiolos. O objectivo das capelas permitia que em cada uma poderia ser celebrada por um monge uma missa privada, e com a profusão de capelas, potenciava-se, ao máximo, essa capacidade, já que neste período não era permitido dizer-se mais do que uma missa ao dia, utilizando o mesmo altar.

O **transepto** tinha uma cobertura de duas águas e as suas fachadas de topo eram contrafortadas, existindo na parte oriental uma capela idêntica às que compõem a charola, uma por cada braço. No tramo Sul do transepto, localiza-se do lado poente, junto à nave lateral, uma pequena torre de acesso às coberturas. O tramo Norte conserva, ainda, quase na sua integralidade a abóbada de canhão.

Presentemente, o corpo da igreja mantém unicamente as paredes laterais, supõe-se que **nave central**, seria mais elevada do que as colaterais, sendo rematada com abóbadas de berço, não se sabendo se estas seriam semi-circulares ou de arco quebrado. As **naves laterais** seriam cobertas por abóbadas em ogiva.

A **fachada Norte**, em ruínas, está conservada até metade, nela encontra-se o pórtico que dava acesso ao claustro, situado entre o primeiro e segundo tramo da nave. A **fachada Sul**, ao contrário conserva-se integralmente, com a grande parte da cornija ainda existente, bem como as suas mísulas. A **fachada Poente** foi demolida e espoliada para construir a igreja paroquial da *Granja de Moreruela* nos finais do séc. XIX.

O **claustro** original foi substituído por um outro no séc. XVI e deste último restam a sacristia, a sala do Capítulo e o refeitório, integrados na ala Poente.

---

<sup>46</sup> Esta cabeceira recorda em particular a cabeceira de Cluny III (1150) com 5 absidiolos radiais e dois nos extremos do transepto, *cf.* SALAMANCA, *op. cit.*, p.96.

A **sacristia** é rematada com abóbadas de meio canhão, estando agregada a esta, uma pequena capela abobadada de igual modo.

A **sala do Capítulo** tem uma planta quadrangular e nove abóbadas em ogiva, as quais repousam em mísulas integradas nas paredes perimetrais e em 4 colunas centrais. Este espaço encontrava-se até há pouco tempo em ruína parcial, mas actualmente decorrem trabalhos de recuperação nesta área.

Entre a sala do Capítulo e o refeitório encontra-se o arranque da escada que daria acesso ao piso superior.

O refeitório é um espaço rectangular com seis tramos, três arcadas longitudinais e quatro transversais.

Existem outras dependências como a biblioteca e um espaço coberto com uma abóbada de berço de consideráveis dimensões, cuja função não se sabe ao certo, mas tudo indica que seria um armazém ligado á actividade agrícola.

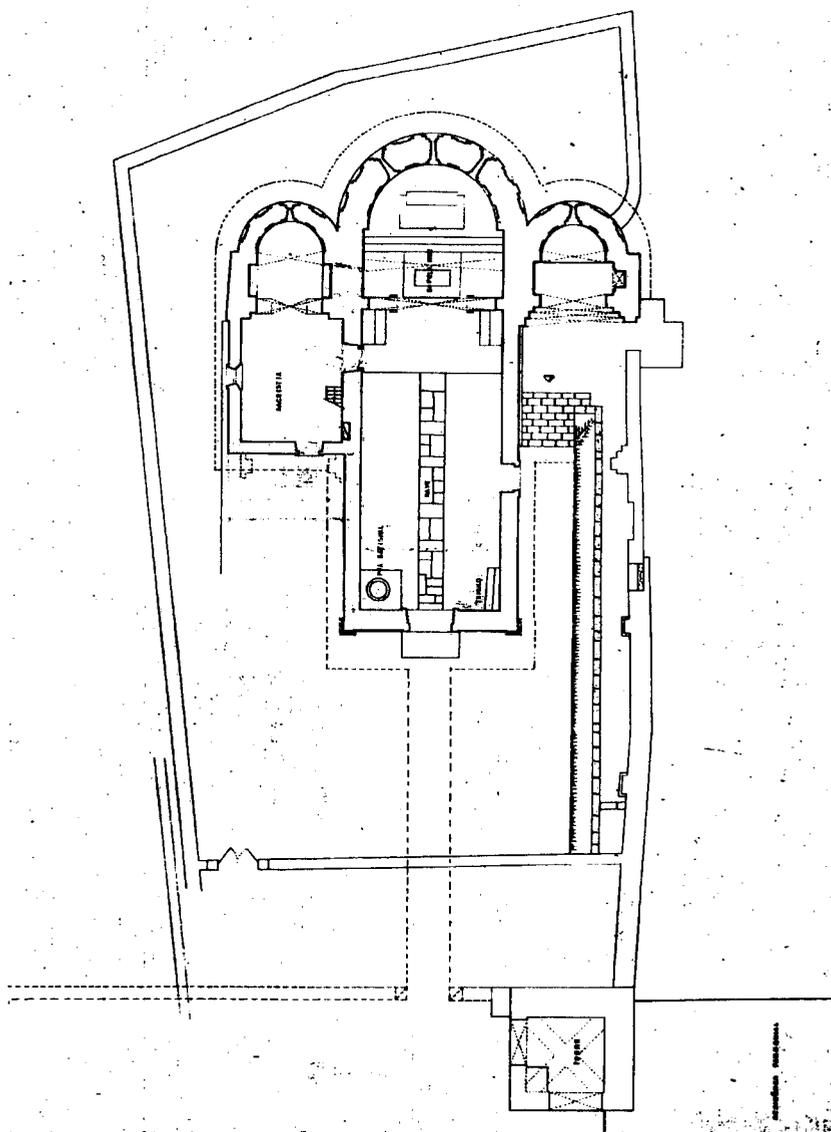
A igreja manteve-se praticamente até aos finais do séc. XIX, período em que começou a ser saqueada, e a actual ruína deve-se ao facto de, durante muito tempo, ter sido encarada como uma pedreira para uso das populações circundantes.

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

## **6. o conjunto monástico em análise e uma hipótese de levantamento**

## **6. o conjunto monástico em análise e uma hipótese de levantamento**

### **Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs, Bragança, Bragança, Castro de Avelãs**



## 6.1 enquadramento histórico

O mosteiro beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs foi fundado no séc. XII, provavelmente antes de 1145 [SANTOS, Maria Alcina *Alguns quadros medievais da história do nordeste trasmontano*, 1996, p.51], outros autores remetem para uma existência paleocristã, à semelhança de muitos mosteiros na zona Norte de Portugal.

Este mosteiro teve uma enorme importância na organização do território trasmontano e uma grande parte das suas propriedades foram doadas pelo rei D. Afonso Henriques e D. Sancho I. A origem deste mosteiro está, indiscutivelmente, ligada à defesa de Portugal, traduzindo um reforço de reconquista cristã sobre o domínio árabe, e acautelando as interferências de domínio de *Castilla y León*.

Segundo Ana Maria Afonso o núcleo mais importante das terras de Castro de Avelãs terá sido constituído pela primitiva doação de **D. Afonso Henriques**, de acordo com o primeiro documento datado de 1144, a *carta do couto do mosteiro* (apócrifo)<sup>1</sup>.

Seguidamente elencam-se as fases seguintes que caracterizam o desenvolvimento territorial do couto:

- 1145 segundo documento conhecido de doação, feita por **D. Afonso I**, concedendo ao mosteiro a Vila de São Jorge [numa área contígua ao couto original] e metade de Rio Frio [localizado a leste distanciando-se 30 km]
- 1186 **D. Sancho I** confirma os bens patrimoniais
- 1187 **D. Sancho I** faz escambo das vilas de São Julião, São Mamede, Argozelo, Pinelo [situadas a leste perto da fronteira com Leão] pela herdade de Benquerença [actual Bragança]

<sup>1</sup> AFONSO, Ana Maria, *op. cit.*, p.39, informa que embora o documento em causa seja uma cópia [apócrifo, deriva da palavra *αποκρυφα* (do grego *ἀπόκρυφος*, escondido)]. Não se conhecendo a existência do original, o título presente poderia ter sido forjado já que a zona delimitada pela *carta de couto* seria a área senhoreada. A autora cita Paulo Merêa, afirmando que, no caso dos marcos de delimitação do couto terem sido colocados, a não existência desse documento não retirava legitimidade aos privilégios usufruídos na área delimitada pelos marcos.

- 1258 as inquirições de D. Afonso III oferecem a primeira visão do conjunto do património monástico. Para além dos bens adquiridos legitimamente nos reinados anteriores (doações régias e doações e legados particulares), o mosteiro apoderou-se de casais foreiros do rei, herdades reguengas, povoou vilas (intitulando-se posteriormente senhor), tornou-se patrono de algumas igrejas com acordo dos cavaleiros dos lugares. O património estendia-se de Montesinho (Norte) a Limões (Sul), de Vinhais (Ocidente) a São Julião (Oriente). O património anteriormente descrito não foi contestado por **Afonso III**
- 1280 depois de feita a respectiva inquirição, D. Dinis ordena aos monges que abandonem as terras que detinham indevidamente nos termos de Gostei e Castanheira (propriedade régia)
- 1285 **D. Dinis** confirma ao mosteiro todos os herdamentos e possessões que tem nos termos de Bragança e Miranda
- 1290 **D. Dinis** permuta as aldeias de Gostei e Castanheira pelo Outeiro de Moás
- 1297 Inquirições de **D. Dinis**, livro 1; Inquirições da Beira e Alto Douro permitem ter a segunda visão do conjunto patrimonial do mosteiro de Castro de Avelãs, concluindo-se que em relação ao período anterior o domínio reforçou-se na zona da fronteira com Leão a leste com um conjunto de coutos sobre os quais os monges exerceriam poder senhorial. São omissos nestas inquirições muitos bens referenciados nas inquirições de 1258
- D. Dinis doa o padroado da igreja de Sezulfe ao mosteiro
- 1298 D. Dinis doa a igreja de Frieira com todos os seus termos e pertenças ao mosteiro.
- 1319 D. Dinis confirma a posse de todos os herdamentos que o mosteiro possuía em Revoredo de Vacas, Sendilho, Santalha e a aldeia de Frieira, doando-lhe ainda as aldeias de Vila Franca, Viduedo, Vale Prados, Arufe, Ervedosa e Sezulfe
- 1346 D. Afonso IV ordena que o mosteiro não exerça jurisdição no termo brigantino, pois essa jurisdição é régia, reforçando assim a política de poder régio. Apenas os juízes de Bragança poderiam usar em seu nome a jurisdição cível
- 1398 D. João I demonstrou estima pelo mosteiro de São Salvador, embora tenha determinado nesta data que o mosteiro não exercia jurisdição na aldeia de Ervedosa, pelo facto dessa povoação pertencer ao termo de Bragança
- 1413 confirmação por D. João I, mandando que se cumpram todos os seus privilégios
- 1422 D. João I toma o mosteiro sob sua protecção e confere-lhe privilégios de isenção
- 1433 em 12 de Março o abade D. Frei Rodrigo confia ao arcebispo D. Fernando da Guerra

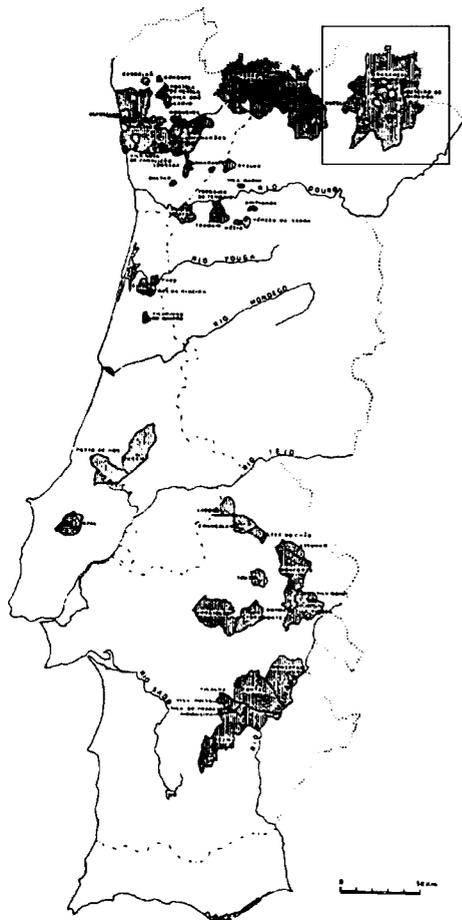
o governo e a administração do mosteiro, alegando a impossibilidade de o *governar, administrar e reparar*<sup>2</sup>

1435 a pedido do arcebispo, em 8 de Julho, D. Duarte confirma ao cenóbio todos os bens que este possuía (terceira leitura do património do conjunto monástico).

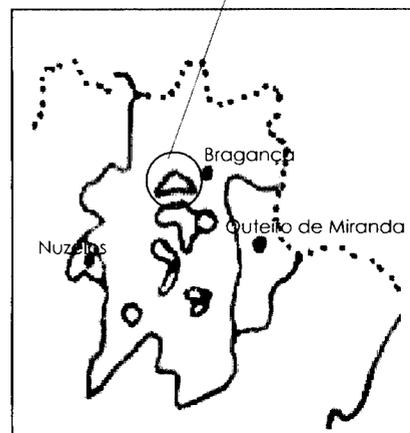
Neste levantamento figuram não só as aquisições efectuadas nas últimas décadas durante o reinado de D. Dinis e dos seus sucessores, como também os bens que os monges possuíam do passado, omissos nas inquirições de 1290.

Tratava-se de um domínio bastante extenso e diversificado, embora sem indicações sobre o seu estado de conservação.

O auge do mosteiro em termos de poderio e património, à semelhança dos seus congéneres situou-se nos sécs. XII e XIII e muito provavelmente, como outros mosteiros beneditinos, o impacto da crise económica, demográfica, social e política que se instalou em Portugal nos séc. XIV e XV implicou um despovoamento e empobrecimento das suas terras implicando uma diminuição das fontes de rendimento [AFONSO, 2002, p.43].



couro do mosteiro de Castro de Avelãs



o senhorio dos duques de bragança na segunda metade do séc. XV in *Breve História de Portugal* de Oliveira Marques, p. 123.

<sup>2</sup> José Marques, citado por Ana Maria Afonso, indica que essa crise residia mais nas dificuldades provenientes dos membros da comunidade do que na ruína material do mosteiro.

José Mattoso<sup>3</sup> transmite-nos que a história beneditina se poderia dividir em três períodos. O primeiro vai do fim do séc. XI a meados do séc. XII, é o período da juventude das instituições beneditinas, marcada pela influência de Cluny, pelo dinamismo e pelo entusiasmo. O segundo dura à volta de 200 anos e vai até meados do séc. XIV, correspondendo a uma época de uma estabilidade sem inovações, sem grande vitalidade, marcada por sinais de um perigoso conformismo com as imposições de uma sobrevivência sem crescimento. O último período correspondente a uma crise aberta, da desorganização, das contradições entre o preceituado e o vivido, de cedência à cupidez dos que invejam as riquezas acumuladas, das tentativas isoladas de ressurgimento, de afirmação ou de adaptação a uma nova mentalidade.

Segundo José Marques<sup>4</sup> citado por Ana Maria Afonso, as dificuldades do mosteiro surgiram em consequência de problemas internos, relacionados com a má gestão, com a grande parte das rendas que eram absorvidas pelos abades comendatários e não como resultado de ruína material. Embora, seja uma teoria plausível e lógica não é completamente confirmável, devido aos poucos dados existentes [AFONSO, 2002, p.43].

## 6.2 O património do mosteiro

A análise feita à dispersão do **património do mosteiro** por Ana Maria Afonso teve como objectivo *perceber até que ponto foi influenciada pelo meio físico; se teve por base factores humanos ou se a natureza e história teceram entre si uma imbricada teia que poderá estar na base (desta) [da sua] configuração<sup>5</sup>*, cujos limites são:

- a Oeste - o rio Tua servia-lhe parcialmente de fronteira;
- a Leste - o rio Sabor;
- a Oriente - situavam-se os coutos de Milhão, Vale Prados, Paço, Refega e Rio Frio;
- pode-se traçar uma linha que parte do mosteiro para Sul, incluindo as aldeias de Gostei, Nogueira, Rebordões, Sortes, Santa Comba de Rossas, estendendo-se para o concelho de Macedo de Cavaleiros;
- de Macedo de Cavaleiro partia uma outra linha com o couto de Soutelo Mourisco, Valongo e

<sup>3</sup> Apud Ana Maria AFONSO, *op. cit.*, 2002, p.31 (Panorama da história beneditina... p.260).

<sup>4</sup> José MARQUES - *O senhorio de Braga no séc. XV*. Separata de Bracara Augusta, Câmara Municipal de Braga, vol. XLVI, p.8.

<sup>5</sup> *Op.cit.*, 2002, p.50.

as aldeias de Amendoeira, Castelãos e Macedo do Mato (ainda delimitação a Sul).

A maior parte do domínio do mosteiro, tal como acontecia nos outros domínios que lhe eram coevos, concentrava-se à sua volta. A convergência do património em torno da estrutura monástica tinha vantagens como a eficácia administrativa, no que toca ao controlo e recebimento de rendas. Por outro lado, era comum que os mosteiros beneditinos se encontrassem próximo de um aglomerado urbano, neste caso em concreto tratava-se de Bragança (agora insediada em propriedades, outrora pertencentes ao cenóbio e cedidas por permuta). A cidade de Bragança era um pólo importante da região, usufruindo de uma acessibilidade em termos da rede viária da época, evidenciando-se como centro de trocas comerciais.

O património do mosteiro, para além de se concentrar dentro de um couto, encontrava-se disperso por um território ainda mais vasto, confinado e intrincando-se com propriedades de diversos proprietários como é o caso de do Duque de Bragança, de alguns concelhos vizinhos, do Cabido de Braga, das Ordens de Cristo e dos Templários, do rei e dos mosteiros do reino de Leão: *San Martín de Castañeda* e *Santa María de Moreuela*<sup>6</sup> que estendiam o seu domínio até terras portuguesas.

Sabendo, então, que o mosteiro de Castro de Avelãs detinha um património vasto distribuído por um território fragmentado, a sua gestão seria um factor muito importante, quer para a sobrevivência do mosteiro em si (comunidade), quer ao nível das relações que esta estrutura mantinha com os seus vizinhos.

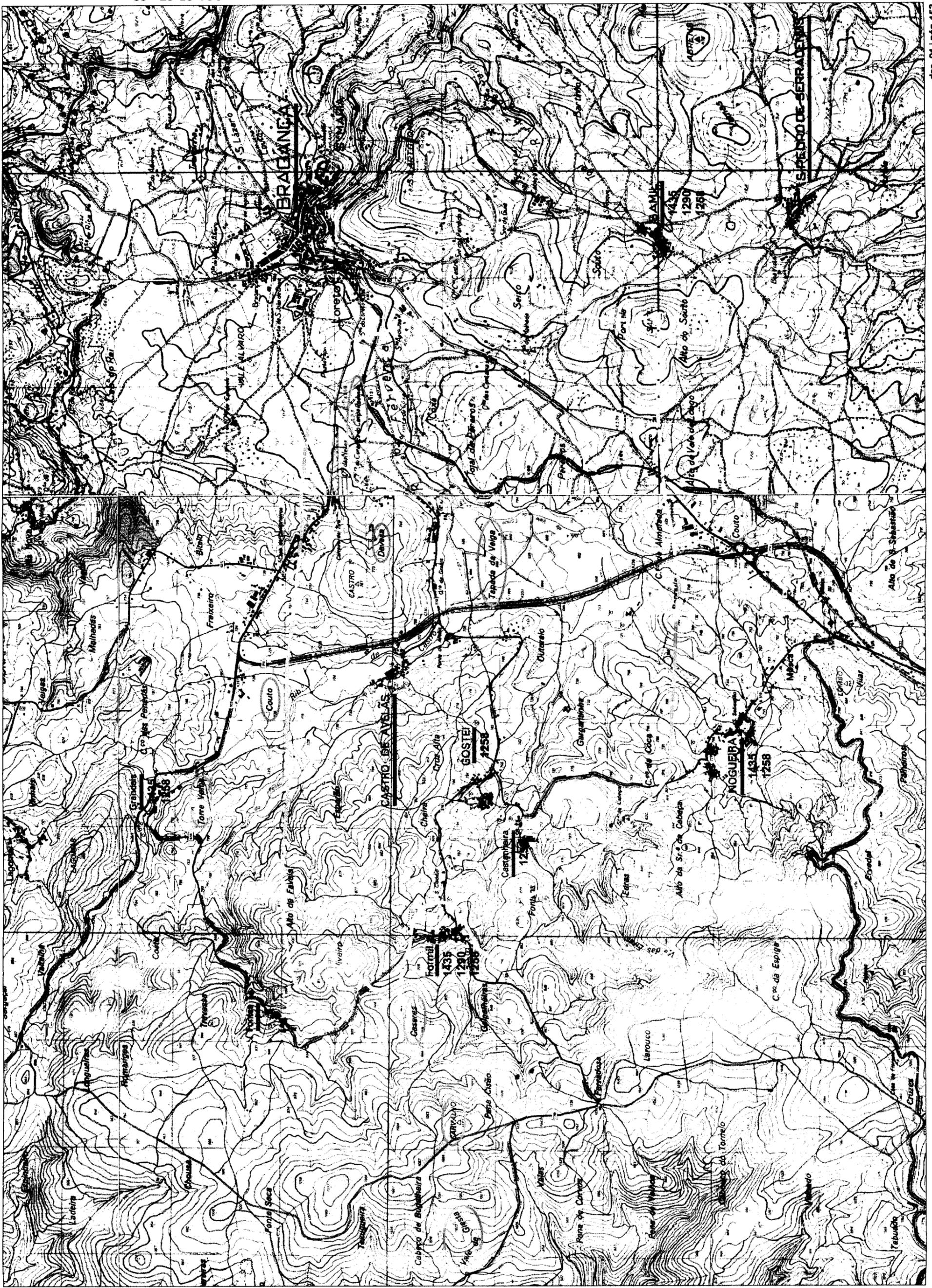
Inicialmente seriam os monges que se ocupavam da exploração directa das terras. Quando, por motivos de obrigações religiosas impostas pela regra isso não era possível, seriam os conversos que, com ajuda da mão-de-obra servil e doméstica, realizavam as tarefas principais do campo, desempenhando um importante papel na produção e criação de bens<sup>7</sup>.

A partir de meados do séc. XIII com as catástrofes (como os surtos das pestes negras) e com as mudanças económicas e mentais *o senhor* renuncia à exploração directa, transformando-se num rendista e assim o mosteiro segue essa regra.

---

<sup>6</sup> Segundo Ana Maria Afonso o mosteiro de Moreuela comprou a vila de Angueira, em Miranda, povoa as vilas de Constantim e Palaçoulo, comprando paralelamente casas e vinhas na vila de Bragança. Estes dois mosteiros são a prova que neste período embora existisse uma fronteira, o espaço era concebido do ponto de vista político e administrativo, não impedindo influências mútuas das populações sendo um fenómeno abraçado, também, pela igreja e mosteiros que a representavam.

<sup>7</sup> Ana Maria AFONSO, *op. cit.*, 2002, p.88.



marcação hipotética dos limites do couro do mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs | extractos das cartas militares n.º 24, 25, 37 e 38

Legenda: *desenho* hipótese de marcação de limites do couro do mosteiro - com base no proposto por Ana Maria Afonso e por observações do território "in loco".

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | curso de mestrado em metodologias de intervenção no património arquitectónico | tese de mestrado | Carota Cunha

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs em Bragança



### 6.3 Tentativa de reconstituição do mosteiro

Na actualidade, a igreja de Castro de Avelãs é constituída por uma nave barroca-maneirista e uma capela-mor românica. Esta simbiose, não sendo estranha para a grande parte das igrejas portuguesas, tem, neste caso específico, a singularidade da capela-mor ser do período mudéjar medieval.

Outra característica a ressaltar consiste no facto da capela-mor ser ladeada por dois absidiolos, sinal evidente de que, na sua origem, determinava uma igreja de três naves. Esta parte do edifício foi construída em tijolo, pelos *alarifes*<sup>8</sup> e *mazarifes*<sup>9</sup>, provavelmente vindos de *Sahagún*, correspondendo a métodos construtivos islâmicos diluídos num gosto artístico espalhado por alguns pontos da bacia mediterrânica, nomeadamente Espanha, Itália e França, como herança de um modo muito particular, característico da cultura árabe no que toca à interacção cultural.

Reynaldo dos Santos<sup>10</sup>, na sua obra *Arquitectura de la Edad Media* de 1963, diz: Foi após a tomada de Toledo (1085) e já na segunda metade do séc. XII com a crescente importância de *Sahagún*, que os albaniles<sup>11</sup> de Toledo edificaram ali uma série de igrejas românicas decoradas ao estilo oriental e em tijolo, matéria corrente nas construções da antiga cidade muçulmana. Castro de Avelãs foi o *terminus* de uma progressão de alarifes em transumância que partindo de Toledo passaram para *Sahagún*, continuaram para Toro até chegarem a área de Bragança.

Vestígios deste tipo de construção, utilizando o tijolo, podem ser encontrados noutras **construções da região**, mais concretamente em Bragança, como a Igreja de Santa Maria, a Igreja de Santa Clara, a Igreja de São Francisco, a Igreja de São Vicente e o Castelo, mas totalmente integradas em intervenções posteriores que, na maioria das vezes, anularam esse testemunho, ou se não o fizeram totalmente, contribuíram para uma difícil leitura numa primeira

<sup>8</sup> Pedreiros ou mestre-de-obras.

<sup>9</sup> Alvaneis ou pedreiros treinados na obra de tijolo.

<sup>10</sup> Ap. GONÇALVES, José Pires, *A Ermida de Santa Catarina de Monsaraz*, Évora, 1969, p. 29.

<sup>11</sup> O mesmo que alvaneis, v. nota 9.

abordagem.

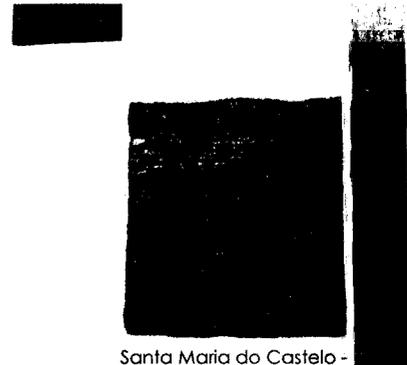
Em Santa Maria do Castelo encontramos o tijolo presente no exterior e no interior. No exterior, na zona da cabeceira encontra-se um troço de tijolo e na área junto à entrada lateral, um arcossólio. No interior, os arcos que separam as naveas são construídos em tijolo e existe uma abóbada também construída no mesmo material, para além de pequenos apontamentos de arcos e nichos.



Santa Maria do Castelo



Santa Maria do Castelo



Santa Maria do Castelo - cabeceira



Santa Maria do Castelo - arcossólio



Santa Maria do Castelo

Na cabeceira da igreja de São Francisco, encontramos umas fretas (dentro de arcaria dupla) em tijolo, distribuídas segundo um ritmo na cabeceira curva. Estes vestígios poderiam ser o indício da existência de uma *parede lombarda* que foi escondida, ou alterada, ficando somente em destaque, esses elementos por questões funcionais de iluminação do interior.



São Francisco - Vila Verde - cabeceira



São Francisco - arcaria na cabeceira da igreja

Através da *caracterização do património histórico, natural e cultural*<sup>12</sup> do Plano Director Municipal (PDM) de Bragança de 1994, podemos constatar que tinham sido feitos recentes trabalhos de restauro, que puseram a descoberto alguns vestígios românicos nomeadamente a *abside em xisto da região (e não em tijolo como no convento de Castro de Avelãs)*. Relativamente a este achado, provavelmente o facto de não se ter encontrado tijolo, poderia dever-se a duas situações: ou porque o nível encontrado correspondia ao embasamento, normalmente construído em pedra da região, que normalmente era o xisto, ou porque se encontraram só vestígios de paredes construídas em *aparelho toledano*, onde predomina o aparelho em pedra existindo ritmadamente fiadas duplas de tijolo.

Em São Vicente, encontramos, também, uma cabeceira de abside única que não é semicircular mas é composta pela intersecção de três curvas (trilobada), podemos observar novamente as frestas em arcaria dupla de tijolo. Em ambos os casos, as frestas encontram-se num nível que poderia corresponder a uma segunda ordem de arcarias.



São Vicente - Vila Verde - cabeceira



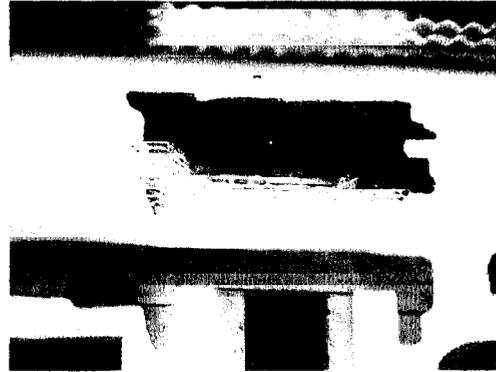
São Vicente - Vila Verde - arcaria na cabeceira da igreja

Na igreja do convento de São Bento, embora construída no séc. XVI, existem apontamentos de construção em tijolo para execução de vãos de iluminação, junto à cornija. Segundo o mesmo estudo do PDM esta igreja pertenceu a um convento de freiras beneditinas.

<sup>12</sup> Estudo a cargo de Prof. Lusitano dos Santos, Urbanistas SPU.



São Bento - fachada



São Bento

detalhe da janela na fachada

Embora, a fundação deste cenóbio remonte ao séc. XVI, na sua fachada podem-se verificar, igualmente, vestígios de construção em tijolo, neste caso servindo para executar as aberturas dos vãos que se situam na zona superior, junto à cornija.

De notar que, no interior o tecto da capela-mor tem um tecto em *alfarge*, demonstrando o gosto pelo trabalho mudéjar da madeira.

No castelo, a construção em tijolo encontra-se mais profusamente numa zona a poente, tendo sido utilizada sobretudo na reconstrução de merlões. Existem outras construções que utilizam o tijolo, mas são construções recentes.



Castelo de Bragança



Castelo de Bragança - merlão a poente

Regressando à **igreja de Castro de Avelãs**, a análise parte de uma igreja barroco-maneirista, aproveitando parte de uma outra construção com dimensões de maior porte, cujo período de fundação e construção se julga situar no séc. XII, utilizando as técnicas de construção da arquitectura mudéjar, vindas da meseta de *Castilla y León*. Pretende-se, através da análise de alguns exemplos portugueses e castelhanos e tendo presente os vestígios e indícios visíveis no local, avançar com uma hipótese de esboço do complexo numa perspectiva geométrica e proporcional.

Segundo Ana Afonso, o mosteiro depois da sua extinção em 1545, *sofreu um contínuo processo de degradação e delapidação*<sup>13</sup>. Existem diversos documentos e relatos de que atestam a venda ou cedência de madeira e tijolos com o consentimento do bispo cabido e a autorização do concelho de Bragança. O paço dos Dom Abades e as casas do mosteiro sofreram também o mesmo destino.

*A madeira e outros materiais foram utilizados no colégio de São Pedro dos Jesuítas, no Convento de São Francisco, das freiras e nas igrejas de Santa Maria e de São. Jorge. Para o colégio novo das freiras que deveria ser Santa Clara, pois a sua construção foi iniciada em 1569, foi levada muita madeira, para além da portada; para a igreja de Santa Maria, muita madeira e ladrilhos, para o colégio de São Pedro, madeira cantaria e grades da sacristia; para o colégio dos Jesuítas uma campa.*<sup>14</sup>

Relativamente à **reconstrução da igreja**, esta foi realizada sobre os escombros da igreja mudéjar. De notar que as cotas da envolvente mais próxima da actual igreja, a saber, adro e recinto fechado, campo adjacente a Sul e todo o largo à frente da igreja comportam uma cota muito mais elevada do que a cota original.

Para esta afirmação pesam os vestígios no local, ou seja:

- o evidente nível original e o muro que liga o absidiolo sul à torre estão a uma cota bem mais abaixo do que a da igreja actual (cerca de 1,5m);
- o nível do absidiolo sul parte do nível anterior;
- a existência de um arco na capela-mor que corresponderia a um vão (actualmente truncado) de passagem entre abside central e absidiolo sul (comum em algumas igrejas mudéjares).

Para a reconstrução utilizou-se o absidiolo norte como a sacristia e a abside central como a capela-mor que deu origem, por sua vez, a um corpo de uma só nave. O absidiolo sul ficou exterior.

Do ponto de vista da história da arquitectura, esta nova construção pode-se incluir nas igrejas com fachada de *referente clássico*, correspondendo ao sistema trilitico, segundo o estudo de classificação de fachadas de igrejas realizado por José Quintão<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> Ana Maria AFONSO, *op. cit.*, 2002, pp.33-34.

<sup>14</sup> Ana Maria AFONSO, *op. cit.*, 2002, p.34.

<sup>15</sup> José César Vasconcelos QUINTÃO - *Fachadas de Igrejas Portuguesas de referente Clássico. Uma sistematização Classificativa*, Porto, FAUP Publicações, 2005.



alçado norte e alçado poente



volumetria

Da totalidade das fontes consultadas sobre o antigo mosteiro de Castro de Avelãs, são feitas muito poucas referências à presente igreja, exceptuando o estudo de António Rodrigues Mourinho<sup>16</sup> que lista uma série de trabalhos entre o séc. XVI e o séc. XVIII de reparação da antiga igreja, incluindo a *torre dos sinos*. Refere que embora durante boa parte do séc. XVII se tenham realizado numerosas reparações em 1795 começa a *reforma completa 'a fundamentis' das paredes do corpo da igreja*<sup>17</sup>.

Na realidade, espacialmente esta construção não apresenta interesse especial do ponto de vista arquitectónico, sendo uma igreja que corresponde à utilização de um novo vocabulário dentro de um código construtivo secular<sup>18</sup>.

Mourinho descreve a fachada principal da seguinte maneira: *No centro abre-se a porta principal de jambas rectas em forma de pilastras chanfradas. O dintel da porta é bastante largo tendo sobreposto um arco em gola já do final do século XVIII de lídima forma rocaille usada em muitos edificios da nossa região e de todo o Portugal, a partir dos finais do séc. XVIII e até bem adiantado séc. XIX.*

*O janelão rectangular vertical que se abre sobre a portada foi construído com a intenção de dar luz à igreja pelo coro alto.*

*Esta portada e janela, construídas de granito, dão um realce à fachada formando um contraste de claro e escuro com a brancura do muro da frontaria da igreja.*

*Toda a fachada está enquadrada entre duas fortes pilastras ou cunhais da ordem Toscana assentes em fortes bases bem delineadas e coroadas por pirâmides sobre pedestais.*

<sup>16</sup> António Rodrigues MOURINHO - *Arquitectura religiosa da diocese de Miranda do Douro - Bragança (1545 - 1800)*, Edição Autor / Câmara Municipal de Miranda do Douro, 1995.

<sup>17</sup> *Idem*, p.434.

<sup>18</sup> (...) *A parede portante executa-se sem sobressaltos de maior, pois a técnica é secular. A fachada, essa, sim havia de reflectir a nova maneira discursiva.*

*Deste modo, a adopção do novo código morfológico torna-se, quase que apenas e só, num exercício de estilo, um aprender do manuseamento de novos vocábulos ainda que submetidos a regras gramaticais de que não se conhecem todas as subordinações.* in José César Vasconcelos QUINTÃO - *Fachadas de Igrejas Portuguesas de referente Clássico. Uma sistematização Classificativa*, Porto, FAUP Publicações, 2005, p.48.

*Dos capitéis das pilastras nasce uma empena ou frontão que é coroada por um peanha com cruz.*<sup>19</sup>

Em relação ao património integrado existe um altar barroco dedicado a São Bento, dois pequenos retábulos laterais barrocos em mau estado de conservação. Existiram um púlpito e um coro alto que foram retirados durante obras da DGEMN. Do ponto de vista da talha barroca, foram retirados, do seu interior, elementos indiscriminadamente.

A partir da consulta do estudo de Ana Afonso, cruzando com outra bibliografia, apresenta-se a seguinte cronologia do mosteiro com as diversas teses de fundação, desenvolvimento da estrutura e vida da congregação religiosa.

#### **Fundação mosteiro de Castro de Avelãs**

667

tese de **D. Rodrigo da Cunha** [1645 (+/-)]

mosteiro fundado por São Frutuoso em 667

Esta tese tem alguma lógica, dentro do contexto histórico anterior à restauração da diocese de Braga e à instituição do governo pelos condes D. Henrique e D. Teresa. Neste período, sob o domínio visigótico e suevo, existiu uma forte proliferação de estruturas monásticas na área correspondente à da futura diocese, impulsionados por São Martinho de Dume e sobretudo por São Frutuoso, este último bem conhecido pelo seu empenho na fundação de mosteiros na época visigótica, tendo criado uma regra própria a *Regula Monachorum*. No entanto, estes mosteiros fruto de uma tradição cristã, apoiados pelas grandes famílias locais, tinham fracos recursos, tendo-se perdido, em grande parte, quase todos, ou tendo sido reconvertidos pela ordem beneditina.

Mas São Frutuoso tinha morrido em 665, pelo que teria sido pouco provável, então a sua fundação por esse monge.

667

tese de **Frei Leão de São Tomás** (beneditino) [1655 (+/-)]

fundação do mosteiro em 667 sem apontar o seu fundador

São Valério contemporâneo de São Frutuoso relata a morte deste último em 665 e não refere que esse Santo tenha fundado o mosteiro de Castro

<sup>19</sup> António Rodrigues MOURINHO - *Arquitectura religiosa da diocese de Miranda do Douro - Bragança (1545 - 1800)*, Edição Autor / Câmara Municipal de Miranda do Douro, 1995, pp.436-437.

de Avelãs.

667

tese de **João Cardoso Borges**

fundação do mosteiro em 667

reinando em *Hespanha o Recese vindo XXVIII dos Godos*

Conjecturando que a fundação seria da responsabilidade de São Frutuoso, o que contraria a *História Eclesiástica de Braga*<sup>20</sup>.

Considera a família dos Braganções como padroeira deste mosteiro em 1193 e que o Conde D. Henrique concedeu aos seus membros muitas *merçês*, confirmadas por D. Afonso Henriques através de privilégios e isenções.

667

tese de **Pinho Leal**

retoma a tese da fundação frutuosiana do mosteiro não informando em que fontes se baseou para fundamentar as suas conclusões

(...) *Este convento foi fundado por São Frutuoso, em 667. Era portanto dos mais antigos do reino.* (...)

tese de **Carlos Passos**

alude a uma tradição que conta que Afonso V de Leão (999-1027) doou aos monges de Castro de Avelãs a terra de Benquerença (actual cidade de Bragança) como prémio dos seus serviços na guerra com os muçulmanos.

séc. VII

**Pedro Vitorino**<sup>21</sup> (1928)

afirma, apoiado nas *Memórias archeologico-historicas do districto de Bragança* do abade de Baçal, que o mosteiro, embora não se pudesse concretizar uma data de fundação, era anterior à nacionalidade.

Depois retoma a tese de Carlos Passos sobre a doação aos monges de terras como paga ao apoio prestado na expulsão dos mouros.

séc. XI

tese de **Ana Maria Afonso**<sup>22</sup> (2000)

<sup>20</sup> In Ana Maria AFONSO, *op. cit.*, p.20 citando a *Descrição topográfica de Bragança*, manuscrito 248 da colecção pombalina p.81.

<sup>21</sup> VITORINO, Pedro - *A abside de Castro de Avelãs*, Porto, 1928.

<sup>22</sup> *Op. cit.*, p.18: '(...) a ermjda de santo que ora he derrubada onde ho dicto mosteyro esteue de primeyro'.

informa-nos que ao consultar o tomo do mosteiro, referente ao período entre 1500-1538, este alude para uma localização inicial não muito longe da definitiva, mas nenhum dos historiadores citados fez alusão a esse facto. Para a mesma autora a fundação do cenóbio situava-se no séc. XI, época em que a regra beneditina já vigorava no ocidente peninsular.

### **Extinção do mosteiro de Castro de avelãs**

**1545, 22 de Maio** o mosteiro foi extinto pela *Bula Pro Excellenti Apostolicae Sedis* do papa Paulo III

instituída a diocese de Miranda do Douro à qual foram anexadas as rendas do cenóbio.

Ana Maria Afonso refere-se a um documento de 1546, quando o mosteiro é entregue à então criada diocese de Miranda: *o inventario do cartorjo e de todas as outras cousas d escrituras do mosteiro de Sam Salvador de Crasto d avellãas da ordem de Sam Bento*

O **mosteiro original** seria constituído pela igreja e pelo claustro, usando as regras beneditinas de implantação de uma estrutura religiosa.

O mosteiro e a igreja originais encontravam-se numa veiga junto à ribeira de Fervença (ou do Castro, segundo a cartografia militar à escala 1:25.000), rodeado por colinas suaves, que vão aumentando de altitude com a proximidade da área do parque de Montesinho. A sua localização respeitava as regras monásticas beneditinas, quanto à escolha do local, fértil bem orientado em relação aos ventos, com boa captação de água, perto dos bosques, demonstrando um saber vasto quanto às orientações para a escolha de um bom local. Castro de Avelãs seria uma área isolada, mas perto de um burgo, Bragança, respondendo às orientações para a sobrevivência de uma comunidade monástica.

Nos elementos gráficos seguintes aborda-se um hipotético traçado de uma cerca conventual do mosteiro, tendo como principal orientação o estudo do lugar através da observação de cartografia e análise de campo em confronto comparativo com outras cercas, nomeadamente São Martinho de Tibães ou Santa Maria de Pombeiro.

Esse traçado assenta em vestígios que ficaram na paisagem como: os caminhos existentes, as levadas de água, a divisão parcelaria, as árvores e matas e a topografia. Embora seja uma hipótese, seria interessante o aparecimento de mais elementos, seja sob a forma de documentos ou de análises *in loco*.

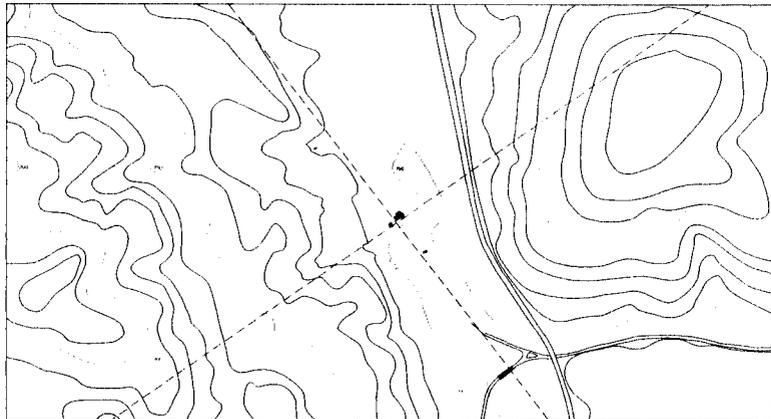
São assinaladas as vias que parecem ser as mais importantes e que provavelmente serão de origem medieval. De relembrar o que anteriormente foi dito sobre a integração deste mosteiro na rota peregrina para Santiago de Compostela, tendo presente os mosteiros de *Moreruela* em Zamora e *San Martín de Castañeda* em Sanábria.

Em termos de delimitação da cerca subsistem algumas dúvidas no que toca à sua relação com o aglomerado da aldeia inicial. Na bibliografia consultada não foram encontrados elementos quanto à origem do aglomerado, embora no capítulo 2.2.3 (pp.34-5) se avancem algumas pistas, quanto à sua origem ser, também, medieval.

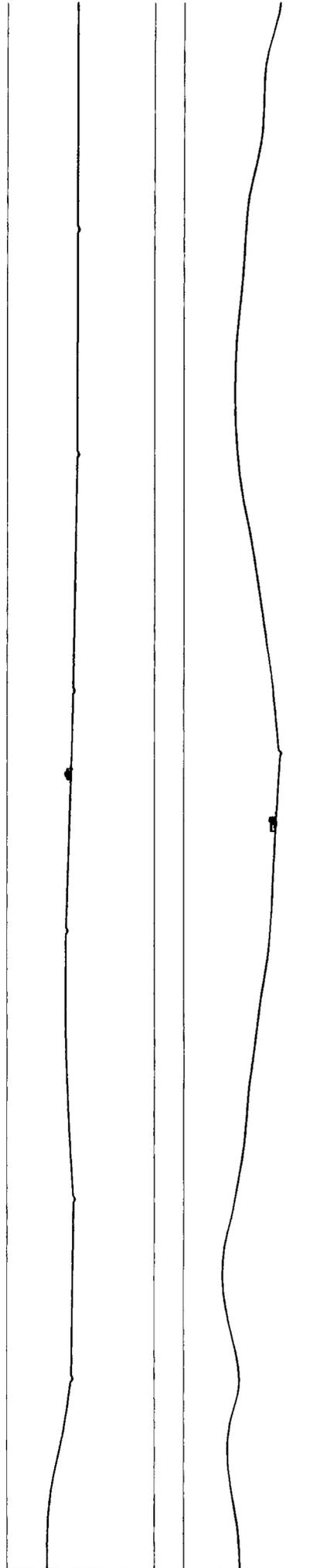
A frente de casas que surge em primeiro plano parece ser de construção recente, embora não se descarte a existência de construções nesta área coevas ao mosteiro. Esta frente localiza-se numa zona onde poderia passar a cerca do mosteiro, não sendo possível precisar em concreto qual o limite da cerca, optou-se por avançar com a hipótese de limite junto à frente de fachadas deste aglomerado. Topograficamente existe um desnível entre a área da veiga e a área da implantação das casas, podendo ser um indício da escolha do limite, pois ele existia naturalmente.



casas junto à igreja - lado norte



1:10.000



des. 02 | pág. 164

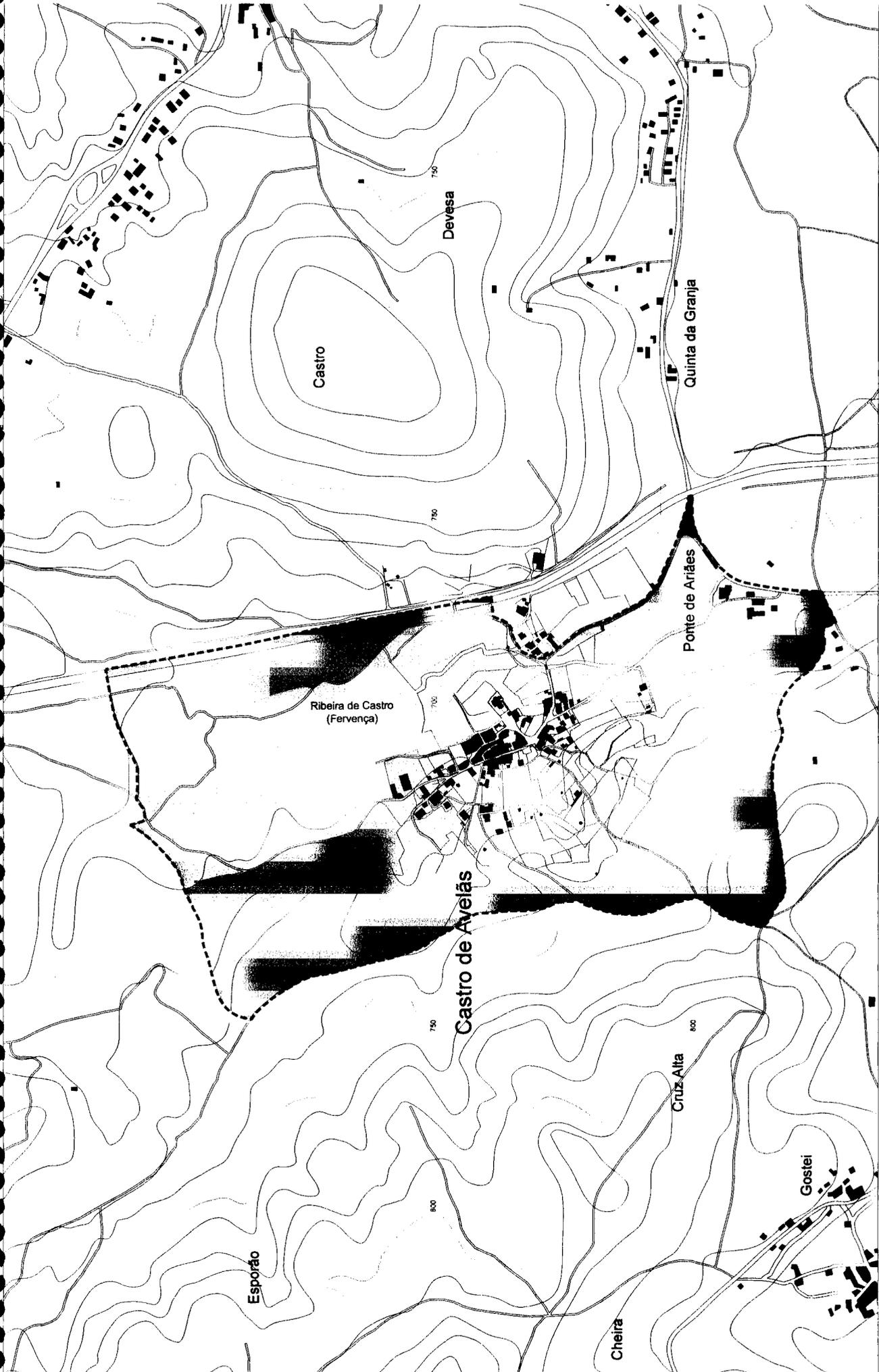
### aldeia e envolvente

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | curso de mestrado em metodologias de intervenção no património arquitectónico | tese de mestrado | Carlota Cunha

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs em Bragança

2008 | Escala 1: 10 00i





**Aldeia e Envolvente**

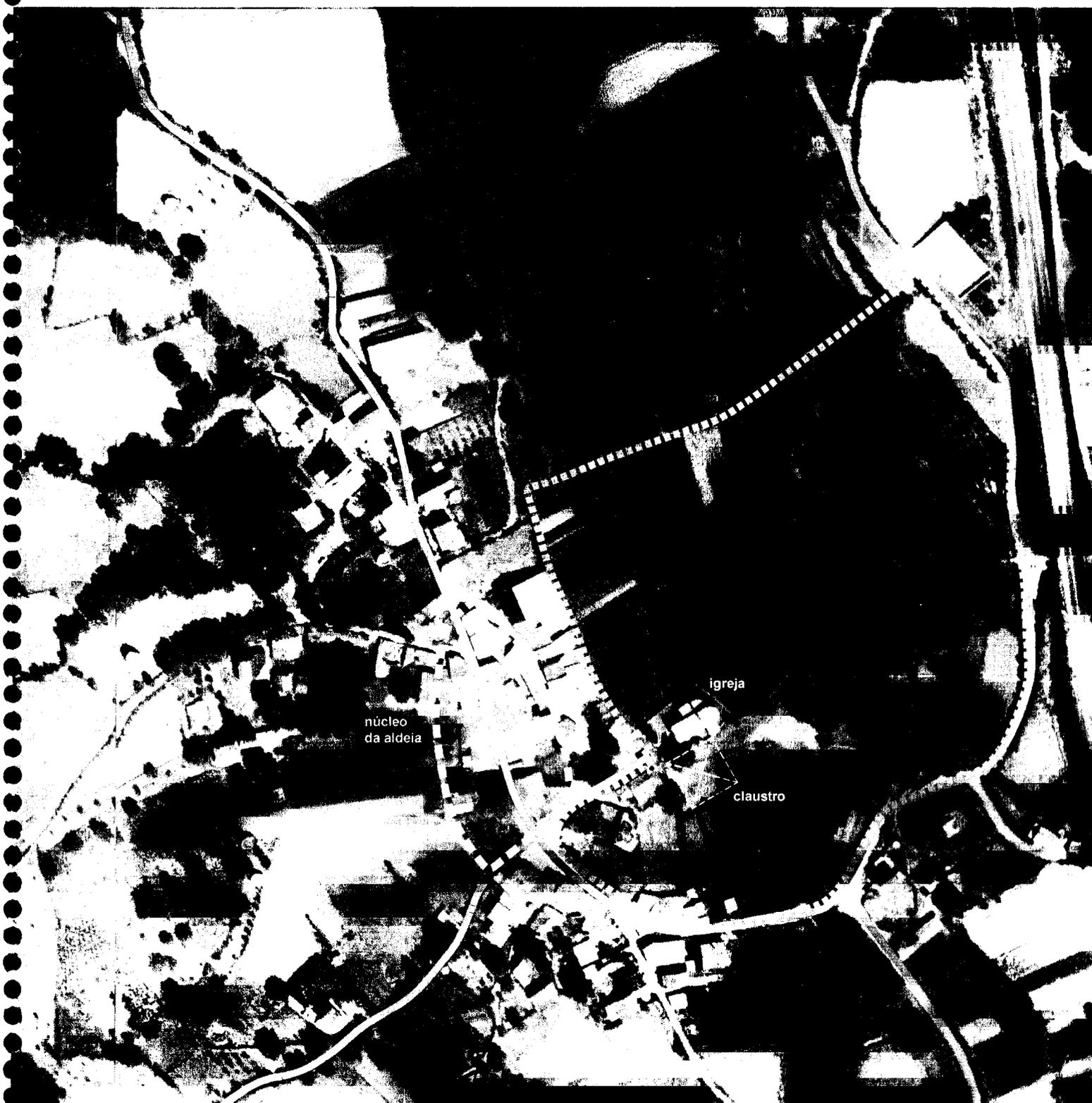
Legenda: ae - *area non aedificandi* em estudo; zep - zona especial de protecção em estudo; - - - limite da ZEP; linha de água.

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | curso de mestrado em metodologias de intervenção no património arquitectónico | tese de mestrado | Carlota Cunha

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs em Bragança

2008 | Escala 1: 10 000





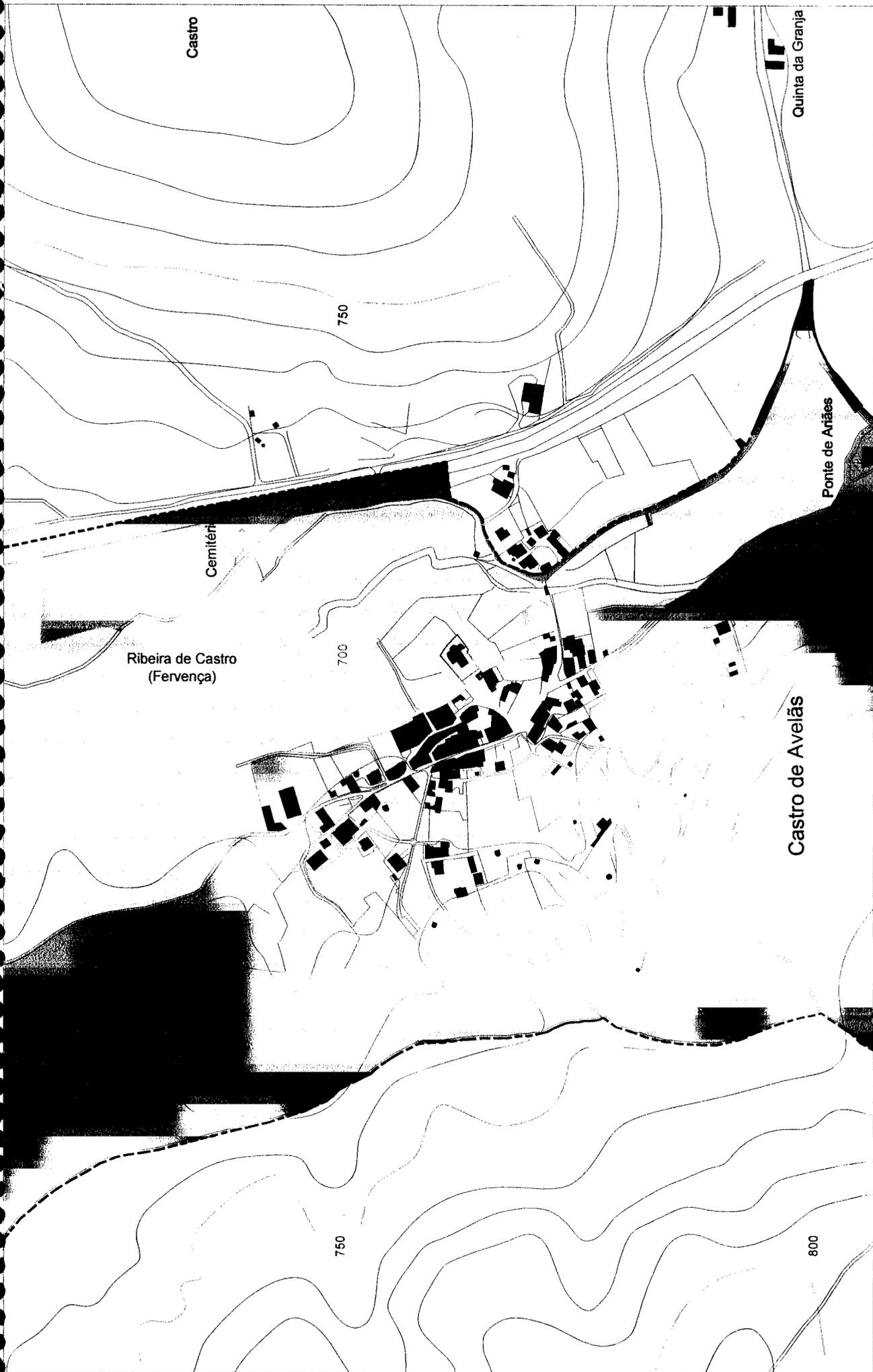
### hipótese de traçado da cerca do mosteiro e identificação de referências territoriais

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | curso de mestrado em metodologias de intervenção no património arquitectónico | tese de mestrado | Carlota Cunha

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **São Salvador de Castro de Avelãs** em Bragança

2008 | Sem Escala





**Implantação do Mosteiro e Possível Cerca**

Legenda: ae - *area non edificandi* em estudo; zep - zona especial de protecção em estudo; --- limite de possível cerca; - - - - limite da ZEP;

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | curso de mestrado em metodologias de intervenção no património arquitectónico | tese de mestrado | Carlota Cunha

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs em Bragança

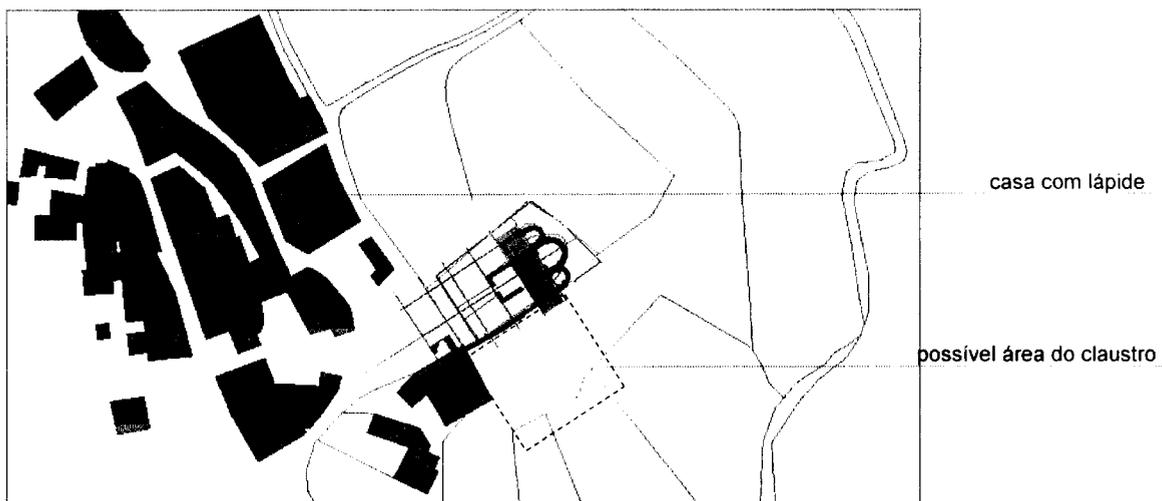
linha de água.

2008 | Esc. 1 : 5 000



O Instituto Português do Património Arquitectónico elaborou em finais de 2005 um estudo geofísico, de modo a obter indicações mais concretas, fundamentando com maior rigor a localização das futuras sondagens arqueológicas. O desenho apresentado na pág. 169 foi elaborado segundo os dados recolhidos dessa prospecção, apontando alguns alinhamentos indicativos de prováveis estruturas que, provavelmente, serão as fundações das construções que se organizavam em torno de um claustro.

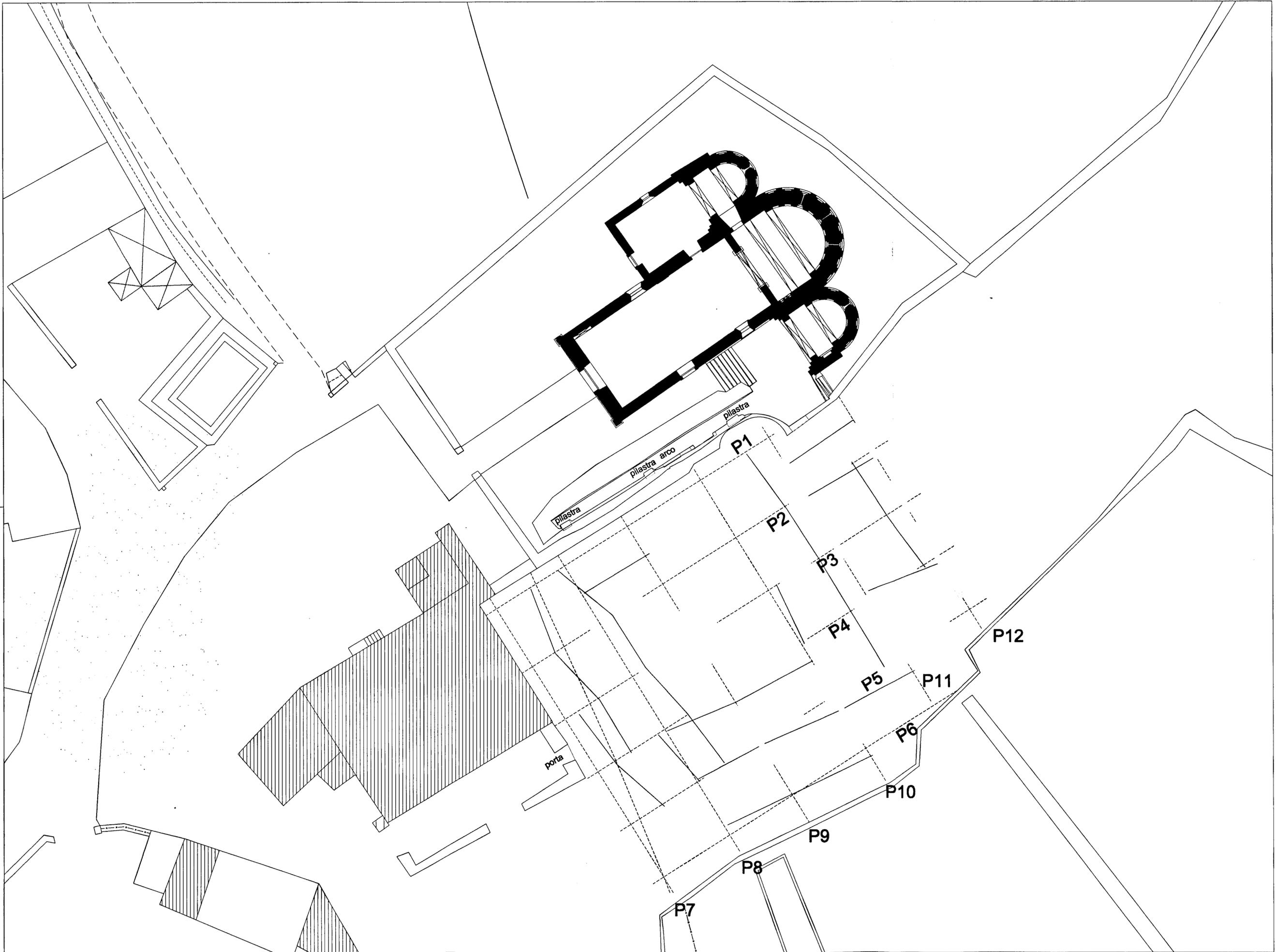
A tentativa de reconstituição do mosteiro tem em conta este estudo e a norma que regia a construção de mosteiros beneditinos que consistia na orientação cabeceira da igreja sempre para Nascente.



parte do aglomerado da aldeia e hipótese de ligação da igreja à torre

O claustro, normalmente, situava-se a Sul embora esta regra muitas vezes fosse alterada, optando-se pela colocação do claustro a Norte como por exemplo Santa Maria de *Moreueta* ou Santa Maria de Alcobaça, provavelmente por condicionantes do local, como a topografia e outros elementos geográficos. No caso de São Salvador de Castro de Avelãs, tudo indica que o claustro deste núcleo se encontrasse a Sul, respeitando assim as premissas de implantação.

A distribuição das dependências deveria respeitar a regra, mas a localização dos espaços só poderá ser confirmada através de escavações arqueológicas. As sondagens geofísicas mostram uma série de alinhamentos definindo o que provavelmente é um claustro e três corpos que o envolviam, no entanto são apenas indicações e indícios que poderão, neste momento, servir para fundamentar uma hipótese alvo de verificação *in loco*.



Relativamente à Casa Paroquial ou *casa das oficinas*<sup>23</sup> constituída por dois pisos, o piso térreo encontra-se praticamente ao nível original da igreja, indicando uma possível ligação com o claustro e igreja. Existe um pórtico construído em tijolo, entaipado como consequência da subida de cota no largo de acesso à igreja. Esse pórtico poderia ter sido o acesso à *portaria* do mosteiro.



casa paroquial - vista norte

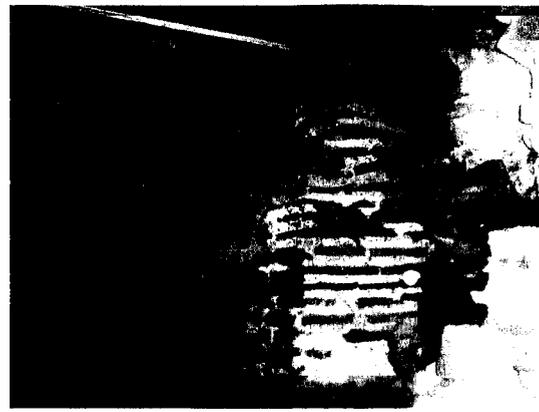


casa paroquial - vista sul

Ana Afonso refere a existência do paço dos Dom Abades, mas não é dada nenhuma indicação quanto à sua localização.



pórtico no interior da casa paroquial - piso térreo

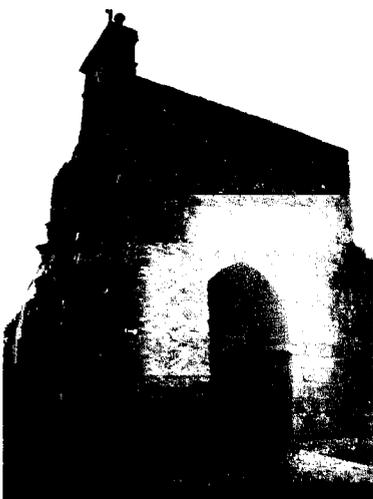
casa paroquial - parede reforçada em tijolo...  
um vão

Quanto à igreja, os autores consultados não são peremptórios quanto à sua configuração

<sup>23</sup> Segundo Maria Alcinda SANTOS (in *Alguns quadros medievais da história do nordeste transmontano*, Bragança, Edição de autor, 1996) é dada esta denominação à construção, pois a autora localiza nesta zona um edifício com funções de oficina. De facto no piso térreo, desta casa encontra-se uma pedra de ferreiro.

original. Por exemplo António Rodrigues Mourinho<sup>24</sup>, afirma não saber se teria mais de uma nave, embora estejamos na presença de uma abside central ladeada de dois absidiolos, que estavam na base de igrejas com três naves (nave central e naves laterais). Ferreira de Almeida, ao remeter a sua construção para o séc. XIII, diz-nos: (...) *Quando por todos os lados estas instituições reedificavam novos templos, também o Mosteiro de Castro de Avelãs pretendeu construir uma igreja de uma razoável grandeza e com apreciável sentido monumental. O projecto inicial era, na verdade grandioso. O templo seria construído em tijolo, porque na área não havia granito, segundo as formas do românico mudéjar da meseta duriense castelhana. Construiu-se a cabeceira que vemos, delimitaram-se as naves, mas já se empregavam materiais pétreos locais e mampostaria numa das torres quando se abandonou o programa inicial, optando-se então por um mais reduzido corpo de igreja.*<sup>25</sup>

No entanto, pelos vestígios no lugar já referidos, designadamente, o muro de ligação entre absidiolo sul e a torre, que definiria o alçado sul da igreja e o arranque na torre da possível fachada poente, é de entender que a igreja tenha sido construída na sua totalidade. São Salvador de Castro e Avelãs era o mais importante mosteiro beneditino na região com um largo património e muitos rendimentos, por isso em confronto com as construções que se fizeram noutros mosteiros na zona de Leão e Castela é natural que o mosteiro tivesse uma igreja representativa já que esta fazia a ligação com a comunidade e era um dos espaços mais importantes do mosteiro.



arranque da torre e parede da  
fachada poente



parede sul da igreja original



parede sul da igreja original

<sup>24</sup> António Rodrigues MOURINHO - *Arquitectura religiosa da diocese de Miranda do Douro - Bragança (1545 - 1800)*, Edição Autor / Câmara Municipal de Miranda do Douro, 1995, p.436.

<sup>25</sup> *Op. cit.*, 1986, p.103.



parede sul da igreja original (interior)



parede sul da igreja original (exterior) - aparelho toledano

arranque da parede norte da igreja original junto  
à sacristia

arranque da parede norte da igreja original

A hipótese avançada para a planta da igreja propõe uma abside central mais proeminente e dois absidíolos laterais gerando três naveas, com a nave central mais elevada do que as laterais. Tinha quatro tramos, sendo que um deles o transepto. A torre ocupava o lado sul esquerdo da fachada poente, correspondendo sensivelmente à largura da nave da Epístola.

#### 6.4 dimensionamento da igreja e do claustro

Em matéria de dimensionamento é interessante ter presente a métrica medieval. Neste caso comparou-se a *vara castelhana* (0,8359m) e *vara pé de Rei* (pied du Roy) 0,97452m). A primeira muito utilizada em *Castilla y León* e a segunda utilizada em toda a Europa (e também em Portugal) durante a Idade Média. Depois de se ter criado uma grelha para uma e outra

situação verificou-se que a da vara castelhana aplica-se com algum rigor à modulação em planta da igreja, sobretudo na zona absidal, mas a restante planimetria integra-se na quadricula com bastantes coincidências ou mínimos deslizes.

Quanto à vara que deriva do *pé de Rei* não se encontram tantas coincidências e afinidades com a grelha aplicada segundo a mesma lógica da anterior.

O quadro seguinte propõe uma leitura comparativa entre um dimensionamento traduzido em varas castelhanas, varas de *pé de Rei* e metros.

A cabeceira é claramente o elemento que menos dúvidas nos deixa, quando confrontamos as métricas da vara castelhana e da vara de *pé de Rei*, enquanto que relativamente aos outros elementos poderemos avançar somente uma hipótese de dimensões.

Pelas características da construção foram tomadas medidas exteriores e interiores. Em relação aos elementos da igreja que se propõem na hipótese volumétrica as dimensões são dadas só em varas, pois esses elementos não existem na realidade.

Na segunda parte do quadro é apresentado o dimensionamento dos elementos em varas com a sua conversão em metros, podendo assim confrontar-se essas unidades de medida com o que se encontra na realidade no lugar. As medidas em varas consideram só as medidas exteriores que definem a volumetria da construção.

O possível transepto salientava-se do nível das fachadas laterais o correspondente a 3 varas castelhanas ou seja 0,250770m.

Na cabeceira as paredes têm espessuras que variam entre as 2 varas (1,6718m) ou 1,5 vara castelhanas (1,25385m).

A altura dos telhados é de 2 varas castelhanas.

Neste estudo propõe-se um dimensionamento para as duas torres da igreja, tendo em consideração os exemplos apresentados nas pp.182, 184-185.

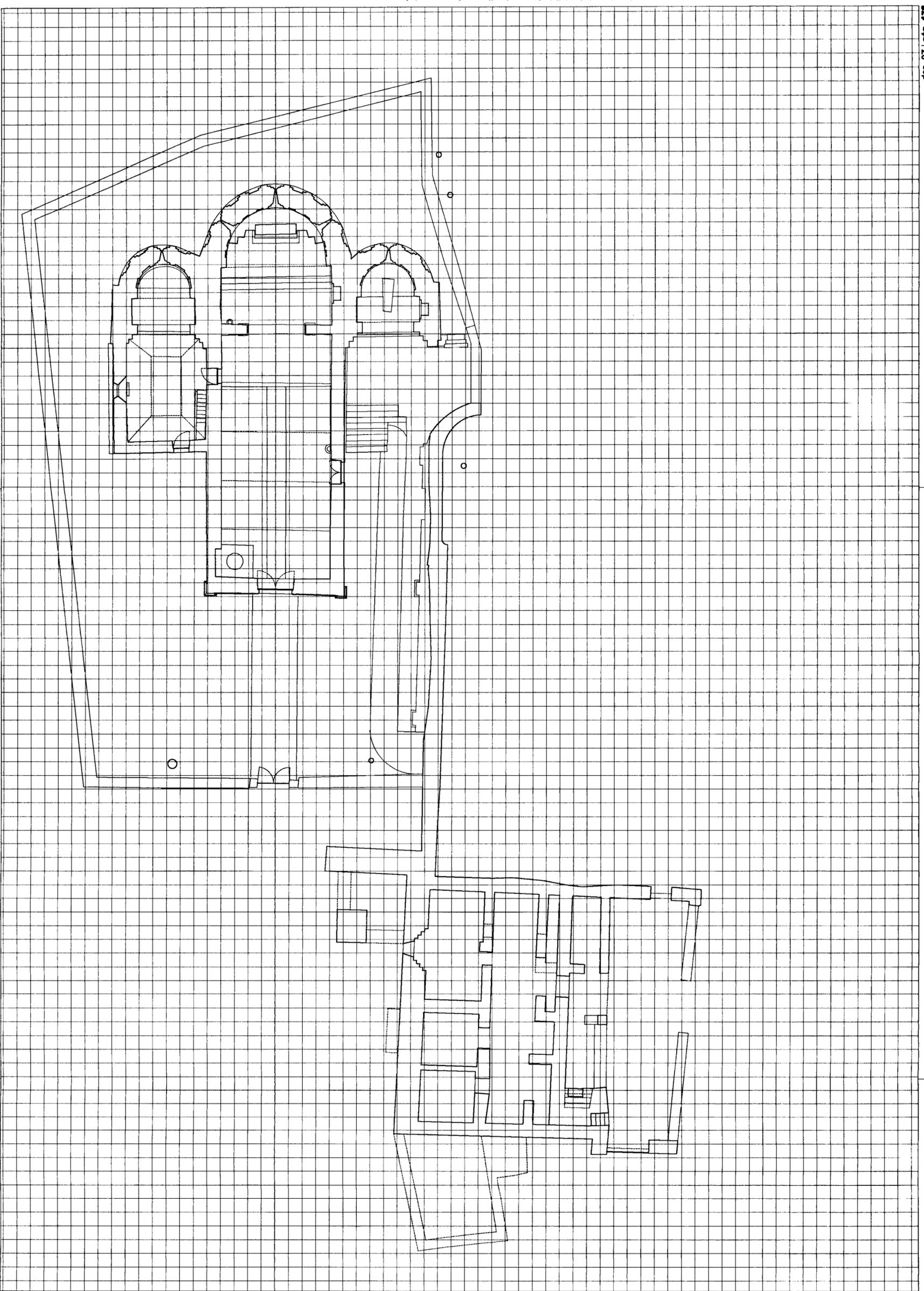
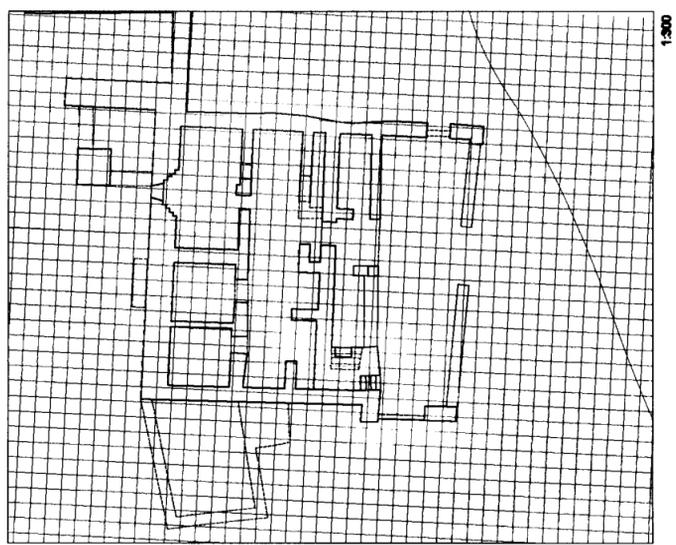
A área de implantação do claustro, tendo em conta o desenho de registo das prospecções geofísicas poderá ser um rectângulo cujas proporções serão correspondentes a 30 a 35 varas (25,077m a 29,2565m) x 40 varas (33,436m).

As dimensões, segundo o levantamento<sup>26</sup> apresentado seriam:

	exterior (m)	interior (m)	observações	n.º de varas castelhan as	vara castelhana (0,8359m)	n.º de varas pé de rei	vara pé de Rei (0,97452m )
<b>geral</b>							
comp.	41,5975	38,6757		50	41,7950	42 1/2	41,4171
larg.	20,3404	18,3898		24	20,0616	21	20,4792
<b>cabeceira</b>							
abside							
comp.	9,0011	7,0285		11	9,1949	9	8,77068
larg.	<b>9,9526</b>	6,8002	(diam. ext.) 4,9565	12 (ext.) 8 (int.)	<b>10,0308</b> 6,6872	10 (ext.) 7 (int.)	9,752 6,82164
alt.	<b>12,1221</b>			14 1/2	<b>12,12055</b>		
absidiolo (Evangelho)							
comp.	<b>5,4029</b>	3,6296		6 1/2	<b>5,4333</b>	5 1/2	5,35986
larg.	5,1166	3,2242	(diam. ext.) 4,9565	6	5,0154	7	6,82164
alt.	8,2206			10	8,359		
absidiolo (Epístola)							
comp.	5,6343	3,5462		6 1/2	5,4333	5 1/2	5,35986
larg.	5,1237	3,2577	(diam. ext.) 3,2262	6	5,0154	7	6,82164
alt.				11	9,1949		
<b>transepto</b>							
comp.				30	25,0770	26	25,33752
larg.				9	7,5231	8	7,79619
alt.				14	11,7026		
<b>nave central</b>							
comp.				39	32,6001	33 1/2	32,64642
larg.				12	10,0308	10	9,7452
alt.				14	11,7026		

<sup>26</sup> Levantamento realizado pelo IPPAR a cargo dos arquitectos Dinis Mano e Susana Gandarela.

<b>naves laterais</b>						
nave lateral (Evangelho)						
comp.			39	32,6001	33 ½	32,64642
larg.		(int.) 5 varas c.	6	5,0154	6 ½	6,33438
alt.			11	11,7026		
nave lateral (Epístola)						
comp.			39	32,6001	33 ½	32,64642
larg.		(int.) 5 varas c.	6	5,0154	6 ½	6,33438
alt.			11	9,1949		
<b>distâncias dos tramos</b>						
		(a eixo)				
tramo 1 (transepto)		6,5201	8	6,6872	8	7,79616
tramo 2		8,0536	9	7,5231	8	7,79616
tramo 3		7,9002	9	7,5231	8	7,79616
tramo 4		8,0222	9	7,5231	8	7,79616
<b>torre cruzeira (?)</b>						
comp.			8	6,6872	10	9,7452
larg.			8	6,6872	8	7,79616
alt.			22	18,3898		
<b>torre</b>						
comp.	5,8330		7	5,8513	6	5,84712
larg.	5,9906		7	5,8513	6	5,84712
alt.	9,1949		31	25,9129		
	<b>exterior</b>	<b>interior</b>	<b>observações</b>	<b>n.º de varas</b>	<b>vara castelhana</b>	<b>vara pé de Rei</b>
	(m)	(m)			(0,8359m)	(0,97452)



Vara Castelhana (0,8359m) | Estudo de proporções da igreja original (hipótese de dimensionamento)

planta de análise

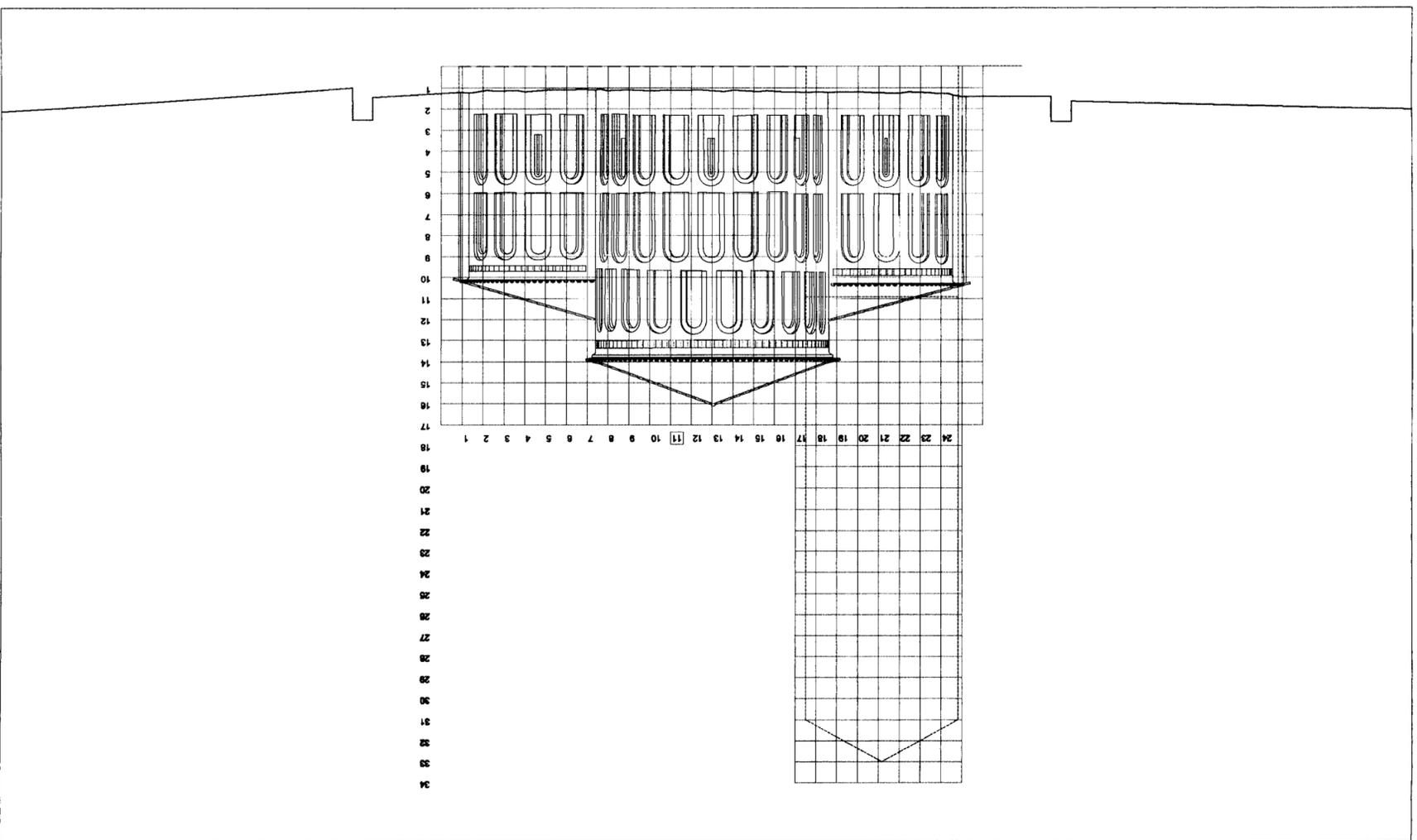
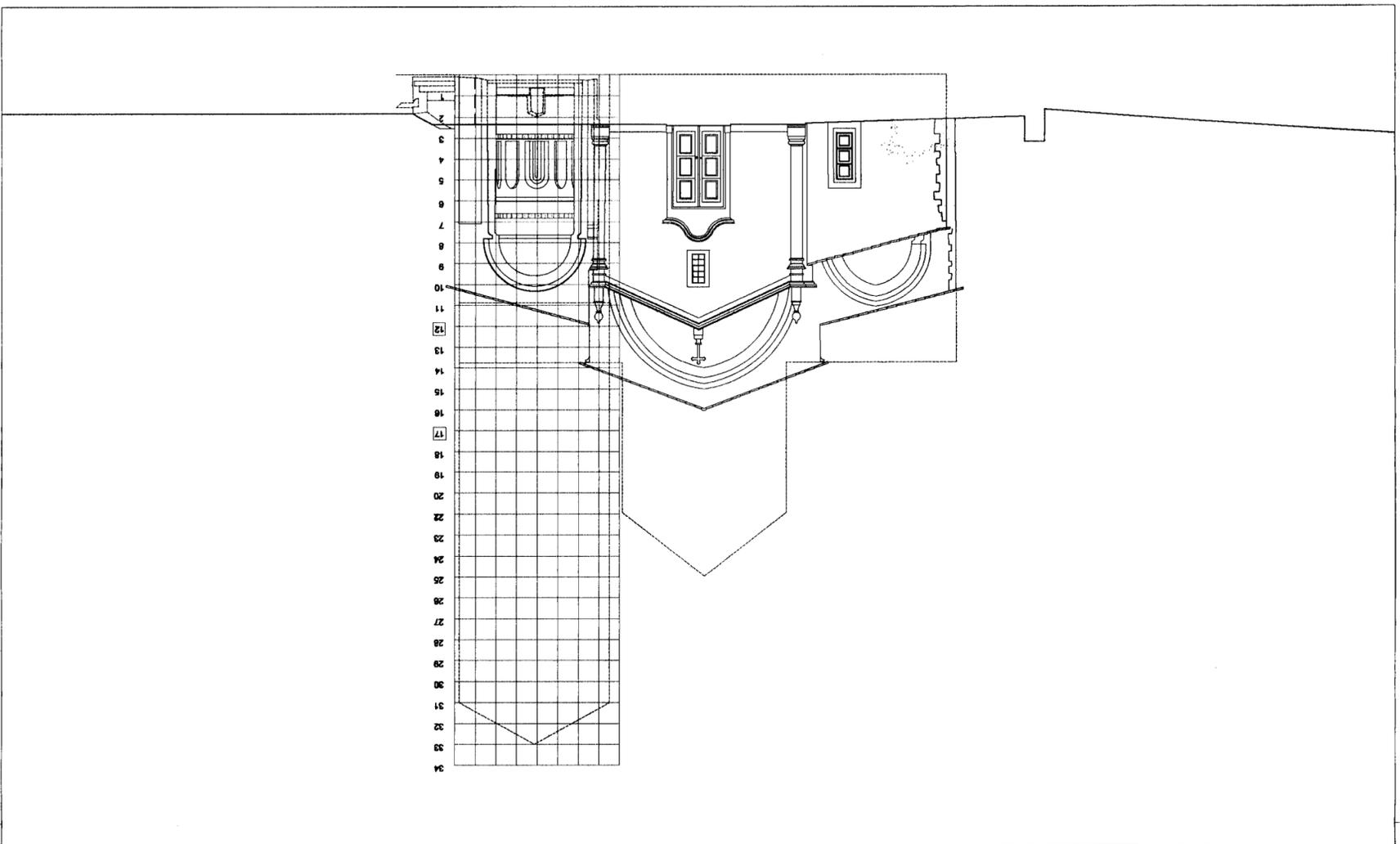
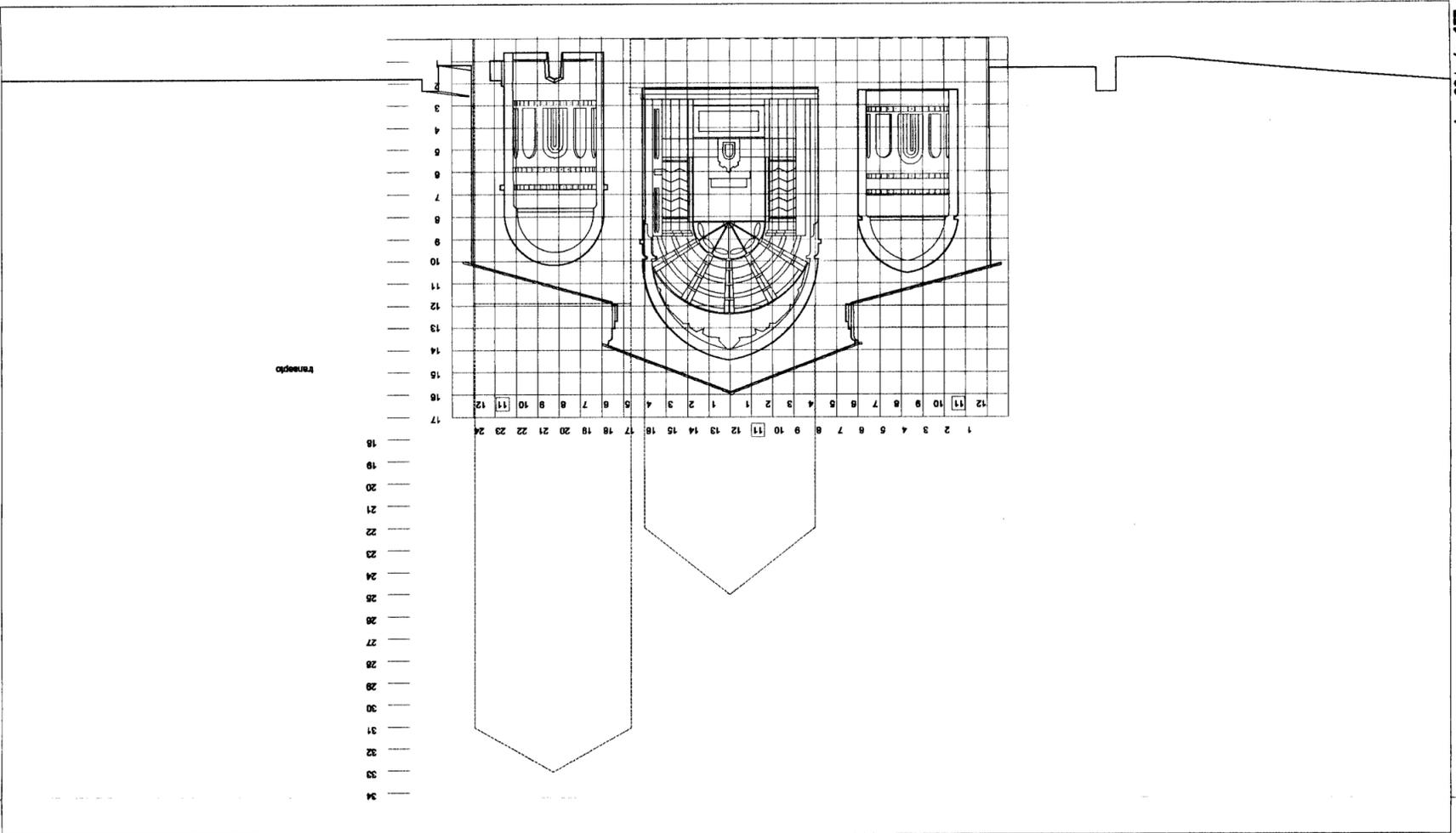
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | curso de mestrado em metodologias de intervenção no património arquitectónico | tese de mestrado | Carla Cunha

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs em Bragança

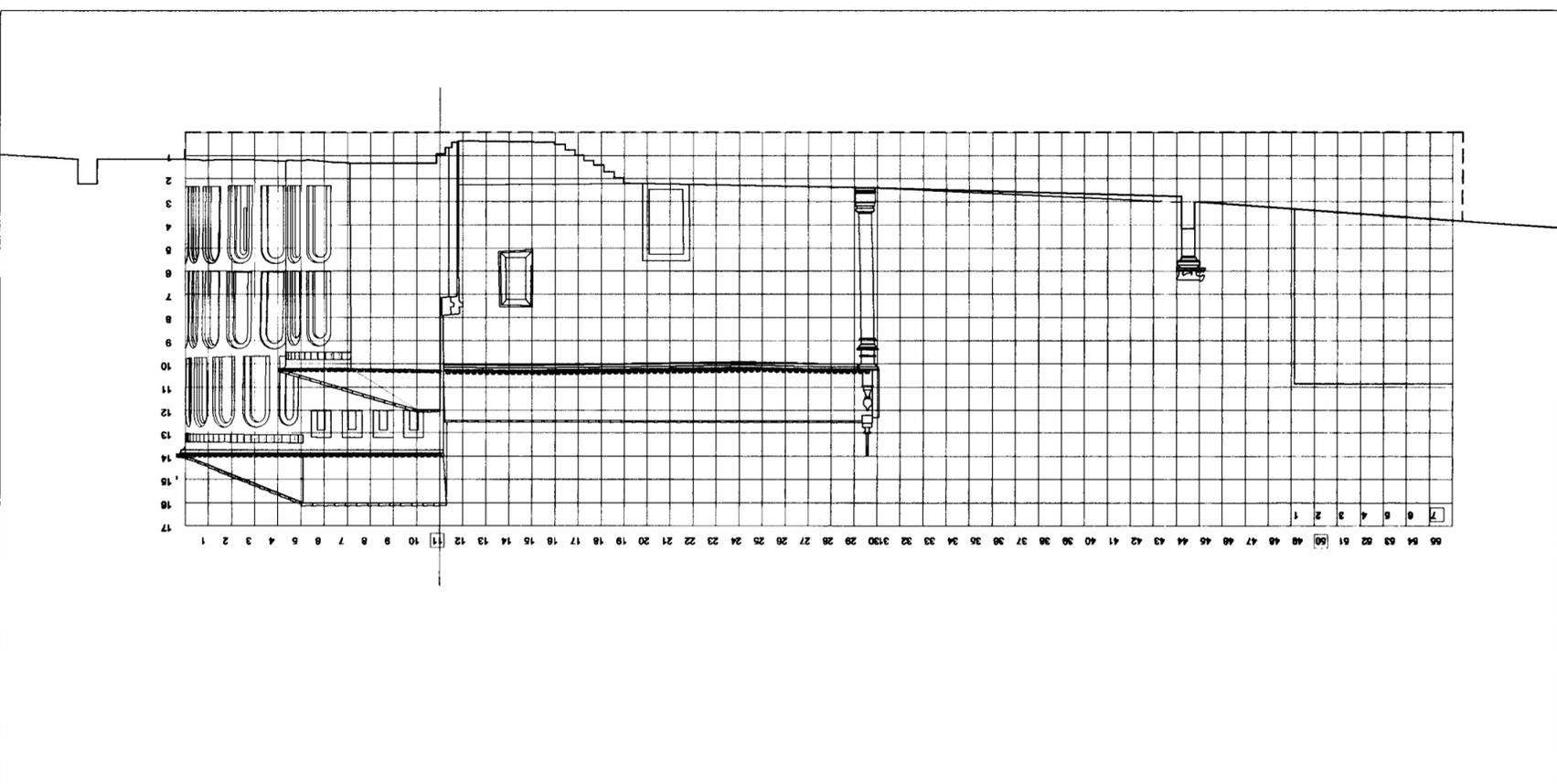
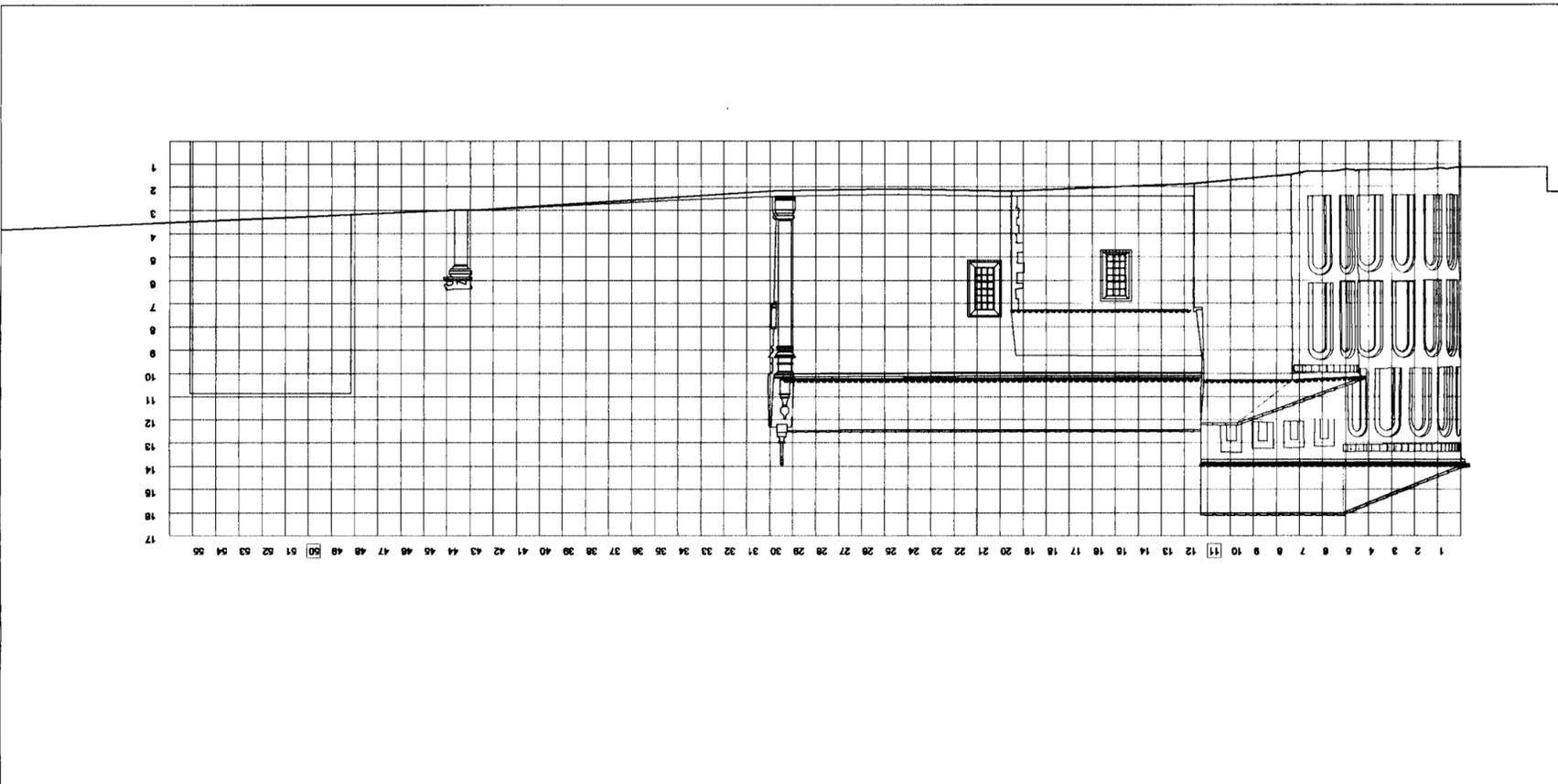
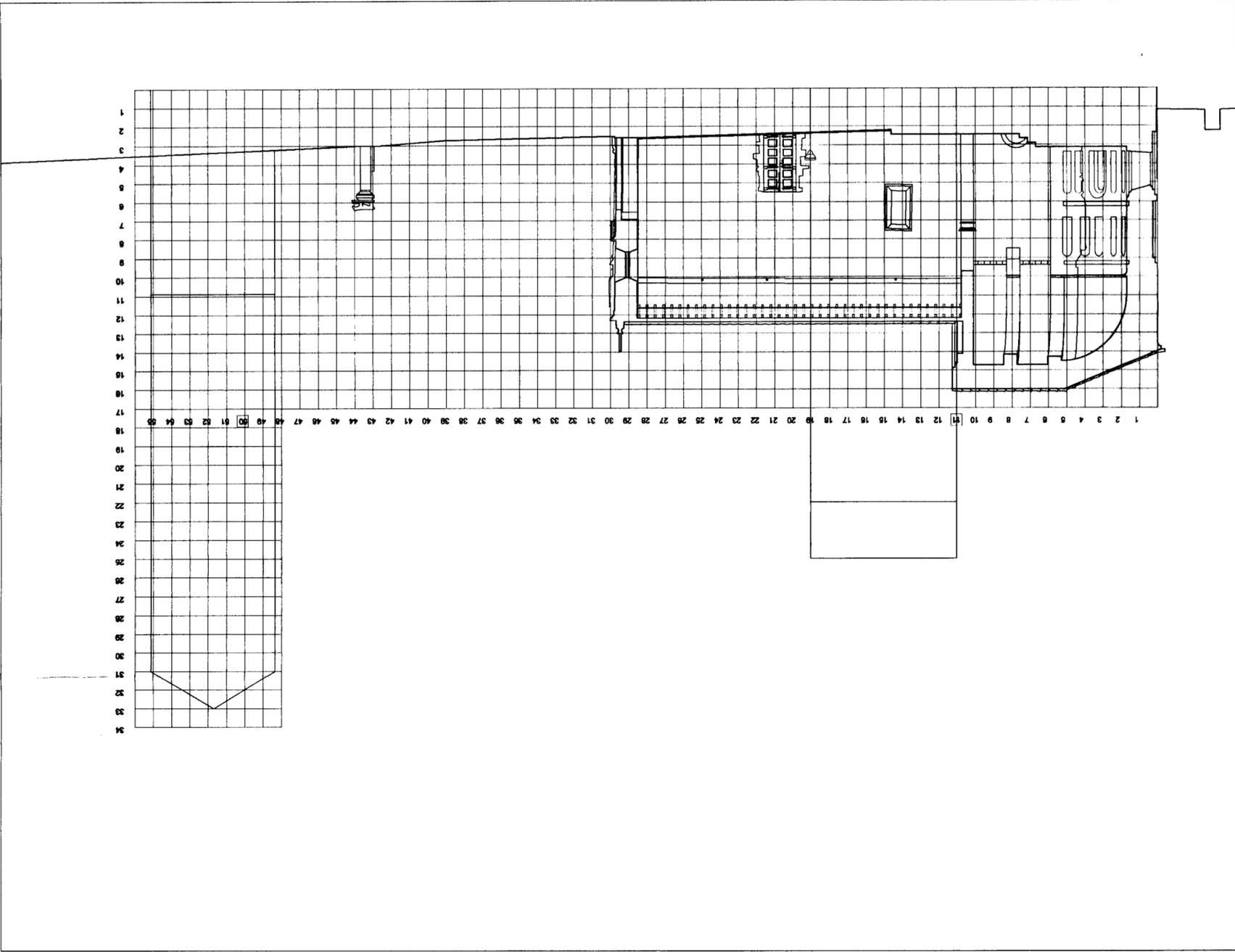
2008 | Escala 1: 200

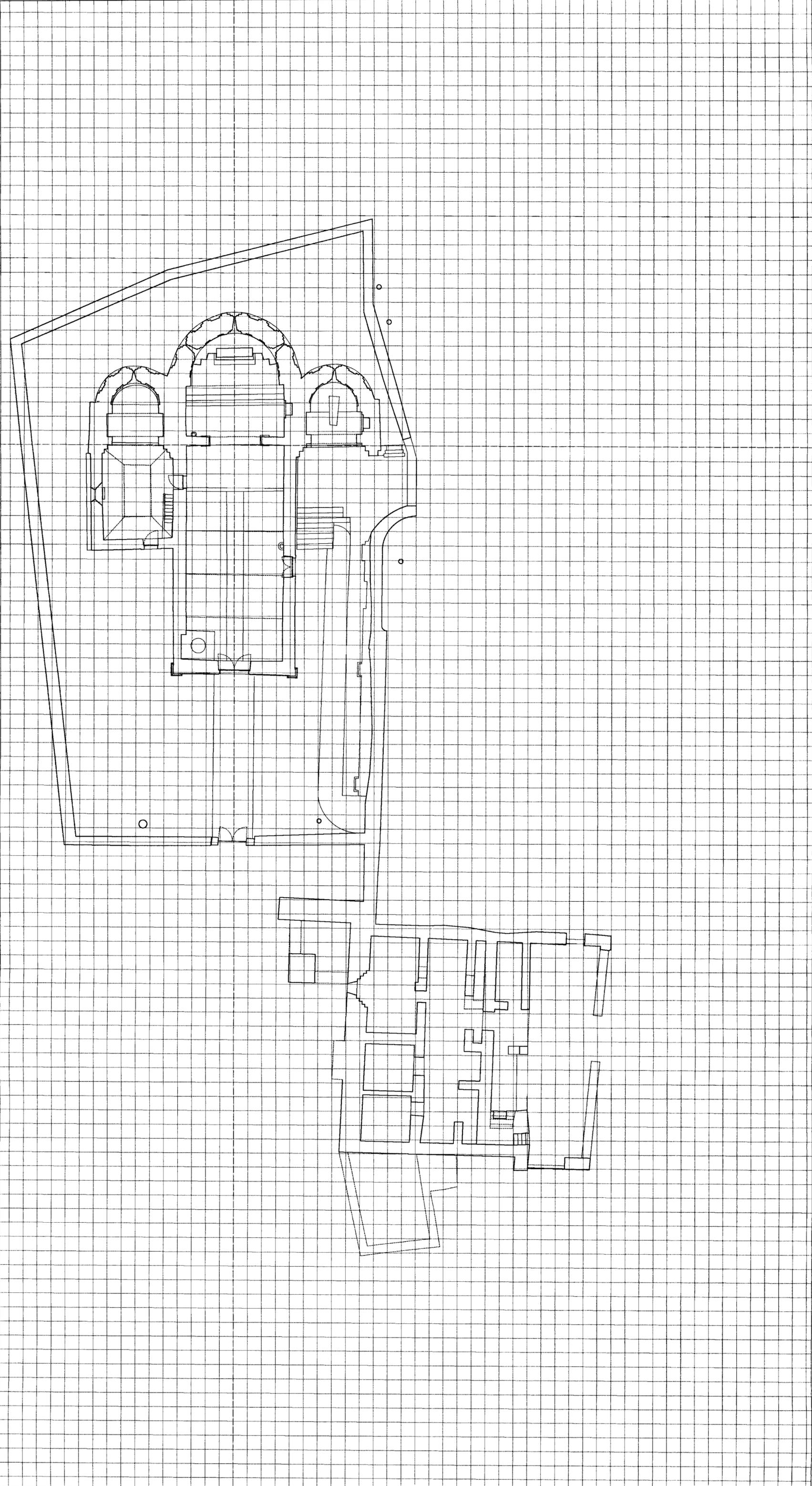


Vara Castelhana (0,8359m) | Estudo de proporções da igreja original (hipótese de dimensionamento)



Vara Castelhana (0,335m) | Estudo de proporções da igreja original (hipótese de dimensionamento)  
alçados e cortes (2)





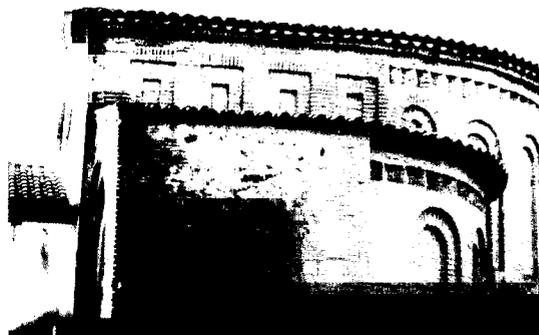
Não será de descartar, que a igreja tenha sido construída segundo uma métrica castelhana, será um indício de que alguma mão-de-obra e o próprio traçado da igreja teve origem mudéjar, confirmando que o modelo não foi, somente, importado e construído pelos monges locais, mas que esteve sob orientação de construtores de origem castelhana. Diversa bibliografia específica referente ao monumento, refere a influência de Sahagún, pela sua importância na rota de Compostela e pela sua proximidade à região, mas outros exemplos não serão de excluir como as áreas de Toro, Arévalo e Cuéllar.

### 6.5 Elementos de referência

A igreja teria para além da presente abside 3 naves a central ligeiramente mais elevada do que as laterais como se pode observar no local. De sublinhar que, quanto ao à cabeceira esta implanta-se sobre um embasamento de alvenaria irregular de xisto. A partir deste ponto, desenvolvem-se 3 ordens (abside central) e 2 ordens (absídiolos) de arcaria dupla cega nas zonas circulares. Estas arcarias são abertas pontualmente dando lugar a frestas. Nos tramos rectos da abside central, as arcarias dão lugar aos *recuados* [es.] (molduras ortogonais).



embasamento em xisto na zona absidal



*recuados* [es.] na zona recta da abside central



dentes de serra

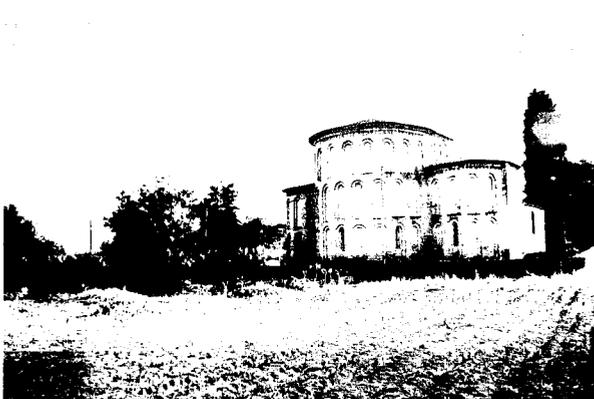


friso *nacelado* [es.] - cornija

Nos tramos rectos dos absidiolos encontramos um *aparelho toledano* reforçado nos ângulos com alvenaria de tijolo.

O topo é rematado por um friso em dentes de serra (nas zonas circulares), seguido por um nível de tijolos em *nacela* [es.] para execução da cornija.

De referir que, comparando o trabalho de albanil nesta cabeceira com os exemplos de Castela, todo o conjunto, pelo exterior, é mais depurado e todo o efeito ornamental que possa advir do uso do tijolo é muito simplificado comparativamente a outros exemplos em Castela que se revelam com uma expressão mais plástica e com mais pormenores de desenho. Pelo interior, embora nos exemplos visitados tenha sido difícil o acesso a essas construções pelo interior, imagens recolhidas na bibliografia demonstram que o interior de Castro de Avelãs aproxima-se mais desses exemplares, pelo cuidado do detalhe e o uso do positivo-negativo, em função da luz / sombra.



cabeceira



absidiolo sul e abside central

Quanto ao transepto, terá sentido propor a sua existência, quer pelo traçado geométrico realizado a partir dos elementos gráficos, quer por vestígios de alinhamentos no local. Nos casos estudados do românico-mudéjar castelhano o transepto era importante nas igrejas de cabeceira tripla, no entanto em muitos casos assumia-se como um falso transepto. Santo Tirso, em Sahagún, o transepto destaca-se do volume das naves e a torre no cruzeiro reforça a intercepção entre os dois eixos mais relevantes: a nave central e o transepto. Em relação a São Salvador de Castro Avelãs, também se pode avançar com a hipótese da existência de uma torre cruzeira, mas claro não existem vestígios no lugar que dêem indicações firmes, mas dada a importância do mosteiro faria todo o sentido que a igreja correspondesse aos cânones estabelecidos para a construção de uma igreja. Para além do exemplo emblemático já citado

de Santo Tirso, há que referir San Lorenzo, também em Sahagún, cujas proporções da torre cruzeira e sua construção em sucessivas ordens com vãos em arcaria conferem uma monumentalidade ao conjunto.

Existem alguns exemplos em que a torre se transforma em zimbório, forma de iluminar esta parte da igreja de grande importância simbólica, veja-se é o caso de *San Salvador de los Cavalleros* em Toro, da *Lugareja* em Arévalo.

Nas igrejas românicas o transepto era um elemento essencial à organização do espaço litúrgico, sendo em consequência evidenciado planimetricamente e volumetricamente, na Sé de Lisboa e na Sé de Coimbra isso é evidente, assim como a existência da torre cruzeira.

Em Castro de Avelãs fica a dúvida se seria assumido ou não volumetricamente, mas se em planta fosse saliente em relação às fachadas, então seria provável que o fosse também em altura.

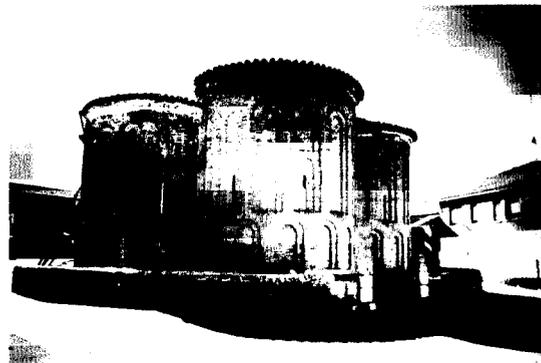
Era de prever o acesso ao claustro a partir do transepto. Na parede existente, na zona correspondente ao tramo imediato ao do (imediatamente ao transepto), encontram-se os arranques que poderão ter pertencido a um pórtico. É também de referir que a grande parte das igrejas visitadas apresentavam dois pórticos laterais (norte e sul), mas muitas vezes o programa da igreja era a de uma igreja paroquial.

Os alçados laterais eram construídos em *aparelho toledano*, podendo-se verificar vestígios na parede que liga o absidiolo sul ao que resta da torre. Quanto ao seu desenvolvimento superior não existem elementos que possam contribuir para uma única reconstituição, existindo várias soluções tendo em conta os casos analisados (ver imagens p.184-185).

O alçado poente tinha associado a torre, deveria ser uma fachada robusta idêntica às de *Santa María* de Villalpando e de *San Andrés* em Cuéllar. Persistem dúvidas quanto ao material utilizado, se seria em silharia ou se foi utilizado o aparelho toledano. A sua configuração poderia ser como a de *San Martín* de Cuéllar, afirmando a existência de três naves.



Santa Maria de villalpando, fachada poente e sul

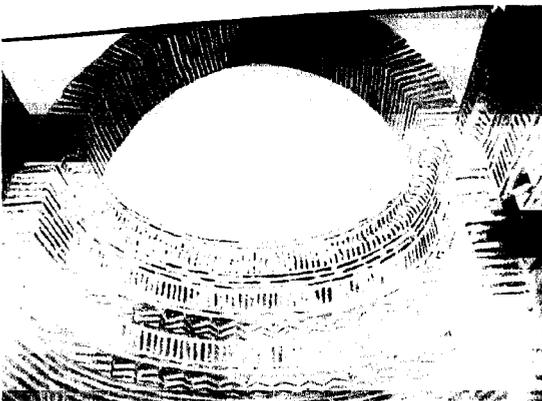


Santa Maria de villalpando, fachada nascente

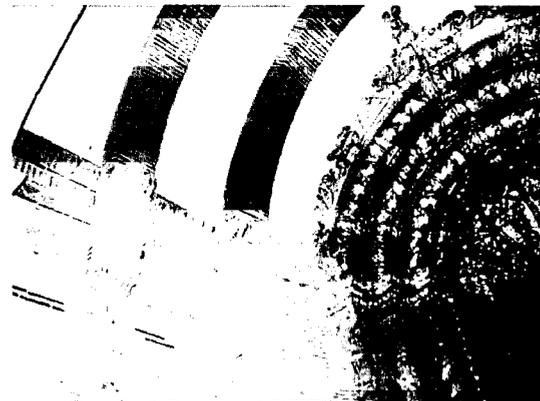
A torre é construída em silharia de granito e de xisto. A cota de arranque da torre deveria coincidir com a cota do interior da igreja, ou seja, muito mais baixo do que aquela que

encontramos no local, actualmente. O material da torre poderia ser toda em silharia mista (granito-xisto) como silharia até um certo nível e depois em alvenaria de tijolo, como a torre de *San Martín* em Ávila. No interior apresenta uma abóbada de cruzaria em tijolo que deverá ser contemporânea da fase inicial de construção, embora existam algumas incongruências, pela presença de alguns vestígios no local como uma imposta ao nível do pavimento junto ao pórtico (entaipado) da casa paroquial que marcaria o início de um outro arco que não poderia coexistir com o que encontramos, actualmente, no local. Estas dúvidas só poderão ser confirmadas através de investigação arqueológica no local, de modo a aclarar cotas e outras elementos que contribuam para uma leitura mais rigorosa.

No interior, como já foi dito, o trabalho da alvenaria de tijolo recorreu a um léxico de elementos construtivos, revelando-se bastante rico em termos de efeitos ornamentais, pois são elaborados uma série de frisos com dentes de serra, rematando com tijolos em *nacela* [es.]. Encontramos a alvenaria de tijolo e novamente o *aparelho toledano*. As absides são cobertas com abóbadas de quarto de esfera na zona circular e com abóbadas de berço de arco quebrado na área recta.



absidiolo do lado norte (Evangelho)

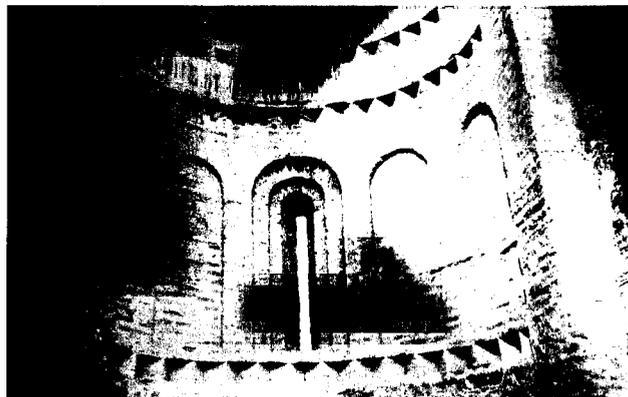


abside central

Os absidiolos deveriam comunicar entre si, pois no lado sul da abside encontramos vestígios de um vão que serviria provavelmente de comunicação entre o absidiolo sul (Epístola), como também se verifica em Santo Tirso em Sahagún.



absidiolo do lado norte (Epístola)



abside central (Epístola)

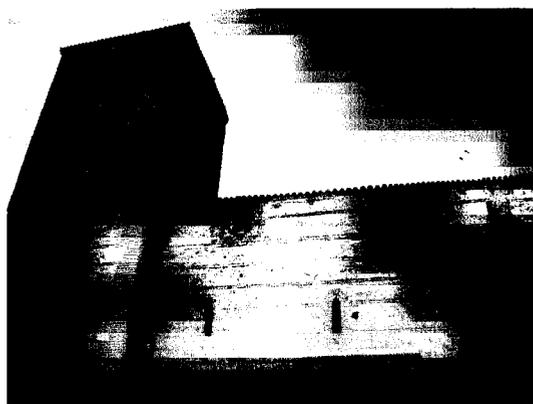
Quanto às naves estas seriam separadas provavelmente através de arcos quebrados. Teriam coberturas em madeira; na nave central de duas águas e nas naves laterais de uma água. Como a igreja seria bastante importante também não será de rejeitar o tratamento dos tectos das coberturas com tectos em lançaria, mas é apenas uma hipótese a julgar pelas igrejas castelhanas. Os pavimentos poderiam ser em baldosa, à semelhança daquele que se encontra no absidiolo sul.

Em seguida, apresentam-se imagens de algumas igrejas castelhanas, tendo sido agrupadas por fachadas e por torres. Quanto à zona absidal remete-se para uma consulta no caderno anexo contendo fichas de casos de estudo. Os casos apresentados seguidamente pretendem contribuir para uma ideia de como poderia ter sido a igreja de Castro de Avelãs, usando exemplos concretos.

#### alçados



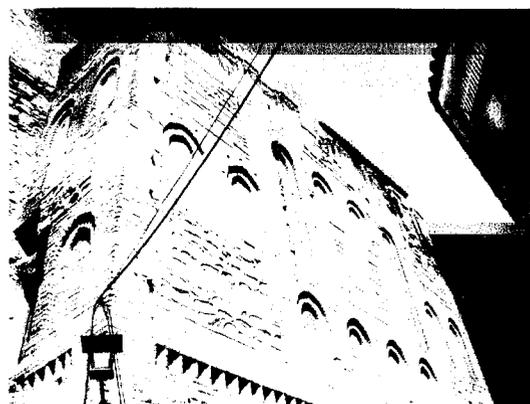
Peñarandilla, Castilla y León  
alçado sul



San Miguel Arcángel, Arévalo, Castilla y León  
alçado sul

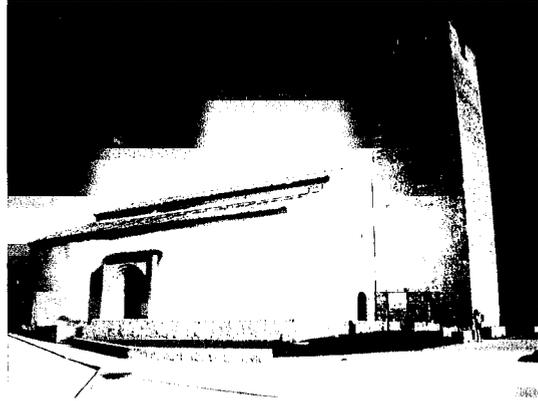


San Miguel Arcángel, Aldea de San Miguel, Castilla y León  
alçado sul

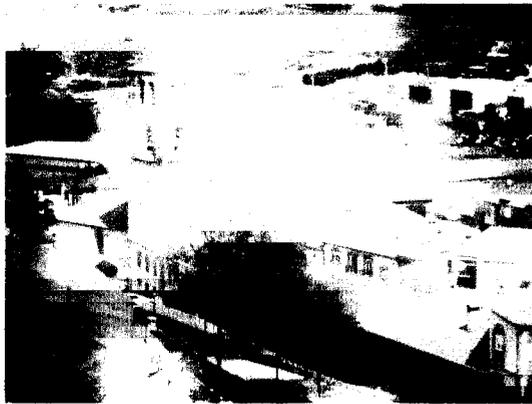


San Miguel Arcángel, Aldea de San Miguel, Castilla y León  
alçado poente

torres



torre e pórtico



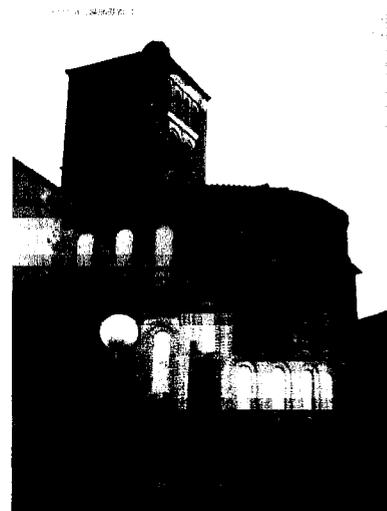
San Martín, Arévalo, Castilla y León  
igreja e torre



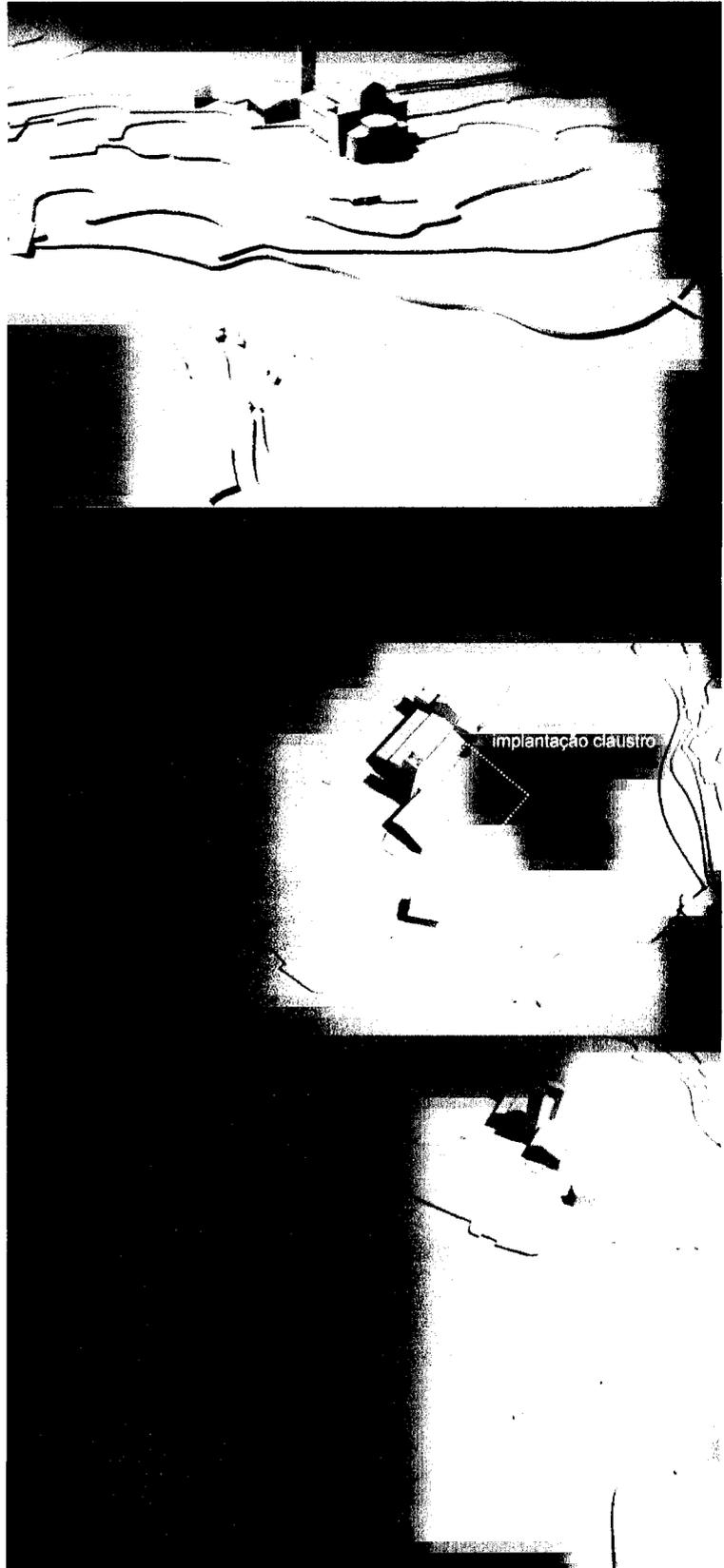
San Baudelio, Samboal, Castilla y León  
alçado poente e torre



San Martín, Arévalo, Castilla y León  
Torre Ajedreces e Torre Nueva



San Baudelio, Samboal, Castilla y León  
abside e torre cruzeira



São Salvador de Castro de Avelãs em Bragança | hipótese de volumetria da igreja do mosteiro

É importante deixar uma nota final relativamente às acções da DGEMN que se constituíram em três fases:

#### 1.ª fase

DGEMN Porto (1933-1936), (1942-1948), (1964)

Baltazar de Castro e Rogério de Azevedo, arquitectos (DGEMN); Pedro Vitorino, arqueólogo (acompanha a primeira intervenção)

Nesta fase é reconstruído o absidiolo sul que se encontrava em ruínas. e retirados os rebocos da cabeceira.

É reposta a cota inicial do absidiolo, bem como do arranque da parede original sul, em virtude das escavações arqueológicas realizadas.

#### 2.ª fase

DGEMN (1971-1975)

Alberto da Silva Bessa e José Marques (DGEMN), arquitectos

Trabalhos profundos de reparação na cobertura e substituição de tijolos na zona absidal.

Embora não haja um registo específico, pensa-se que nessa altura, para se compor a parede da sacristia foram feitos movimentos de terra, tendo sido descobertas as fundações da parede original lateral norte.

#### 3.ª fase

DGEMN Porto (1984-1988) - conservação de coberturas, portas, rebocos, pavimentos e torre, instalação eléctrica, arranjos exteriores

Trabalhos e manutenção essencialmente ao nível das coberturas.

Na secção dos anexos, são apresentados os resumos dos trabalhos mais em detalhe.

## 6.6 Elementos gráficos

Para a elaboração do presente estudo, a mestranda elaborou um levantamento que resultou dos elementos gráficos recolhidos no Arquivo da DGEMN e de levantamentos pontuais, no sentido de esclarecer dúvidas e confirmar dimensões no local. Não se trata de um levantamento científico, mas dentro da investigação realizada foi o possível levantamento, que no entanto nunca deixou de ter por base o rigor em função dos métodos e instrumentos utilizados. No decorrer deste trabalho, o IPPAR concluiu um levantamento, mais completo

recorrendo aos levantamentos topográfico e fotogramétrico, resultando daí peças de representação do imóvel com mais rigor. Assim sendo, para o estudo do dimensionamento, foi utilizado esse levantamento, por se revelar mais rigoroso, e proporcionando uma base mais fidedigna.

A planta topográfica corresponde a um levantamento a cargo do IPPAR. Todos os restantes elementos são da responsabilidade da mestranda.

Os elementos gráficos correspondentes ao levantamento elaborados pela mestranda e a planta topográfica são apresentados na secção dos anexos.

Valorização de um exemplar de exceção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

## **7. conclusões**

## 7. conclusões

Castro de Avelãs encontra-se numa área onde se cruzam diversas referências históricas, tendo sido certamente uma área povoada pelo homem, desde a pré-história. As marcas arqueológicas são evidentes, ainda que pouco estudadas, revelam a permanência humana ao longo dos tempos. O achado de vestígios e alguns artefactos arqueológicos consideram esta área como fazendo parte do domínio do povo *Zoela* e posteriormente do domínio romano. Não será pois, de ignorar que este território tenha sido sempre um ponto importante para os diferentes domínios políticos e sociais e conseqüentemente a fundação de um mosteiro beneditino neste lugar, confirma a continuidade da permanência do homem na paisagem Brigantina.

A aldeia de Castro de Avelãs é conhecida porque nela existe uma igreja cuja cabeceira românica é mudéjar. A igreja foi classificada como Monumento Nacional em 16 de Junho de 1910<sup>1</sup>. Do ponto de vista da História de Arte e da Arquitectura, todos os autores analisados afirmaram ser a única construção medieval deste tipo na área de Bragança. Outras edificações coevas, na mesma área, poderão ter sido mudéjares e os exemplos avançados neste estudo pretendem dar uma visão mais ampla quanto ao universo da existência de construções mudéjares nesta região. O mudéjar português teve o seu expoente nas construções da época de D. Manuel I devido ao fascínio que este monarca revelava pelos palácios sevillanos a andaluzes e é qualificado por Chueca Goitia como o segundo mudéjar ou mudejarismo. Mas não nos devemos esquecer que, já no período medieval, por razões históricas, o contacto extravasava as fronteiras entre os dois reinos e esta zona do Nordeste de Portugal estava intimamente ligada à cultura da meseta castelhana. Não será de estranhar que essas relações influenciassem culturalmente ambas as regiões e a arquitectura afirmava essa osmose.

O surgimento de um mosteiro beneditino em Castro de Avelãs no séc. XI deve-se à política territorial inerente ao período de pós Reconquista desta zona. Embora, não seja conclusivo é provável que este cenóbio tenha dado continuidade a uma outra estrutura religiosa, como aconteceu com outros mosteiros na época. A ordem de São Bento propagava-se pela Europa,

<sup>1</sup> Classificação publicada em Diário do Governo n.º136 de 23 de Junho de 1910.

fundando mosteiros de raiz ou instalando-se em estruturas já existentes, adaptando-as ao modo de vida imposto pela regra beneditina.

Um mosteiro é protagonista das lutas entre o poder religioso e o poder temporal, umas vezes jogando a favor do adversário, outras tomando posições menos claras e aliando-se ao poder real, mas sempre em seu próprio benefício e, São Salvador de Castro de Avelãs não foge a este padrão.

Ao mesmo tempo, sendo um das funções de um mosteiro o controlo (pela religião, pela educação e pelo domínio da propriedade) das populações, a história de Bragança é profundamente assinalada por esta estrutura religiosa. A paisagem envolvente foi profundamente marcada pelas acções do mosteiro, pois este dependia das terras cultivadas e das terras incultas e das relações de propriedade que estabelecia com o território e com as populações. Ao analisar as cartas militares da área da Bragança, pode-se encontrar topónimos como *Couto*, *Tapada da Veiga*, *Cruz Alta* que poderão estar relacionados com domínio patrimonial do mosteiro. Paralelamente, na envolvente mais próxima, dentro da área pertencente provavelmente à cerca do mosteiro encontra-se a *Cortinha da Guarda* e a *Cortinha da Fonte*. A cortinha era uma das tipologias de divisão de propriedade rural na época de domínio do mosteiro.

Sobre a cerca do mosteiro, avança-se um traçado com base numa análise cartográfica e territorial, tendo sido essa hipótese confrontada *in loco*. Também se recorreu aos exemplos de cercas de mosteiros conhecidas e identificadas, como a cerca de Pombeiro e de Tibães. Para a definição dos limites, concretamente da cerca de São Salvador de Castro de Avelãs, foram consideradas as duas vias mais importantes, as levadas de água, os alinhamentos de divisão de propriedade e a topografia do lugar, factores que à semelhança dos exemplos citados são preponderantes na definição da cerca. Sendo uma proposta de traçado, é de referir que permanecem algumas dúvidas quanto ao seu desenho, sobretudo na área de fronteira com a aldeia.

Outro ponto importante a ter em consideração na implantação dos mosteiros prende-se com a proximidade das linhas de água e o manifesto conhecimento em canalizar a água para dentro do complexo monástico. Dessa prática, o único testemunho evidente no lugar é a proximidade da ribeira de Fervença e a herança de algumas levadas naturalmente aproveitadas para a irrigação dos espaços agrícolas actuais.

O núcleo da aldeia com a sua forma ovalada, típica das aglomerações medievais desenvolve-se em torno de uma via. Não é conclusiva a sua origem, mas não se será de eliminar o facto de o seu aparecimento ser coevo à fundação do mosteiro.

O património do mosteiro traduzia-se num vasto número de propriedades que definiam um couto. No caso concreto do mosteiro de São Salvador, esse património era bastante extenso e a

definição de um possível traçado dos limites do couto com base na tese de Ana Afonso pode fornecer pistas para a valorização de um território rural dominado por uma série de aldeias, que estiveram relacionados com o cenóbio, pois continham propriedades pertencentes ao seu couto. Na actualidade, o estudo dessas aldeias pode ser um factor de bastante interesse, pois poderá conduzir a uma leitura mais clara de um território com um valor histórico importante, reabilitando e reformulando a compreensão de costumes locais e das relações estabelecidas entre aldeias.

Quando falámos de arquitectura vernacular, arquitectura popular e arquitectura tradicional, pensamos encontrar-nos num universo muito idêntico, mas segundo Paul Olivier existem diferenças quando se abordam estas três noções:

- arquitectura vernacular são todas as construções realizadas pelo povo e para o povo;
- arquitectura popular são todas as construções realizadas para povo como por exemplo as construções nos subúrbios das cidades habitação social, etc.;
- arquitectura tradicional é toda a arquitectura que transmite uma saber secular, ao nível das técnicas de construção, podendo ser vernacular ou erudita.

Dentro desta contextualização, o conjunto de aldeias vizinhas a Castro de Avelãs, oferecem matéria de estudo, do ponto de vista da arquitectura vernacular e tradicional que deve ser considerada no âmbito da conservação do património construído e paisagístico, sendo fundamental a criação de instrumentos de estudo e de protecção desse território. Os universos da arquitectura vernacular e da arquitectura tradicional, neste território, encontram-se em risco, motivados pelo envelhecimento das populações, pelo abandono das casas mais antigas e pela transformação dos costumes que a sociedade rural portuguesa sofreu nestas últimas décadas, conduzindo inevitavelmente nestas zonas ao desprezo das estruturas que se enquadram nas duas categorias de arquitectura.

A proximidade de Castro de Avelãs em relação à cidade de Bragança, pode ser uma preocupação, a revisão do PDM que se encontra em fase de estudo prevê e delimita esta zona como uma área potencial de expansão de Bragança, confirmando as construções e as urbanizações que se vêm efectuando neste braço de ligação entre os dois pólos. O envelhecimento da aldeia e a proximidade a Bragança são dois factores que poderão indicar uma rápida transformação da área, sem qualquer controlo urbanístico e qualidade de intervenção à semelhança do que está a acontecer em outras aldeias que se encontram a distâncias idênticas de Bragança como por exemplo a Samil, localizada mais a Sul.

A Zona Especial de Protecção (ZEP) estudada pelo IPPAR, encontra-se em fase de aprovação. Analisando os limites dessa área verifica-se que existem duas zonas distintas: a zona especial de protecção, propriamente dita, e a zona *non aedificandi*.

A zona *non aedificanti* localiza-se numa faixa no interior da ZEP e corresponde a uma veiga que liga à Tapada da Veiga junto da Ponte da Ariães e onde corre a Ribeira de Fervença ou de Castro. É provável que nesta área se encontrassem a cerca e mosteiro, sendo oportuno salvaguardar esta área de construção.

Relativamente à zona de protecção, considera-se que esta poderia ser mais alargada, percebendo-se do desenho que existe já uma área comprometida, fruto da revisão do PDM, em curso, que prevê alargar a área de expansão até à aldeia. O traçado do IP4 comprometeu claramente a protecção do imóvel. Por outro lado a zona conhecida como Torre Velha onde se implanta um provável castro ligado à etnia Zoela encontra-se fora da ZEP, não existindo nenhum tipo de protecção a esta área.

Dentro do contexto actual, seria importante evitar a construção, na envolvente mais próxima do imóvel e motivar a recuperação da aldeia, imprimindo a esta acção um cunho pedagógico, servindo de exemplo para as aldeias envolventes, mantendo a característica principal dos aglomerado rurais desta área que consiste na concentração num núcleo de construções rodeadas de terrenos agrícolas e matas.

Ainda, quanto à classificação da igreja como Monumento Nacional, esta corresponde à aplicação dos critérios estabelecidos com a monarquia constitucional e o liberalismo que destacam o valor nacional de edifícios antigos ou monumentos de certa grandeza pelo seu valor histórico, arqueológico ou artístico. A importância histórica da igreja de Castro de Avelãs e a sua singularidade enquanto exemplar único de mudéjar em Portugal, valeram a sua classificação que evidenciou o construído, deixando de lado a área do mosteiro. Nesta fase de estudo e de acções de valorização do imóvel, seria pertinente pensar numa revisão de classificação de Monumento Nacional, estendendo-a à área do mosteiro. Essa classificação deverá ser entendida como a individualização de um conjunto, não querendo retirar a importância à igreja, enquanto testemunho da passagem do tempo, a área de implantação do mosteiro deve ser considerada igualmente como parte integrante dessa classificação.

Durante a Idade Média, na Península Ibérica, coexistiram cristãos, árabes e judeus e a região de Trás-os-Montes não fugiu a esta regra. É importante salientar que essa coexistência, não se traduziu numa convivência saudável, mas sim foi fruto de uma necessidade, se não vejamos:

Alguns documentos apontam para o relacionamento dos abades do mosteiro com a comunidade judaica, conhecida pelas suas bem sucedidas relações comerciais, sendo responsáveis pela ponte comercial entre Castela e Portugal. Sabe-se que esta comunidade da região de Bragança dominava a prática de produção e comércio de vinho, facto que não passou despercebido aos abades do mosteiro que eram responsáveis por uma produção considerável de vinho, revelando-se uma fonte muito importante para os rendimentos do mosteiro.

Quanto aos árabes, a absida da igreja é o testemunho vivo desse relacionamento e embora no período de existência do mosteiro o território fosse já de domínio cristão, permaneciam na região árabes que para subsistirem viam-se obrigados a adquirir o estatuto de mudéjares.

Este era um período de peregrinações e transumâncias e, os gostos e saberes transmitiam-se através destes dois *veículos*, como explica Reynaldo dos Santos (1880-1970) quando afirma que as igrejas de Sahagún foram construídas e *decoradas ao estilo oriental e em tejo* por albaniles de Toledo.

Os cristãos dominavam politicamente e administrativamente a Península Ibérica, mas o saber árabe triunfava ainda, nas brilhantes construções mudéjares que surgiam nas áreas anteriormente ocupadas pelos muçulmanos revelando-se criações que fascinavam e serviam a cultura cristã. Uma das virtudes da cultura islâmica, demonstrada ao longo da sua história foi a da permanência de tradições e de saberes, nessa perspectiva a cultura mudéjar é responsável pela persistência desses valores culturais árabes na Península Ibérica, assim como a cultura *sicula* na Sicília Normanda. No campo da Arquitectura, ambas foram capazes de utilizar e adaptar métodos tradicionais árabes, construindo edifícios que correspondiam a programas de índole cristã, mas dando continuidade a uma tradição construtiva, um léxico e uma estética claramente islâmica. A cultura cristã e a cultura árabe não serão assim tão diferentes, no que toca a partilharem universos simbólicos, as mesquitas que foram adaptadas para igrejas e as igrejas construídas com sistemas e técnicas islâmicos são o testemunho evidente desse profundo diálogo de continuidade e fascínio.

Neste período, a cultura do mundo cristão era o espelho de uma sociedade europeia fragmentada e com muitas fragilidades, sendo uma cultura directamente herdeira do império romano em dissolução revelava-se como a tradução da falta de continuidade de um saber mais erudito e científico que predominou na cultura clássica. Um dos instrumentos fundamentais para *ressuscitar* essa cultura foi a influência e o interesse pela cultura islâmica por parte de sábios cristãos. A Escola de Tradutores de Toledo nos inícios do séc. XII é um dos exemplos ilustrativos da tentativa de recuperar um saber perdido e é resultado do fascínio do mundo cristão pelo mundo islâmico, o primeiro soube reconhecer no segundo uma sólida fonte de conhecimento e de formação. A bacia mediterrânica foi um dos braços do território da conquista islâmica, sendo a Península Ibérica o extremo desse império, também outros territórios depois de reconquistados para o poder cristão ficaram fascinados pela cultura islâmica nas suas diversas vertentes. O exemplo da Sicília onde se verificou um cruzamento entre as culturas bizantina, árabe e normanda (dando origem à denominação da arte siculo-normanda) demonstrando uma inteligente simbiose cujo resultado final celebra a tolerância, o gosto pelo belo e pelo simbólico, pondo ao serviço da filosofia cristã todo um repertório artístico muçulmano dominado por um saber ancestral quer do ponto de vista

cultural, quer do ponto de vista artesanal. Agora, em concreto e em relação à arquitectura e à construção, pode-se, pois estabelecer um paralelismo entre a arte siculo-normanda e o arte mudéjar que dando continuidade a saberes ancestrais e fundamentados estabeleceram-se como a renovação e ao utilizar um vocabulário existente deram resposta a programas de uma outra cultura; a cristã, surgindo assim algo completamente novo.

Os exemplos que se destacaram, neste trabalho, de construções notáveis coevas do objecto de estudo, auxiliaram a contextualizá-lo no que toca à História da Arquitectura. As Sés de Coimbra e Lisboa, o mosteiro de Alcobaça, os mosteiros românicos da Galiza, a Ermida de Santa Catarina em Monsaraz e os Mosteiros de Moreruela e de San Martin de Castañeda, traçaram um panorama quanto às opções arquitectónicas, contribuindo para uma fundamentação mais sólida relativamente à configuração da igreja e do mosteiro.

O mudéjar desenvolveu-se em quatro grandes focos no território espanhol. Os focos castelhano, toledano e sevilhano confinam com a fronteira de Portugal. Como Chueca Goitia afirmava no seu texto introdutório do catálogo da exposição que documentava fotograficamente o mudéjar, patente na Fundação Gulbenkian, em 1962 era pretensioso acreditar que o mudéjar português se encerrasse no mudejarismo da época de D. Manuel, além do mais fazia notar que algumas igrejas e capelas no Sul de Portugal tinham uma influência do mudéjar sevilhano, evidenciando a necessidade de um estudo detalhado desses exemplos, já que *as fronteiras políticas pouco valem neste caso, mormente quando se trata de uma arquitectura popular e vinculada às condições naturais do território*. Bragança e Castro de Avelãs, reforçam esta ideia, remetendo para um mudéjar medieval e, a par com outros exemplos do sul de Portugal, para a continuidade dos focos espanhóis em território português.

O conjunto de edifícios visitados, no âmbito deste estudo, na área do Foco Castelhana, teve como base o propósito o conhecimento *in loco* da arquitectura mudéjar através da definição um percurso geográfico destacando os exemplos mais notórios deste fenómeno. O que predomina mais nesta área são aldeias com uma igreja paroquial mudéjar, muitas de origem medieval. A arquitectura militar também se serviu da mão-de-obra e do conhecimento tectónico dos mudéjares, são disso exemplo a fortificação de *Cuéllar* e de *Medina del Campo*, totalmente construídas em tijolo.

De salientar que as construções visitadas apresentavam soluções construtivas que, embora partissem de um modelo construtivo estabelecido, revelavam uma linguagem arquitectónica muito rica, reforçando a ideia de que o tijolo é um elemento construtivo muito versátil, pelas suas dimensões e pelas possibilidades de conjugação. A diversidade de soluções arquitectónicas de exemplo para exemplo não anula uma linguagem comum, acentuada pela utilização um léxico que compreende a arcaria dupla ou tripla cega estrutural, a divisão em ordens dos panos

verticais, os arcos quebrados, o *aparelho toledano*, os elementos decorativos como os *dentes de serra*, os *requadros* [es.], as *nacelas* [es.]. Nas igrejas visitadas, a cabeceira é um dos elementos preponderantes e, por isso encontramos nesta área um maior cuidado de tratamento das superfícies. As torres e os zimbórios na zona do cruzeiro, também são dois elementos predominantes na individualização da igreja, evidenciando o conjunto no espaço.

As construções medievais eram construídas segundo uma métrica antropomórfica herdada dos sistemas métricos mais antigos da cultura clássica. O sistema métrico romano influenciou naturalmente a métrica medieval através do *pé* (*pex*) que representava a sexta parte do corpo humano, mas com a queda do império romano, assistiu-se a uma profusão de sistemas métricos regionais e locais. Nesta época, devido ao florescimento das zonas urbanas e do comércio as medidas são um instrumento muito útil pois servem para quantificar e atribuir valores monetários aos produtos de consumo. As medidas de comprimento, para além do seu papel simbólico, assumiram um papel funcional estando relacionadas com os membros superiores (consumo de tecidos, fios, etc.) e inferiores (distâncias para medições de terrenos) do corpo humano.

Na baixa Idade Média os construtores francos e ultramontanos, construtores de abadias, igrejas e mosteiros, correspondendo à tentativa de uniformização da metrologia de Carlos Magno, organizaram-se em lojas e no séc. XI utilizavam o pé, cuja medida era 0,32484m. Sendo conhecido como *pied du Roy* ou pé de Paris foi largamente difundida pelos mestres-de-obras e construtores de estaleiros ligados à primeira cruzada.

Nesta fase, na Península Ibérica surge uma outra medida, a *vara*, muito próxima do *yard* anglo-saxónico (0,914m) e por isso também conhecida por *yarda*, *ana*, *lana*.

A vara que equivale a três pés era uma dimensão bastante usada na construção, sendo empregue para as dimensões horizontais. Em algumas zonas, como no território espanhol, as braças ou estádios (uma braça ou estádio é equivalente a seis pés ou à altura de um homem) eram utilizadas para as dimensões verticais dos edifícios, como já acontecia no período romano. Entre as várias varas regionais existentes em território espanhol, destaca-se a *vara vieja de Toledo* (0,906m), que fazia parte da homologação de Afonso X para a uniformização das medidas e pesos e a *vara de Burgos ou Castelhana* (0,8359m) instituída, posteriormente, por Afonso XI e Henrique II.

Da verificação realizada neste estudo, utilizando uma grelha dimensionada com a *vara Castelhana*, aplicada ao levantamento da igreja de São Salvador de Castro de Avelãs, verifica-se que essa unidade de medida sobrepõe-se com bastante rigor à cabeceira da igreja, sendo por isso de acreditar que esta poderá ter sido a métrica utilizada para a construção da igreja, podendo ser mais uma pista para envolvimento de mão-de-obra mudéjar, vinda de Castela.

Foi também criada uma grelha com uma métrica baseada na vara do *pé de Rei* (0,97452m), mas a sua sobreposição na zona da cabeceira não confirmou tantas coincidências entre unidades de medida e limites da construção.

A memória de um lugar deve ser celebrada pelo respeito por uma série de acontecimentos históricos que se foram encadeando sucessivamente, todos eles deixando marcas que se interligaram e se interligam entre si. Esses testemunhos, face a uma abordagem de conservação patrimonial, terão de ser analisadas segundo métodos de interdisciplinaridade, não excluindo nenhum desses marcos e contribuindo para eventuais acções que deverão premiar a honestidade profissional, impondo primeiro de tudo o *bem-estar* dos habitantes e nunca deixando de lado a coerência dessa abordagem em detrimento de interesses económicos, políticos e até mesmo pessoais que não se enquadrem nesse primeiro objectivo.

O propósito dessa abordagem será a motivação quer dos residentes, quer de uma eventual nova população para acções de dinamização do aglomerado, concretamente apoiando-se na actividade principal da agricultura (responsável pela moldagem da paisagem) em coordenação com actividades contemporâneas, responsáveis pela sustentabilidade da primeira, contribuindo para uma actualização de um *modus operandi* face ao quotidiano monótono e marginal a que se assiste actualmente.

Ainda, relativamente aos habitantes será de sublinhar que os parâmetros de conforto e de *bem-estar* estão intimamente interligados com as tradições, a informação e o conhecimento e quando assumidos como exigência são o resultado do grau de instrução das populações. Encontram-nos diante de uma espécie de dilema quando se lida com a memória. Por um lado existe a ambição de mantê-las, cristalizando no tempo hábitos e conhecimentos. Por outro lado deseja-se a abertura para novos conceitos de vida. Parece ser difícil encontrar o equilíbrio entre esses dois extremos, sobretudo quando as populações lidam mal com a mudança (característica de Portugal, sentindo-se sobretudo em zonas mais isoladas).

Uma proposta de valorização para a área onde se encontra a igreja de Castro de Avelãs deverá ter como alvo principal a área onde se implantou o mosteiro, sendo fundamental proceder a uma reflexão sobre os conceitos de valorização do património construído, tendo em conta a zona absidal da antiga igreja e dos vestígios arqueológicos. Este espaço é e deverá ser marcado pela igreja, pela aldeia, pela paisagem agrícola circundante e pelos futuros vestígios arqueológicos.

A igreja actual com uma escala reduzida em comparação com a volumetria proposta, neste estudo, para a igreja original, não é uma peça arquitectónica interessante, mas pela sua importância para a população da aldeia deverá ser mantida, enquanto a sua função exigir uma construção física.

A aldeia de Castro de Avelãs é uma peça fundamental para a valorização do espaço em estudo. Quando abordada no âmbito deste trabalho, conclui-se que sobre a aldeia existiam, poucos dados de caracterização impondo-se o seu estudo, do ponto de vista de evolução populacional, urbanística e histórica entre outros aspectos, como o caminho mais correcto para a valorização de todo o conjunto que envolve o lugar da igreja e do antigo mosteiro, sendo importante um estudo alargado que, obviamente poderá suscitar uma outra tese de mestrado.

A paisagem agrícola envolvente que não deveria ser muito diferente da actual, pois tanto o mosteiro como a aldeia tinham uma relação de exploração da terra, confirmando o que Paul Zumthor<sup>2</sup> afirma que o modelo de aldeia, tal como a conhecemos até a contemporaneidade, nasceu no séc. XI e durante seiscentos anos permaneceu cristalizada enquanto modelo territorial e modelo social.

Este é um lugar que será marcado por vestígios arqueológicos, impondo-se futuros estudos ao nível da história e da arqueologia face aos indícios no local. No âmbito da arqueologia, tudo o que for decidido ficar visível, será tido como uma preexistência em sede de projecto de arquitectura, sendo importante o seu registo e estudo prévios, para que se possa desenvolver um enquadramento, devolvendo a dignidade ao lugar e valorizando o conjunto.

Relativamente a uma possível intervenção neste espaço, será importante reflectir sobre como se traduzirão as acções de valorização e conservação neste lugar.

Nas últimas duas décadas, a tutela do património construído estava dividido entre dois organismos do Estado: a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) e o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). O primeiro organismo era herdeiro das filosofias de intervenção de Viollet-le-Duc, Ruskin, Boito e Giovannoni, serviu de instrumento de propaganda do Estado Novo, com uma intensa actividade durante esse regime, mas também arrecadou um conhecimento fundamentado na prática que desenvolveu. O IPPAR surgiu num período de consolidação do regime democrático, adequando-se às novas filosofias, preconizadas nas cartas e convenções pós *Carta de Veneza*, numa tentativa de pôr em prática conceitos e perspectivas de autenticidade, deixando as noções de pura *anastilosi* ou *superfectazione*, cruzando conceitos mais amplos que ultrapassam a noção de monumento como símbolo nacional e apontando para noções de património nacional como reflexo do seu contexto passado, presente e futuro, numa perspectiva de fruição e de conservação.

<sup>2</sup> *La misura del Mondo. La rappresentazione dello spazio nel Medio Evo*, Bologna, Il Molino, 1995, p.68.

Castro de Avelãs é um dos sítios que desperta interesse nacional, pela sua história e dado se localizar geograficamente perto da fronteira com Espanha estimulou, nestes últimos anos, algum interesse no âmbito de programas comunitários, nomeadamente do INTERREG<sup>3</sup>, que se ocupa de situações de fronteiras geográficas entre os vários países da Comunidade Europeia. Tem existido alguma viabilidade económica gerida pelo IPPAR, desencadeando o desenvolvimento de estudos e intervenções para se aprofundar o conhecimento do lugar, contribuindo para uma fase de definição de estratégias e programas de valorização e conservação do lugar.

Tendo em consideração que o mosteiro de Castro de Avelãs será um sítio arqueológico, porque a construção do mosteiro há muito que desapareceu. Dado que as intervenções de valorização nas áreas arqueológicas têm seguido uma abordagem de criação de *Centros de Acolhimento e de Interpretação* com a uma intenção pedagógica e de preservação da memória, é oportuno reflectir sobre o programa desse equipamento que pretende dar resposta à tendência europeia de musealização que culmina no modelo de *Parque Temático* como resposta ao consumo cultural das massas.

O Centro de Interpretação, importado de exemplos estrangeiros, sobretudo espanhóis, dá resposta a uma intenção museológica, criando um programa espacial e de fruição, repetindo um *modus operandi* face à concretização de um espaço físico. Existe a tendência para levar até à exaustão a aplicação de um modelo, quando existem exemplos de uma aplicação bem sucedida, mas muitas vezes são esquecidas as circunstâncias que conduziram a esse sucesso. No campo da arquitectura a utilização de um modelo pode ser vantajoso, mas quando nos referimos ao património construído, não será tão imediata a sua aplicação, porque se está na presença de uma preexistência e porque a intervenção não deverá pôr em causa a autenticidade do espaço e do lugar e muito menos anular as memórias físicas do passado.

Actualmente, depois de longos anos de produção de filosofias de intervenção, é consensual que intervir em espaços de valor patrimonial e histórico, abarca uma série de premissas que obrigam a uma atenção e a um estudo mais aprofundado da história e de outras valências disciplinares, de modo a justificar as soluções preconizadas, mas ainda é muito difícil a tradução em concreto para o projecto de arquitectura dessa consciencialização, e embora possamos ter presentes bons exemplos, assiste-se ainda hoje a soluções que contribuem para a anulação da preexistência.

As três noções definidas por Alois Riegl (1858-1905): as ruínas, as obras de arte e os documentos históricos, são fruto de uma época marcada por uma visão romântica de património. Grande parte do património construído está a ser alvo de pressões imobiliárias e assiste-se a uma profusão de intervenções em preexistências com um maior ou menor peso histórico. Esta será

<sup>3</sup> O INTERREG é um programa de Iniciativa Comunitária da CE, financiado pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional).

uma tendência no que toca à área da construção e do 'fazer cidade' nos próximos anos, e é louvável a reutilização de espaços desactivados e abandonados. A reabilitação de um espaço está intimamente ligada à manutenção, porque mantém o construído dando-lhe uma nova função face à sua tipologia arquitectónica, no entanto nem sempre se intervém numa perspectiva de respeito pelo valor arquitectónico e histórico e muitas intervenções são meramente especulativas e sem uma visão de gestão a longo prazo dos tecidos urbanos.

A proposta que se apresentará neste estudo devesse ter em conta a experiência acumulada fruto das políticas de intervenção, bem como ter presente a história do lugar. O propósito será o de contribuir para o debate constante relativamente às abordagens de actuação no património construído, tendo presente que arquitectura é um instrumento de valorização de um espaço, quando as outras valências permitirem que exista um espaço para esta disciplina. Se por um lado o *brainstorm* inicial de uma ideia é importante, permitindo o ruído de várias fontes de inspiração, também o *silêncio* da reflexão, do estudo pode conduzir à tradução mais serena e respeitadora de uma ideia adequando-a a um espaço em profundo diálogo com a sua nova função. O silêncio que deixa respirar a história de um lugar a par de um novo uso: a memória.

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

**8. proposta de intervenção - um possível caderno de encargos**  
memória justificativa

## 8. proposta de intervenção - um possível caderno de encargos

### 8.1 Proposta de valorização do imóvel

Projectar a reabilitação de um espaço como a área onde se implantou o mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs é um desafio enorme.

Castro de Avelãs é actualmente uma aldeia devota ao esquecimento, com poucos habitantes é um lugar onde não existem crianças e as actividades da agricultura ocupam o quotidiano de uma população envelhecida. Hoje, a aldeia confronta-se com o empurrar das extensões desorganizadas da cidade de Bragança, que inevitavelmente invadirão o seu sossego, herdado de um passado dedicado à reclusão, às actividades do campo e aos ritmos da natureza, impondo outros modos de vida.

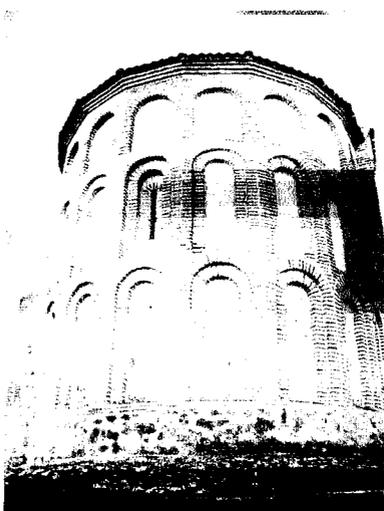
Ao mesmo tempo podemos observar reminiscências de um mundo bucólico e ancestral, rico de histórias, que se estende para além da veiga de Castro de Avelãs abraçando a área pertencente ao actual Parque Natural de Montesinho e estendendo-se para a meseta de Leão e Castela. A teimosia de algumas actividades agrícolas que perduram até hoje, os vestígios de construções vernaculares de arquitectura tradicional, as marcas de uma via romana integrada no XVII *Itinerário Antonino*, os braços da *via de La Plata* adaptada para o caminho Leonês de Santiago de Compostela, dependências agrícolas, uma flora usada por uma economia de subsistência, uma fauna selvagem e domesticada, são os factores de caracterização de uma aldeia silenciosa.

Esta descrição é fruto da observação *in loco* cruzada com a leitura de bibliografia, como os textos, indiscutivelmente apaixonantes de Orlando Ribeiro, Suzanne Daveau e Hermann Lautensach, retratando um Portugal rico de costumes, saberes populares, fruto da influência de outras culturas. Passados cerca de meio século da aventura de retratar geograficamente e antropologicamente Portugal e as suas gentes são ainda fundamentais para *educar o olhar* na descoberta dos poucos indícios que permaneceram, mas fundamentais para recuperar a génese desta região e do lugar em estudo.

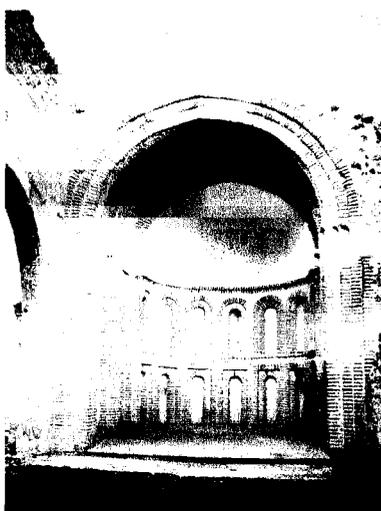
Ter presente a caracterização da envolvente da área onde se implantava o mosteiro é fundamental para a valorização do lugar. A revitalização de um espaço depende de uma leitura abrangente e não será só uma intervenção arquitectónica que poderá dar resposta a uma integração de vestígios arqueológicos. Neste caso concreto, o papel da arquitectura entendida como disciplina, poderá ser traduzida como a tentativa de reunião de uma série de premissas que ultrapassam o campo da arquitectura, tendo como limite a paisagem construída pelo homem integrada numa paisagem mais ampla. Abarcando um contexto marcado por várias escalas, uma intervenção arquitectónica deverá ser um dos contributos para uma gestão integrada, confirmando a continuidade de um lugar que se quer vivido (para além dos aspectos propostos num projecto museológico), propondo novos usos e impondo transformações no sentido da qualidade de vida e de uso.

Pode-se afirmar que as noções de documento histórico e ruína, encontram-se em Castro de Avelãs. Estamos na presença de uma igreja classificada como Monumento Nacional, segundo os critérios de 1910, a sua simbiose entre uma cabeceira mudéjar medieval e uma igreja barroco-maneirista é consequência da continuidade no tempo de um edifício que mantém uma função precisa: o culto religioso e como tal afirma-se como documento histórico.

Ao mesmo tempo, existe um certo fascínio pelo lugar, porque se percebe a existência de algumas ruínas, a cabeceira pode em parte ser considerada uma ruína, porque o absidiolo da Epístola não tem nenhuma função concreta para além da fruição. O conceito de ruína associado ao conceito de documento histórico é sempre um tema que conduz ao debate do *com'era e dov'era* de Camillo Boito, e por mais que se sinta a tentação de restituir um edifício ao seu estado original, é um claramente um acção impossível, pois existe sempre a passagem do tempo sobre as coisas.



Igreja de Santiago. Cuéllar  
abside



Igreja de Santiago. Cuéllar  
abside de igreja em ruínas



São Salvador, Castro de Avelãs  
absidiolo da Epístola em ruínas

A marca da passagem do tempo pode ser considerada matéria-prima, um *material de construção* de difícil integração, que muitas vezes as acções de intervenção não conseguem preservar, noutras decidem, à luz de algumas filosofias de intervenção, a sua anulação. Entenda-se que sendo um material de construção, a sua deficiente manipulação, embora não aceitável, muitas vezes acontece, por desleixo, por desconhecimento, por ignorância. e também porque *conservar a passagem do tempo* exige, para além de todas as filosofias, mãos experientes, gente formada em todos os sectores da construção, desde o pedreiro até ao arquitecto. É urgente nesta era de construção rápida e descartável, muitas vezes sem qualidade técnica, pensar que existem saberes ancestrais que deverão permanecer. No acto de aperfeiçoar conhecimentos e técnicas, é possível o diálogo concertado entre saberes tradicionais adquiridos pela prática e experiência, e uma construção actual apoiada na ciência e tecnologia, consolidando-se, mais uma vez, nessa interacção as marcas da passagem do tempo que contribuem para a continuidade da autenticidade e da memória.

No presente momento, vivemos uma herança bastante extensa quanto às filosofias e à experiência de intervir no património. As várias teorias de intervenção que foram marcando diversos períodos desde o *restauro estilístico* de Viollet-le-Duc até às cartas mais actuais sobre a conservação do património foram deixando exemplos concretos, testemunhos que poderão servir, no presente, como orientadores quanto à definição dos níveis e graus de intervenção definidos por Paulo Pereira<sup>1</sup>:

- manutenção, conservação e o restauro de continuidade;
- restauro mimético com ou sem recurso à anastilose;
- restauro 'cópia';
- restauro crítico;
- 'obra nova'.

As últimas cartas e recomendações, dando continuidade à Carta de Veneza, têm posto uma tónica na conservação do património face aos desafios do turismo cultural. Passados cerca de quarenta anos após a Carta de Veneza, ainda é importante afinar definições, incluir no contexto da salvaguarda outras categorias mais abrangentes como a das paisagens culturais, mas nada disto será de surpreender visto confrontarmo-nos, constantemente, com mudanças. De assinalar que a cultura, deve ser considerada muito para além de fruição turística, e à luz desta postura a conservação dos valores culturais não pode ser concebida como mera matéria descartável e de consumo, mas sim como ponto nevrálgico na existência de um povo.

<sup>1</sup> In *Intervenções arquitectónicas recentes no património edificado*, Jornal Arquitectos 213, Novembro /Dezembro 2003.

A Carta de Burra do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), elaborada em 1980, é um documento dedicado à definição de termos e conceitos, tentando definir procedimentos.

O Documento de Nara, de 1994, debate-se pela autenticidade dentro da esfera da diversidade cultural e patrimonial.

A recomendação do Comité de Ministros do Conselho da Europa, elaborada em 1995, sublinha a necessidade de protecção e valorização das áreas de paisagem cultural como forma de preservar a memória do povo e a identidade cultural das comunidades humanas, sendo isso um sinal dos factores de aperfeiçoamento do meio ambiente onde se integram.

A Carta de Cracóvia 2000, elaborada no âmbito da Conferência Internacional sobre a Conservação, sintetiza num documento oficial conceitos, objectivos, métodos, tendo como pano de fundo o património cultural como um dos alicerces do desenvolvimento da civilização actual. De referir que o aspecto da gestão das transformações e mudanças é uma parte essencial do processo de conservação, sendo por isso, cada vez mais oportuno, acções de planificação que individualizem as efectivas necessidades e tenham por base objectivos claros e independentes com um alcance a longo prazo. A gestão financeira que suporta estas acções terá de ser mais exigente e mais concertada, no sentido de otimizar custos e orçamentos, devendo exercer uma influência positiva sobre a economia local e social das comunidades.

Deverão ser considerados vários graus de planificação, desde sistemas de salvaguarda até planos de intervenção e de emergência. De salientar que neste processo de gerir mudanças, a manutenção é um conceito a pôr em prática, suportado por acções localizadas e de continuidade no tempo.

Os aspectos de formação e educação das populações, envolvendo todos os estratos sociais, profissionais e etários são um factor de protecção e salvaguarda do património cultural e também foram mencionados na Carta de Cracóvia, bem como, os factores de protecção incluindo as medidas legais que dão corpo formal à ideia de protecção de património.

Este estudo avançou com algumas hipóteses quanto à configuração da igreja, a área onde se desenvolvia o claustro e a cerca do mosteiro. Esses elementos e o que encontramos concretamente no lugar são o ponto de partida para uma proposta de intervenção em Castro de Avelãs.

Tendo presente o que foi previamente afirmado quanto à hipótese, no passado, da existência de outros exemplos portugueses de mudéjar medieval, é de considerar que o estudo do mudéjar português, considerando os focos de mudéjar espanhol que fazem fronteira com Portugal: o Foco Sevilhano, o Foco Toledano e o Foco Castelhana possa traduzir-se na constituição de um *Centro de Estudos do Mudéjar* no território de fronteira compreendido entre os dois países. Esta influência foi destacada por alguns historiadores do mudéjar espanhol,

nomeadamente Chueca Goitia, tendo sido deixada a sugestão da necessidade de estudos mais desenvolvidos sobre este fenómeno. Percorrendo a zona de Leão e Castela, não existe nenhum equipamento do género, a não ser um Centro Interpretativo do Mudéjar em Cuéllar, localizado na igreja de *San Andrés*, concebido no âmbito das exigências dos circuitos de turismo cultural e que não se encontra sempre acessível aos visitantes. O que se propõe é a concepção de um centro de estudos ligado a um conhecimento científico, que embora não esteja directamente associado à informação directa do público em geral, contribuirá para um aprofundar do estudo de um fenómeno que ultrapassa fronteiras e que é o resultado de circunstâncias históricas, sociais e económicas. Neste espaço serão proporcionadas condições para que ao nível académico se desenvolva investigação científica apoiada num plano de estudos que envolva as universidades e as instituições da área mencionada, contribuindo para a protecção e valorização do património mudéjar.

A realizarem-se estudos mais aprofundados sobre este tema, terá todo o sentido, considerando como ponto de partida a influência mútua das zonas de fronteira entre Portugal e Espanha, desse centro ser constituído no âmbito do Instituto Rei Afonso Henriques (IRAH), apoiado e patrocinado pela fundação com o mesmo nome.

*A Fundação Rei Afonso Henriques (FRAH) desenvolve a sua actividade no âmbito dos países que integram a União Europeia e Ibero-América, com especial e singular incidência em Portugal e em Espanha e muito especialmente na Comunidade Autónoma de Leão e Castela e Norte de Portugal. A bacia hidrográfica do Douro e os territórios transfronteiriços de ambos os países constituem a área geográfica de principal intervenção da Fundação.*<sup>2</sup>

A missão desta fundação é bastante ambiciosa, assentando na ideia do Douro como ideia de património natural e histórico como motor de desenvolvimento transfronteiriço e inter-regional. Entre os vários propósitos destaca-se a vontade de contribuir para o bem-estar económico, social e cultural das terras e gentes do Vale do Douro, especialmente nas zonas menos desenvolvidas, estimulando o progresso dos recursos endógenos, de modo a fixar as populações com destaque para as mais novas.

A fundação tem sede em Zamora no Centro Luso-Espanhol, situado numa reabilitação do convento de *San Francisco* realizada pelo Arquitecto Manuel de las Casas. Existe uma sede em Portugal localizada em Matosinhos e prevê-se também uma sede em Bragança, localizada no antigo edifício do Banco de Portugal.

O IRAH é um instituto inter-universitário criado em Abril de 2000 com o objectivo de promover, planos de estudo, investigação e política científica comum aos portugueses e espanhóis. Conjuntamente com a FRAH participam neste projecto como fundadoras as Universidades de

<sup>2</sup> in [www.bdhel-com/frah/ambitopt.htm](http://www.bdhel-com/frah/ambitopt.htm)

Léon, Porto, Salamanca, Trás-os-Montes e Alto Douro e Valladolid. As linhas de investigação são as seguintes:

- desenvolvimento económico e regional;
- turismo e património;
- sociedade de informação;
- sector agro-alimentar;
- protecção do meio ambiente.

#### 8.1.1 Premissas, condicionantes e constrangimentos

O estudo desenvolvido teve como propósito:

- conhecer e contextualizar o monumento em termos de História da Arquitectura;
- contextualizar cronologicamente;
- reunir elementos relacionados com o imóvel;
- compará-lo com outros exemplos coevos;
- propor uma intervenção de valorização tendo em conta a área onde se implantou o mosteiro, incluindo a aldeia.

As premissas foram:

- o *genius loci*;
- a envolvente próxima e a proximidade do Parque de Natural Montesinho;
- a hipotética área do couto do mosteiro
- a hipótese de reconstituição de um modelo original;
- os vestígios mudéjares;
- os vestígios arqueológicos;
- o estudo do mudéjar;
- a análise arquitectónica procurando o essencial;
- a integração de vários percursos fragmentados num todo;
- a valorização do lugar, tendo presente a aldeia;
- valorizar o lugar em função da fruição;
- o trazer novas actividades para a aldeia;
- propor novas utilizações em consonância com as tradições do lugar.

Quanto às condicionantes e constrangimentos verificadas durante o desenvolvimento da proposta, pode-se afirmar que algumas premissas são, de certo modo, condicionantes, influenciando a proposta. Estando a área do antigo mosteiro integrada numa aldeia, esta é uma condicionante, pois a valorização não pode ser concebida sem englobar essa área.

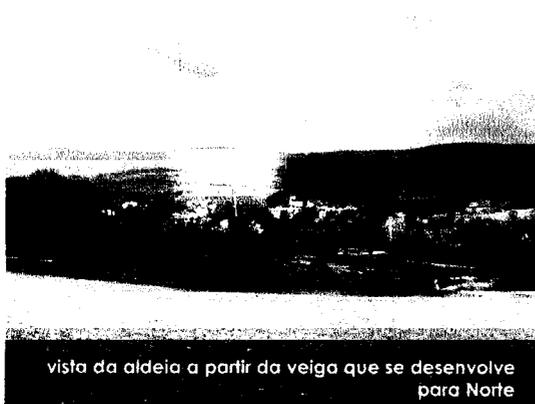


vista da aldeia de Castro de Avelãs a partir do monte de Castro

A paisagem envolvente de Castro de Avelãs dominada pelo trabalho agrícola e pelas zonas de floresta é um factor predominante na leitura de um todo. A aldeia surge como ponto de interrupção na paisagem e antes da aldeia, o mosteiro terá sido um ponto de excepção.

À luz dos conceitos de património cultural a sobrevivência deste lugar passa pela gestão da mudança, mas ao mesmo tempo, será obrigatório pensar em como preservar a génese deste lugar, mantendo a sua serenidade, dando-lhe novos usos, mas conservando as actividades tradicionais que moldaram esta paisagem. Se quisermos pensar em termos de sustentabilidade esta aldeia poderá persistir no tempo, pondo em evidência o equilíbrio que a caracterizou durante toda a sua existência, entre o espaço humanizado e construído e o espaço natural, mesmo transformando-se em cenário de outras actividades fruto de novos modos de vida.

A proximidade de Bragança faz desta aldeia um potencial ponto de expansão, o que poderá ser tanto um factor positivo como negativo. O traçado do IP4 que passa muito perto da aldeia é um exemplo bem demonstrativo da vontade de mudar, traduzindo-se em algumas concessões.



vista da aldeia a partir da veiga que se desenvolve para Norte



vista da aldeia a partir da área da Torre Velha

Por outro lado a aldeia integra-se num território que faz fronteira com o Parque Natural de Montesinho, esta proximidade poderá ser uma influência benéfica, pois determinados procedimentos adoptados na conservação e manutenção das áreas do parque poderão servir de exemplo para áreas fora dos seus limites, estimulando acções e posturas mais concertadas com a natureza.



ribeira de Fervença junto à igreja



caminho da Veiga Norte

Só uma planificação apoiada numa gestão integrada e isenta, tendo como objectivo a preservação a longo prazo, poderá concretizar uma efectiva valorização.



levada nos limites da Nascente da veiga norte



caminho que corta a ribeira de Fervença



caminho que corta a veiga norte



caminho que corta a veiga a Norte

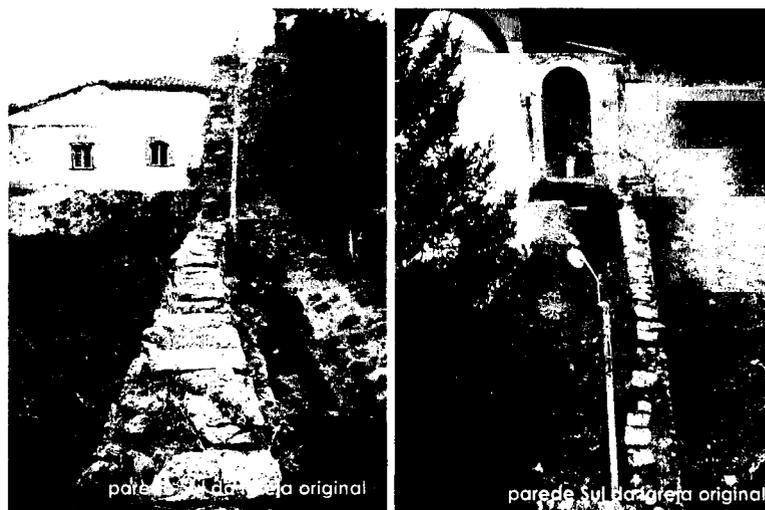
Para a concepção dessa planificação será necessário ter presente a seguinte categorização dos espaços:

- a área de implantação do mosteiro poderá ser encarada como um sítio arqueológico;
- a igreja integrada na área arqueológica é ainda utilizada pela população, assumindo-se, ainda hoje como um ponto fulcral da aldeia (mas pouco valorizada em termos arquitectónicos);
- o largo que reúne a igreja, a antiga casa paroquial e algumas casas;
- a veiga e a ribeira;
- os espaços agrícolas da envolvente próxima deverão ser preservados, estimulando a actividade agrícola (marcando uma memória do lugar, pois foram áreas afectas à cerca do mosteiro);



- a aldeia, pouco valorizada, do ponto de vista de tratamento urbanístico, assume-se como um lugar potencial de expansão de Bragança;
- a paisagem envolvente.

A área de implantação do mosteiro é naturalmente uma zona favorável a achados e vestígios arqueológicos. Existindo a predisposição de uma investigação de campo sobre as fundações do antigo mosteiro, em termos de gestão do património, esse espaço poderá ser assumido como sítio arqueológico, criando-se um recinto específico de visita, mas que nunca deverá ser separado fisicamente da sua envolvente, devendo a sua constituição ser uma mais valia para a aldeia não se impondo como espaço à parte, mas como um espaço que pertence à aldeia, contribuindo para um novo entendimento quanto à sua vivência.



Tendo sido estudada a igreja poderia ter sido posta como hipótese uma intervenção no seu espaço. No entanto a proposta não contempla nenhum projecto de restauro para essa área em concreto, prevendo que as acções que se venham a executar sejam as necessárias para a sua manutenção e reparação no tempo. O facto é que a igreja é um sedimento no tempo, representando, actualmente, dois períodos: o medieval e o oitocentista. A igreja original com uma escala, totalmente diferente da actual, pertencia a um mosteiro e o espaço actual, permanecendo um local de culto, é a igreja paroquial da aldeia, demonstrando a continuidade no tempo, embora servindo propósitos diferentes.

A igreja do mosteiro é um elemento simbólico que marca a organização espacial e social da comunidade religiosa, ao mesmo tempo é o elemento de contacto com as comunidades, no sentido de as evangelizar, educar e controlar. A igreja paroquial assume vários aspectos na organização de uma aldeia, ao assumir-se como um símbolo de fé para a comunidade é também espaço de reunião social. Em Castro de Avelãs embora essa função chegue, à actualidade, um pouco esbatida, para os habitantes da aldeia, é ponte assente que a igreja é um espaço de culto essencial à aldeia, e ao mesmo tempo é uma *espécie de baú* onde estão

guardadas as memórias da aldeia em diversos momentos da sua história. Deve-se pois, considerar que a sua função ainda não se esgotou e como tal a sua reconversão para outra função não se põe, neste momento.

No âmbito da proposta, a igreja é considerada um dos elementos fulcrais, tratando-se de um objecto a valorizar e a integrar através da intervenção na envolvente e dos espaços circundantes e não como objecto de intervenção arquitectónica.

A antiga Casa Paroquial, também, conhecida pela Casa das Oficinas situa-se perto da igreja, a Sul. No seu piso térreo existem vestígios do antigo mosteiro e actualmente encontra-se devoluta, em estado de ruína, sendo necessário uma intervenção de fundo para devolver a sua habitabilidade. No que toca ao seu uso, existem várias hipóteses, visto a sua função como casa paroquial não ser mais necessária. Os habitantes da aldeia desejariam que esse edifício se convertesse num centro de convívio local, seguindo a tendência das aldeias vizinhas que têm construído na sede da Junta de Freguesia uma sala de convívio. Por outro lado, o IPPAR prevê a reutilização do espaço como Centro Interpretativo do Mosteiro, podendo ser uma utilização mais interessante, não deixando de prever um espaço social para os habitantes.

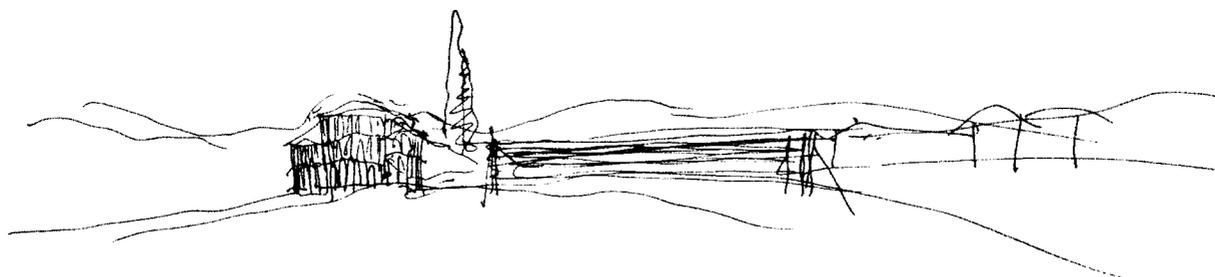
O actual largo da igreja surge como consequência de uma intervenção de espaços exteriores da DGEMN. Inicialmente não existia nesta área nenhum largo, esta área era um logradouro pertencente à Casa Paroquial, e era vedado com um muro de pedra, o acesso à igreja era feito não através de um portão colocado axialmente à fachada da igreja (como acontece actualmente), mas através de um outro situado mais a Norte. Durante a intervenção da DGEMN foi demolido o muro e feito o acesso a eixo, tendo a área correspondente ao logradouro sido anexada para uso público.

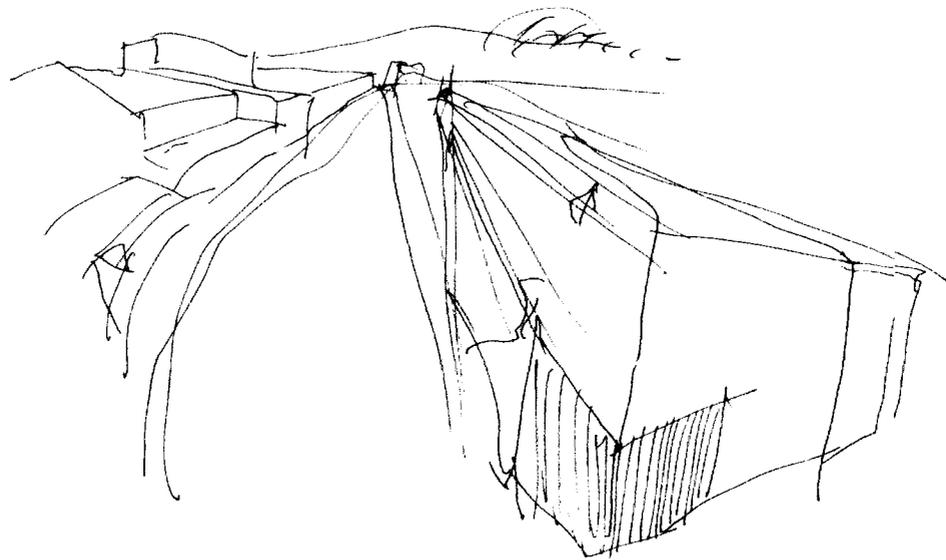


Actualmente o largo é encarado como um espaço da aldeia, no entanto, do ponto de vista formal, não existe nenhum tipo de desenho, embora tenha existido na base da intervenção da DGEMN, uma intenção de organizar espacialmente essa área. Este largo deve ser também concebido como a zona de chegada da igreja, sendo configurado pelos limites da igreja, da Casa Paroquial e de outras construções adjacentes.

Quanto à proposta, avançada neste estudo, contempla dois novos edifícios, um para acolher o Centro de Estudos do Mudéjar e outro com uma escala mais reduzida localizado junto à ribeira com a função de *Casa de Fresco*.

O local escolhido para implantação do edifício principal situa-se junto da frente de casas que se desenvolvem para o lado Norte da igreja. Esta frente é bastante descaracterizada sem qualquer cuidado de concepção arquitectónica, e é um dos limites do núcleo central da aldeia. A implantação de um novo edifício nesta área surge como forma de remate desta extremidade que se assume como zona de traseiras já que as construções aí existentes têm acesso pela rua que parte do largo da igreja. Simultaneamente, a localização de um novo edifício no limite da veiga proporciona a contemplação da paisagem envolvente em diálogo com o espaço da igreja.





A sua relação com o largo da igreja afirma-se através de uma orientação que tentou ser paralela a uma linha mediana da frente de casas, ajudando a definir uma configuração do largo, mas não encerrando totalmente esse lado, criando um enfiamento que abre para a paisagem da veiga que se desenvolve a Norte da igreja. A configuração do adro é feita de apontamentos de edifícios que o marcam pontualmente pela sua orientação e pela sua escala e este novo edifício contribuirá para o remate deste ângulo, permitindo ao mesmo tempo uma indicação sobre o que está para lá das construções: a paisagem da veiga.

A Casa de Fresco surge como elemento formal de remate a um percurso proposto que se desenvolve pela veiga atravessando a ribeira. A concepção destes dois componentes prevê que possam, futuramente, fazer parte integrante da valorização da área do claustro do mosteiro.



Nesta fase de abordagem, estão em aberto algumas premissas, como a localização em concreto dos vestígios arqueológicos do mosteiro, o uso do espaço agrícola, numa perspectiva de dinamização da paisagem, percursos de fruição e de reconhecimento. Assim, a proposta avança com algumas sugestões que podendo ser postas em prática no momento presente, têm uma postura de, ser completadas com outras futuras acções, assumindo um papel de lançar âncoras e referências espaciais, sem o compromisso rígido de propor soluções menos flexíveis. A valorização é o resultado da gestão integrada de uma série de vertentes que, embora, estudadas e tratadas por áreas disciplinares distintas devem-se congrega e articular de um modo conciso e preciso, tendo uma perspectiva de longo prazo, uma visão planificada e articulada.

O desenho do percurso tem em conta os vários momentos do lugar: a chegada à igreja, a casa das oficinas, a igreja, a área do claustro, a passagem da ribeira, a zona de repouso.

A localização do pequeno *pavilhão de fresco* na outra margem da ribeira, proporciona uma zona de pausa onde se pode descansar e ao mesmo tempo usufruir da paisagem, tendo como fundo a cabeceira da igreja integrada na aldeia e na paisagem envolvente. Esta área virada a poente é uma zona protegida por uma linha de árvores proporcionando uma agradável paragem na visita ao lugar.

### 8.1.2 Programa

A planificação de acções de valorização do lugar em análise deverá ter em conta os seguintes pontos:

- a igreja e a área do antigo mosteiro (memória do lugar)
- a igreja como espaço de culto (com função)
- a área do mosteiro - estudo e integração dos vestígios arqueológicos
- a casa paroquial (Casa das Oficinas) - recuperação e adaptação para um centro interpretativo
- Centro de Estudo do Mudéjar - propondo o conhecimento mais vasto sobre o fenómeno do mudéjar em território português contribui-se para o conhecimento mais conciso do objecto em questão
- Pavilhão de Fresco - espaço enquanto fruição
- a aldeia - estudo e plano pormenor de intervenção
- tratamento dos espaços exteriores numa perspectiva de gestão do construído face à integração na paisagem.

Os pontos mencionados constituem um programa global de abordagem que ultrapassa o âmbito do estudo apresentado. Para se ser mais preciso, o que se propõe como estudo é uma das componentes de uma proposta de plano mais vasto de valorização, do imóvel. A escala de trabalho tem como objecto a área de implantação do antigo mosteiro e parte da área que constituía a cerca.

Relativamente à distribuição de funções nos dois volumes propostos apresenta-se quadro com indicações de áreas:

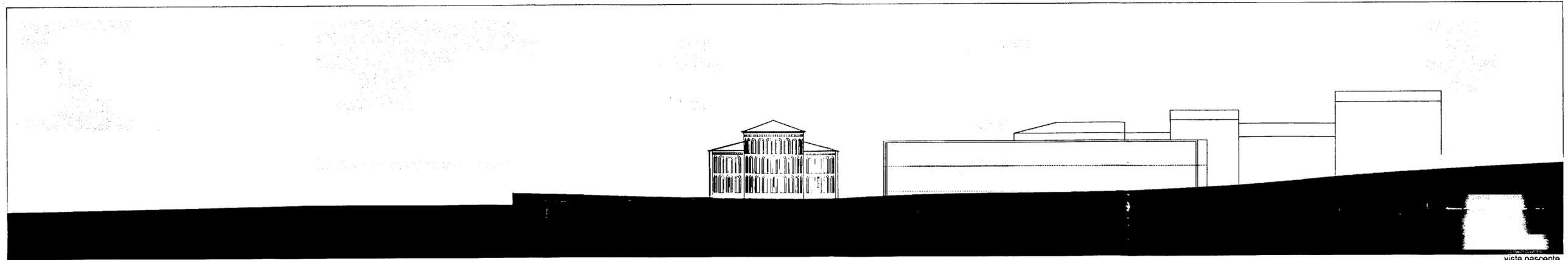
proposto	ref.	nome	obs.	pax	área
Centro de Estudo do Mudéjar					
piso 1	1	zona de acesso			114,5m <sup>2</sup>
	2	auditório e área de apoio		50 (cerca de)	137m <sup>2</sup>

	3	sala de reuniões		10	45m <sup>2</sup>
	4	zona de apoio			35,6m <sup>2</sup>
	5	zona administrativa		3-5	90,21m <sup>2</sup>
	6	instalações sanitárias			45,30m <sup>2</sup>
piso 2	7	biblioteca / videoteca		10-15	91,10m <sup>2</sup>
	8	gabinete de estudo / investigação	5 gabinetes	1-2	45,30m <sup>2</sup>
	9	instalações sanitárias			45,30m <sup>2</sup>
	10	circulações (comum)			112,90 + 89,43 = 202,33m <sup>2</sup>
	total				851,64m <sup>2</sup>
	<b>Pavilhão de Fresco</b>				
	11	bar			26,5m <sup>2</sup>
	12	instalações sanitárias			20m <sup>2</sup>
	13	zona de estar			126m <sup>2</sup>
	total				172,5m <sup>2</sup>

## 8.2 Peças desenhadas



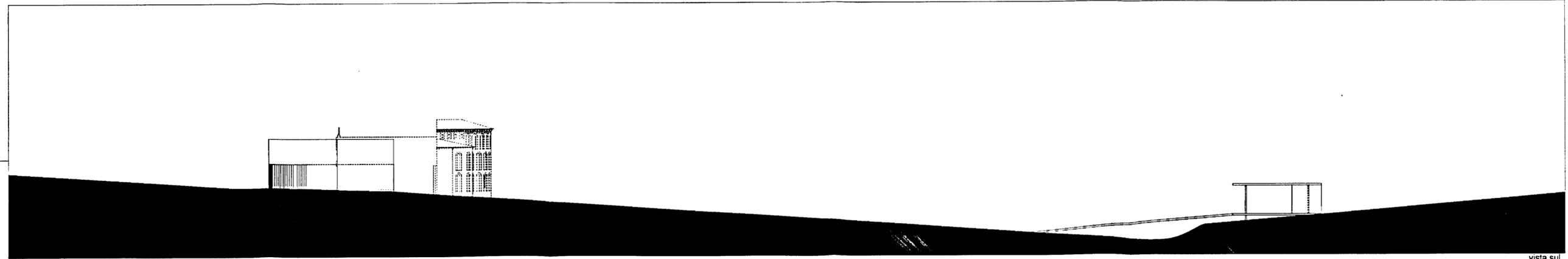




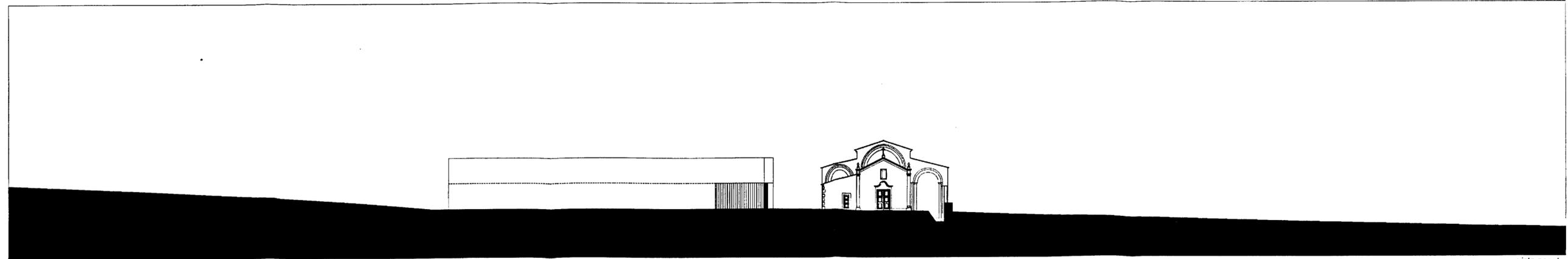
vista nascente



vista norte



vista sul



vista poente

2008 | Escala 1:1000



Proposta de intervenção de valorização do imóvel | Centro de Estudos do Muçéjar Português e Pavilhão de Fresco  
corres volumétricas

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto | curso de mestrado em metodologias de intervenção no património arquitectónico | tese de mestrado | Carida Cunha  
Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs em Bragança

### 8.3 Considerações finais

Um projecto centrado num objecto arquitectónico que do qual pouco resta materialmente podemos conduzir a diversas soluções, face às várias perspectivas de intervenção no património e às necessidades programáticas.

O tema do mosteiro, enquanto espaço arquitectónico centra-se num programa bastante apelativo à prática projectual e para um arquitecto é um desafio muito estimulante intervir num edifício com um programa espacial tão rico, como é um mosteiro. Quando se entra num mosteiro abandonado existe uma primeira sensação de que nos encontramos na presença de um lugar singular pela sua organização espacial, mas também porque existe uma presença muito forte da história, mesmo conhecendo à partida muito pouco sobre a história desse edifício. Ficamos sempre seduzidos por esses espaços onde as paredes estão impregnadas de histórias e nesse fascínio somos tentados a imaginar as *nossas próprias histórias* sobre esses lugares.

O deslumbramento por lugares abandonados deve-se ao facto de neles ser presença constante a serenidade mesmo entre ruínas e escombros o *esqueleto desabitado* de um edifício ganha uma presença singular e se a sua envolvente for dominada pela natureza, esta contribuirá certamente para acentuar a precariedade da construção conferindo-lhe simultaneamente um mistério enigmático proveniente do silêncio. Barragán afirmava que *a serenidade é um óptimo antídoto para a angústia e para o medo, e hoje, mais do que nunca é obrigação do arquitecto transformá-la num permanente hóspede de casa, seja ela sumptuosa ou humilde*<sup>3</sup>.

Durante as duas últimas décadas, conventos e mosteiros foram alvo de atenção, tendo sido muitos desses exemplares adaptados para diversas funções, com maior incidência para pousadas.

No caso concreto o mosteiro já não existe fisicamente, a não ser a sua memória, perpetuada em documentos históricos e nos vestígios no local da sua implantação.

Como matéria de reflexão para a proposta avançada será oportuno analisar duas intervenções distintas entre si, mas ambas intervindo em espaços conventuais.

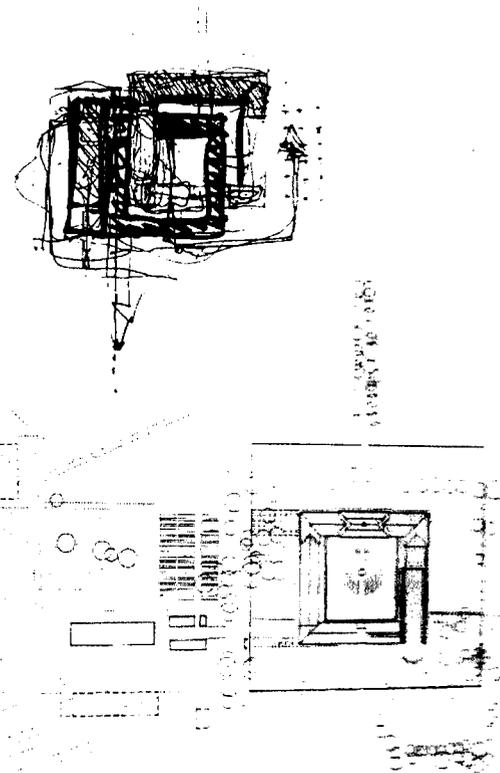
<sup>3</sup> in BURRI, René - Luís Barragán, p.46.

O primeiro projecto de autoria de John Pawson, é o mosteiro de Nossa Senhora de Nový DVŕ, em Touzim na Bohemia da República Checa.

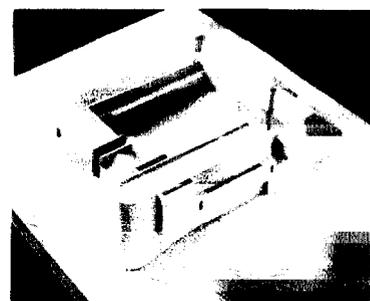
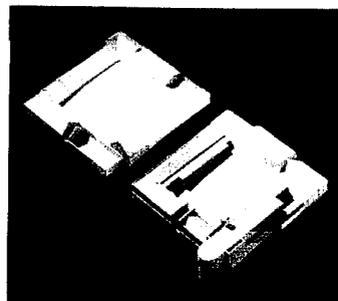
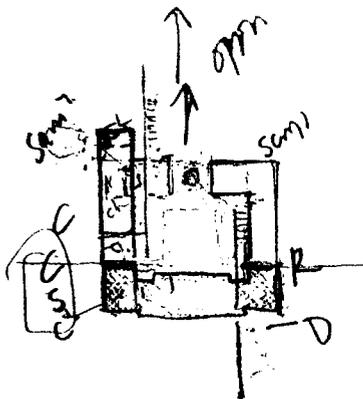
O projecto consistiu no desenho de um mosteiro para instalação de 40 monges trapistas provenientes da comunidade da abadia cisterciense Sept-Fonts, em Borgonha, numa propriedade agrícola que se encontrava abandonada constituída por construções em muito mau estado de conservação ou em ruínas, mais concretamente por um solar barroco e por algumas dependências que se organizavam em torno de um pátio.



espaços existentes da quinta



proposta



maquetes do existente e do proposto

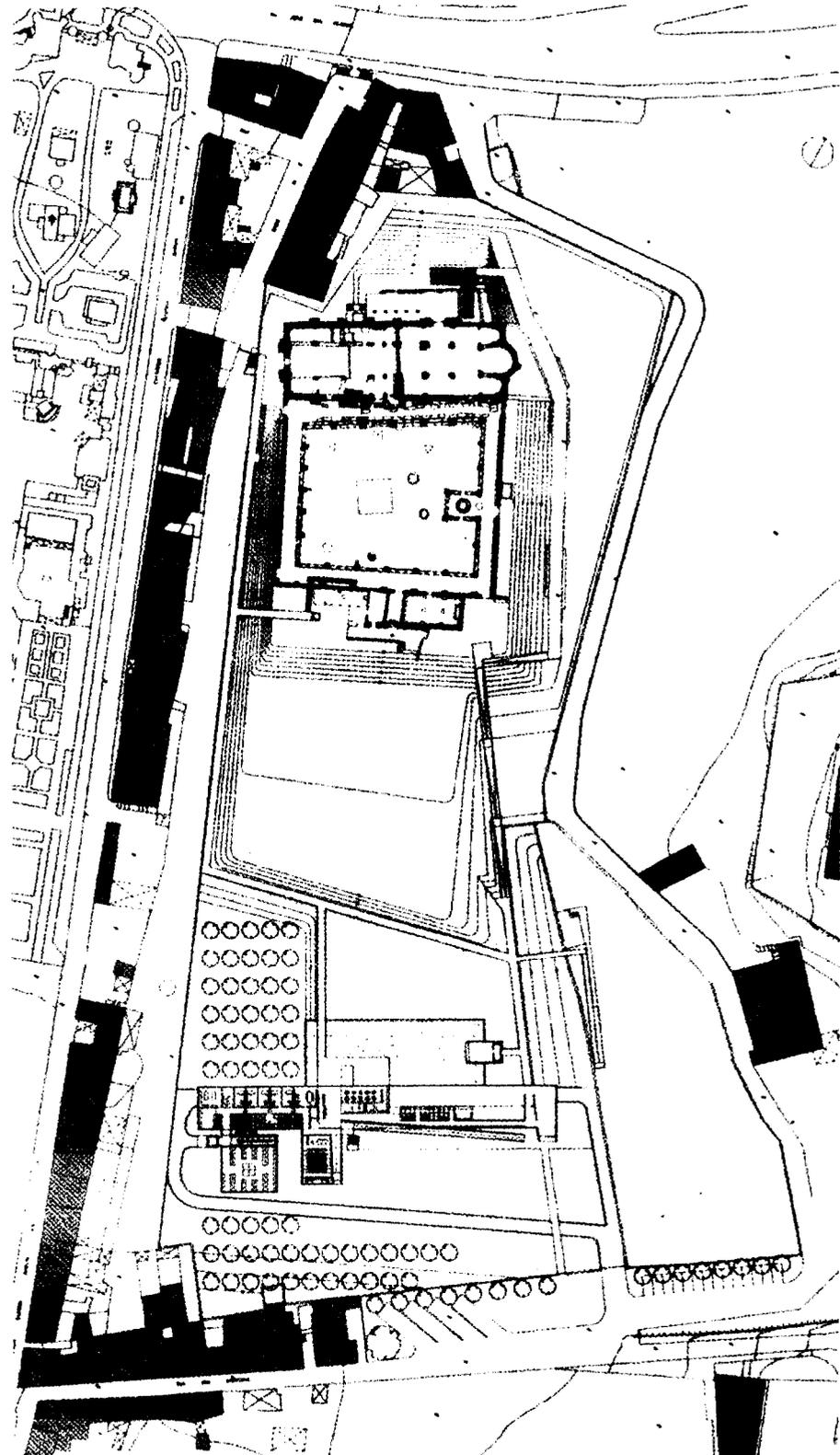
O projecto teve como ponto de partida o plano do mosteiro cisterciense delineado no séc. XII por Bernardo de Claraval, onde para além de se localizar com precisão todos os espaços do

mosteiro, se faziam considerações sobre a qualidade da luz, a proporção dos alçados, a depuração do detalhe e a clareza espacial. O projecto teve como propósito seguir fielmente esses pressupostos recuperando a casa principal e propondo construção nova em torno do pátio existente, transformando-o no claustro do complexo. A intenção de preservar a intervenção de qualquer tipo de *pastiche* arquitectónico, conduziu a uma clareza formal baseada numa interpretação actual do modelo socorrendo-se do uso limitado de materiais e explorando os efeitos da luz.

Ao recuperar a casa e ao construir as três restantes alas com uma linguagem actual, Pawson, demonstra programaticamente que o mosteiro, com as devidas adaptações para a vida actual, ainda é um espaço possível de se construir de raiz. O pátio é a forma que melhor responde à relação dos diversos espaços funcionais, aí concentram-se as dependências, mantendo-se a mesma ordem e localização como há nove séculos. A igreja e o claustro são os dois pontos fulcrais da intervenção onde se articula o desenho do novo enfatizando e integrando o preexistente. A envolvente natural cria uma atmosfera de isolamento propício ao estudo, ao trabalho e à reflexão, actividades que acompanham o retiro do mundo e por isso são dominantes no quotidiano do mosteiro.

A construção deste projecto foi possível porque existe uma comunidade de monges constituída e uma vontade de ocupar um lugar afastado e imerso na natureza, respondendo aos princípios que estiveram presentes na constituição dos mosteiros medievais. Esta intervenção representa, do ponto de vista de reutilização um certo paradigma, já que agora é uma casa da granja que é adaptada para mosteiro, ao contrário do que aconteceu no período de extinção das ordens em que muitos espaços conventuais se transformaram em edifícios de habitação. Analisando do ponto de vista da manutenção, a reutilização é uma abordagem adequada para a conservação do construído. Manter uma construção quando a sua função inicial cessou, é uma prática bastante explorada, mas é difícil conjugar um espaço físico com novas funções, optando muitas vezes pela demolição do interior do edifício, mantendo só as fachadas. Quando se está na presença de edifícios com um valor histórico e patrimonial, uma intervenção deste carácter exige uma abordagem projectual mais corajosa e menos condicionada por valores de especulação imobiliária, conservando ao máximo os espaços herdados e a matéria que é um valor histórico passível de integração e não de demolição. A conservação é saber encontrar a nova função adequada à estrutura existente, tendo presente que a organização dos espaços que serviram para uma função podem servir para uma outra função, assim a sobrevivência de um edifício pode ser assegurada sem grandes alterações de fundo, conservando-se valores, como a arquitectura, a história e a memória.

O segundo projecto trata-se do Centro de Acolhimento e Interpretativo do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra realizado pelo Atelier 15 (Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez).



planta Implantação

O mosteiro foi mandado construir em 1314 por D. Isabel de Aragão, tendo sido escolhido como local de implantação na margem esquerda do Rio Mondego o primitivo núcleo de monjas clarissas fundado em finais do século XIII. O local escolhido para a sua construção foi sucessivamente invadido pelas águas do Mondego, obrigando à construção de pavimentos a cotas mais elevadas e em 1677 foi abandonado em definitivo com a transferência das clarissas e do túmulo da Rainha Santa para um novo mosteiro, o de Santa Clara-a-Nova. Durante a década de 90 e a presente década este local foi intensamente estudado do ponto de vista arqueológico e histórico, optando-se para tal, por introduzir um sistema mecânico de extracção das águas que submergiam o local.

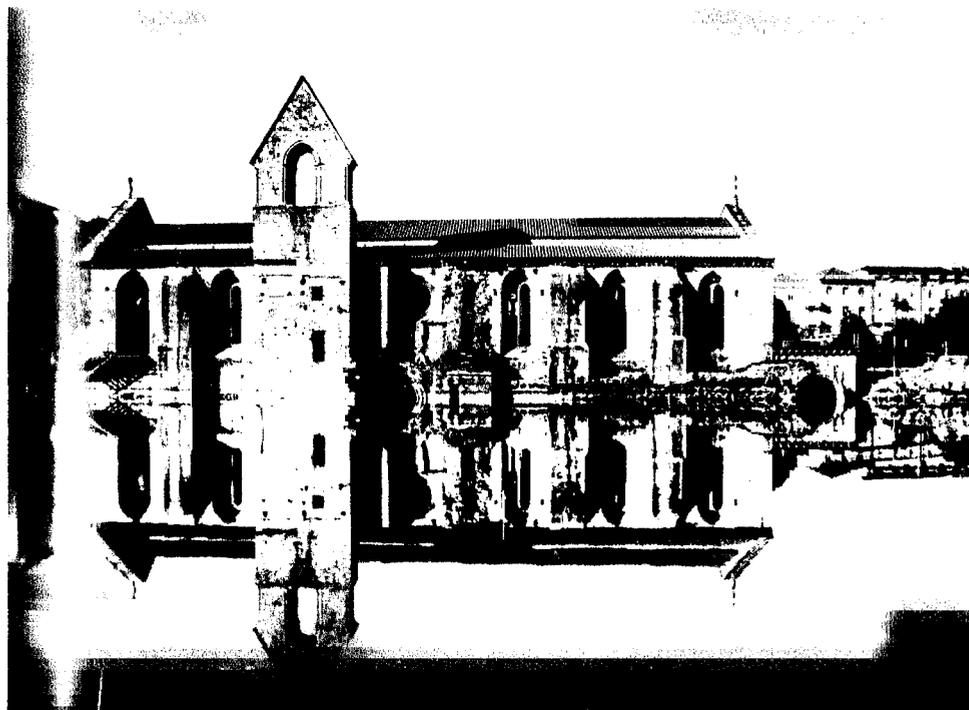
O projecto consiste num edifício com mil metros quadrados, construído para acolher o núcleo museológico e centro interpretativo do mosteiro. O programa do edifício desenvolve-se apoiado em dois núcleos. O primeiro corresponde ao Centro Interpretativo, propriamente dito, com salas de exposições, auditório, espaço de projecção de vídeo, loja com venda de produtos associados ao monumento e cafetaria. O segundo núcleo está relacionado com o estudo e tratamento do espólio arqueológico e museológico do espaço, contendo espaços para reserva de materiais, laboratório de conservação e restauro, biblioteca, gabinetes de investigação e área de serviço educativo.

Arquitectonicamente, o edifício proposto assume-se como remate do sítio arqueológico, afirmando-se como uma ala de remate ao recinto, mas sendo um *volume cortina* que permite a transparência sobre o espaço museológico. A envolvente ao espaço é resultado de um crescimento caótico e a definição dos limites do recinto, numa perspectiva de valorização patrimonial, propõe uma regularização da área pondo em destaque as referências históricas do próprio recinto. A localização do novo edifício sugere que existiria um segundo claustro para além daquele que foi alvo de campanhas de estudo, deixando em aberto uma área de estudo futuro e implantando-se numa área onde poderá ter existido a construção de uma ala do complexo.

Nesta intervenção os princípios de organização espacial de um mosteiro, também guiaram as opções do projecto. As exigências programáticas e funcionais de gestão do próprio recinto associadas às referências históricas conduziram a uma solução totalmente diferente do primeiro exemplo apresentado, embora o tema do claustro continue a ser o tema dominante, as opções de uso e programáticas, bem como os resultados projectuais são totalmente distintos.

A introdução de um novo edifício impõe uma nova atitude de uso do espaço museológico e introduz uma nova função: a de fruição do espaço cultural. O recinto deixa de estar confinado às funções de investigação e estudo para um grupo restrito de pessoas e abre-se ao exterior, assim o tratamento dos espaços exteriores do recinto resultam dessa nova combinação de uso,

contribuindo para uma valorização do objecto de estudo, criando categorias de espaços e organizando percursos de modo a pôr em destaque a área da igreja e do claustro.



igreja e área do claustro, antes e depois das acções de investigação e estudo

Nos dois casos apresentados, a organização programática e espacial do mosteiro domina as opções projectuais.

As funções são claramente distintas, no primeiro caso projecta-se um espaço para acolher uma comunidade de monges, pondo-se em prática, do ponto de vista arquitectónico, as premissas de construção de um mosteiro usando um espaço devoluto cuja função se tinha esgotado, mas que do ponto de vista programático é ideal para receber o novo uso. No segundo caso, o peso do valor patrimonial da preexistência marca a intervenção, pois estamos na presença de um sítio arqueológico e a questão da função inicial assume uma importância histórica e patrimonial, não se pondo em questão a sua continuidade. Temporalmente a função inicial cessou, mas esse facto encerra um valor de memória e através dessa consciência o espaço é estudado segundo uma vertente arqueológica e transformado num recinto museológico, espaço por excelência de conhecimento, onde quotidianamente se sistematizam o estudo dos achados permitindo a partilha com o público.

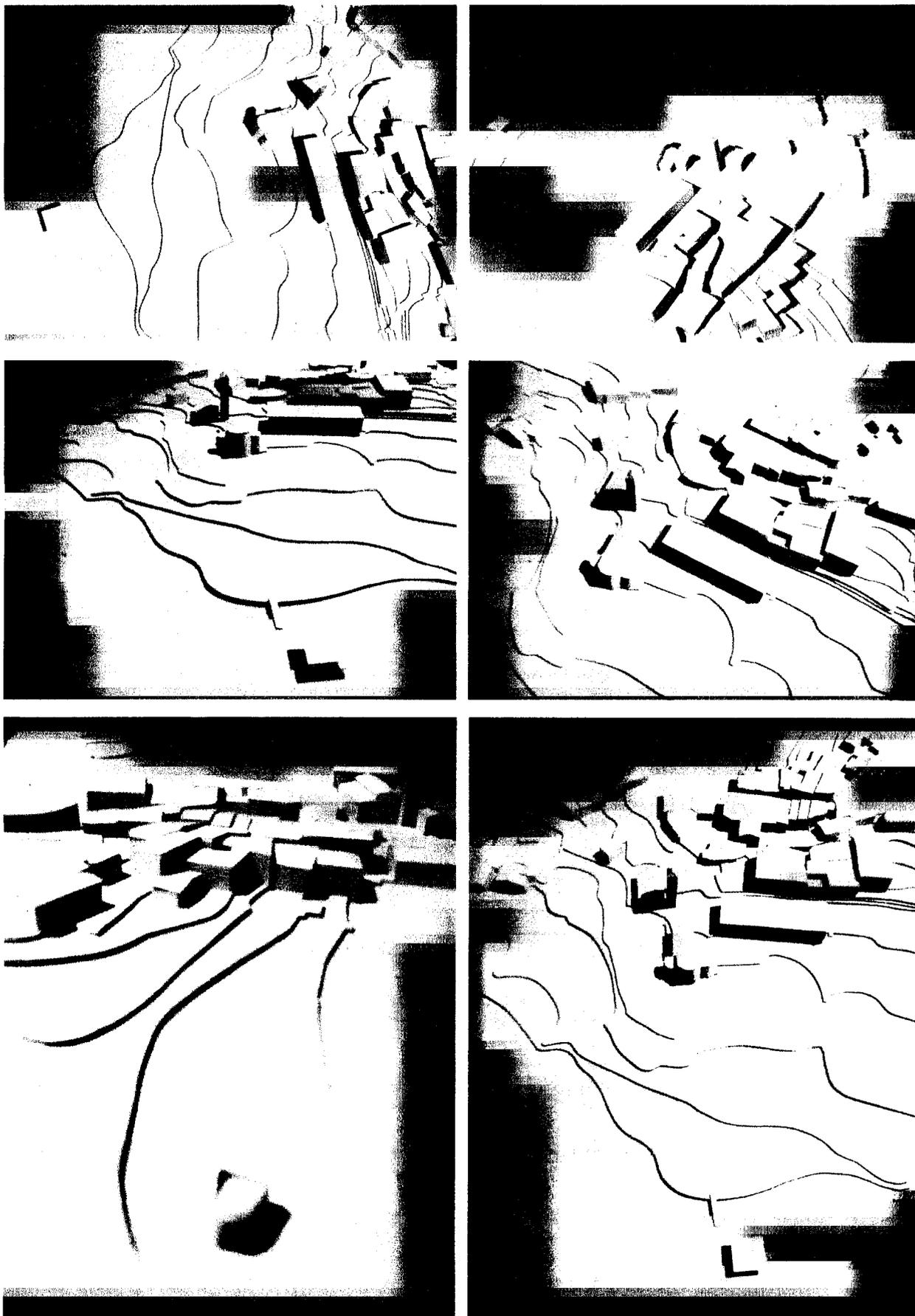
Quanto à proposta de valorização, apresentada neste estudo, para a área onde se implantou o mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs, é fruto de uma recolha de elementos sobre o antigo complexo, da análise *in loco*, contextualizada com as características geográficas, e históricas da região.

Ao confrontando-nos com o facto dos espaços do mosteiro não existirem (sendo sua existência confirmada por vestígios, quer ao nível documental quer ao nível arqueológico), somos remetidos para o plano da memória e da histórica. Naturalmente tal, como Santa Clara-a-Velha, este poderá ser um espaço dedicado ao estudo do mosteiro, tendo presente a sua importância no panorama histórico nacional e o facto de existirem vestígios do mudéjar medieval, fenómeno tido como raro e quase sem expressão nesse período no nosso país.

Actualmente não existe um recinto delimitado da área do mosteiro, existindo pistas onde o complexo se desenvolvia. A proposta tem em consideração a hipótese avançada neste estudo quanto à delimitação de uma possível cerca, estabelecendo os limites do desenvolvimento do mosteiro em confronto com os limites da aldeia.

Em termos de proposta de uso, o facto de se sugerir a coexistência de várias funções ligadas ao estudo do imóvel emerge da necessidade de consolidar, do ponto de vista científico, o seu conhecimento. Em termos programáticos, esta premissa foi traduzida através da consideração de várias zonas: a aldeia, o largo da igreja, a igreja, a área do mosteiro, a antiga casa paroquial e a área da cerca. Cada um destes espaços tem um papel específico e ao integrarem-se nas várias situações de uso sugeridas são por si um contributo para a valorização e a conservação de todo o conjunto.

Arquitectonicamente esta abordagem traduz-se na concepção de espaços distintos com funções específicas: a igreja, a área arqueológica do mosteiro, o Centro Interpretativo do mosteiro, o Centro de Estudo do Mudéjar, o pavilhão de fresco. Nesta proposta, os dois últimos



maquete da proposta de intervenção

espaços são dois volumes novos. O volume maior ao situar-se na fronteira com a aldeia remata esse limite abrindo-se sobre a veiga e o volume mais pequeno, o pavilhão de fresco para além de ser um remate ao percurso que se desenvolve na veiga, assume-se como lugar de pausa e fruição da emblemática cabeceira e da envolvente.

A valorização dos espaços exteriores, congrega num recinto vários espaços, e ao propor um percurso principal que se poderá desdobrar em percursos secundários de visita e de observação, é outro elemento de fruição da área que é fortemente marcado pela paisagem natural e agrícola.

O intuito desta proposta é também servir de reflexão sobre os usos e programas que se desenvolvem para espaços de fruição cultural e sobre a importância que essas intervenções devem ter a longo prazo e não tanto a curto prazo. Muitas vezes o pouco conhecimento científico reunido sobre o local deveria servir como séria consciência quanto à definição de novos usos e funções pouco fundamentados.

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

## **9. lista de desenhos**

## 9. lista de desenhos

n.º	designação	escala	capítulo	página
01	marcação hipotética dos limites do couto do mosteiro	s/escala	06	153
02	aldeia e envolvente - cortes territoriais	1:10 000	06	164
03	aldeia e envolvente - estudo de Zona Especial de Protecção (ZEP) proposta pelo IPPAR	1:1 0000	06	165
04	hipótese de traçado da cerca do mosteiro e identificação de referências territoriais	s/escala	06	166
05	implantação do mosteiro e possível cerca	1:5 000	06	167
06	prospecções geofísicas			
	implantação dos Perfis de Resistividade Eléctrica	1:200	06	169
07	vara castelhana - planta de análise	1:200	06	176
08	vara castelhana - alçados e cortes (1)	1:200	06	177
09	vara castelhana - alçados e cortes (2)	1:200	06	178
10	vara «pé de Rei» - planta de análise	1:200	06	179
11	proposta de intervenção - planta de implantação	1:1 000	08	219
12	proposta de intervenção - piso 1 e piso 2	1:500	08	220
13	proposta de intervenção - cortes volumétricos	1:500	08	221
2.1	planta de levantamento topográfico (implantação)	1:1 000	anexo 1	23
2.2	levantamento arquitectónico - piso térreo	1:500	anexo 1	24
2.3	levantamento arquitectónico - piso intermédio	1:500	anexo 1	25
2.4	levantamento arquitectónico - cobertura - nível dos absidiolos	1:500	anexo 1	26
2.5	levantamento arquitectónico - cobertura	1:500	anexo 1	27
2.6	levantamento arquitectónico - alçados nascente e poente	1:500	anexo 1	28
2.7	levantamento arquitectónico - alçados norte e sul	1:500	anexo 1	29
2.8	levantamento arquitectónico corte transversal e longitudinal	1:500	anexo 1	30
2.9	vara castelhana(= 0,8359m) - Sobreposição de grelha métrica à implantação dos Perfis de Resistividade Eléctrica	1:200	anexo 1	30A

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

## 10. glossário

**nota** este glossário surge como resultado das dúvidas que se foram levantando durante o estudo e elaboração da presente tese de dissertação. Tendo servido para autora como um pequeno *vademecum* de terminologias relacionados, entre vários aspectos, com a história da arquitectura, com arquitectura medieval, nomeadamente com a arquitectura mudéjar. É consequência da consulta da bibliografia anexa a este capítulo. Serviu para elucidar e clarificar noções e termos, achando-se por isso pertinente incluí-lo no final do estudo, pois na sua pouca complexidade de abordagem dos termos poderá, eventualmente, esclarecer outros que se interessem pelo mesmo assunto ou temas relacionados.

Após cada entrada aparece a sua classificação gramatical, de acordo com a seguinte lista:

*s.m.* - substantivo masculino  
*s.f.* - substantivo feminino  
*s.m.pl.* - substantivo masculino plural  
*s.f.pl.* - substantivo feminino plural  
*s.m. e f.* - substantivo de dois géneros  
*adj.* - adjectivo  
*v.* - verbo

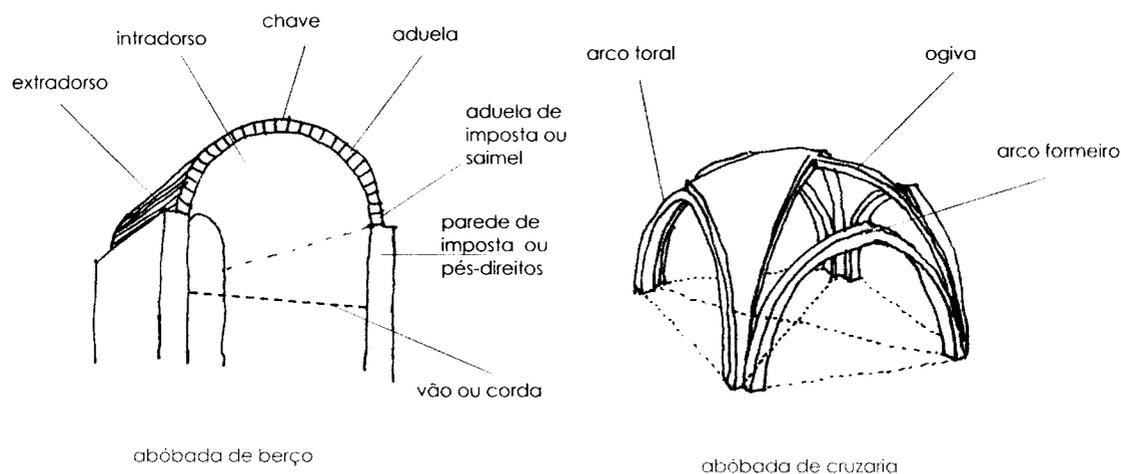
abreviaturas  
*de.* - alemão  
*árab.* - árabe  
*en.* - inglês  
*es.* - espanhol  
*fr.* - francês  
*pt.* - português  
*tb.* - também  
*vid.* - ver

## 10.glossário

### a

**ábaco** - *s.m.*, lâmina plana que remata um capitel de uma coluna com o fim de dar apoio ao arco ou arquitrave.

**abóbada** - *s.f.*, cobertura, normalmente em alvenaria, baseada no princípio estrutural do arco, sendo concebida por um conjunto de pedras apoiadas entre si e assente em paredes ou num sistema complexo de reforços e escoramento.



**abóbada apoiada em arcos torais** - apoiada em arcos torais aquela que é reforçada em cada tramo por um arco que descarrega o peso respectivo através de uma coluna, ou meia-coluna, até aos solo.

**abóbada de arestas** - resulta do cruzamento perpendicular de duas abóbadas de berço, com a mesma altura, com chaves no mesmo plano, projectando interiormente arestas salientes. As duas linhas resultantes da intersecção dos dois berços, formam arestas em cruz que dividem a abóbada em quatro compartimentos. Ao contrário da abóbada em berço, cujo impulso é contínuo ao longo das impostas, aqui encontram-se quatro pontos de carga correspondentes aos apoios das arestas.

**abóbada de berço (perfeito)** - o mesmo que abóbada de canudo, de volta perfeita, de volta inteira ou de canhão.

**abóbada de berço de arco quebrado** - é aquela cuja secção é em arco quebrado (correspondente ao prolongamento de um arco quebrado).

**abóbada de canhão ou meio canhão** - o mesmo que abóbada de berço. A sua secção é semicircular, ou seja é uma abóbada semicilíndrica, gerada por um arco de volta perfeita prolongado indefinidamente. Este sistema exerce sobre a

crista dos muros uma carga contínua que os arquitectos da época românica se esforçaram por combater, concebendo os arcos torais que reforçam as abóbadas e os contrafortes no alinhamento dos pilares.

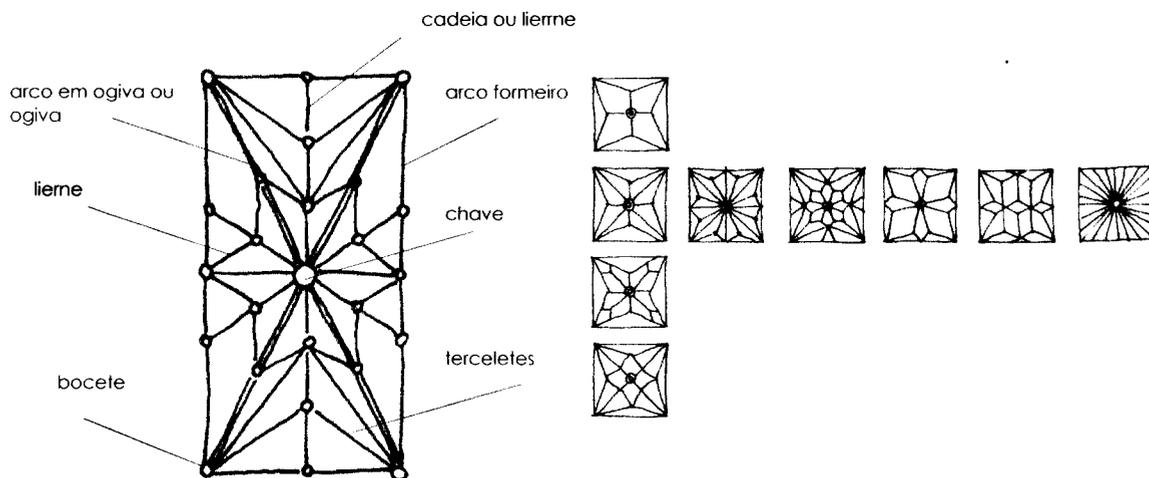
**abóbada de cruzaria de ogivas** - também pode ser denominada de abóbada de cruzaria, de ogivas ou de cruzaria ogival. Esta abóbada consiste numa abóbada de arestas reforçada por nervuras (ogivas) que se cruzam na chave. São reforçadas, perpendicularmente ao eixo longitudinal, pelos arcos torais e paralelamente ao mesmo eixo pelos arcos formeiros.

**abóbadas de estalactites** - consiste numa abóbada polinervada com chaves pendentes, utilizada no gótico final (flamejante), evocando as muqarnas islâmicas, [v. tb. muqarna].

**abóbada de penetrações** - abóbada de berço perfeito, ou quebrado, penetrada de berços transversais cuja altura da chave é inferior. Geralmente frente às janelas para melhor franquear a iluminação natural.

**abóbada de quarto de esfera** - aquela cujo o volume correspondente a um quarto de esfera. Usada geralmente nas absides, nichos, etc.

**abóbada estrelada** - é composta por várias nervuras (ogivas, liernes, terceletes), cuja a composição final é em forma de estrela de quatro ou mais pontas.



vários tipos de abóbadas estreladas

**abside** (ou ábside) - *s.f.*, (do latim *absis* ou *apsis* = zona reservada) é a extremidade de um edifício e, segundo a orientação cristã, é a parte mais oriental da cabeceira de uma igreja, geralmente de forma semicilíndrica ou poligonal, rematada superiormente com uma abóbada.

**absidiolo** - *s.m.*, planta em hemicírculo que remate a parte final das basílicas romanas, dando origem à forma semicilíndrica. Esta forma foi adoptada, posteriormente nas basílicas cristãs, tendo sido adoptada tb., ao nível do traçado da planta, a forma poligonal. É uma pequena capela que flanqueia a abside.

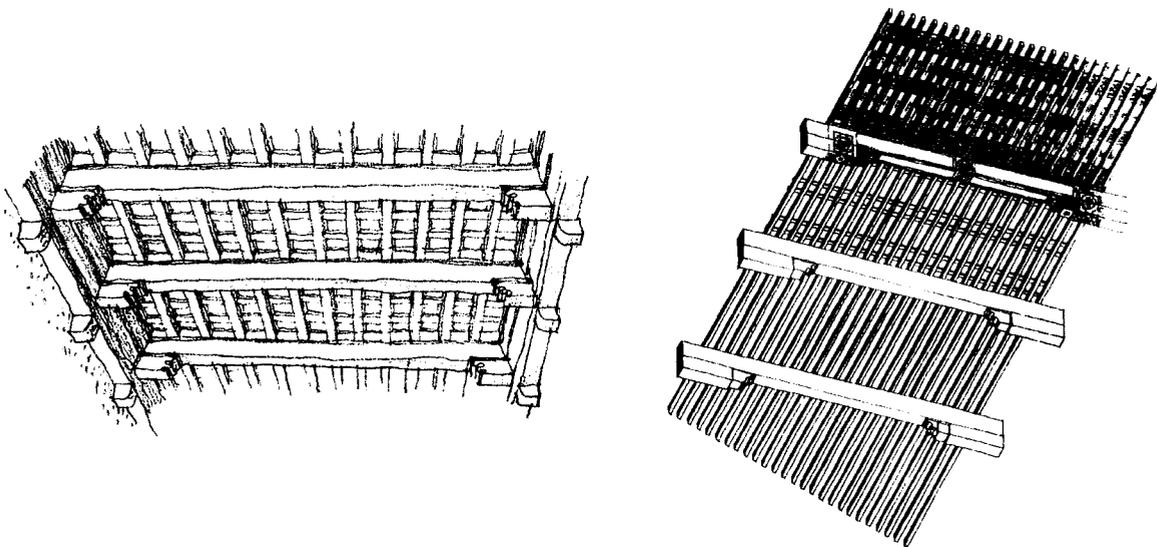
**aduela** - *s.f.*, de origem no termo francês *douelle*, significa pedra talhada em forma de cunha e corresponde a cada uma das peças constituintes de um arco ou de uma abóbada. As peças de contacto com os pés-direitos e arranque do arco chamam-se saiméis a peça de fecho do arco denomina-se chave. A reunião de todas as aduelas pelo interior formam o intradosso e pelo exterior o extradorso, [vid, tb., arco].

**ajimez** - *s.m.*, janela árabe geminada com colunelo ou mainel central, onde posam dois arcos ultrapassados.

**alarife** - *s.m.*, (do árabe *al-'arif* = *o que conhece o que está bem informado* e por isso chefe do grupo, o mestre) arquitecto, mestre-de-obras de pedreiro e de carpintaria na Espanha muçulmana. Também se utiliza para definir os pedreiros muçulmanos em território cristão.

**albarrã** - *s.f.*, do árabe *al-barra*. | 1. É uma torre saliente nas muralhas militares, característica das fortificações hispano-árabes. | 2. Torre forte onde se guardava o erário público. | 3. Galeria de madeira provisória no topo dos muros de defesa das fortalezas para afastar o inimigo. A partir do séc. XV a madeira foi substituída por machicoulis em alvenaria de pedra.

**alfarge** - *s.m.*, tecto plano horizontal formado por vigas mestras (*jácenas* [es.]) que apoiam directamente num estribo ou através de cachorros. Sobre as vigas mestras pode apoiar um segundo nível de vigas (*jaldetas* [es.]) perpendiculares às primeiras. Geralmente decorado, através de vigas lavradas e entrelaçadas, formando um estrado em grelha, com decoração geométrica de gosto islâmico e muito utilizado na arquitectura mudéjar.



tectos em alfarge segundo Enrique Nuere

**alfiz** - *s.m.*, (do árabe *al-ifrīz*) moldura quadrangular que rodeia uma portada ou um arco. É um elemento tipicamente muçulmano, adoptado pela arquitectura medieval cristã e presente em todas as obras mudéjares.

**alicatado** - *s.m.* e *adj.* (do árabe *al-qat ā'a*) superfície coberta de azulejos ou placas cerâmicas recortadas de maneira a formar desenhos geométricos, aparecendo geralmente em frisos decorativos, usados desde o séc. XII. O termo deriva do verbo *alicatar* [es.] que remete para uma técnica de fazer azulejos de origem persa, ou seja cortar ou dividir a pasta de barro para dar forma a outras peças mais pequenas.

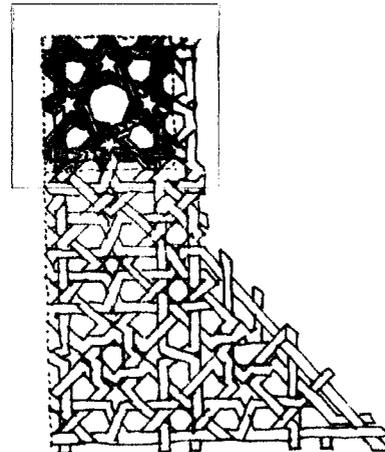
**alizar** - *s.m.* **1.** o mesmo que túnica. | **2.** Esta palavra, de origem árabe (*al-izār, el velo* ou *el paño* [es.]), é utilizada para denominar, por analogia, o revestimento de paredes, ombreiras e folhas de janelas. Guarnição da parte interna das portas e janelas. | **3.** Denominação para cada uma das peças que constituem um alicatado.

**4.** Pode ser, também, uma régua horizontal ao longo das paredes para protecção ao encosto das cadeiras. | **5.** É utilizado para definir uma faixa de revestimento de azulejos, mármore, tijolo, madeira, na parte inferior da parede, cuja altura varia de entre um a dois metros (lambriel). | **6.** Na zona de Terra de Campos (Castela e Leão), é também um preparado de argamassa para utilizar nas fundações (*árabe al-'isas, los cimientos, las zanjas* [es.]).

**aljama** - *s.f.*, **1.** zona destinada a moradores muçulmanos e judeus, depois da reconquista cristã. Poderia ser um bairro no caso de uma cidade, ou uma aldeia no caso da fixação ser no campo. | **2.** Mesquita principal de sexta-feira numa cidade preparada para receber a totalidade dos habitantes desse local.

**almizate** [es.] - *s.m.* de origem árabe (*al-mīsā, o centro*). | **1.** Ponto central de certos telhados. | **2.** pano de tecto horizontal em *par y nudillo*.

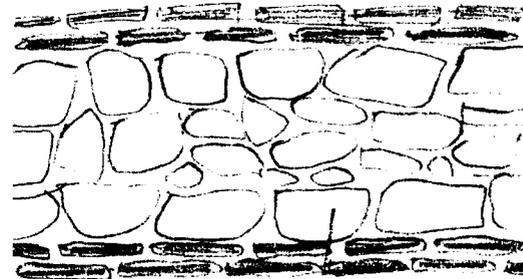
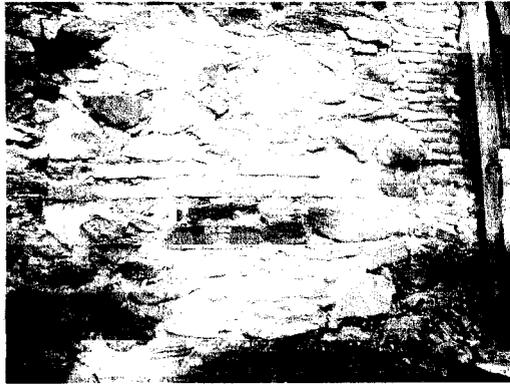
parte de um almizate



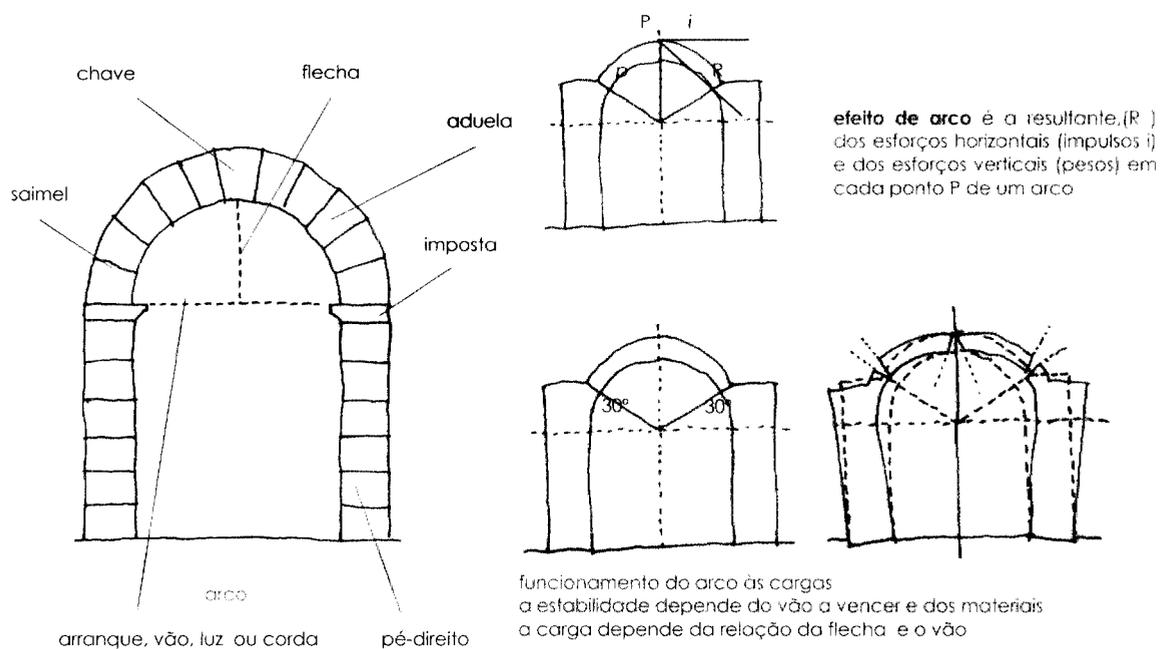
**alminar** [es.] - o mesmo que almenara [pt.] (com origem no árabe *almenara* = farol), [vid. tb. minarete].

**alvanel** - *s.m.*, (do árabe *al-banní* = pedreiro) pedreiro que trabalha na obra de alvenaria de tijolo, pedra, etc. Pedreiro. Variantes: alvaner, alvanir, alvener, alvenéu, alvenel, albanel. No latim utilizava-se o termo *structor* [aquele que coloca (os tijolos)] e a expressão *faber cæmentarius* (operário argamasseiro). *Cæmentum* designava simultaneamente a pedra cortada, a cal e argamassa.

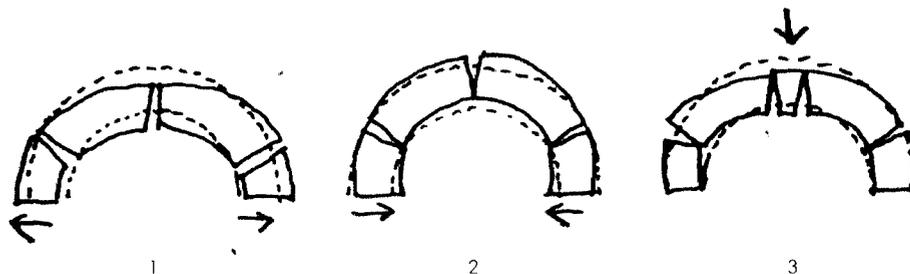
**aparelho toledano** - *s.m.*, aparelho utilizado na arquitectura mudéjar em associação com a alvenaria de tijolo, muito utilizado em Toledo. Consiste em caixas de alvenaria irregular de pedra de diversa origem intercaladas entre fiadas duplas de tijolo. Normalmente as paredes laterais e as torres das igrejas mudéjares eram construídas neste aparelho e reforçadas nos pontos de maior exigência estrutural em alvenaria de tijolo.



**arco** - *s.m.*, 1. forma geométrica linear que serve de directriz a um arco estrutural. | 2. elemento estrutural, que transmite a carga suportada aos *pés-direitos* ou *pegões* em que se apoia. É, normalmente, uma estrutura curvilínea, composta por blocos em forma de cunha chamadas *aduelas*, a primeira de arranque do arco é chamada *saimel* e que fecha o arco superiormente é a *chave*. Servindo para unir ou abrir muros, paredes ou outros elementos, convertendo o impulso descendente da carga que suporta, a sua essência encontra-se na estabilidade.



Este elemento arquitectónico foi amplamente utilizado na antiguidade, pelos egípcios, assírios e gregos, mas foi no período romano onde as suas potencialidades estruturais foram plenamente exploradas, através da sua combinação com a abóbada.



vários tipos de dano estruturais que um arco pode sofrer.  
 1. rotura por distanciamento dos pés-direitos | 2. rotura por aproximação dos pés-direitos | 3. rotura por sobrecarga.

As novas tecnologias e materiais dispensaram a sua utilização, embora o efeito de arco esteja patente ainda nas estruturas contemporâneas como é o caso das coberturas em cascas.

**arco abatido** - arco quebrado, formado por quatro segmentos circulares, os dois mais extremos têm origem em circunferências cujos centros estão colocados na *linha de nascença*. Os outros dois segmentos têm origem em circunferências com centros colocados abaixo dessa linha. (O mesmo que arco rebaixado, arco em asa de cesto, arco sarapanel).

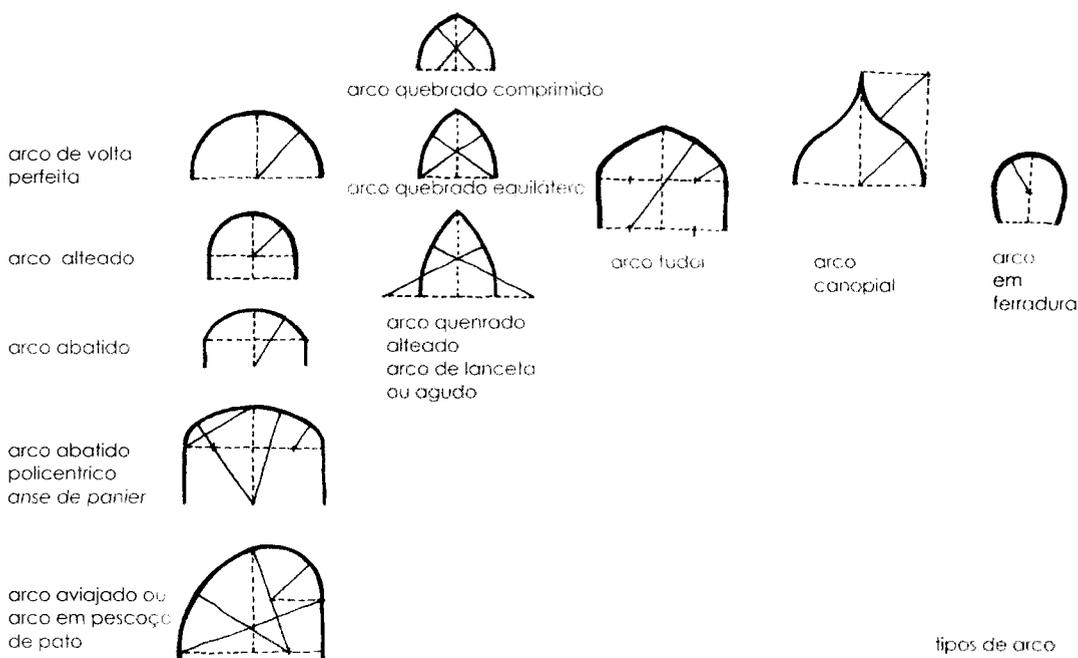
**arco agudo** - *vid.* arco quebrado.

**arco alteado** - arco cujo o nível dos pés-direitos se prolongam acima das impostas. O mesmo que arco peraltado.

**arco colchete** - *vid.* arco canopial.

**arco canopial** - o mesmo que arco conopial, arco colchete, arco duplo, arco de carena, arco contracurvado e flamejante é formado por quatro segmentos de circunferência, iguais e opostos, fazendo duas curvas, uma côncava em baixa e convexa em cima.

**arco conopial** - *vid.* canopial.



tipos de arco

**arco duplo** - v. arco canopial.

**arco de meio ponto** - o mesmo que arco de volta perfeita.

**arco de pleno cintro** - *vid.* arco de volta perfeita.

**arco de volta inteira** - *vid.* arco de volta perfeita.

**arco de volta perfeita** - o mesmo que arco semicircular, arco de meio ponto, arco de volta inteira, arco de volta redonda, arco de pleno cintro. É formado por um semicírculo com um só centro, é característico da arquitectura romana, românica e do Renascimento.

**arco de volta redonda** - *vid.* arco de volta perfeita.

**arco em asa de cesto** - *vid.* arco abatido.

**arco em ferradura** - arco com forma de uma ferradura de cavalo, maior que a volta perfeita, podendo ser, também, apontado. É um elemento arquitectónico presente na arquitectura islâmica.

**arco flamejante** - *vid.* arco canopial.

arco laceolado - em forma de lança.

**arco peraltado** - *vid.* arco alteado.

arco polilobado ou polilobulado - o intradorso é recortado por muitos arcos de círculo, iguais ou não (lóbulos ou lobos)

**arco quebrado** (apontado) - formado por dois segmentos de circunferência com centros diferentes. Obtém-se dividindo a corda do arco em três partes iguais, colocando o centro sobre o terceiro ponto divisor oposto ao arco que se pretende traçar. Também conhecido por arco agudo, é erradamente denominado por arco ogival ou em ogiva [*vid.* ogiva], como durante muito tempo se ensinou, após *Arcisse Caumont*, pois seria um dos critérios para definir ou mesmo a característica fundamental do gótico. Este arco começou a ser usado no começo do séc. XII, nas igrejas românicas de Borgonha e do *Poitou*, enquanto que ainda se podem ver arcos de volta perfeita em edifícios góticos como nas catedrais de *Sens* e *Laon*. A preferência pela parte dos arquitectos do uso do arco agudo, na arquitectura gótica, prende-se com uma razão estritamente técnica, pois este arco facilitava a construção das abóbadas, pois o empuxo era menor.

**arco rebaixado** - *vid.* arco abatido.

**arco sarapanel** - *vid.* arco abatido.

**arco semicircular** - *vid.* arco de volta perfeita.

**arco trilobado** - o intradorso é recortado por três arcos de círculo, iguais ou não. (lóbulos ou lobos)

**arco tudor** - arco canopial achatado de quatro centros, rebaixado e apontado na chave. Este arco é característico da arquitectura inglesa do início do séc. XVI.

**arco ultrapassado** - continua para baixo do seu diâmetro. *Vid.* arco em ferradura.

**arcobotante** - *s.m.*, arco exterior, construído para fazer resistência ao impulso lateral das paredes de um edifício. Apoiado num contraforte (botaréu), o qual conduz as cargas ao solo, a função do arcobotante é de neutralizar as cargas localizadas das abóbadas sobre cruzaria de ogivas. Os arcobotantes podem ser simples ou duplos, foram amplamente utilizados no gótico e no caso das grandes catedrais, com mais de três naves, assumiam-se com dois andares e com dois tramos. Ainda no gótico os arcobotantes escoavam as águas pluviais através de canais (agueiros) localizados no interior do extradorso, os quais eram rematados por gárgulas.

**arco cruzeiro** - *s.m.*, arco que marca a divisão entre a capela-mor e o corpo da igreja.

**arco em ogiva** (ou ogival) - *s.m.* arco diagonal que sustenta as arestas de uma abóbada, largamente utilizado no gótico para o reforço destas. Um dos três elementos da abóbada em ogiva: ogivas, arcos formeiros e arcos torais.

**arco de descarga** - *s.m.*, também conhecido por enxaço ou arco de ressalva ou arco de escação, é inserido num muro, por cima duma verga (ou duma platibanda) de modo aliviar as cargas exercidas pelo peso do mesmo.

**arco diafragma** - *s.m.*, arco transversal que separa os tramos de certas igrejas românicas com o fim de aliviar as paredes laterais, suportando a estrutura da cobertura, normalmente em madeira.

**arco formalete** - *s.m.*, o mesmo que arco formeiro.

arco formalote - *s.m.*, o mesmo que arco formeiro.

**arco formeiro** - *s.m.*, arco estrutural que reforça uma abóbada, sendo paralelo ao eixo desta. é uma espécie de toral longitudinal usado por vezes nas abóbadas de ogivas, encastrado nas paredes laterais absorvendo grande parte da carga da abóbada, transmitida pelas ogivas. O arco formeiro ao aliviar essas paredes permite que se realizem grandes rasgos, tão apreciados no gótico de modo a explorar a entrada de luz no espaço da catedral. Também conhecido por arco mestre, arco formalete ou arco formalote, [vid. tb. arco em ogiva].

**arco mestre** - *s.m.*, v. arco formeiro.

**arco de ressalva** - v. arco de descarga.

**arcossólio** - *s.m.*, **1.** Nicho funerário cavado sobre um arco nas galerias subterrâneas das catacumbas. | **2.** Arco situado superiormente a um sarcófago, inserido numa parede exterior ou interior de igrejas ou capelas funerárias.

**arco toral** - *s.m.*, arco que corta uma abóbada na perpendicular do seu eixo, definindo os diversos tramos de abóbadas. Sendo perpendicular às paredes laterais, o objectivo deste elemento é aumentar a resistência das abóbadas, [vid. tb. arco em ogiva].

**arcuaciones lombardas** [es.] - arcaria dupla cega das paredes lombardas.

**armadura** [es.] - *s.f.*, também se pode utilizar em português o termo para denominar uma estrutura em madeira de uma cobertura (v. madeiramento). Desta palavra surge a expressão *la carpinteria de armar española*. Segundo Gusman<sup>1</sup> existem as armaduras de duas águas: *parhilar* [es.] e *par y nudillo* [es.] e as de quatro águas: armadura de *limas simples* ou *bordón* e de *limas duplas* ou *moamares*.

**arquitectura mocárabe** - *s.f.*, segundo Chueca Goitia, no catálogo *Arquitectura muçulmana peninsular e a sua influência na arquitectura cristã*, é uma arquitectura cristã feita por cristãos e para cristãos, mas o que a distingue das outras arquitecturas pré-românicas é o facto dos seus criadores terem vivido na Espanha muçulmana, tendo a sua formação sido feita sob a égide da cultura cordovesa. Os edifícios apresentam um cruzamento entre tradições hispano-visigóticas e contributos cordoveses. Por exemplo a utilização exclusiva do arco em ferradura com extradorso e alfiz. No interior busca-se o espaço fragmentado ou cruzam-se arcos em forma de iconostase como *San Miguel de Escalada*. As abóbadas são muitas vezes de taipa e

<sup>1</sup> GUZMAN, Rafael, López - *Arquitectura Mudéjar*. Madrid, Manuales Arte Cátedra, 2000.

nervuradas como as andaluzas. As absides parecem verdadeiros *mihabs*, sobretudo quando são pequenas como é o caso de *Celanova*.

**arquitrave** - *s.f.*, parte do entablamento que assenta directamente nos capitéis.

**arquivolta** - *s.f.*, arco que constitui um elemento dum portal. Moldura concêntrica do extradorso de um arco que pode ou não ser decorada. Os portais românicos e góticos compõem-se por muitas arquivoltas concêntricas em recuo criando um efeito de volume, com o vasto repertório decorativo.

**artesoado** - *s.m.* abóbada, tecto ou intradorso de arco decorado por artesãos.

**artesão** - *s.m.*, **1.** artífice, operário que exerce um trabalho manual. | **2.** Trabalho ou ornato entre molduras situadas nos tectos das abóbadas. Deriva de *artesa* (caixote de fundo estreito onde era amassado o pão). Um forro é artesoado quando é formado por painéis delimitados por molduras salientes à maneira de vigas articuladas. O conjunto dos adornos (que podem ser quadrangular, poligonal ou circular) chama-se artesoado. O mesmo que caixotão.

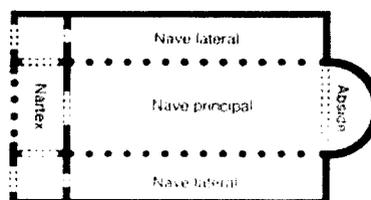
**ataurique** - *s.m.* (do árabe *at-twasiya* = decoração com desenhos coloridos) motivo ornamental de carácter vegetal, a partir da estilização da folha de acanto clássica, característica da arte califal de Córdoba é igualmente adoptada pelo mudéjar.

## b

**backsteingotik** [al.] - arquitectura gótica construída em tijolo, típica dos países que rodeiam o lado Sul do Mar Báltico, como, a Dinamarca, o Norte da Alemanha, o Norte da Polónia. Literalmente o termo significa arquitectura de pedra cozida e esta arquitectura atingiu o seu auge no séc. XIV.

**baldosa** - *s.f.*, v. ladrilho.

**basílica** - *s.f.*, **1.** do grego *basileus* significa a casa do rei, ou seja palácio real. | **2.** No período romano, espaço rectangular, normalmente com três naves, terminadas por um hemicírculo em cada uma das extremidades menores e cuja função poderia ser a de tribunal, ou de ponto de encontro para negócios. | **3.** Igreja cristã do séc. IV ao séc. XI construída segundo o plano das basílicas romanas, mantendo a planta rectangular com um número ímpar de naves, em que a central é mais elevada do que as restantes.



basílica segundo Pais da Silva, *op.cit.*, p.56

**bocel** - *s.m.*, moldura lisa cilíndrica em meia cana que circunda geralmente a base de uma coluna ou que remata os pés das escadas.

**bocete** - *s.m.*, florão ou ornato circular de pedra ou metal que quebra as intercepções das nervuras das abóbadas góticas.

**botaréu** - *s.m.*, v. arcobotante.

## C

**cabeceira** - *s.f.*, nas igrejas é o *caput ecclesiae*, ou seja a extremidade nascente da nave onde se situa a capela-mor, numa leitura *semasiológica* pode ser comparável à cabeça de Cristo no crucifixo.

**califal** - *s.m.*, arte que se desenvolveu em Córdoba durante o período do califado (séc. VIII-XI) e cujo o maior expoente se traduz na Mesquita de Córdoba, tendo exercido uma enorme influência nos séculos posteriores na arte mudéjar.

**cajones** [es.] - o mesmo que caixas. Neste estudo este termo foi encontrado quando se fazia referência ao *aparelho toledano* e que consiste no volume de pedra irregular compreendida entre duas fiadas duplas de tijolo.

**cella** ou **cela** - santuário que correspondia à parte central dos templos clássicos. Usam-se no mesmo sentido os termos gregos *naos* ou *sêkos*.

**chave** - *s.f.*, peça em pedra em forma de cunha que serve para fechar um arco ou uma abóbada, assegurando a coesão entre as restantes aduelas, [*vid.* arco].

**cimbre** - *s.m.*, **1.** curvatura interior de uma abóbada ou de um arco (intradorso). | **2.** Armação provisória que sustenta as aduelas até que o arco ou a abóbada sejam fechados. O mesmo que cambota.

**cintro** - *s.m.*, o mesmo que cimbre.

**cimácio** - *s.m.*, última moldura do cimo duma cornija de uma arquitrave de um friso, formada por duas porções de circunferência, a superior côncava e a inferior convexa.

**cimásio** - *s.m.*, o mesmo que imposta, ou seja, última pedra do pé-direito onde assenta o saímel de um arco ou de uma abóbada.

**contraforte** - *s.m.*, maciço de alvenaria aplicado em saliência contra um muro para o reforçar e o escorar nos pontos críticos, de modo a diminuir os efeitos de carga. No gótico asseguram o equilíbrio das abóbadas, servindo de apoio aos arcobotantes.

**corda seca** (técnica de) - *s.f.*, **1.** técnica de decoração cerâmica que surge na Península Ibérica no séc. XI. Os motivos ornamentais são desenhados com traços de manganês preparado com uma matéria gordurosa. Esses pequenos compartimentos definidos eram preenchidos com uma série de fundentes consoante a cor desejada: óxido de ferro para o

melado, óxido de cobre para o verde, óxido de manganês para o preto, estanho para o branco. Depois do processo de desenho as peças são expostas ao calor de um forno, onde o manganês e a gordura são queimados, impedindo de os outros materiais se misturarem. | **2.** O mesmo que azulejo.

**cruzadas** - *s.f.pl.*, o objectivo das cruzadas não era formar uma contra-*djihad*, mas constituir *peregrinações-armadas* com o objectivo de salvar o Santo Sepulcro das incursões destruidoras dos Fatímidas em 1009, procuraram aliviar Bizâncio das pressões seljúcidas. Segundo os historiadores muçulmanos os *cruzados* eram assinalados com um tremo genérico de *francos*.

**cruzeiro** - *s.m.*, nas igrejas de planta em cruz é a área de intersecção entre a nave central e o transepto, designando, também, o transepto.

## d

**dentilhado** - *s.m.*, motivo decorativo característico das superfícies de alguns paramentos em tijolo, dando origem a diversos motivos ornamentais como dentes de serra, de lobo, de cremalheira e dentilhado pontual.

**dentes de serra, dentes de lobo ou dentes de engrenagem** - *s m.pl.*, disposição na fiada do aparelho de tijolo, em diagonal, de modo a criar nas faces das paredes relevos. Este tipo de ornamento é típico do românico mudéjar.

**diaconicon** [gr.] - compartimento situado a sul (direita) do Santuário na zona absidal de uma igreja bizantina, simétrico à prótese, servindo de sacristia.

## e

**empuxo** - *s.m.*, **1.** esforços laterais ou pressões que a terra sobre os muros de arrimo. | **2.** Solicitações provocadas pelas abóbadas ou arcos sobre os suportes ou encontros. | **3.** pressão da terra, da abóbada ou do arco nos seus encontros ou suportes.

**engobe** - **1.** camada de argila fina de cor clara, aplicada sobre uma peça de cerâmica, de modo a esconder a chacota. | **2.** Solução de argila cremosa usada para cobrir, impermeabilizar, decorar e colar peças.

**enjunta** [es.] - *s.f.*, **1.** (do latim *exucta*, de *exsugère* = chupar) cada um dos triângulos que resultam quando um quadrado é inscrito num círculo. | **2.** cada um dos triângulos curvilíneos que formam um anel de uma cúpula. | **3.** Espaço triangular entre o arco e alfiz na arquitectura muçulmana.

**enxalço** - *s.m.*, v. arco de descarga.

**epístola** - nas igrejas cristãs católicas é a zona no altar onde se lê a epístola, ou seja no lado Sul. Serve para localizar tudo o que se encontre nesta área (e.g. cadeiral do lado da epístola).

**evangelho** - nas igrejas cristãs católicas é a zona no altar onde se lê a epístola, ou seja no lado Norte. Serve localizar tudo o que se encontre nesta área (e.g. retábulo do lado do evangelho).

**esonártex** - *s.m.*, nártex colocado no interior da igreja, precedendo a nave, funcionando como vestíbulo.

**esquinillas** [es.] - o mesmo que dentes de lobo, dentes de serra ou dentes de engrenagem.

**estalactite** - *s.f.*, o mesmo que moçárabe ou muçarna.

**estribo** - *s.m.*, **1.** maciço de pedra contendo o impulso de um arco botante ou dos arcos de uma ponte. Este termo usa-se mais frequentemente para designar os botaréis construídos nas extremidades duma ponte. Não deve ser empregue como sinónimo de pilar, porque o pilar sustenta o estribo. | **2.** [es.] Barrote que, por vezes, se coloca horizontalmente sobre os tirantes, em *barbilha* [es. *vid. tb. lima*] (assemblagem das pernas com frechal), as pernas de uma armação de uma cobertura.

**exonártex** - *s.m.*, um nártex que se projecta da fachada.

## f

**frechal** - *s.m.*, viga de madeira que corre sobre a última fiada de uma parede e na qual assentam as entregas das linhas das asnas ou dos vigamentos. No mudéjar podem ser ornamentados com faixas de madeira ou de gesso.

## g

## h

## i

## j

**janqa** - *s.f.*, mosteiro ou pousada para *sufis* ou dervixes.

**jam** - *s.m.*, o mesmo que caravansarai ou funduq. Era uma pousada localizada nas grandes vias de comunicação, servindo de armazém e hospedaria.

**jamba** - *s.f.*, cada uma das peças laterais de uma janela ou porta, quando aparelhadas em forma de coluna.

## k

## l

**laços** ou **laçaria** [es.] - *vid.* lançaria.

**ladrilho** - *s.m.*, peça chata e pouco espessa de forma variável, de pedra, de cerâmica, de cimento, ou ferro usada para revestir pavimentos e paredes. Se for em terra ou argila, também pode ser chamado de baldosa.

**ladrillo** (es.) - *s.m.*, o mesmo que tijolo.

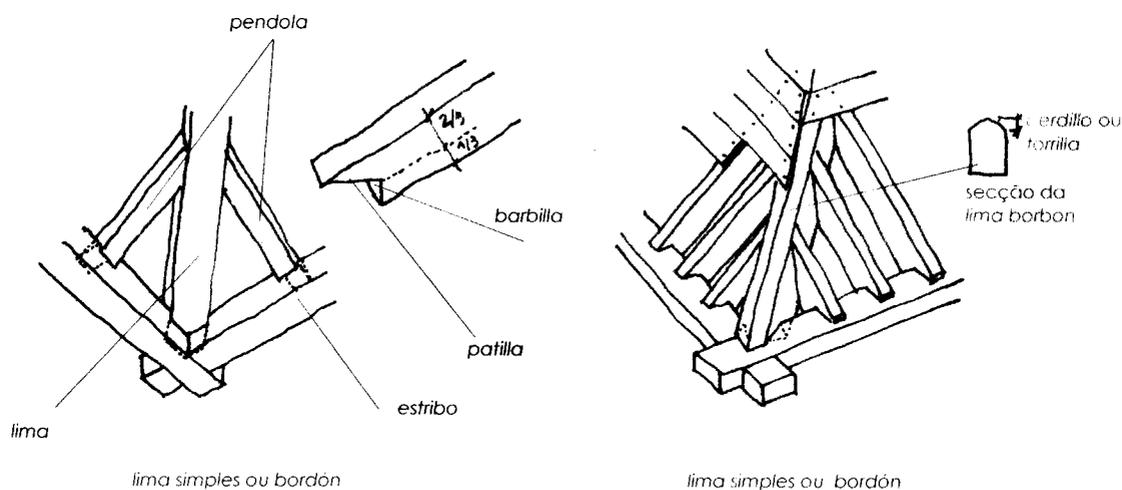
**lambriha** - *s.m.*, azulejo quadrado de formato reduzido usado em pavimentos, combinado com a tijoleira.

**lançaria** - *s.m.*, motivo decorativo da cultura muçulmana que consiste no entrecruzamento até ao infinito de linhas quebradas que deixam entre si pequenos espaços poligonais (*v.* tecto mudéjar).

**lesena** [es.] - o mesmo que pilastra.

**lierne** - *s.m.* 1. peça de ligação. | 2. Numa abóbada de cruzaria de ogivas é o arco situado entre a chave e os topos dos arcos torais e dos formaletes, geralmente biforcando em dois tramos (terceletes), antes de atingir a chave dos torais e dos arcos formeiros. Embora, estruturalmente não tenha significado, esta formalização é meramente estética, tendo aparecido no séc. XIV e desenvolvendo-se profusamente no séc. XV, [*vid.* abóbada].

**lima** [es.] - o mesmo que a peça em madeira que forma o rincão nos telhados de 4 águas, [*vid.* tb. madeiramento de *limas simples* ou *bordón* e *limas duplas* ou *moamares*].

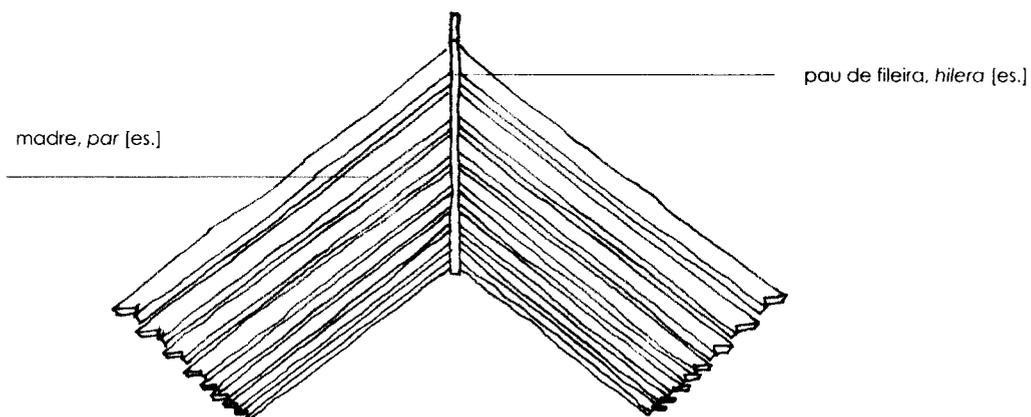


## m

**madeiramento** - *s.m.* **1.** Ossatura em madeira de uma construção. | **2.** Conjunto da armação (diferentes peças) ou travejamento que sustenta uma cobertura, um tecto ou uma sobrado. O mesmo que vigamento.

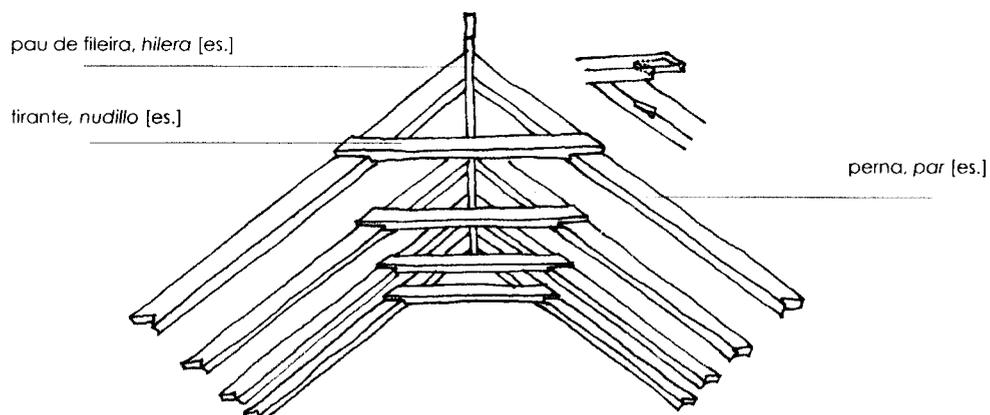
A partir do séc. XV distinguem-se os carpinteiros de *grande e pequena machadinha*. O *marceneiro* era um carpinteiro de *pequena machadinha*, dotado para fazer peças de arquitectura ou de mobiliário, envolvendo o trabalho de elementos de encaixe através de juntas (assemblagens). Era, por isso, naturalmente responsável pela construção das coberturas e esqueletos de edifícios em madeira.

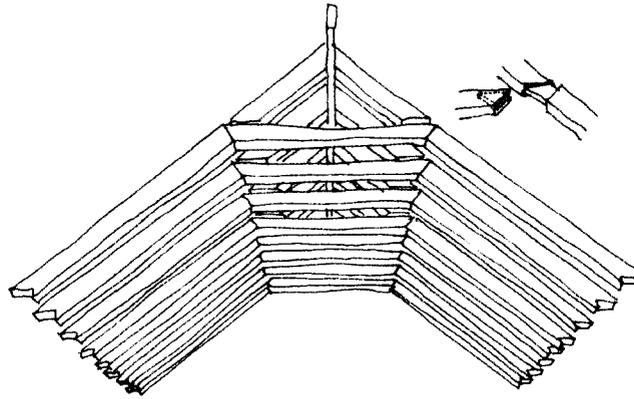
**madeiramento de parhilara ou mojinetes** [es.] - madeiramento tradicional ou seja uma ossatura constituída por uma pau de fileira (es. *hilara*), o qual une uma sucessão de pernas opostas [es. *par* ou *alfarda*], estas por sua vez pousam no frechal [es. *solera* ou *durmiente*].



madeiramento ou armadura de *parhilara* ou *mojinetes*

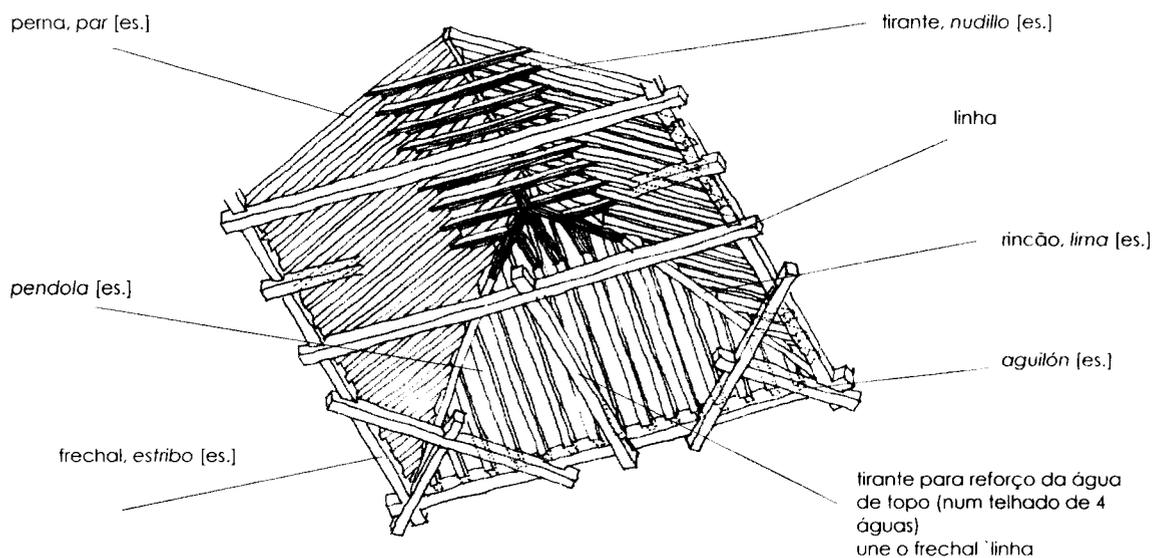
**madeiramento de par y nudillo** [es.] - madeiramento de *parhilara*, perante a exigência estrutural de maior esforço e, de modo a evitar o empeno das pernas era colocado um nível (tirante horizontal), unindo duas pernas opostas e reforçando a armação. Este vigamento é muito usado na arquitectura mudéjar dando origem aos famosos tectos trabalhados com entrelaçamento entre de peças de madeira, criando efeitos geométricos. Mais uma vez encontra-se a influência árabe e estes trabalhos eram realizados por *carpinteros de lo blanco*, [vid. *par y nuddillo*].



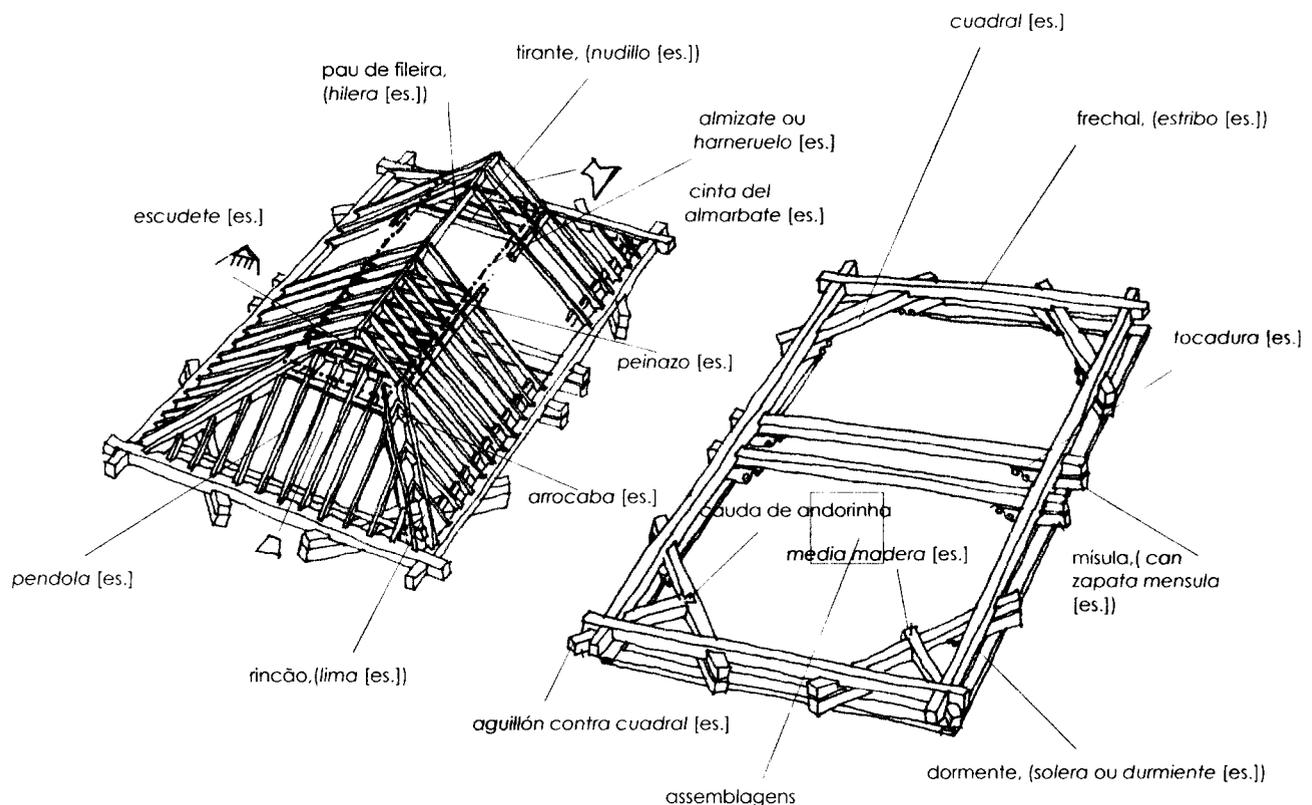


madeiramento ou armadura de *par y nudillo*

**madeiramento de *limas*** [es.] ou **de *artesa*** [es. e pt.] - madeiramento que suporta um telhado de quatro águas. Esta armadura se for reforçada com os *nudillos* dá origem aos tectos em caixotão ou em *artesa* (arca de amassar o pão, tb. conhecida por *masseira* ou *gamela*), cuja secção é trapezoidal, [v. esquema de madeiramento *par y nudillo*].



madeiramento de *limas simples* ou *bordón*



madeiramento de limas duplas ou moçamares

**madrassa** - *s.f.*, significa local de estudo (termo árabe formado a partir de *darasa* = estudar). O protótipo de madrassa foi fundado em Bagdad, em 1067, numa época de confronto entre a ortodoxia sunita e a especulação e propagando shi'ita. A madrassa surge como um momento de rotura às universidades abertas de especulação intelectual, que incorporavam a influência das obras e filosofias gregas, persas, sânscritas e siríacas, onde se formaram *Ibn Sina* (Avicena) e *Ibn Rushd* (Averróis) numa tónica da razão (*ijtihad* = esforço de reflexão pessoal). Enquanto que as antigas universidades criadas entre o séc. IX-X (numa cultura islâmica consolidada) estavam acopladas às importantes bibliotecas, no séc. XI este novo espaço de estudo, numa postura anit-racionalista estava muitas vezes associado às mesquitas de sexta-feira, patrocinadas por califas, sultões e particulares. No séc. XIII, a arquitectura da madrassa imponha-se nos centros urbanos islâmicos como em Damasco e no Cairo, onde existia uma proliferação destes locais. Aí eram ministrados cursos que incluíam as artes liberais (gramática, retórica e lógica), as matemáticas tradicionais, o direito, a literatura, os comentários e a salmodia do Alcorão (*Qu'ran*).

**madrassal** - *s. m.*, v. madrassa

**machicoulis** - *s.m.pl.*, tb. machicólis é o mesmo que mata-cães.

**mainel** - *s.m.*, 1. pilarete que divide um vão de uma janela ou porta e serve de apoio ao lintel ou saimel dos arcos. | 2. Corrimão de uma escada.

**marquetaria** - *s.f.*, arte de incrustar, embutir ou aplicar peças recortadas de diferentes materiais (de madeira exótica, marfim, tartaruga, madrepérola, etc) em obras de marcenaria, formando desenhos e policromia.

**mata-cães** - *s.m.pl.*, plataforma em consola sobre as portas dos castelos que permitiam a vigia e controlo. Muitas vezes estas plataformas, em alvenaria, estendiam-se sobre os caminhos de ronda, tinham aberturas no pavimento para lançamento de pedras, pez quente como defesa em caso de ataque. Quando construídas em madeira chamam-se hurcídios.

**mazarife** - *s.m.*, alvaneis ou pedreiros treinados na obra de tijolo.

**medina** - *s.f.*, 1. cidade | 2. No norte de Africa é centro histórico das cidades e povoados.

**menado** - *s.m.*, motivo ornamental de tectos.

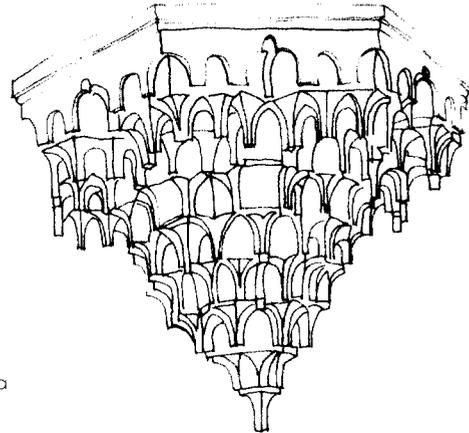
**mihṛāb** - *s.m.*, nicho aberto no muro sagrado (*qibla*) de uma mesquita, no qual se concentra a maior atenção do ponto de vista decorativo. Este nicho, em forma de abside materializa a mesquita, pois está orientada para Meca, ao mesmo tempo está preparado para favorecer os sons, propagando a voz do imã. A sua forma pode ter origem nos nichos litúrgicos das sinagogas judaicas ou nas absides das igrejas coptas no Egipto.

**mimbar** - cadeira que simboliza o lugar da autoridade do chefe de uma comunidade nunca colocada a um nível superior do lugar do profeta. Esta peça chave do mobiliário ritual numa mesquita é colocada à direita do *mihṛāb*, onde o imã com a cabeça e os ombros cobertos por um tecido branco profere o sermão ao meio-dia de sexta-feira. Na época de Maomé e dos primeiros califas assumia-se como um simples estrado com três degraus de madeira, mas é sob o domínio omíada que o *mimbar* se torna uma cadeira. Pode ser comparado ao púlpito cristão.

**minarete** - *s.m.*, tem origem na palavra árabe *manara* (farol) que no português originou a palavra almenara. É a torre anexa à mesquita, da qual o *muezzin* convoca os fiéis para as cinco orações canónicas oração e para a reunião da comunidade dos crentes a horas fixas do dia. Como símbolo da religião islâmica, a sua verticalidade apela à transcendência e à celebração de Alá. Pode-se afirmar que a sua presença continuou no contexto cristão, dando origem às torres sineiras das igrejas.

**mísula** - *s.f.*, membro arquitectónico ou construtivo projectado a partir de uma superfície vertical, destinado a suportar outros elementos construtivos, e.g. mísulas de uma abóbada de cruzaria, suportam as suas nervuras e ogivas as quais são responsáveis pela estabilidade estrutural do da cobertura.

**moçárabe** - *adj.*, 1. relativo à cultura moçárabe. | 2. Indivíduo de minorias cristãs autorizado pelo direito islâmico a viver no al-Ándalus até finais do séc. XI, conservando a religião submetido |



moçárabe, estalactite ou muqarna

**mourisco** - *s.m.*, designação dada aos muçulmanos nos reinos cristãos peninsulares.

**mudéjar** - *s.m.*, **1.** deriva da palavra árabe *mudayyan* que significa *submetido*. Era um termo utilizado para designar os muçulmanos que permaneciam, no território conquistado pelos cristãos conservando os seus costumes e religião. | *adj.* **2.** Termo de designação da arquitectura construída por mudéjares para encomendantes e donos-de-obra cristãos, bem como, as outras artes que representam as tradições artesanais iniciadas sob o domínio islâmico.

**muezzin** - *s.m.*, aquele que convoca os fiéis para a oração do alto do minarete.

**muladi** - *s.m.*, cristão que durante a época do domínio árabe na Península Ibérica, abraçava o islamismo e vivia entre muçulmanos.

**muqarnas** - *s.f.pl.*, sistema árabe de nichos ou de pequenas células côncavas em abóbada, próprias da arquitectura islâmica. É utilizado para decorar arcos, abóbadas, cornijas, frisos, etc. A sua estrutura deriva da união de vários prismas com base côncava, criando um efeito decorativo em estalactite

## n

**ninfeo** - *s.m.*, (lat. *nymphaeu*) **1.** templo ou lugar consagrado às ninfas, na arquitectura da Roma clássica. | **2.** Construção sobre uma nascente ou sobre uma fonte. Normalmente era um edifício de planta circular, semicircular ou elíptica onde no centro existia uma fonte

**nártex** - *s.m.*, (do grego *narthex*). Espaço coberto adossado à fachada principal de uma basílica a toda a sua largura, pode ser colocado também no interior precedendo a nave, funcionando como vestíbulo e chamando-se esonártex. Exonártex é a designação dada a um nártex que se projecta da fachada.

**nacela** [es.] - tijolo rectangular ou quadrangular, cujo um dos ângulos era cortado em quarto de circulo, utilizado na arquitectura mudéjar para construir impostas, colunas e cornijas.

## O

**ogiva** - *s.f.* arco que reforça uma abóbada de cruzaria, localizado sob cada uma das suas arestas.

## P

**parástade** - *s.f.*, pilastras em cantoneira, também designadas por anta, que reforçavam os ângulos dos edifícios. Estas pilastras quadrangulares que terminavam as paredes da *cella*, têm algo de simultaneamente de parede e de coluna, limitando o *pronaos*.

**parastática** - *s.f.*, pilastra situada nas extremidade angulares dos edifícios da antiguidade clássica, embebida na parede.

**parhilera** [es.] - *v.* madeiramento *parhilera*.

**par y nudillo** [es.] - *v.* madeiramento *par y nudillo*.

**pé-direito** - *s.m.*, 1. montante vertical sobre o qual apoia a imposta de um arco, mais propriamente as pequenas peças que formam na totalidade desse montante chama-se individualmente pés-direitos, [v. tb. arco]. | 2. Ombreira de uma porta ou de uma janela. | 3. Esteiro. | 4. Modernamente, significa altura entre piso e o tecto de um compartimento.

**pegão** - *s.m.*, 1. pilar que serve de apoio ao arco, abóbada e ponte. | 2. O mesmo que pé-direito, [v. tb. arco]. | 3. O mesmo que botaréu.

**peinazo** [es.] - peça das armações em madeira para completar as ornamentações de laços.

**peraltado(a)** [es.] - *adj.* o mesmo que alteado(a).

**presbitério** - *s.m.*, espaço situado entre as naves e a cabeceira onde se desenvolve o culto e aonde está situado o altar.

**pronaos** - *s.m.*, parte anterior de um templo grego, pórtico que precede o náos ou o santuário. Pródromo. Nas basílicas cristãs o pronaos transforma-se em nártex.

**prótesis** - *s.m.*, construção no lado norte (esquerda) na zona absidal das igrejas bizantinas e gregas simétrico ao *diaconicon*, cuja função é a preparação da eucaristia. Oblatorium.

## Q

**qasr** - castelo ou fortificação.

**qibla** [árab.] - *s.f.*, significa literalmente cubo e é o muro sagrado de uma mesquita orientado normalmente para Meca, para onde se dirige a atenção dos fiéis, integrando outro elemento fundamental o *mihrab*.

**qubba** - *s.f.*, **1.** cúpula. | **2.** Tb. a capela funerária de estrutura cúbica e coberta com uma cúpula. Os mudéjares serviam-se deste modelo construtivo para aplicar os mesmos métodos e técnicas na construção de capelas, igrejas e presbitérios para os cristãos.

## R

**recuadros** [es.] - molduradas rectangulares ou quadrangulares construídas em substituição ou da arcaria cega dupla distribuída por ordens nas absides e em algumas fachadas laterais mudéjares.

## S

**saimel** - *s.m.* **1.** a primeira fiada imediatamente ao arranque de um arco. | **2.** nome dado à primeira aduela a seguir à imposta, o mesmo que salmer [es.], [vid. tb. arco].

**sardinel** [es.] - tijolos colocados, de modo a formar um friso ou a criar uma aresta. A colocação dos tijolos é feita, de modo a que coincidam em toda a sua extensão as faces maiores. Cada tijolo colocado segundo este aparelho, denomina-se *soldier* [en.], assim o aparelho adquire o nome de *soldier course* (alusão a uma fila de soldados), existindo outros aparelhos de origem inglesa que usam este princípio de assentamento das peças como o *English bond*.



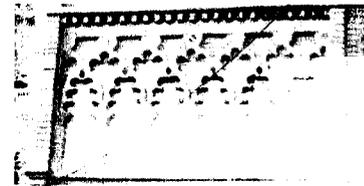
sardinel

A expressão em espanhol, *sardinel* deriva da palavra latina *sardīna* (sardinha), fazendo a alusão à semelhança de colocação dos tijolos com a disposição em que as sardinhas são colocadas dentro das caixas de conserva.

A expressão *a sardinel* é a obra de fábrica levantada com tijolos colocados segundo a descrição anterior e é muito utilizada para frisos, cornijas, escadas e lintéis.

**sargeadas** [es.] - *adj.* abóbadas realizadas na arquitectura mudéjar.

**sebka** [árab.] - tipo de decoração à base de tijolo, próprio da arte almóada. Consiste na repetição até ao infinito de arcos lobulados gerando uma rede de losangos.



Sebka

## t

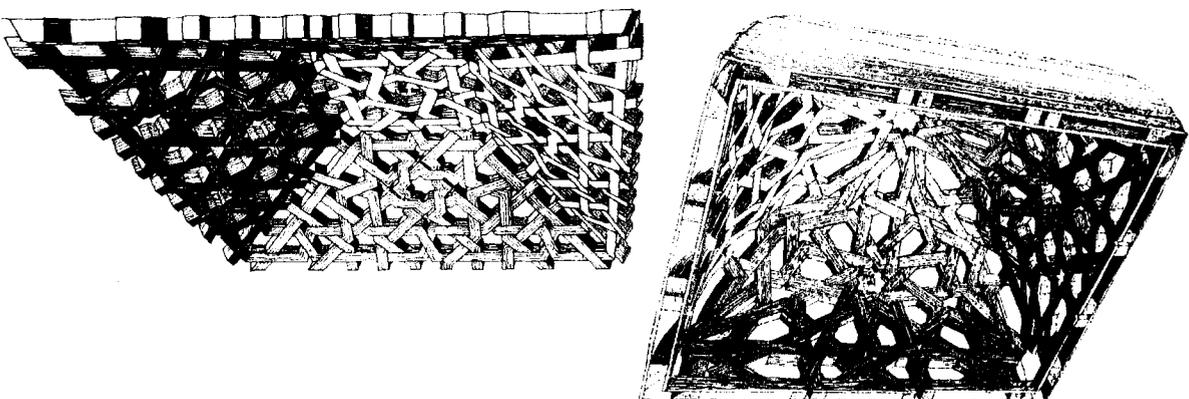
**tardoz** - *s.m.*, 1. face tosca da pedra de cantaria que fica para o lado de dentro da parede, numa parede simples ou dupla. | 2. Face interna da folha de uma porta. | 3. Face não vidrada de um azulejo onde podem existir indicações da sua origem e de como poderá ser aplicado. | 4. Traseiras de um edifício.

**taujel** [es.] - tecto em madeira constituído por ornamentação de lançarias e alfarges. Neste tecto, predominam as lançarias que escondem por completo os alfarges.

**tecto apeinado** [es.] - tecto de madeira em que as peças que o constituem são assembladas entre si, não se recorrendo à fixação com pregos.

**tecto mudéjar** - tecto associado a uma madeiramento de uma cobertura ou a um piso, ornamentado com efeitos de lançaria.

**tercelete** - *s.m.*, nervura suplementar nas abóbadas de cruzaria de ogivas, de forma estrelada, que une por dois tramos os liernes aos ângulos das abóbadas. Foi utilizado, sobretudo, na fase final do gótico. Também conhecido por *terciarão*.



tectos em mudéjar segundo Enrique Nuere

**tímpano** - *s.m.*, 1. área triangular cercada por um frontão clássico (templo clássico, pórtico). | 2. Área, de pedra, tijolo, etc., delimitada por um arco que nasce de um lintel.

**transepto** - *s.m.*, nave transversal que intercepta a nave principal de uma igreja conferindo-lhe uma planta em cruz. O tramo comum à nave ao transepto é o *cruzeiro do transepto*. Os transeptos podem ser constituídos por uma ou mais naves, podendo ser saliente ou não. Em relação aos planos exteriores das naves. Quando a sua largura não ultrapassa a largura total das naves, sendo só perceptível em volumetria, diz-se *inscrito* ou *falso*. Cada metade de transepto denomina-se *braço*.

**tribuna** - *s.f.*, v. trifório.

**trifora** [it] - *s.f.*, quando um vão ou uma abertura são divididos em três partes por colunelos ou pilastras. Esta abordagem foi muito utilizada no período medieval e no renascimento. Pela mesma lógica temos os termos *monofora* [it] (o próprio vão) e *bifora* [it.] (vão dividido em duas partes).

**trifório** - *s.m.*, no sentido primitivo é o conjunto das aberturas pelas quais a galeria situada sobre as naves colaterais de uma igreja recebe luz no interior. Por extensão o termo é aplicado à própria galeria. Quando esta galeria abobadada é apenas uma passagem estreita, servindo um nível superior do edifício, chama-se trifório. Se ocupa a largura das colaterais de uma igreja chama-se tribuna.

**trompa** - *s.f.*, 1. pequena abóbada situada em cada ângulo duma torre quadrada (geralmente no cruzeiro do transepto). As quatro trompas de ângulo permitem articular uma planta quadrada com uma planta octogonal, sobre a qual se pode edificar uma cúpula. | 2. Triângulos esféricos, chamados pendentes, que permitem passar de uma planta quadrada para uma circular. | 3. Elemento repetitivo, curvo, colocado nos ângulos e nos frisos a partir do qual as muqarnas árabes (estalactites ou moçárabes) são construídas.

**U**

**V**

**W**

**X**

## y

## z

**zaquizami** [es.?] - tecto de madeira.

**zimbório** - *s.m.*, parte mais alta e exterior de uma cúpula ou torre poligonal, situada sobre o braço cruzeiro, rematada em coruchéu, sendo usada nas igrejas românicas, o mesmo que lanterna.

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

## **11. bibliografia**

## 11. bibliografia

### 11.1 bibliografia específica

- AFONSO, Ana Maria - *O tombo do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs (1500-1538)* Cascais, Patrimónia, 2002. (sob a orientação de RODRIGUES, Ana Maria S. A).
- AFONSO, Belarmino - *A Arte Religiosa na Diocese de Bragança*, Bragança, Brigantia, vol. I, 1981.
- ALMEIDA, José António Ferreira de - *Tesouros Artísticos de Portugal*, Porto, Selecções Reader's Digest, 1988.
- BARROCA, Mário Jorge - *O túmulo de D. Nuno Martins de Chacim, no Mosteiro de Castro de Avelãs*, Revista da Faculdade de Letras.
- MONTEIRO, Manuel - *O românico português. Castro de Avelãs*, Museu, n.º 6, 1950.
- MOURINHO, António - *Arquitectura religiosa da Diocese de Miranda do Douro - (Bragança), 1545-1800*, Miranda do Douro, Edição Autor, 1995.
- PASSOS, Carlos dos - *A igreja românica de Castro de Avelãs*, Separata do Douro Litoral, 8.ª Série IX, 1958. **BFA-UP Ap.101.52.Res e BNL**
- SANTOS, Maria Alcina R. C. A. dos - *Alguns quadros medievais da história do nordeste transmontano*, Bragança, Edição de autor, 1996.
- VITORINO, Pedro - *A abside de Castro de Avelãs*, Porto, Emp. Indust. Gráfica do Porto, 1928. **BFA-UP Art. P. 74.Res**
- Parque Natural de Montesinho*, Lisboa, Secretaria de Estado do Ordenamento e Ambiente, Nov. 1990.
- Guia de Portugal. Trás-os-Montes e Alto-Douro, II - Lamego, Bragança e Miranda*, Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, vol. V.

### 11.2 bibliografia genérica

- AGUIAR, José - *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*, Porto, Publicações FAUP, 2002.

- AA.VV. - *Actas do Ciclo de conferências de Comemorações do 4.º Centenário da Fundação do Mosteiro de S. Bento da Vitória*, Porto, Arquivo Distrital do Porto, 1997.
- AA.VV. - *Arte mudéjar. A estética islâmica na arte cristã*, Museu Sem Fronteiras Lisboa, Civilização Editores, 2000.
- AA.VV. - *As árvores de Portugal e da Europa*, Porto, FAPAS-Câmara Municipal do Porto, Pelouro do Ambiente, 1996.
- AA.VV. - *Paseando por Condados y Ducados*, Salamanca dejate guiar, Salamanca, Patronato Provincial de turismo de Salamanca, 2002.
- AA.VV. - *El Arte Sículo-Normando La cultura islámica en la Sicilia Medieval*, Museo Sin Fronteras, Viena Electa, 2004.
- AA.VV. - *El proyecto de restauración*, Master de Restauración y Rehabilitación del Patrimonio - Instituto Español de Arquitectura, Universidad de Alcalá, Madrid, Editorial Munilla-Lería, s/d, Cuaderno 2.
- AA.VV. - *Geografía de Portugal*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1999, vol II e vol III.
- AA.VV. - *Guia de Turismo cultural en Castilla y León*, Sotur / Junta de Castilla y León, 2003, vol. I.
- AA.VV. - *Historia del arte, 2. La Edad Media*, Madrid, Alianza Editorial, 2003.
- AA.VV. - *El Islam en tierras cristianas: Los mudéjares. Restauración de la Ermita Santa María La Antigua de Carabanchel*, Madrid, Ediciones Doce Calles, 2002.
- AA.VV. - *Patologías y técnicas de intervención. Elementos estructurales*, Madrid, Munilla-Lería, Tratado de rehabilitación, 2000, vol. 2.
- AA.VV. - *Patologías y técnicas de intervención. Elementos estructurales*, Madrid, Munilla-Lería, Tratado de rehabilitación, 1998, vol. 3.
- AA.VV. - *Peregrinación, ciencias e sufismo. El arte islámico en Cisjordania y Gaza*, Museo Sin Fronteras, Viena Electa, 2004.
- AA.VV. - *Tecnología arquitectónica asta la revolución científica*, Madrid, Ediciones Akal, 2002.
- AA.VV. - *Teoria da Arquitectura. Do renascimento aos nossos dias*, Colónia, 2003.
- AA.VV. - *Terras de Moura encantada. Arte islâmica em Portugal*, Museu Sem Fronteiras Lisboa, Civilização Editores, 1999.
- AA.VV. - *World Architecture. An Illustrated History*. London, Hamlyn, 1979.
- AFONSO, Ana Maria - *O tombo do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs (1500-1538)* Cascais, Patrimónia, 2002.
- AFONSO, Ana Maria e RODRIGUES, ANA Maria S. A. - *O tombo do Mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs (1500-1538)* Cascais, Patrimónia, 2002.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *O Românico*, in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, vol. 3, 1986.

- *História da Arte em Portugal - o Românico*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge - *História da Arte em Portugal - o Gótico*, Lisboa, Editorial Presença, 2002.

ALMEIDA, Fortunato, PERES, Damião - *História da igreja em Portugal*, Porto, Livraria civilização, 1930, vol. I e vol. II.

ALTET, Xavier Barral i - *A Alta Idade Média. Da antiguidade tardia ao ano mil*, Köln, Benetikt Taschen, Architectura Universal da Taschen, 1998.

- *O mundo românico. Cidades Catedrais e Mosteiros*, Köln, Benetikt Taschen, Architectura Universal da Taschen, 1999.

BARROS-AIRES, Luís - *As rochas dos monumentos portugueses, tipologias e patologias*, Lisboa, Publicações Instituto Português do Património Arquitectónico, 2001

BELL, Judith - *Como realizar um projecto de investigação*, Lisboa, Gradiva, 2002.

BEZOARI, Giorgio; MONTI, Carlo; SELVINI, Attilio - *Misura e rappresentazione*, Casa Editrice Ambrosiana.

BURRI, René - *Luis Barragán*, London, Phaidon Press, 2000.

CABRAL, Francisco Caldeira, TELLES, Gonçalo Ribeiro - *A árvore em Portugal*, Lisboa Assírio e Alvim, 1999.

CAMPBELL, James W. P.; PRYCE, Will - *Brick, a world history*, London, Thames and Hudson, 2003.

CANNELLA, Daniela - *Conventi Salernitani*, Laveglia Editore, 1996.

CARVALHO, Sérgio Luís - *Cidades medievais portuguesas*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

CHAVOT, Pierre e POTIN, Jean - *ABCedário do Cristianismo*, Edições Reborn para o Jornal O Público / Flammarion, 2000.

COCHERIL, Dom Maur - *Alcobaça, abadia cisterciense de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1981.

CUNHA, Rui Maneira - *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003.

COSTA, Sérgio - *As alas de dormitórios e celas do mosteiro de Tibães*, Prova Final para licenciatura em arquitectura, FAUP, Porto, 2003-2004.

DELUMEAU, Jean - *A civilização do renascimento*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, vol. 1.

DEZZI BARDESCHI, Marco - *Restauro: Punto da capo. Frammenti per una (impossibile) teoria*, Milano, Franco Angeli, 1996.

DIAS, Pedro - *Arquitectura gótica portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, Colecção Teoria de Arte, 1994.

- DIAS, Pedro - *Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de sistematização*, Mare Liberum, n.º 8, Dezembro de 1994.
- DOCZI, György - *The power of limits*, Bóston, Shambhala, 1981.
- DUBY, Georges - *Sociedades Medievais*, Lisboa, Terramar, Ideias e Factos, 1999.
- *Para uma história das mentalidades*, Terramar, Ideias e Factos, 1999.
- *O tempo das catedrais. A arte e a sociedade 980-1420*, Lisboa, Editorial Estampa, 1978.
- *São Bernardo e a arte cisterciense*, Lisboa, Edições Asa, 1997.
- DUBY, Georges, LACLOTTE, Michele (sob direcção) - *História artística da Europa. A idade Média*, Lisboa, Quetzal Editores, 1997.
- ECO, Umberto - *Como se faz uma tese*, Lisboa, Editorial Presença, Biblioteca de Textos Universitários, n.º 41, 1988.
- *Arte e beleza na estética medieval*, Lisboa, Editorial Presença, 1989.
- ETTINGHAUSEN, Richard, GRABAR, Oleg - *Arte y arquitectura del Islam (650-1250)*, Madrid, Manuales Arte Cátedra, 2000.
- FERNADEZ, Arenas, José - *La arquitectura mozárabe. BFA-UP A. 4. 5*
- FERNÁNDEZ, Maria Isabel López - *La arquitectura mudéjar en Ávila*, Ávila, Diputación Provincial de Ávila / Institución Gran Duque de Alba, 2004.
- FONTES, Luís - *São Martinho de Tibães. Um sítio onde se fez um mosteiro*, Lisboa, IPPAR, Monumentos Monografias, 2005.
- FRADA, João José Cúcio - *Guia prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos*, Lisboa, Edições Cosmos, colecção Microcosmos, 1999.
- FRAMPTON, Kenneth - *Introdução ao estudo da cultura tectónica*, Lisboa/Matosinhos, AAP/Contemporânea Editora, 1998.
- GRACIANI, Amparo - *La técnica de la arquitectura medieval*, Sevilha, Universidad de Sevilla, Secretariado de Publicaciones, 2002.
- GRAF, Gerbard N. - *Portugal Roman. Le Nord du Portugal*, Zodiaque, 1987.
- GOMES, Paulo Varela - *A Cultura Arquitectónica e Artística em Portugal no Séc. XVIII*, Lisboa, Editorial Caminho, 1988.
- GONÇALVES, José Pires - *A ermida românica de Santa Catarina de Monsaraz*, Évora, 1969.
- GUZMAN, Rafael, López - *Arquitectura Mudéjar*. Madrid, Manuales Arte Cátedra, 2000.
- HANI, Jean - *El simbolismo del templo Cristiano*, Palma de Mallorca, José J. de Olañeta, Editor, 2000.
- KUBACH, H. E. - *Architettura Romanica*, Milano, Electra Editrice, 1978.

- LÁZARO, José Maria Villanova - *La ciudad de León: el gótico*. BFA-UP cid 1.14.2
- LOSOWSKA, Hanna - *Historia ilustrada de las formas artísticas, 7. El románico y los comienzos del gótico*, Madrid, Alianza Editorial, 1995.
- MARQUES, A. H. Oliveira - *Breve História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.  
- *Novos ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.
- MARTA, Roberto - *Técnica costruttiva a Roma nel medioevo*, Roma, Edizioni Kappa, 1989.
- MATTHEW, Donald - *Europa Medieval. Rumo ao mundo moderno*, Lisboa, Círculo de Leitores, coleção Grandes Culturas e Civilizações, 1983.
- MATTOSO, José - *O monaquismo ibérico e Cluny*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2002.
- MONTCLOS, Jean-Marie Pérouse de - *Architecture méthode e vocabulaire*, Paris Éditions du patrimoine, 2002.
- NETO, Maria João Baptista Neto - *Memória, propaganda e poder. Restauro dos monumentos nacionais (1929-1960)*, Porto, Faup Publicações, 2001.
- NORBERG-SCHULZ, Christian - *L'abitare: L'insediamento, lo Spazio Urbano, la Casa*, Milano, Electa, 1984.  
- *La signification dans l'architecture occidentale*, Liège, Pierre Mardaga, 1977.  
- *Système logique de l'architecture*, Liège, Pierre. Mardaga, 1988.  
- *Intenciones en arquitectura*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1998.  
- *Arquitectura occidental*, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1985.
- NUERE, Enrique - *Nuevo tratado de la carpinteria de lo blanco*, Madrid, Editores Munilla-Leria, 2001.
- OLIVIER, Paul - *Dwellings*, Londres, Phaidon, 2003.
- PANOFSKY, Erwin - *Arquitectura gótica e escolástica*, São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- RAFOLS, J. L. - *Arquitectura de la Edad Media*, Barcelona, Editorial Ramón Sopena, 1963.
- REIG, Mercedes - *A arte mudéjar*, Subdirección General de Promoción Exterior del Turismo.
- REVEYRON, Nicolas, MOUILLERON, Véronique Rouchon - *Abcedário da Arte Românica*, Público / Flammarion, 2000.
- RIBEIRO, Orlando - *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, (primeira edição 1945), 1993.
- RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann, DAVEAU, Suzanne - *Geografia de Portugal*, Lisboa, Edições João

- Sá da Costa, 1999.  
(repetido AA.VV.)
- ROQUE, Maria Isabel Rocha - *Altar Cristão. A evolução até à reforma católica*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa, 2004.
- ROBINSON, Francis - *Mundo Islâmico. Esplendor de uma fé*, Lisboa, Círculo de Leitores, Grandes Culturas e Civilizações, 1992.
- RUCQUOI, Adeline - *História medieval da Península Ibérica*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.
- SACADURA, João Paulo, CUNHA, Rui - *Património da Humanidade em Portugal*, Lisboa, Verbo Editora, vol.I, 1999.
- SÁIZ, Javier Sáinz - *Arte Prerrománico en Castilla y León*, León, Ediciones Lancia, 1999.  
- *El románico Rural en Castilla y León*, León, Ediciones Lancia, 2001.
- SALAMANCA, Cayetano Enríquez de - *Rutas del románico en la provincia de Zamora*, Salamanca, Edição de autor, Librería Cervantes, 1989.
- SANTO, Moisés Espírito - *A religião popular portuguesa*, Lisboa Assírio e Alvim, 1990.
- SANTOS, Maria Alcina R. C. A. Dos - *Alguns quadros medievais da história do nordeste transmontano*, Bragança, Edição de autor, 1996.
- SARAIVA, António José - *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva, 1988.
- SERRÃO, Vítor - *A Viragem Maneirista (1557-1612)*, in *História da Arte em Portugal - o Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.  
*História de Arte em Portugal: Renascimento e o Maneirismo*, Lisboa, Editorial Presença, 2003.  
*História de Arte em Portugal: O Barroco*, Lisboa, Editorial Presença, 2003.  
Dir. - *A Arquitectura: Maneirismo e "Estilo Chão"*, por José Eduardo Horta Correia in *História da Arte em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, volume VII, 1986, (p. 93-137). **IPPAR-DRP 7.072-746**
- SILVA, José Custódio Vieira da - *O fascínio do fim: viagens pelo final da Idade Média*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997. **BFA-UP Art. p. 44**
- STIERLIN, Henri e OURSEL, Raymond - *Romanesque*, Benedikt Taschen, Lausanne, s/d.
- STIERLIN, Henri - *Islão de Bagdade a Córdova. A arquitectura primitiva do séc. VII ao séc. XIII*, Benedikt Taschen, Köln, 1997.
- SUCENA, Eduardo - *A Sé Patriarcal de Lisboa - História e património*, Lisboa, Sete Caminhos, 2004.
- TEIXEIRA, Ricardo - *Roteiro cisterciense, Norte de Portugal*, GEHVID, 1998.
- THORAVAL, Ive - *ABCedário do Islão*, Paris, Edições Reborn para o Jornal O Público / Flammarion, 2000.

- TORSELO, Paolo - *Architettura e misura* in 'Tecniche della conservazione' Amadeo Bellini (coord.), Milano, Franco Angeli, colecção Ex Fabbrica, 1994.
- UGO, Vittorio - *Architettura ad Vocem... Verso un glossario dei termini di architettura*, Milano, Guerini Studio, 1996.
- ZUMTHOR, Paul - *La misura del mondo. La rappresentazione dello spazio nel Medio Evo*, Bologna, Il molino, 1995.
- Cartas e Convenções Internacionais*, Instituto Português do Património Arquitectónico, Informar para Proteger, Lisboa, 1996.
- Enciclopédia Einaudi - Região*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986, vol 8.

### 11.3 catálogos

- AA.VV. - *Arquitecturas de terra ou o futuro de uma tradição milenar*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, (Catálogo de exposição), 1993.
- AA.VV. - *Arte mudéjar. A estética islâmica na arte cristã*, Museu Sem Fronteiras Lisboa, Civilização Editores, 2000.
- AA.VV. - *El Arte Sículo-Normando La cultura islámica en la Sicilia Medieval*, Museo Sin Fronteras, Viena Electa, 2004.
- AA.VV. - *Museu Abade de Baçal*, Instituto Português de Museus, 1994.
- AA.VV. - *Românico em Portugal e Galiza*, Fundación Pedro Barrié de la Maza / fundação Calouste Gulbenkian, s/d.
- AA.VV. - *Sanctus Benedictus, São Bentinho*, Tibães, IPPAR, 2004.
- GOITIA, Fernando Chueca - *Arquitectura muçulmana peninsular e a sua influência na arquitectura cristã*, exposição de documentação fotográfica, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962.
- Tous les savoirs du monde*, cahiers pédagogiques des expositions, Paris, Bibliothèque National de France, 1997.

### 11.4 teses e trabalhos académicos

Depósito na BN

CONDE, Maria Antónia Marques Fialho Costa

Mosteiro de S. Bento de Cástris (Évora) [Texto policopiado]: bases para uma proposta de valorização histórico-arquitectónica / Maria Antónia Marques Fialho Costa Conde. - Évora : [s.n.], 1995. - 2 v.: il.; 30 cm. - Bibliografia, f. 110-120. - Tese maestr. Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Univ. Évora, 1995

CDU 72.025(469.512)(043.2)

726.7(469.512)(043.2)

B.A. 14293-94 V.

908.438 COM

LINS, Eugénio Ávila

*A Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil: Séculos XVI a XIX*, edição policiada do autor (Tese de Doutoramento, 3 volumes), 2002.

MACHADO, Maria da Graça Domingues

Castro de Avelãs e alguns monumentos similares / Maria da Graça Domingues Machado.- Porto: [Edição do Autor], 1974 - 77 p.: il., 34 fotograf.; 29 cm.- Dissertação para Licenciatura em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ROMERO, Maria Helena da Câmara Tomé

Módulo e proporção na arquitectura medieval [Texto policopiado] / Maria Helena Câmara Tomé Romero. - Évora: [s.n.], 1997 [D.L. 2001]. - IV, 146 f.: il.; 30 cm. - Bibliografia, f. 140-146. - Dissertação da tese Mestrado Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1997.

CDU 72.025"04/14"(043.2)

B.A. 20520 V.

SOUSA, Ana Leote Oliveira Pacheco de

O território, o homem e os espaços [Texto policopiado] / Ana Leote Oliveira Pacheco de Souza. - Lisboa: [s.n.], 2000. - 163, [16] f., [15] p. il. : il. ; 30 cm. - Bibliografia, f. 144-163. - Dissertação da tese de Mestrado Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos, Universidade Técnica de Lisboa, 2000.

CDU72.025(469.512)(043.2)

B.A. 19399 V.

Depósito BFL-UP

LINS, Eugénio Ávila

*A Arquitectura dos Mosteiros Beneditinos no Brasil: Séculos XVI a XIX*, edição policiada do autor (tese de doutoramento, 3 volumes), 2002.

TOMÉ, Miguel

*Património e restauro em Portugal: 1920-1995*, Dissertação da tese de mestrado em História de Arte, Porto, 3 volumes, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.

Depósito BFA-UP

COSTA, Sérgio

*As alas de dormitórios e celas do mosteiro de Tibães*, Prova Final para licenciatura em arquitectura, FAUP, Porto, 2003-2004.

Publicações

AFONSO, Ana Maria - *O mosteiro de São Salvador de Castro de Avelãs. Um património monástico no dealbar da Idade Moderna, (1500-1538)*, Cascais, Patrimónia, 2002.

(dissertação de tese de Mestrado em História e Cultura Medievais na Universidade do Minho, sob a orientação de RODRIGUES, Ana Maria S. A).

DIAS, Frei Geraldo Coelho - *O Mosteiro de S. Bento da Vitória - 400 anos*, Porto, Afrontamento, 1997.

## 11.5 dicionários

AA.VV. - *Diccionario de construcción tradicional: tierra*, San Sebastián, Nerea, 2003.

AA.VV. - *Vocabulário técnico e crítico de arquitectura*, Coimbra, Quimera Editores, 1990.

BADEN-POWELL, Charlotte - *Architect's poket book*, Oxford, Architectural Press, 1997.

CARRANO, Eleonora - *Dizionario di architettura*, Torino, Testo & Immagine, 2002.

LUCIE - SMITH, Edward - *Dicionário de termos de arte*, Lisboa, Edições D. Quixote, 1990.

MONTCLOS, Jean-Marie Pérouse de - *Architecture méthode e vocabulaire*, Paris Éditions du patrimoine, 2002.

- PANIAGUA, Jose Ramon - *Vocabulario básico de arquitectura*, Madrid, Catedra Cuadernos Arte, 2003.
- PARICIO, Ignacio - *Vocabulario de arquitectura y construcción*, Bisagra, Barcelona, 1999.
- PUTMAN, R. E., CARLSON, G. E. - *Diccionario de Arquitectura, construcción y obras públicas. Español - Ingles, Glosario Ingles - Español*, Madrid, Paraninfo, 1988.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da, CALADO, Margarida - *Dicionário de termos de arte e arquitectura*, Barcarena, Editorial Presença, 2005.
- RAVAZZINI, Giacomo - *Dizionario di architettura*, Milão, Hoepli, 1992.

## 11.6 web sites

<http://pontignytourisme.free.fr/pontigny-abbaye.htm>

Abbaye de Pontigny

[http://em.wikipedia.org/wiki/Abbey\\_of\\_Cluny](http://em.wikipedia.org/wiki/Abbey_of_Cluny)

Abbey of Cluny

<http://altreligion.about.com/library/glossary/symbols/bldefstetraktys.htm>

about religion & spirituality

<http://centros4.pntic.mec.es/ceip.europa>

Arquitectura mudéjar

<http://www.atrquiias.com/mudéjar.htm>

Arte Guias

<http://www.artehistoria.com>

arteHistória

[www.cm-braganca.pt/pagegen.asp?SYS\\_PAGE\\_ID=467929](http://www.cm-braganca.pt/pagegen.asp?SYS_PAGE_ID=467929)

Câmara Municipal de Bragança

<http://digicoll.library.wisc.edu/Arts/subcollections/CasselmanImageAbout.html>

Casselman Archive of Islamic and Mudejar Architecture in Spain

[www.cacp.org.br](http://www.cacp.org.br)

Centro Apologético Cristão de Pesquisas

<http://ceq.fcsh.unl.pt/site/santiago3.asp>

Centro de Estudos Galegos

<http://www.hottopos.com/notand6/duarte.htm>

DUARTE, Luís Miguel - *Dos licores aos Hospitais - as sugestões da Regra de São Bento*.

[http://it.wikipedia.org/wiki/Duomo\\_di\\_Monreale](http://it.wikipedia.org/wiki/Duomo_di_Monreale)

Duomo de Monreale

[http://www.conca.altanet.org/consells/conca/cat/cat\\_1/fra\\_cat\\_132.html](http://www.conca.altanet.org/consells/conca/cat/cat_1/fra_cat_132.html)

**El monestir de Poblet**

<http://www.malhatlantica.pt/mathis/Europa/Medieval/Alcuin/Alcuino.htm>

**História da Matemática, história dos problemas**

<http://www.beloit.edu/~arthist/historyofart/>

**History of art, a resource of images for support of instruction**

<http://cepa.newschool.edu/het/profiles/colbert.htm>

**History of economic thought**

[www.ine.pt/prodserv/freguesia/fregues.asp?fregues=101080309](http://www.ine.pt/prodserv/freguesia/fregues.asp?fregues=101080309)

**Instituto nacional de Estatística**

<http://abbaye-clairvaux.barsuraube.net/>

**L'abbaye de Clairvaux et ses granges Cisterciennes**

<http://www.abbayedefontenay.com>

**L'abbaye de Fontenay**

<http://www.concabarbera.info/poblet.htm>

**La conca de Barberà**

<http://www.cister.net>

**Le web des abbayes et sites cisterciens d'Europe**

<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium27/20.htm>

**LOPES, Hugo - *Mosteiros medievais como edifícios de saber. a conquista do território pela implantação de conhecimento desde o séc. X ao séc. XII - o caso português como ilustração paradigmática.***

<http://www.godesalco.com/camino/plata>

**mapa del camino mozárabe o Via de la Plata**

<http://www.monasterio-iranzu.com>

**Monasterio de Santa Maria de Iranzu**

<http://www.geocities.com/pjchronos/cris/pacomio.htm>

**Pacômio: o precursor do monacato cenobítico por Cristiane Tavares**

<http://it.wikipedia.org/wiki/Palermo>

**Palermo**

[www.poblet-pviana.com](http://www.poblet-pviana.com)

**Panteones Reales de la Corona de Aragón**

<http://www-groups.dcs.st-and.ac.uk/~history/Societies/Paris.html>

**School of Mathematical and Computational Sciences University of St Andrews**

<http://www.cyberistan.org/islamic/moriscos.html>

**The moriscos and mudejares**

<http://viasromanas.planetaclix.pt/#bragachaves>

**Vias romanas em Portugal - Itinerários**

<http://en.wikipedia.org>

**wikipedia, the free encyclopedia**

<http://en.wikipedia.org/wiki/Volksgeist>

**noção Volksgeist - Wikipedia**

[http://it.wikipedia.org/wiki/Sicilia\\_%28periodo\\_arabo%29](http://it.wikipedia.org/wiki/Sicilia_%28periodo_arabo%29)

**Storia della Sicilia árabe**

<http://whc.unesco.org>

World Heritage

## 11.7 abreviaturas

**BFA-UP** - Biblioteca Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

**BFL-UP** - Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**BN** - Biblioteca Nacional de Lisboa

**DGMEN** - Direcção Geral do Edifícios e Monumentos Nacionais

**IPPAR-DRP** - Instituto Português do Património Arquitectónico - Direcção Regional do Porto

Valorização de um exemplar de excepção no panorama do românico português. O complexo monástico beneditino de **são salvador de castro de avelãs** em Bragança.

## **12. agradecimentos**

## 12. agradecimentos

Neste espaço pretendo agradecer às seguintes pessoas

Prof. José Quintão, meu orientador

Câmara Municipal de Bragança - Serviços GIS (Dr. João Carreira)

Direcções da IPPAR-DRP

1. *Dr. Lino Tavares Dias, Dr. Miguel Rodrigues e Eng. Margarida Lencastre*

2. *Arq. Paula Araújo da Silva*

Arq. Duarte Belo

Arq. Hélia Pires

Arq. José Eduardo Gama

Dra. Maria João Gomes - Biblioteca do IPPAR-DRP

Arq. Patrícia Cunha

Paula Moreira - Biblioteca do IPPAR-DRP

Dr. Paulo Amaral

Dr. Ricardo Teixeira

Arq. Teresa Macedo

Dra. Teresa Santos

e

meus pais

Porto, 2008